

GUIA ACESSÍVEL PARA A COMUNICAÇÃO DE JOVENS EM CONTEXTO PRISIONAL

Dissertação de Mestrado

Rute Patrícia Ferreira Pimenta

Trabalho realizado sob a orientação de
Professora Doutora Célia Maria Adão de Oliveira Aguiar de Sousa

Leiria, março 2025

Mestrado em Educação Especial Domínio Cognitivo - Motor
ESCOLA SUPERIOR DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS SOCIAIS
INSTITUTO POLITÉCNICO DE LEIRIA

“Qual é a responsabilidade do escritor para com a democracia e com os direitos humanos?

É toda. Porque o compromisso maior do escritor é com a verdade e com a liberdade.

Para combater pela verdade o escritor usa uma inverdade: a literatura.

Mas é uma mentira que não mente.”

Mia Couto

AGRADECIMENTOS

À minha orientadora Professora Dra. Célia Sousa por ter acreditado na potencialidade deste projeto, por me ter apoiado fora dele em momentos mais críticos. Obrigada pelas palavras de motivação e de recomendação que fizeram com que eu continuasse firme no meu caminho.

Ao meu filho Raúl (minha inspiração). Ao meu André obrigada pela força, coragem, por me mostrar o que é o amor em palavras, gestos, atitudes. À minha mãe Lu, à minha avó Glória, às minhas irmãs, meus exemplos! Ao meu pai que me motivou a escrever ao som das suas músicas. À Carolina e à Vanessa pelo companheirismo, à Dra. Céline sobre a vida e à Dra. Rosa Sobre Ser.

Ao Professor Dr. Rui Abrunhosa Gonçalves por ter permitido a investigação e pelo imenso contributo na literatura. À Dra. Joana Patuleia, Luís Bernardes, Carla Pragosa, André, Manuela, Célia, asdAdelino, Vera Piedade, Joel, Maria João, Carina, Margarida e Carlos, Vera e Paula. Aos guardas prisionais pelo vosso espírito de entreaajuda e dedicação.

Aos jovens reclusos, obrigada por terem participado, por quererem fazer parte de mais projetos nesta área e por acreditarem na comunicação como uma liberdade.

RESUMO

A comunicação permite-nos adquirir competências pessoais, sociais e educativas, ter liberdade de escolha e poder participar. No meio prisional os dados estatísticos apontam para uma grande percentagem de jovens com pouca literacia. O estudo “Guia Acessível para a comunicação de jovens em contexto prisional” surge com o desafio em aumentar os níveis de literacia dos reclusos, mas também com a necessidade de superar barreiras linguísticas ao poder mostrar a importância da transparência na comunicação de informações. A investigação permite avaliar a perceção de vinte reclusos e de treze trabalhadores de diferentes áreas de intervenção prisional sobre a utilização da Comunicação Aumentativa na adaptação de um documento interno de um Estabelecimento Prisional destinado a jovens. Este estudo é um contributo importante para a comunicação acessível e inclusiva em geral, mas também para o contexto prisional, já que a comunicação é essencial para o desenvolvimento humano, mas também para o desenvolvimento de qualquer organismo ou organização. Com o objetivo de assegurarmos a continuidade na aprendizagem de Comunicação Aumentativa com qualidade e acessível a todas as pessoas, disponibilizamos à Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais o Guia Acessível do Recluso com toda a biblioteca de símbolos criados e validados pelo Centro de Recursos Para a Inclusão Digital. De igual modo, disponibilizamos esta investigação à Direção-Geral de Reeducação e Serviços Prisionais para integrar o espólio da sua biblioteca.

Palavras-chave

Comunicação Aumentativa, Escrita Simples, Estabelecimento Prisional, Guia Acessível, Jovens, Símbolos Pictográficos de Comunicação

ABSTRACT

Communication allows us to acquire personal, social and educational skills, to have freedom of choice and to be able to participate. In prisons, statistics show that a large percentage of young people have low literacy levels. The study ‘An Accessible Guide to Communication for Young People in Prisons’ was born out of the challenge of increasing inmates' literacy levels, but also out of the need to overcome language barriers by showing the importance of transparency in communicating information. The research evaluates the perceptions of twenty prisoners and thirteen workers from different areas of prison intervention on the use of Augmentative Communication in the adaptation of an internal document for juveniles in a prison. This study is an important contribution to accessible and inclusive communication in general, but also to the prison context, since communication is essential for human development, but also for the development of anybody or organization. To ensure continuity in learning Augmentative Communication with quality and accessibility to all, we have made the Accessible Prisoner Guide available to the Directorate-General for Reintegration and Prison Services, with the entire library of symbols created and validated by the Digital Inclusion Resource Centre. Likewise, we are making this research available to the Directorate-General for Rehabilitation and Prison Services for integration into the European Union.

Keywords

Accessible Guide, Augmentative Communication, Pictographic Communication Symbols, Prison, Simple Writing, Young People

ÍNDICE GERAL

GUIA ACESSÍVEL PARA A COMUNICAÇÃO DE JOVENS EM CONTEXTO PRISIONAL.....	1
AGRADECIMENTOS.....	3
RESUMO.....	4
ABSTRACT.....	5
ÍNDICE DE TABELAS.....	11
ÍNDICE DE GRÁFICOS.....	12
ABREVIATURAS.....	15
INTRODUÇÃO.....	16
1- ENQUADRAMENTO TEÓRICO.....	20
1.1 JUVENTUDE: RELAÇÃO COM O MEIO E IDADE DA JUVENTUDE.....	20
1.2 JUVENTUDE: TRAJETÓRIAS DE VIDA.....	22
1.3 SISTEMA PENAL DE JOVENS.....	23
1.4 RELAÇÃO IDADE /CRIME NA PRISÃO DE JOVENS.....	25
1.5 EDUCAÇÃO INCLUSIVA: O DECRETO-LEI 54/18 (2018).....	31
1.6 NECESSIDADES ESPECÍFICAS (NE).....	32
1.7 O DESENHO UNIVERSAL PARA A APRENDIZAGEM (DUA).....	37
1.8 ACESSIBILIDADE: O DECRETO-LEI N.º 163/06 (2006).....	39
1.9 ACESSIBILIDADES DE COMUNICAÇÃO.....	40
1.10 COMUNICAÇÃO.....	43
1.11 COMUNICAÇÃO AUMENTATIVA (CA).....	44
1.12 ESTABELECIMENTO PRISIONAL (EP) DE JOVENS.....	47
1.14 ATIVIDADES EDUCATIVAS E FORMATIVAS NO EP DE JOVENS.....	49
2. ESTUDO EMPÍRICO.....	51
2.1 METODOLOGIA.....	51
2.2 PROBLEMÁTICA.....	52

2.3	QUESTÃO DE INVESTIGAÇÃO E OBJETIVOS.....	54
2.4	CARACTERIZAÇÃO DO LOCAL DE INVESTIGAÇÃO.....	54
2.5	AMOSTRA.....	56
2.6	ABORDAGEM METODOLÓGICA.....	57
3.	APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DE RESULTADOS.....	63
3.1	ENTREVISTAS DE LEVANTAMENTO DE NECESSIDADES.....	64
3.3	FORMAÇÃO A TRABALHADORES DO EP.....	73
3.4	INQUÉRITOS POR QUESTIONÁRIO AOS JOVENS RECLUSOS.....	76
3.5	INQUÉRITOS POR QUESTIONÁRIO FINAIS A TRABALHADORES.....	87
4.	CONCLUSÕES.....	96
4.1.	RESPOSTA ÀS QUESTÕES DE INVESTIGAÇÃO.....	96
4.2.	CONCLUSÕES SOBRE O PROJETO DE INVESTIGAÇÃO.....	98
4.3.	DESAFIOS E APRENDIZAGENS.....	99
4.4.	LIMITAÇÕES DO ESTUDO.....	99
4.5.	SUGESTÕES PARA PROJETOS FUTUROS.....	100
	BIBLIOGRAFIA.....	101
	ANEXOS.....	1
	Anexo 1- Consentimentos Informados.....	1
	Anexo 2- Autorização para a realização do projeto de investigação.....	34
	Anexo 4 – Lotação e reclusos existentes a 31 de dezembro de 2023.....	37
	Anexo 5 – Grelhas de Observação a reclusos.....	38
	Anexo 6 – Guiões das entrevistas a trabalhadores do EP por área de intervenção prisional.....	59
	Anexo 7 – Transcrições das entrevistas aos trabalhadores do EP.....	68
	Anexo 8 – Tabelas de análise de conteúdo das entrevistas aos trabalhadores do EP.....	154
	Anexo 9 – Adaptação do folheto informativo para a Carta dos Direitos e Deveres dos Reclusos.....	186
	Anexo 10 – Formação em Comunicação aos trabalhadores do EP.....	211

Anexo 11 – Inquéritos de satisfação da Formação.....	220
Anexo 12 – Guia Acessível do Recluso.....	236
Anexo 13 – Inquéritos por questionário a reclusos.....	264
Anexo 14 – Guião do inquérito por questionário em inglês.....	318
Anexo 15 –Inquéritos por questionário finais aos trabalhadores do EP.....	320
Anexo 16 –Tabelas de características educativas, formativas e comunicativas dos reclusos participantes.....	333
Anexo 17 –Quadro dos objetivos e perguntas do inquérito por questionário aos reclusos participantes.....	337
Anexo 18 –Quadro dos objetivos e perguntas do inquérito por questionário final a trabalhadores do EP.....	340
Anexo 19 –Tabela respostas abertas ao inquérito por questionário a reclusos.....	348
Anexo 20 – Gráficos de análise de dados sobre a formação dada a trabalhadores obtidos através dos inquéritos de satisfação.....	352
Anexo 21 – Tabela dos Objetivos de investigação e técnicas e instrumentos de recolha de dados.....	358
Anexo 23 – Tabela níveis de Escala de Likert utilizados no inquérito por questionário a trabalhadores.....	360
Anexo 24 – Tabela de conteúdo à questão e afirmação de resposta aberta do inquérito por questionário a trabalhadores.....	361

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1 - Gráfico de presos preventivos ou condenados entre os dezasseis e os dezoito anos

Figura 2 - Reclusos existentes em 31 de dezembro, segundo a instrução, sexo e nacionalidade

Figura 3 - Reclusos existentes em 31 de dezembro, segundo a situação penal, em formação e em atividade, por espécies de estabelecimentos

Figura 4 - Capa da Carta dos Direitos e Deveres dos Reclusos

Figura 5 - Capa do Guia Acessível do Recluso

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1 - Escala de Likert utilizada para o inquérito por questionário a trabalhadores

Tabela 2 – Análise de conteúdo das entrevistas a trabalhadores

2.1- Importância da Educação Especial em contexto prisional

2.2 – As acessibilidades

2.3- A inclusão , a autonomia e a independência na comunicação de e com reclusos.

Tabela 3 - Análise das respostas ao inquérito por questionário a reclusos

Tabela 4 – Análise de conteúdo à questão e afirmação de resposta aberta do inquérito por questionário a trabalhadores

ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Média e moda de idades no EP

Gráfico 2: Nacionalidades dos reclusos

Gráfico 3: Níveis de escolaridade dos reclusos

Gráfico 4: Gráficos sobre a formação

4.1 Avaliação geral da formação

4.2 Objetivos da formação

4.3 Relevância de conteúdos

4.4 Utilidade dos conteúdos

4.5 Sequência dos conteúdos abordados

4.6 Aplicabilidade à sua área profissional

4.7 Domínio de conteúdos

4.8 Clareza na apresentação de conteúdos

4.9 Relacionamento interpessoal com os participantes

4.10 Capacidade para motivar os participantes

4.11 Métodos e técnicas usados na sessão

4.12 Material pedagógico e interativo usados na sessão

4.13 Escolha dos temas abordados

4.14 Duração da formação

4.15 Instalações

4.16 Equipamentos

5 Inquérito por questionário a reclusos

5.1 : Importância dos direitos e deveres dos reclusos

5.2 Importância das informações do folheto informativo

5.3 Importância da comunicação escrita

5.4 Importância de uma boa comunicação com o técnico

5.5 Importância de o técnico conhecer as capacidades e necessidades comunicativas do recluso

5.6 Importância em ter independência comunicativa; participar; aprender; aceder a informação

5.7 Clareza e simplicidade do texto no folheto informativo

5.8 Design do folheto informativo (imagem)

5.9 Clareza e simplicidade do texto no Guia Acessível do Recluso

5.10 Design do Guia Acessível do Recluso (imagem)

5. 11 Os SPC para compreender palavras

5.12 Utilização da Escrita Simples

5.13 Comentar: É um direito compreendermos o que nos é comunicado

5.14 Os SPC, a literacia e a língua

5.15 Os SPC e a Escrita Simples para a inclusão

6. A comunicação em contexto prisional

7. Envolvimento no projeto

8. Dificuldades de comunicação sentidas
- 9 Estratégias para desenvolver a comunicação
- 10 Estratégias a aplicar
- 11 Como considero o folheto informativo
- 12 O que são as Necessidades Específicas
- 13 Comunicação Aumentativa e SPC

ABREVIATURAS

CA - Comunicação Aumentativa

CEPMPL- Código da Execução das Penas e Medidas Privativas de Liberdade

DGRSP- Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais

DUA - Desenho Universal para a Aprendizagem

EP- Estabelecimento Prisional GP –

Guarda Prisional

NE – Necessidades Específicas

PcD - Pessoa Com Deficiência

RGEP – Regulamento Geral dos Estabelecimentos Prisionais

SAC – Sistemas Aumentativos de Comunicação

SPC – Símbolos Pictográficos de Comunicação

TS – Técnico Superior

TSR – Técnico Superior de Reeducação

INTRODUÇÃO

Esta investigação realizou-se no âmbito do Mestrado em Educação Especial do Instituto Politécnico de Leiria – Escola Superior de Educação e Ciências Sociais. A paixão e a formação na área do ensino e o gosto particular pela comunicação, contextualizadas no meio prisional de jovens onde a investigadora exerce a sua atividade profissional, têm vindo a revelar-se áreas que se coadunam onde, se por um lado exigem o desafio em trabalhar na reeducação de jovens reclusos, por outro motivam à intervenção na área da Educação Especial, em concreto na área da Comunicação Aumentativa (CA), uma vez que existe a necessidade de os EP (Estabelecimentos Prisionais) investirem na comunicação de forma a torná-la acessível para todos. Comunicar representa uma qualidade inata ao ser humano e que lhe permite inserir-se na sociedade e no mundo que o rodeia. O ato de comunicar é o de tornar comum e implica a compreensão mútua permitindo o envolvimento individual e social. Podemos comunicar de forma verbal ou não verbal, sendo a fala o modo mais comum de comunicação, mas que nem todas as pessoas conseguem realizar. Através da utilização da Língua Gestual Portuguesa (LGP), do Braille, da escrita, dos Símbolos Pictográficos de Comunicação (SPC), das figuras e palavras com relevo, mostra-se que é na diversidade que existe lugar para dar oportunidade a todos que se queiram fazer ouvir e compreender. A inclusão é isso mesmo: é podermos ser diferentes, iguais em participação; é olharmos atentamente para as potencialidades e para as dificuldades e com elas construirmos algo comum através de perspetivas e de contributos diferentes. A comunicação com um público jovem deve ser trabalhada e direcionada atendendo a que estes se encontram numa etapa de desenvolvimento marcada por fortes transformações, pela busca de novas experiências e também por relações de conflito, principalmente com adultos e figuras de autoridade. É por isso importante entendê-los não só como recetores, mas também como fontes de informação. A reclusão de jovens torna-os particularmente vulneráveis: se por um lado estão numa fase de transição, por outro encontram-se privados do seu bem maior - a sua liberdade. Assim, a comunicação pode ajudar a ter uma voz ativa, identidade e autonomia; pode ajudar a quebrar silêncios, a impedir o isolamento e a impessoalidade. O mesmo sucede com pessoas que, de forma temporária ou permanente não se conseguem comunicar, que não conseguem exprimir os seus desejos, sentimentos, angústias. A CA complementa (sem substituir) outros modos de comunicação tais como

a fala, gestos, vocalizações, expressões faciais e permite aumentar as capacidades de comunicação dessas pessoas, permite melhorar o seu relacionamento interpessoal e viver a vida com dignidade. Existem Sistemas Aumentativos de Comunicação (SAC) sem ajuda e que são usados pela pessoa apenas com recurso ao seu corpo, tais como sinais, gestos, expressões faciais e existem SAC com ajuda, já que podem requerer o uso de objetos físicos, imagens, desenhos ou ortografia. Neste projeto investigamos como é que as acessibilidades de comunicação atuam na comunicação de jovens em reclusão através da adaptação de um documento interno (o folheto informativo) para o Guia Acessível do Recluso, recorrendo aos SAC com ajuda. Avaliamos o impacto do Guia na comunicação dos jovens e destes com os seus pares e analisamos o impacto dele na autonomia e na independência comunicativas e acesso a informação por reclusos. O estudo decorre num EP de jovens na região centro. Para o resultado bem-sucedido desta investigação, foram tomadas todas as considerações éticas desde o início ao serem apresentados consentimentos informados a todos os participantes. Os dados recolhidos ao longo deste processo foram tratados de acordo com o anonimato e a confidencialidade, de forma que a proteção de dados fosse honrada. No anexo 1¹ encontram-se os consentimentos informados de todos os participantes devidamente assinados. No Anexo 2² expomos a autorização de realização deste estudo pelo ex-diretor-geral da Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais (DGRSP). Iniciamos a investigação com várias entrevistas de diagnóstico para percebermos quais as necessidades destacadas por quem aqui trabalha e por quem intervém no processo comunicativo de e com reclusos. Esta prisão recebe jovens com idades compreendidas entre os dezasseis e os vinte e um anos e é delimitada por percursos de vida e contextos complexos, desiguais, envoltos de risco e exclusão. A educação constitui um direito universal e desempenha um papel crucial no desenvolvimento humano, ajudando a pessoa a construir a sua personalidade e o seu carácter (Carla et al., 2016). A (Declaração Universal Dos Direitos Humanos, 1948, p. 491) refere no artigo 26º que “Toda a pessoa tem direito à educação.” O acesso ao conhecimento através da educação e da formação conduzem à inclusão social, em particular da população prisional que, por se encontrar em risco de exclusão social, continua a gerar uma crescente preocupação nas organizações internacionais.

¹ Consentimentos Informados: 1 Diretora do EP, 4 técnicos de acompanhamento individual a reclusos, 1 Técnico de animação sociocultural, 2 Juristas, 2 Assistentes Técnicas da Secção de Execução de Penas, 3 Psicólogos, 20 Reclusos.

² Autorização do ex-Diretor-Geral da DGRSP para realizar o Projeto de investigação.

Em Portugal o Despacho Conjunto n.451/99 (1999) determina que o Ministério da Educação assegure o funcionamento dos ensinos básico e secundário recorrente nos EP indicados pela DGRSP e em resultado disso , os dados estatísticos apontam para a baixa literacia e para a baixa qualificação dos reclusos nas prisões portuguesas. Se a educação constitui um direito humano básico com o qual é possível construir a paz e a ressocialização, à DGRSP incumbe a implementação de programas de intervenção direcionados, não só a estas problemáticas como também à faixa etária em que os reclusos se inserem evitando, assim, trajetórias de vida associadas a comportamentos de risco levando às dependências, à delinquência, criminalidade e por fim à reclusão.

Continuando, em entrevista³, o ex-diretor-geral da DGRSP, (Gonçalves ,2023) afirmou que 25% dos reclusos não têm mais do que a quarta classe e que ainda existem muitos analfabetos no meio prisional. Os dados referentes ao ano de 2023 da Pordata corroboram essa teoria e apontam para uma percentagem de 3% de reclusos que não sabem ler nem escrever, e de uma percentagem de 21% de reclusos que apenas detêm o ensino básico. Acresce a isto que não se pode ignorar a existência de reclusos com dificuldades intelectuais e com Necessidades Específicas (NE) nas prisões portuguesas, sendo que ainda não existem dados divulgados sobre esta matéria, mas igualmente relevante é a crescente percentagem de população reclusa estrangeira traduzida pelos mesmos dados estatísticos. Após a análise de conteúdo das entrevistas a trabalhadores constata-se que a maior necessidade sentida é a de adaptação do folheto informativo, já que este é o documento no qual se encontram elencados os assuntos de maior relevância para o conhecimento de reclusos e de trabalhadores em meio prisional. O folheto informativo é entregue a todos os reclusos entrados e através dele é possível aceder a informações do EP sobre programas, formação, trabalho e atividades ocupacionais, visitas de amigos e familiares, serviços de saúde disponíveis e informação sobre direitos e deveres dos reclusos. A (Declaração Universal Dos Direitos Humanos, 1948) revela no artigo 1º que “Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e em direitos”, por isso urge repensar no acesso a informação , acesso ao conhecimento por todas as pessoas, independentemente das suas condições físicas, psíquicas, económicas e sociais. A mudança não pode significar somente uma alteração, deve implicar novas formas de mudar no combate às desigualdades e na

disponibilização de recursos humanos habilitados, atendendo aos desafios de forma a minimizar barreiras à aprendizagem e a garantir que todos possam usufruir genuinamente de um ambiente educativo inclusivo (Carla et al., 2016). A inclusão, entendida como um processo transformador do sistema educativo, deve garantir a educação de qualidade para todas as pessoas e ao mesmo tempo deve garantir que a cada pessoa seja dada uma oportunidade igual e personalizada para o seu progresso nas aprendizagens. Por isso o (Despacho n. 8140/19, 2019) do Ministério da Justiça, revogado pelo atual (Despacho n.494/24, 2024) refere que se deve favorecer uma abordagem integrada da pessoa em situação de reclusão em que as intervenções devam contribuir para a integração social. No presente contexto serão estudadas e avaliadas as competências de comunicação dos jovens reclusos, procurando construir estratégias nas acessibilidades de comunicação que conduzam à igualdade de direitos e de oportunidades, assentes no modelo de educação inclusiva. O nosso objeto de estudo é baseado no artigo 9º do Regulamento Geral dos Estabelecimentos Prisionais (RGEP) que tem como base legal o Decreto-Lei n.51/11, (2011). Através de um processo comunicativo entre o jovem e o técnico de acompanhamento individual, pressupõe-se a integração prisional, apoiando-se ambas as partes no modelo impresso do folheto informativo através da descrição e explicação das normas e de outras informações do EP ao abrigo do Código de Execução de Penas e de Medidas Privativas da Liberdade (CEPMPL). É um dever cívico alertar e consciencializar para a concretização de um mundo mais equitativo, inclusivo, onde se coloque “o acento não nas deficiências, mas nas capacidades das pessoas e nos obstáculos que enfrentam, “(Crespo et al.,2008, p. 9) por isso, este estudo poderá motivar a intervenção aprofundada, holística no contexto prisional e pode futuramente permitir a contratação de técnicos especializados em Educação Especial para a reeducação de reclusos. No decorrer deste estudo, partimos das seguintes questões de investigação: De que forma é que a criação do Guia Acessível do Recluso pode contribuir para o desenvolvimento de competências comunicativas em reclusos com NE? ; de que forma é que a criação do Guia Acessível do Recluso pode mostrar-se inclusivo por contribuir para o acesso a informação e para a autonomia de reclusos com NE? De acordo com o descrito, a presente investigação apresenta os seguintes objetivos: o contributo do projeto para conhecer a perceção dos reclusos e dos trabalhadores sobre o impacto da implementação do Guia Acessível do Recluso na comunicação de jovens reclusos com NE, estrangeiros e com baixa literacia;

ii) analisar o contributo do Guia Acessível do Recluso para a inclusão de reclusos com baixa literacia , com NE e de reclusos estrangeiros; iii) avaliar a perceção dos reclusos e dos trabalhadores sobre a importância das acessibilidades na comunicação em contexto prisional. Esta investigação encontra-se dividida em três capítulos: Enquadramento Teórico, Estudo Empírico e Apresentação e Discussão de Resultados. No primeiro capítulo, o Enquadramento Teórico relacionamos a adolescência/juventude com o meio e procuramos uma definição de idade característica para esta fase e as trajetórias de vida que nela se enquadram; seguidamente apresentamos um breve enquadramento sobre o sistema penal de jovens e após esta análise relacionamos a idade com o crime. Depois analisamos a educação inclusiva à luz do (Decreto-Lei n. 54/18, 2018) e destacamos o conceito de NE. Adicionalmente contextualizamos o Desenho Universal para a Aprendizagem (DUA) na educação e decorrente disso nas acessibilidades de comunicação, através do (Decreto-Lei n.163/06, 2006). Introduzimos os conceitos de Comunicação e de CA e caracterizamos as atividades educativas e formativas decorrentes no EP de jovens. Ainda no Enquadramento Teórico abordamos a educação prisional , revelamos e analisamos os dados estatísticos sobre o tema. No segundo capítulo desta investigação, encontra-se o Estudo Empírico, onde descrevemos a metodologia de investigação, onde é também destacada a problemática, questão e objetivos de investigação, abordagem metodológica e as técnicas e instrumentos de recolha de dados. O terceiro e último capítulo é composto pela apresentação e discussão de resultados. No sentido de possibilitar uma leitura mais clara e objetiva ao leitor, esta foi dividida em cinco partes : as entrevistas de levantamento de necessidades, a adaptação do folheto informativo para o Guia Acessível do Recluso, a formação a trabalhadores , a aplicação de inquéritos por questionário a reclusos e a aplicação de inquéritos por questionário a trabalhadores. Por fim, nas conclusões desta investigação , é considerada uma reflexão global pela investigadora onde serão destacadas melhorias e sugestões.

1- ENQUADRAMENTO TEÓRICO

Neste capítulo serão apresentadas algumas das ideias chave para a elaboração deste projeto de investigação, por isso definimos o conceito de juventude, de NE, de DUA de Acessibilidade bem como de Comunicação e de CA e as suas tipologias.

1.1 JUVENTUDE: RELAÇÃO COM O MEIO E IDADE DA JUVENTUDE

A construção desta categoria é recente e remonta ao século XX , considerado por

(Philippe, 1981) o “século da adolescência”. Na perspectiva de (Cavadas, 2010), este processo de mudança social foi lento, acompanhado pela expansão da escola moderna enquanto espaço de socialização, interação e aprendizagem de uso (quase) exclusivo de indivíduos jovens. Do mesmo modo, (Lopes Da Silva et al., 2016) mostram que o desenvolvimento humano constitui um processo dinâmico de relação com o meio, em que o indivíduo é influenciado, mas também influencia o meio em que vive. Nesse seguimento e tendo em conta que esse processo é contínuo e que envolve mudanças físicas, emocionais, cognitivas e sociais, a fase da juventude torna esse processo mais intensivo, já que os jovens procuram a construção da identidade e a experimentação social. Desse modo, é fundamental que o meio ofereça as condições necessárias para que o desenvolvimento nessa fase seja saudável e emancipado. A escola mostra-se assim como um dos principais espaços de socialização, construção de identidade e independência dos jovens. São nela desenvolvidas competências cognitivas e sociais, redes de amizade e pertencimento, cidadania e pensamento crítico. Continuando, (Philippe, 1981) considera que a falta de diferenciação entre crianças e adolescentes foi substituída pelo conceito impreciso de juventude, desse modo, esse conceito pode abranger jovens ou adolescentes resultado da fluidez que o define (INEE)⁴. A partir desse ponto de vista, a Organização das Nações Unidas (ONU) define como “jovem” quem tem idade entre os quinze e os vinte e quatro anos, mas, em alguns contextos, essa idade pode variar até aos trinta e cinco anos⁵. Por outro lado, a Organização Mundial da Saúde considera que o período da adolescência se encontra definido num processo cronológico entre os dez e os dezanove anos⁶. Sucede que o conceito de “juventude” não é uma fase definida apenas pela idade já que varia conforme a classe social, cultura, género, território e tempo histórico. Consequentemente existe uma relação de progressão para uma responsabilidade, para a independência e para a maturidade. Esta relação encontra-se dependente de fatores socioculturais, institucionais, económicos e políticos tal como descrito por Faria (2015) e refere ainda que é na adolescência que ocorrem aquisições e modificações não podendo esta ser encarada como uma simples fase de transição entre a infância e a idade adulta já que tais transformações ocorrem por alterações físicas, psicológicas, cognitivas e sociais. Concluindo, embora a escola seja um dos principais espaços onde a juventude tenha as suas vivências, muitas vezes opera a partir de uma compreensão limitada e imprecisa do que é ser jovem. O conceito abarca uma pluralidade de experiências e de identidades, no entanto, o ambiente escolar frequentemente trata os jovens como um grupo homogéneo, desconsiderando as

múltiplas juventudes que ali convivem. Essa postura pode gerar exclusão e dificuldades de inclusão, sobretudo para aqueles cujas trajetórias não se enquadram no modelo de juventude pré-definido. Assim, é essencial que a escola reconheça e acolha essa diversidade, construindo práticas pedagógicas inclusivas que respeitem a complexidade de contextos.

1.2 JUVENTUDE: TRAJETÓRIAS DE VIDA

A adolescência é caracterizada por ser um período de alta suscetibilidade aos estímulos e às pressões sociais e, por conseguinte, traz consigo a vulnerabilidade. Os marcadores da transição para a vida adulta, de acordo com Komatsu, (2021, as cited in Smetana et al., 2006; Steinberg & Icenogle, 2019) são determinados pelas competências sociais espectáveis para um adulto tais como o casamento, o fim da escolarização, o ingresso no mercado de trabalho e a habilidade em lidar com as responsabilidades e com os privilégios da vida adulta. De outra forma Faria (2015) alerta que, para a construção da identidade e da autonomia dos adolescentes tem grande importância o grupo de pares. A busca pela identidade é um processo característico do desenvolvimento psicossocial entre os jovens e resulta de um processo contínuo de autoconhecimento onde os mesmos questionam as suas crenças, valores e preferências. Concomitantemente o adolescente vai adquirindo autonomia, vai assumindo progressivamente responsabilidades, decisões e tarefas anteriormente desempenhadas pelos pais e existe uma procura pela sua afirmação numa busca incessante por autonomia e independência, gerando conflitos familiares e conflitos com figuras de autoridade. Na opinião de Andrade (2010) na fase de transição da adolescência para a idade adulta a autonomia pode ser entendida como a capacidade para cuidar de si próprio, de tomar decisões com maturidade através do controlo dos impulsos e numa conduta responsável com uma posição de maior igualdade em relação aos pais, ao que Ribeiro (2024) afirma que essa busca pela identidade do adolescente é no fundo o momento em que este se questiona sobre como se vê no mundo, de como o explora tendo em conta questões sobre o seu género, orientação sexual, interesses, habilidades e valores.

⁴ <https://inee.org/pt/glossario-EeE/pessoas-jovens>

⁵ <https://unric.org/pt/juventude/>

⁶ <https://www.paho.org/pt/topicos/saude-mental-dos-adolescentes>

Nessa exploração, existe uma influência do ambiente através dos amigos, da família, das redes sociais e de experiências pessoais. Por isto, os estudos apontam que é nesta fase que se vivem os comportamentos exploratórios e de experimentação tal como refere Komatsu (2021, as cited in Cicchetti, 2016) e os comportamentos de elevado risco ,especialmente quando os ambientes são precários, violentos, hostis e stressantes e estão por isso mais suscetíveis de emergir. Steinberg (2005), refere sobre este assunto

Adolescence is often a period of especially heightened vulnerability as a consequence of potential disjunctions between developing brain, behavioral and cognitive systems that mature along different timetables and under the control of both common and independent biological processes. (p. 69)

Tal teoria é sustentada pela Yali Network (2010) que alude a que o cérebro humano não para de se desenvolver até aos vinte e cinco anos já que o córtex pré-frontal (a parte responsável pelo pensamento racional) não se desenvolve completamente antes dessa idade . Se os adultos pensam principalmente com o córtex pré-frontal , os jovens pensam com a amígdala, responsável pelas emoções. Do mesmo modo, o Comentário n. 24/19 Do Comité Dos Direitos Da Criança (2019) defende que as decisões dos jovens estão mais ligadas às emoções. A mesma teoria é defendida por Blos, (1962, as cited in Nabais, 2014) que alerta que esta fase revela uma discrepância entre o crescimento biológico rápido e o crescimento psicológico que se opera lentamente. Por isto, os jovens precisam de ter novas experiências e antecipam as suas vivências, resultando, muitas vezes, em comportamentos de risco baseados em impulsos e emoções, tal como mostra Steinberg (2005)“There is also evidence that increases in sensationseeking, risk-taking and reckless behavior in adolescence are influenced by puberty and not chronological age.” (p. 72). Arnett (1992 ,as cited in Martins 2005) expõe que comportamentos de risco tais como o uso de estupefacientes, a condução sob o efeito do álcool e a delinquência são frequentes na fase da adolescência, uma vez que é nela que o adolescente procura sensações fortes e a adrenalina. Nesta experiência em busca de autonomia e sem o controlo da família, o jovem acaba por transgredir as normas sociais.

1.3 SISTEMA PENAL DE JOVENS

A vontade em dignificar a condição humana e em repudiar a tortura e comportamentos de crueldade com reclusos levaram Beccaria (1995, as cited in Harcourt, 2014) a desenvolver um pensamento estruturado acerca das finalidades das penas e do processo penal “The death sentence was, for Beccaria, an ineffective means for the deterrence of crime because execution can be viewed by the condemned with more courage than one facing the loss of liberty.”⁷ que ainda hoje é colocado em prática. Foi decorrente disso destacado o papel do reeducador e houve a consciencialização da importância da infância e da juventude, revelando que estes períodos de vida têm características diferenciadoras e, conseqüentemente, um tratamento jurídico diferente. A proteção da criança e do jovem passa assim a ter uma dimensão internacional e em Portugal é criada a Lei Portuguesa da Infância em 1911, ao que Magalhães (2015) revela ter sido dado um grandioso salto na distinção entre a criança e o adulto. Passados três anos, nasce a Lei Tutelar Educativa aprovada pela Lei n. 166/99 (1999) e alterada pela Lei n.4/15, (2015), evidenciando-se como a mais profunda reforma no direito de menores da história portuguesa. Isto desencadeou uma nova perspectiva sobre a problemática social da delinquência juvenil, adotando uma nova linha de responsabilização do ato criminal praticado por menores. É também notável para esta mudança a aprovação da Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo, pela Lei n. 147/99 (1999). Para além destes diplomas, existe ainda um regime especial previsto no Decreto-Lei n. 401/82 (1982) que se aplica a jovens com idades compreendidas entre os dezasseis e os vinte e um anos que pratiquem factos qualificados pela lei penal como crime. Em Portugal, o sistema prisional é gerido pela DGRSP, que integra o Ministério da Justiça. Segundo o número 1 do artigo 12º do Decreto-Lei n.123/11 (2011) tem como missão desenvolver as políticas de prevenção criminal, de execução de penas e medidas e de reinserção social, bem como a gestão articulada e complementar dos sistemas tutelar educativo e prisional, de forma a assegurar a dignidade humana e contribuir para a ordem e paz social.

De acordo com o artigo 12º, número 2, alínea g) e h), salienta-se o papel da DGRSP, fulcral na promoção, desenvolvimento e coordenação dos programas adequados ao perfil criminógeno e psicológico e para o desenvolvimento da formação profissional, escolar e de reintegração do recluso durante o cumprimento da pena.

⁷ <https://prisonhistory.cadrummondhistory.lmu.build/beccaria-bentham-and-the-intellectual-seeds-of-a-carceral-state/>

A DGRSP foi criada com o objetivo da reinserção social daqueles que entraram em conflito com a lei e com a prevenção da delinquência, tal como nos diz Marques & Gomes (2008) ela é definida enquanto serviço central da administração direta do Estado, com autonomia administrativa. Analogamente a criação da DGRSP permite uma intervenção centrada no indivíduo, permitindo a colaboração dos serviços do setor público com os serviços do setor privado, operando nas oportunidades para a mudança e para a reinserção social, com vista à redução dos riscos de reincidência criminal.

1.4 RELAÇÃO IDADE /CRIME NA PRISÃO DE JOVENS

Estudos apontam para a relação entre a idade e o crime, ao que Iaralha (2015) revela existir um aumento de atos delituosos no período da adolescência. Para explicar este fenómeno estudos e teorias dão conta de que o período da adolescência é associado a comportamentos desviantes e aos níveis de testosterona presente nos jovens rapazes Iaralha (2015, as cited in Derbabieux e Blaya, 2002) e a mudanças originadas pela idade somada às alterações de rotina (Iaralha, 2015, as cited in Cohen e Felson, 1979). Os comportamentos de risco nos jovens são, por isso, uma grande preocupação social uma vez que as maiores consequências que esses comportamentos acarretam é a delinquência e a criminalidade e por fim a reclusão. Ao ingressar num EP, embora privado da sua liberdade, o recluso adquire um estatuto jurídico que lhe garante a proteção dos seus direitos enquanto cidadão. O direito à liberdade encontra-se consagrado e garantido na Constituição da República Portuguesa (CRP) no artigo 27.º Diário Da República n.86/76 (1976) e é inspirado diretamente no artigo 5.º da Diretiva 2012/13 (2021). Magalhães (2015), define a privação de liberdade como a detenção para a prisão ou a colocação de uma pessoa, por decisão de qualquer autoridade judicial, administrativa ou outra autoridade pública num estabelecimento público ou privado, do qual essa pessoa não pode sair por sua própria vontade. M. Gonçalves (2003), caracteriza a população reclusa como “um grupo de indivíduos que são obrigados a viver em determinadas condições de espaço e clima social, por um tempo igualmente determinado, mas bastante variável de indivíduo para indivíduo.” (p.209) A este respeito, as Regras das Nações Unidas de Mandela (1955) dizem-nos

A privação de liberdade de um jovem deve constituir uma medida de último

recurso e ter a duração mais breve possível,(...) destinadas a combater os efeitos nocivos de todos os tipos de detenção e a promover a integração na sociedade.

Machado & Leite (2023) consideram que os jovens representam o futuro da nossa sociedade por isso é premente assegurar as condições necessárias que conduzam ao processo de ressocialização dos mesmos. No Comentário n. 24/19 Do Comité Dos Direitos Da Criança (2019) , a ONU declara que, de acordo com o sistema jurídico português, as pessoas são consideradas imputáveis , isto é, podem ser responsabilizadas por um facto punível aos dezasseis anos, por se considerar que este período é o de transição entre a adolescência e a idade jovem adulta. Deste modo, assim que um jovem completa dezasseis anos de idade, passa a estar sujeito ao processo penal. O conceito de “jovem- adulto” caracteriza quem tem idade superior a dezasseis e inferior a vinte e um anos, conforme disposto no artigo 19º do Código Penal Decreto-Lei n. 48/95 (1995) e de acordo com Jardim et al. (2002), estes são descritos como

categoria própria, (...) , correspondendo a uma fase de latência social que faz da criminalidade um fenómeno efémero e transitório (...)” este período de latência social (...) potencia a delinquência, do mesmo modo que, a partir do momento em que o jovem assume responsabilidades e começa a exercer os papéis sociais que caracterizam a vida adulta, regride a hipótese de condutas desviantes.

A criação das Regras Das Nações Unidas Para a Protecção Dos Jovens Privados de Liberdade (1990) adotadas pela Assembleia Geral das Nações Unidas , elencam nos seus princípios orientadores a promoção do bem-estar do jovem e da sua família garantindo- lhe a sua inserção na comunidade afastado da criminalidade e da delinquência. Conhecidas também como as Regras de Beijing , definem o adolescente como “qualquer criança ou jovem que, nos respetivos sistemas jurídicos, possa ser tratada pela prática de um delito de forma diferente da de um adulto.” (regra número 2.2, alínea a) . O Regime Penal Aplicável a Jovens Delinquentes (RPJD) procura pôr em prática uma modalidade de direito mais reeducadora e a atenuação especial da pena de prisão a jovens Decreto-Lei n. 401/82 (1982), com base nos artigos 73º e 74º do Código Penal ao apresentar medidas alternativas à pena de prisão, quando esta seja inferior a 2 anos. (artigo 5º e 6º). Do mesmo modo, a Lei n.115/09 (2009), aprova o CEPMPL e defende nos princípios orientadores

o respeito pela dignidade da pessoa humana e pelos demais princípios fundamentais (...) aplicadas a jovens até aos 21 anos deve favorecer especialmente a reinserção social e fomentar o sentido de responsabilidade através do desenvolvimento de atividades e programas específicos nas áreas do ensino, orientação e formação profissional, aquisição de competências pessoais e sociais e prevenção e tratamento de comportamentos aditivos. (número 1 e 6)

Mata et al. (2012) referem que grupos tais como a família, os amigos e a escola transmitem influências e que estas podem ser positivas ou funcionar como fatores de risco. Tscharf (2009) alerta que a reclusão pode diminuir a autonomia do indivíduo e conduzir a situações de exclusão social, ou agravar as já existentes. Pode levar à perda da identidade do recluso já que “o ser humano não foi concebido para viver num espaço reduzido e privado do exercício normal das suas funções” (R. Gonçalves, 2002, p.191). Alinhado com isto, Andersen et al. (2000) mostra que a reclusão é uma experiência de vida traumática que requer modificações nos padrões básicos de vida e de funcionamento dos indivíduos “The early phase of imprisonment on remand thus seems to be a vulnerable phase with changes in symptom scores and emergence and disappearance of psychiatric disorders.”(p. 175). Nesta linha de pensamento, o sujeito é definido numa dimensão social em construção constante daí que a identidade se forma quando estamos em contacto com o meio envolvente e quando interagimos com outros. Do mesmo modo, A. Gonçalves (2024) descreve a adaptação à prisão como um processo contínuo moldado pela personalidade do recluso e pelas dinâmicas internas, onde os reclusos muitas vezes desenvolvem subculturas como mecanismo de sobrevivência. De acordo com A. Gonçalves (2024, as cited in Gonçalves, 1993) a adaptação à prisão é todo o processo de ressocialização e de reintegração na sociedade após a libertação. Os desafios enfrentados na prisão podem ter efeitos duradouros, dificultando a transição para a vida fora das grades. Por conseguinte L. C. Gonçalves & Gonçalves (2012) referem existir quatro tipos diferentes de reclusos quanto à sua adaptação nos EP: os bem-adaptados, sem antecedentes criminais e detidos por crimes ocasionais (mas violentos); os mal-adaptados, normalmente reincidentes, com comportamentos agressivos, que não cumprem regras e evidenciam valores antissociais; os sobre adaptados, com cadastro criminal e que já estiveram detidos que, embora de comportamento assertivo na prisão, podem pertencer a grupos delinquentes e por fim os

inadaptados que manifestam um desajustamento global à prisão e que têm uma média de idade de vinte e quatro anos. Nesse seguimento, Cesaroni & Peterson-Badali (2010) classificam este último grupo como sendo o correspondente ao dos “jovens- adultos”, fundamentando para isso que estes se inserem num período de grande vulnerabilidade psicológica, que provam os elevados níveis de stress e que ao experienciarem a detenção , isso afeta o seu contexto de adaptação prisional

Compared to adults, younger inmates are generally found to be involved in more disciplinary infractions, assaults on inmates, inmate-staff assaults, and conflicts with others (...) Younger inmates also appear to be less able to cope with the stress of imprisonment (...). They may also experience much higher levels of anxiety as a result of having been deprived of their families and social networks.
(p.2)

Da mesma forma, a pena de prisão afeta o desenvolvimento do jovem já que o período da adolescência e os primeiros anos da vida adulta são um período de descoberta, no qual são tomadas decisões impulsivas e conseqüentemente comportamentos de risco como forma de provocação. Recapitulando, com base em Carvalho (2019) , a escola e os pares, como se relacionam com professores ,colegas ,de como aceitam as regras que lhes são impostas , irá determinar a construção da sua personalidade. Na teoria sustentada por Petito & Rodrigues (2023) é descrito que a população reclusa se encontra em risco de exclusão porque não experiencia as transformações sociais que ocorreram no período de cumprimento da sua pena, mas também pelos escassos níveis de escolaridade e de formação profissional. Mendes et al. (2016) argumentam que o nível de instrução da população reclusa é tendencialmente baixo, com pouca qualificação escolar e que pode dar origem a trajetórias de vida mais vulneráveis e a desenvolver comportamentos de risco , dependências, delinquência e crime. Da mesma forma Chaves et al. (2022) aludem para a existência de determinadas características influenciadoras do comportamento criminal e que ,para isso,

devem ser consideradas as características individuais, familiares e sociais, (...) sendo adquiridas ao longo da vida e podendo ser pontuadas por acontecimentos já estudados, como o abandono escolar precoce, a convivência em ambientes

propícios às práticas criminais, a influência dos grupos de pares, as dificuldades económicas, entre outros. (p. 235)

O mesmo autor refere que a maioria da população reclusa passa por dificuldades socioeconómicas, famílias desestruturadas, vidas marcadas pela violência, trajetórias de vida que podem promover a reincidência e a dificultar a reinserção do indivíduo na sociedade. Em suma, a adolescência é uma fase de transição necessária para a obtenção da maturidade e caracteriza-se pela busca de independência social e económica. Na análise dos dados estatísticos sobre a lotação e os reclusos existentes nos quarenta e nove EP em Portugal, verifica-se (Anexo 4)⁸ que num universo de doze mil, cento e noventa e três reclusos, o número total de jovens detidos no EP em estudo é de duzentos e quatro reclusos. Corresponde a uma percentagem de 2% de jovens detidos em 2023 em Portugal ao que Cordeiro (2024) explica existir um aumento de jovens detidos até aos dezoito anos em 2023. De acordo com a Figura 1 publicada nesse artigo, verifica-se que este é o número mais elevado da última década e ao que Cordeiro (2024) revela que em 2023 foram detidos cinquenta e seis jovens com idades compreendidas entre os dezasseis e os dezoito anos

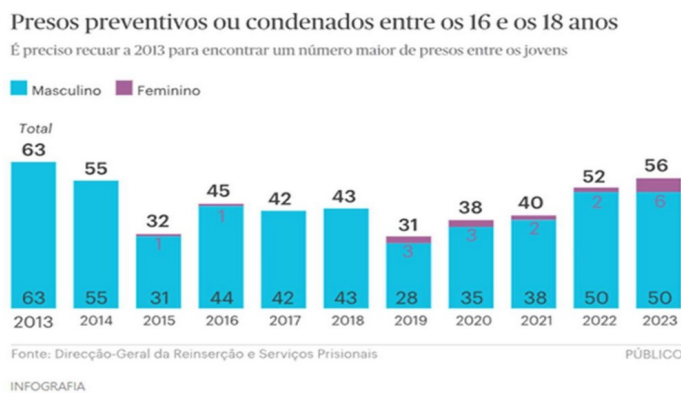


Figura 1 : Gráfico de presos preventivos ou condenados entre os 16 e os 18 anos

Ainda no mesmo artigo, Maia (2024), refere que o resultado destes dados pode ter origem em várias causas, alertando para o período de término dos confinamentos da pandemia, onde estes jovens podem ter reprimido a agressividade e que por isso tenha havido um exacerbar desta no pós-confinamento. Sobre este assunto, Silva (2024) aponta a pandemia como justificativa para o atraso nos processos ou de camuflagem de situações. Acresce a isto a história de vida destes jovens marcada geralmente por percursos de desenvolvimento hostis e trajetórias de vida traumáticas de stress tóxico e de ausência de afeto, conforme defende a teoria de Chaves et al. (2022). Destaca ainda

que os adultos manipulam os miúdos mais novos para os inserirem em redes criminosas: sendo os jovens mais suscetíveis e frágeis, carentes de contactos, de dinheiro ou de bens materiais, consequentemente são aliciados para o mundo do crime. Seguindo a mesma linha orientadora, R. Gonçalves (2008) indica que geralmente o delinquentes não teve acesso a uma escolaridade normal decorrente do seu comportamento na infância. Note-se que tal teoria foi atrás defendida por Mendes et al. (2016). Pela mesma razão, atente-se na Figura 2 onde se encontram descritos os dados estatísticos disponibilizados pela DGRSP sobre o nível de instrução da população reclusa existente nas prisões portuguesas a 31 de dezembro de 2023:

Sexo/Nacionalidade	Homens		Mulheres	
	Portugueses	Estrangeiros	Portugueses	Estrangeiros
Instrução				
TOTAL (a)	9 479	1 808	678	228
Não sabendo ler nem escrever	270	29	54	9
Sabendo ler e escrever	321	74	43	9
Possuindo o ensino:	8 801	1 679	570	209
1º Básico (1º, 2º, 3º e 4º anos)	2 153	182	122	26
2º Básico (5º e 6º anos)	2 332	278	107	22
3º Básico (7º, 8º e 9º anos)	2 623	544	166	53
Secundário (10º, 11º e 12º anos)	1 182	535	142	89
Superior	202	131	32	15
Outros cursos	9	9	1	4
Ignorado ou não especificado	87	26	11	1

(a) Contabiliza 347 n.º imputáveis (Mulheres e Homens) internados em hospitais e clínicas psiquiátricas prisionais e não prisionais



Figura 2 : Reclusos existentes em 31 de dezembro, segundo a instrução, sexo e nacionalidade

Num universo de doze mil, cento e noventa e três reclusos, trezentos e sessenta e dois não sabem ler nem escrever e entre estes, trinta e oito são estrangeiros e trezentos e vinte e quatro de nacionalidade portuguesa. No artigo 4º, número 4 do CEPMPPL encontra-se descrito que a execução das penas e medidas aplicadas a reclusos estrangeiros deve permitir a expressão dos seus valores culturais, atenuar as eventuais dificuldades de integração social ou de domínio da língua portuguesa Lei 115/09 (2009). Ainda no artigo 38º, número 2, encontra-se definido que a escolaridade

⁸ [DGRSP_ServicosPrisionais_2023.xlsx](#)

obrigatória é assegurada com carácter prioritário a reclusos jovens ou iletrados, bem como no artigo 5º é relatado que ,ao recluso estrangeiro, de língua materna diferente da portuguesa, é garantido o acesso a programas de ensino da língua portuguesa ,pelo menos quando o tempo de pena a cumprir exceda um ano. Atendendo ao exposto ,importa referir que atualmente vigora o Despacho Conjunto n.451/99 (1999), o qual determina que o Ministério da Educação assegure o funcionamento dos ensinos básico e secundário recorrente nos EP indicados pela DGRSP ao que, J. A. Moreira et al. (2022) revelam que desde então foi regulamentado o ensino dentro dos estabelecimentos prisionais ao nível de todos os ciclos de ensino, como forma de colmatar os baixos níveis de escolaridade e de literacia da população reclusa.

1.5 EDUCAÇÃO INCLUSIVA: O DECRETO-LEI 54/18 (2018)

O desenvolvimento de uma sociedade existe na educação dos cidadãos que a constituem e é por isso que a educação inclusiva é uma das prioridades da ação governativa Decreto-Lei n. 54/18 (2018). Através dele, o governo tem a intenção da criação de uma política educativa centrada nas pessoas e que garanta a igualdade no acesso à escola pública, com vista ao sucesso educativo aumentando a participação nos processos de aprendizagem e na vida da comunidade educativa. A esse respeito, Bonança et al. (2022), revelam que Portugal procurou a democratização do ensino, com base na justiça e equidade social “independentemente das idiosincrasias e necessidades de cada aprendente”. A atual noção de escola, prevê a aprendizagem conjunta, como descreve na Declaração de Salamanca (UNESCO, 1998):

O princípio fundamental das escolas inclusivas consiste em todos os alunos aprenderem juntos, sempre que possível, independentemente das dificuldades e das diferenças que apresente. Estas escolas devem reconhecer e satisfazer as necessidades diversas dos seus alunos, adaptando-se aos vários estilos e ritmos de aprendizagem . (p. 11-12)

Este modelo de organização torna-se exequível ao inserir as ferramentas necessárias que permitam um acompanhamento eficaz a todos os alunos incluindo os com NE. Nessa linha condutora, a Declaração de Salamanca conferiu um grande destaque à educação dos alunos com NE traçando o caminho para a inclusão , ao que F. Silva

(2015) explica que surgiu uma dimensão mais ampla porque se entendeu a escola regular como destinada a toda a sociedade. Assim, as diferenças não são encaradas como algo que deve ser mitigado, mas sim como um valor de referência, porque justificam as mudanças no currículo das escolas e no processo de ensino e aprendizagem (UNESCO, 1998). Com esta alteração foi necessário implementar processos de formação inicial e contínua de professores, assim como descreve Nunes & Madureira (2015) e a escola em geral e a sala de aula em particular, traduziram-se como ambientes prioritários para combater a exclusão e a marginalização social. A esse respeito, o Decreto-Lei n. 54/18, (2018), número 1 refere que a escola deve adequar os processos de ensino às características e condições individuais de cada aluno, mobilizando todos os meios para que a aprendizagem tome lugar e para que todos participem de igual forma. Daí decorrente, assim como acontece numa sala de aula de uma escola, o mesmo deve acontecer na sala de aula da prisão onde o direito à educação “deve ser assegurado com a intencionalidade educativa e proporcionando condições para que todos se possam desenvolver em contacto com o conhecimento, com a experiência, com os desafios e com a vivência quotidiana do sucesso e do esforço, quer em contextos formais quer em contextos não formais, desde a hora em que nascemos”(Bonança et al., 2022, p. 7).

Delors (2010) assume a mesma intencionalidade ao referir que os sistemas educacionais devem privilegiar o acesso ao conhecimento e que devem inspirar e orientar as reformas educacionais para elaborar programas e para criar políticas pedagógicas inovadoras. Se o desenvolvimento de uma sociedade passa pelo contributo dos cidadãos que a constituem, para isso é preciso que os cidadãos possam participar em igualdade de direitos e de oportunidades. Quando a educação é de qualidade, os cidadãos adquirem conhecimento e sentido crítico, o que os leva a tomar decisões conscientes.

1.6 NECESSIDADES ESPECÍFICAS (NE)

O conceito de NE em Portugal, segundo M. Santos et al. (2017, as cited in Correia, 2008) objetiva uma escola que consiga responder às necessidades de cada aluno e onde se estimule a participação de todos: alunos, educadores e pais em sintonia com o ensino regular e a educação especial. Na perspetiva de Ainscow (1998), a diferença é um valor e a escola é um lugar que proporciona interação de aprendizagens significativas a todos

os seus alunos, baseadas na cooperação e na diferenciação inclusiva. Uma escola verdadeiramente inclusiva é, portanto, uma escola atenta às especificidades de cada aluno, com o objetivo de colocar todos ao mesmo nível, mas com adaptações diferentes. Com isso, o conceito foi-se afastando gradualmente das necessidades educativas especiais, procurando uma educação para cada pessoa. Tal como existe a necessidade de formar pessoas utilizando diferentes métodos e estratégias, existe também a necessidade de formar cidadãos em linha com a sociedade global, incluindo aqueles que, transitoriamente, se encontram em situação de privação de liberdade e em cumprimento de pena bem como é referido por Monteiro et al. (2016) “Num mundo altamente tecnologizado, (...) a alfabetização (...) de todos e de cada um em particular, com especial ênfase para os grupos sociais menos favorecidos ou em situação de exclusão social, como é o caso das pessoas reclusas” (p. 82-83) .No Relatório Olhar Para o Futuro Para Guiar a Ação Presente (2017/2027) é considerado nas opções estratégicas “Dentro do universo da população prisional portuguesa há um conjunto de grupos com necessidades especiais (...) para quem os regimes de execução podem ser adaptados.” De igual forma , encontra-se descrito no Guia Prático das Pessoas com Deficiência em Portugal (2019)⁹, que todas as pessoas devem poder aceder (...) à informação e comunicação, com a máxima autonomia e usabilidade (Neca, 2024). Em concordância com isso, no artigo 38º do CEPMPL é descrito que é direito do recluso “com necessidades educativas especiais (...) o apoio que lhe permita aceder ao ensino em condições idênticas às dos restantes reclusos”.

Refere ainda no artigo 7º do CEPMPL nas alíneas j), l) e m) que o recluso tem direito

A ser pessoalmente informado, no momento da entrada no estabelecimento prisional, e esclarecido, sempre que necessário, sobre os seus direitos e deveres e normas em vigor. (...) A ser ouvido, a apresentar pedidos, reclamações, queixas e recursos e a impugnar perante o tribunal de execução das penas a legalidade de decisões dos serviços prisionais.

É por isso um direito universal o acesso a educação e a informação, contudo nem sempre estão ao alcance de todos. Por outro lado, a alfabetização é um processo longo e progressivo, que acarreta o desenvolvimento de competências de leitura, de escrita e de cálculo decorrentes das exigências sociais com as quais as pessoas se confrontam no dia

a dia, e das oportunidades de aprendizagem a que podem estar sujeitas. Em decorrência disso, as desigualdades vão-se intensificando e com frequência traduzem-se em desigualdades no acesso à escola e ao sucesso educativo e resultam de implicações no percurso social e profissional dos jovens e consequentemente dos adultos. Não obstante Cunha (2013) refere que o sistema prisional tem procurado melhorar a forma como intervém na sua função social procurando oportunidades de desenvolvimento da pessoa. A esse respeito, Loureiro & Ribeiro (2024) mostram que nas prisões existem diferentes tipos e práticas de educação de adultos, contudo parece não existir um modelo direcionado a jovens reclusos com o objetivo de reduzir os efeitos dos fatores de risco. Devem, assim, ser concedidos os meios para desenvolver habilidades e competências que lhes permitam ler o mundo e, com base nessa análise crítica, saber como enfrentá-lo e autodesenvolver-se, tal como enuncia Hurtado, (2005)

Para muchos, la educación popular sólo consiste en la aplicación de determinadas “técnicas” o herramientas didácticas (...) Para otros es sinónimo (...) de todos aquellos procesos educativos “formales” que se realizan “informalmente” (...) Algunos más la ubican en el terreno de otras modalidades educativas, como educación a distancia, educación especial, etc. (p.7)

Essas ferramentas poderão atenuar a taxa de insucesso escolar da população reclusa jovem e adulta que é reflexo da taxa de insucesso escolar da população portuguesa, tal como alerta Quaresma (2014, p. 59) “É difícil motivar a adesão de reclusos para a via do ensino quando muitos deles têm já um passado de insucesso e absentismo e se os conteúdos programáticos não levarem em conta estas especificidades.”, já que a maioria dos modelos existentes no ensino prisional são réplicas de estruturas educativas, conforme descrevem J. Moreira et al. (2020) e que, fora dos muros da prisão, não foram eficazes. Por essa mesma razão, Vieira (2005) ressalva que para atenuar os problemas associados à reclusão, deve-se proporcionar nas prisões atividades ligadas ao ensino, à formação profissional, ao trabalho, ao desporto e à cultura. C. Fernandes (2010) destaca também a importância das atividades educativas. Estas podem atenuar os efeitos da detenção e promover a valorização pessoal do recluso, permitindo o desenvolvimento da autoestima e a ressocialização. Sucede que, de acordo com Ferreira (2020), muitas dessas atividades propostas não conseguem adequar-se ao contexto em que se inserem, isto é, muitas dessas atividades não vão ao encontro da faixa etária da população

⁹ https://www.inr.pt/guia_pratico

reclusa. Bernet (1993) refere que a prisão é o lugar onde o recluso cumpre a pena pelo crime cometido, mas é também um lugar de (re)educação, que deve proporcionar a recuperação junto da comunidade. Facto é que se insiste na aproximação do meio prisional à comunidade e Patrício (2021) define esta problemática como a falta de empatia e de envolvimento por parte da sociedade e na inexistência de pontes entre o sistema e a comunidade tal como o artigo 38º número 1 do CEPMPL defende , classificando-o como organizado e conectado com as políticas nacionais de educação ,de emprego e formação de adultos. Tal teoria pode ser sustentada por (Hargreaves et al., 2001) revelando que deve existir um modelo de trabalho direcionado às necessidades dos seus alunos

The approaches that educators have devised to meet the needs of young adolescents today are sometimes in tune with the modern standards movement—in raising expectations for learning or putting consistent emphasis on getting all students to succeed. (...) Standards based reform therefore appears to have an ambivalent relationship to the kinds of schooling and teaching that work best for young adolescents, especially those who are most at risk. (p.12)

e que sistematize os conhecimentos de diferentes áreas de forma a melhorar a efetividade das intervenções . No capítulo II, do artigo 71 , número 1 e 2 do Decreto-lei n.51/11 (2011) e que aprova o RGEP, mostra-se que a organização do ensino e a atividade escolar devem ser estruturadas de acordo com os mesmos princípios técnicos e pedagógicos estabelecidos no meio livre e enquadradas no contexto prisional, em articulação com as escolas associadas e outros parceiros locais. Ainda na Lei n.115/09 (2009) do CEPMPL , no artigo 38º, número 1 é referido que “O ensino organiza-se em conexão com a formação profissional e o trabalho, de modo a promover condições de empregabilidade e de reinserção social, no quadro das políticas nacionais de educação e de emprego e formação de adultos.” Resulta que , ainda que se procure que as instituições e os seus profissionais possam intervir de forma eficiente e ter qualidade no ensino e nas aprendizagens, na prática essa formação é falível. Em conformidade com isso, notícias revelam que , do meio milhar de professores colocados no ensino prisional, muitos ficaram surpreendidos por estarem colocados numa prisão. Na opinião destes docentes , o ensino prisional é desafiante e motivador porque é completamente

diferente do ensino regular. Do mesmo modo é apontado que um dos principais desafios enfrentados por estes profissionais tem que ver com a ausência de uma formação acadêmica e profissional para este contexto educativo tendo em conta as necessidades educativas complexas . Aos docentes mostra-se necessário atender à diversidade dos aprendentes, a uma educação inclusiva, e A. Fernandes & Fernandes (2019) consideram-na inclusiva porque é o espaço privilegiado para combater qualquer tipo de discriminação e ir ao encontro das características, necessidades e capacidades destes jovens, incluindo jovens com NE. Nessa perspetiva, concomitantemente com o grau de complexidade de uma sala de aula do ensino regular nivelam-se as salas de aula do ensino prisional . A este respeito, a diretora de um EP declarou¹⁰ “ Na turma de 1.º ciclo há alunos dos 24 aos 58 anos. Nas outras salas, também há reclusos de todas as idades.” Do mesmo modo, a antiga Ministra da Justiça declarou ¹¹ que cerca de dois mil e setecentos reclusos em 2022 estavam a frequentar vários níveis de ensino entre o ensino básico e o ensino superior. Isto revela a existência de diferentes níveis de ensino lecionados numa mesma turma em que os docentes, para além da heterogeneidade , lidam com a diversidade de conteúdos educativos. Além disso , os docentes devem estar preparados para trabalhar num contexto diferente como compreendem Pocinho & Cruz (2018) inferindo que a escola é atualmente inserida num contexto social repleto de mudanças, no qual os valores de vida dos alunos, das famílias e dos professores também sofreram mudanças, aliás como vem corroborar a notícia ¹² onde é referido que nas salas de aula, "existe um pouco de tudo", desde os habituais traficantes de droga, a "violadores, pedófilos, assaltantes, homicidas.". Na revista de novembro de 2024 da Associação Portuguesa de Educação nas Prisões, Pinto (2024) relata que a esmagadora maioria dos professores não tem qualquer formação específica para trabalhar em contexto prisional e apontou que o contexto e a prática de trabalho são relevantes para saber como atuar nesse contexto. Concluiu-se, ainda, que tais resultados revelam que a formação para o exercício da função é primordial. É fulcral desenvolver , não só as competências pedagógicas no corpo docente , mas também com os alunos , de forma que haja “não só a aprendizagem pela descoberta, eventualmente até colaborativa, mas também a sincronização entre o desenvolvimento individual e o contexto, promovendo maior motivação, mais diálogo, interação e comunicação.” (Dias-Trindade et al., 2019, p. 76). Em suma, o ato de educar pode ser definido como um ato relacional e comunicacional e deve funcionar enquanto processo facilitador nas aprendizagens e nas descobertas (Rego, 2014). A educação no meio prisional é desafiante, mas essencial

para a reinserção social dos reclusos e para que estes desviem a sua atenção para outros interesses que não os da criminalidade. Do mesmo modo, e na perspectiva de Tscharf, (2009) , mostra-se evidente que a “prisão só poderá, de alguma forma, ser útil, se o período que o indivíduo passa lá dentro for uma fase de reeducação para a sua posterior reinserção”(p.100). Urge a intervenção de um corpo docente formado e que encoraje os reclusos a inscrever-se e a participar em ações educativas, restituindo-lhes a confiança necessária e a autoestima para que consigam tirar benefícios das possibilidades que lhes são apresentadas, mas sobretudo, que as ações educativas na prisão , segundo C. Fernandes (2010) apliquem modelos que se afastem dos tradicionalmente conotados com a escola institucional, principalmente no que respeita à relação professor/aluno. A intervenção educativa, em qualquer contexto, apenas poderá funcionar se se adotar como estratégia o diálogo, a partir do qual se aumenta o envolvimento do indivíduo na construção da sua própria história, tal como enunciam Canastra & Malheiro (2009).

1.7 O DESENHO UNIVERSAL PARA A APRENDIZAGEM (DUA)

O Desenho Universal para Aprendizagem (DUA) visa transformar as escolas em ambientes inclusivos e favoráveis à aprendizagem de todos (Nunes & Madureira, 2015). Para o processo de transformação, o foco deixou de ser no aluno e passou a ser na escola López López (2012)

No es sino la aplicación más universalizada del concepto creado por autores como Stainback y Stainback (1992), lo que ha implicado realmente un cambio de paradigma, que ha llevado la responsabilidad de la educación de alumnos con necesidades educativa especiales desde el individuo a la escuela. (p.176)

De acordo com a UNESCO (1996), as dificuldades derivam , não dos alunos ou dos seus contextos de origem, mas dos desafios e fatores, entre os quais se encontram as opções e decisões pedagógicas dos professores e a organização do currículo em cada

¹⁰ <https://observador.pt/2025/01/25/reportagem-ensino-nas-prisoas-esta-a-crescer-porque-e-uma-arma-la-fora/>

¹¹ <https://www.dnoticias.pt/2022/9/27/329679-2700-reclusos-frequentam-diferentes-niveis-de-ensino/>

¹² <https://www.dnoticias.pt/2025/1/26/435711-meio-milhar-de-professores-abracam-desafio-de-ensinar-nas-prisoas/>

escola. Isso levou à criação de estratégias para a acessibilidade de todos e para que o docente definisse objetivos, criasse materiais e formas de avaliação adequadas a todos os alunos, conforme refere King-Sears (2014). O objetivo é apostar na diversidade das aprendizagens, concretizar um ensino para todos, “sob a perspectiva de um modelo social, que abra espaço para o respeito às diversidades como um fator que une as diferentes comunidades de pessoas.” (Jezine & Junior, 2011, p. 62) A informação e o conhecimento, características particulares deste século, fizeram emergir novas desigualdades educacionais realçando as situações de exclusão social como é o caso das pessoas que estão em situação de reclusão. Sob a opinião de J. Moreira et al. (2020) mostra-se necessário repensar os paradigmas educacionais, os processos de comunicação educacional, os cenários de aprendizagem e os modelos pedagógicos. Norteados pelos princípios de gestão e funcionamento do sistema prisional europeu através das Regras Penitenciárias Do Conselho Da Europa (2020), identificamos, em primeiro lugar, o acesso às aprendizagens e em criar oportunidades iguais de acesso à educação de reclusos. Nestas Regras encontra-se definido o direito de os reclusos poderem aceder a programas de ensino que respondam às suas necessidades individuais; em segundo lugar, a Regra número 11 descreve que deve existir uma separação física de reclusos preventivos e condenados. Na prática resulta que a grande maioria das prisões em Portugal enfrenta problemas de falta de espaço e de condições e isso impossibilita a separação adequada entre os que aguardam julgamento dos já condenados. Esta realidade pesa no direito ao acesso a educação, já que os reclusos só são direcionados para programas educativos e formativos quando a pena o justifique, ou seja, quando há condenação. Esta teoria é baseada nos dados anuais de 2023 publicados pela DGRSP sobre os reclusos existentes em 31 de dezembro, segundo a sua situação penal, em formação e em atividade, onde, de um universo de doze mil, cento e noventa e três reclusos, onze mil, oitocentos e quarenta e seis são preventivos e condenados, mas apenas dois mil, quinhentos e sessenta frequentam ações escolares. Da mesma forma Sousa (2020, as cited in Senna 2008) defende que isso leva a que haja uma influência direta ou indireta na ressocialização dos presos preventivos, estando estes mais expostos à “escola do crime”. Similarmente Ilharco (2024) denuncia a organização das cadeias porque “misturam condenados com presos preventivos, condenados a grandes penas com outros com penas pequenas”¹³. Do mesmo modo, Godinho (2024) revela que no Relatório de auditoria solicitado pela Ministra da Justiça às quarenta e nove prisões portuguesas¹⁴, resultou que presos preventivos continuam a

ser colocados em prisões destinadas a condenados. Acresce a isto que no artigo 19º do CEPMPL pode ler-se “A avaliação do recluso preventivo, tendo presente o princípio da presunção da inocência (...) visa a recolha de informação necessária à (...) inclusão em actividades e programas de tratamento” ao que a prática demonstra que o ingresso de reclusos preventivos em actividades educativas e formativas existe “solamente en cuanto sea compatible com su situación procesal.”(Gómez, n.d.)

1.8 ACESSIBILIDADE: O DECRETO-LEI N.º 163/06 (2006)

Ter oportunidade para algo ou a oportunidade de poder entrar em algum lugar pode definir-se como acessível, já a acessibilidade tem que ver com o design de produtos, dispositivos, serviços ou ambientes. Seguindo o exemplo: ter um só braço é uma condição permanente, ter um braço ferido é uma condição temporária e segurar um bebé num braço é situacional — em comum, todos podem concluir tarefas com apenas uma mão.¹⁵ Nessa perspectiva, os designs acessíveis devem ser criados para a utilização de todos sem exceção, ao que Vicente et al. (2021) sublinham que as acessibilidades são projetadas para todos os que, de alguma forma, não tem ou que vão perdendo as suas capacidades ou a destreza na locomoção, como é demonstrado através do Decreto-Lei n.163/06 (2006). Do conjunto das pessoas com NE fazem parte pessoas com mobilidade condicionada, isto é, pessoas em cadeiras de rodas, pessoas incapazes de andar ou que não conseguem percorrer grandes distâncias, pessoas com dificuldades sensoriais, tais como as pessoas cegas ou surdas, e ainda aquelas que, em virtude do seu percurso de vida, se apresentam transitoriamente condicionadas, como as grávidas, as crianças e os idosos. O Decreto-lei foi aprovado com a finalidade da “construção de um sistema global, coerente e ordenado em matéria de acessibilidades, susceptível de proporcionar às pessoas com mobilidade condicionada condições iguais às das restantes pessoas”. Steffens (2023) defende que questões relacionadas com acessibilidade são cada vez mais atuais, daí que exista uma crescente preocupação em tornar os ambientes acessíveis a todo o tipo de públicos. A acessibilidade não se limita ao espaço físico pois engloba comunicação, atitudes, métodos, instrumentos, leis, entre outros.

¹³ <https://24.sapo.pt/actualidade/artigos/vitor-ilharco-todos-pensam-em-fugir-o-que-me-surpreende-e-a-relativa-facilidade-com-que-eles-fugiram>

¹⁴ <https://justica.gov.pt/Noticias/Concluida-a-auditoria-a-seguranca-e-vigilancia-das-49-prisoas-do-pais>

1.9 ACESSIBILIDADES DE COMUNICAÇÃO

Desenhados para melhorar a comunicação e o acesso a informação, os documentos acessíveis visam permitir a participação de todos em igualdade de direitos e de oportunidades. Se para as Pessoas Com Deficiência (PcD) as acessibilidades em ambiente físico podem implicar a eliminação de barreiras para permitir a circulação livre de pessoas (exemplo: colocação de rampas, balcões de atendimento acessíveis em altura) as acessibilidades de comunicação implicam poder aceder a estas de forma independente, através de documentos que permitam uma maior compreensão da informação, podendo para isso recorrer a símbolos [pictogramas], Braille, LGP, texto aumentado, letra acessível, linguagem simples, espaçamento de texto, etc. Importa referir que a acessibilidade comunicacional não se destina a PcD, já que pode ser utilizada por pessoas com problemas de comunicação temporários e que necessitem de utilizar informação para tomar decisões no dia-a-dia, para se relacionarem com outros, para se sentirem envolvidos na comunidade e para poderem utilizar bens e serviços assim como a tecnologia. Em decorrência disso, verifica-se que pessoas com dificuldades intelectuais e psicossociais são discriminadas no acesso à justiça em Portugal ¹⁶. De forma a promover a inclusão e o acesso à justiça para arguidos com estas características, foi elaborado um projeto da responsabilidade da Federação Nacional de Cooperativas de Solidariedade Social (FENACERCI)¹⁷. Denuncia a falta de adaptações processuais, a ausência de comunicação simplificada ou a impossibilidade de haver um intermediário. Na Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (CDPD) são determinadas obrigações aos Estados de forma a identificarem e a mitigarem barreiras para assegurar que todas as pessoas com deficiência possam ter acesso à justiça em condições de igualdade com todas as outras. Nesse decorrer, o Guia Orientador para a Promoção do Acesso À Justiça Para Pessoas Com Deficiência Intelectual E/ou Psicossocial, Neca (2024) revela os dados dos Censos de 2021 em que 10,9% dos portugueses e portuguesas (cerca de um milhão e cento e dezassete mil) têm algum tipo de deficiência (INE, 2022).

¹⁵ <https://brasil.uxdesign.cc/acesibilidade-ux-design-universal-design-inclusivo-e-design-com-foco-na-equidade-4e5429811997>

¹⁶ <https://observador.pt/2023/10/22/pessoas-com-deficiencia-intelectual-discriminadas-no-acesso-a-justica-em->

[portugal/](#)

¹⁷ <https://www.fenacerci.pt/2023/02/15/projeto-enable/>

Estas pessoas defrontam-se com barreiras no acesso ao sistema judicial , seja como vítimas, testemunhas ou como arguidos. Neca (2024) aponta dificuldades tais como

legislação desatualizada(...), inexistência de mecanismos que permitam identificar as necessidades de apoio atempadamente para que sejam fornecidas as adaptações necessárias para aceder à informação e comunicar, a ausência de adaptações processuais, dificuldades no acesso a apoio judiciário, barreiras atitudinais dos profissionais da área da justiça e escassez de especialização e formação adequada nesta área.(p. 7)

Com efeito, a preocupação na elaboração das normas técnicas não supera a sua aplicabilidade : são poucos os países que criaram mecanismos de apoio e no caso de Portugal ,apesar da recomendação feita pelo Comité das Nações Unidas para os Direitos das Pessoas com Deficiência isso não constituiu uma prioridade nas políticas nacionais para a deficiência.¹⁸ Em terceiro lugar, uma outra inquietação sobre esta matéria destaca-se no direito a informação na justiça. Se analisarmos a (Diretiva 2010/64, (2010) relativa ao direito à interpretação e tradução , verificamos que esta garante o direito a um intérprete de língua estrangeira e à assistência de pessoas com deficiência auditiva ou da fala em processo penal, sucede que, quando se trata de barreiras cognitivas , isto é, dificuldades em compreender procedimentos e proporcionar adaptações , estas pessoas são deixadas de lado. Tal sucede com a (Diretiva 2012/13, (2012) relativa ao direito à informação em processo penal onde a (Diretiva 2010/64 (2010) se verifica que os arguidos com deficiência auditiva ou da fala embora tenham acesso a informações sobre os seus direitos, acusações e material processual, não exige que esta informação seja acessível aos arguidos com barreiras cognitivas (Neca, 2024). Continuando , o CEPMPL prevê, nos seus princípios orientadores especiais , do artigo 4º ,número 4 :

¹⁸ <https://www.fenacerci.pt/2023/10/27/estudo-sobre-acesso-a-justica-em-portugal-indica-obstaculos-a-pessoas-com-deficiencia-intelectual/>

A execução das penas e medidas (...) aplicadas a reclusos estrangeiros ou pertencentes a minorias étnicas ou linguísticas deve, (...) atenuar as eventuais dificuldades (...) de domínio da língua portuguesa, designadamente proporcionando contactos com entidades consulares ou diplomáticas ou organizações de apoio aos imigrantes, cursos de português, tradução de documentos ou intervenção de intérpretes.

Ainda decorrente do explanado no Decreto-Lei n.51/11(2011), artigo 9º, número 1 , 2 e 3:

O recluso é informado sobre os seus direitos e deveres, que lhe são explicados e traduzidos, se necessário. É entregue ao recluso folheto que indica os seus direitos e deveres, as normas em vigor (...) e as informações necessárias à sua integração no estabelecimento prisional, (...) Os estabelecimentos prisionais dispõem do folheto (...) impresso em língua portuguesa e nos idiomas estrangeiros mais falados pela população prisional estrangeira.

Resulta que na prática isso não acontece e sustenta a teoria de Neca (2024): a legislação portuguesa , embora tenha feito progressos, não está preparada para que , como descrito no artigo 13º da CDPD “os Estados Partes assegurem o acesso efetivo à justiça para pessoas com deficiência, em condições de igualdade com as demais, incluindo através do fornecimento de adaptações processuais”. É importante referir que no quadro jurídico português não existe disponibilização de adaptações processuais aplicáveis a pessoas com dificuldades intelectuais, nem especificamente a arguidos o que quer dizer que, em tribunal, podem ficar sozinhos perante o juiz, sem qualquer apoio à comunicação para compreender o significado das questões que lhe são dirigidas. Da

mesma forma, no EP em estudo não existem traduções oficiais de documentos, nem o acesso (sempre que necessário) a consulados e intérpretes ou embaixadas nem o acesso a informação dos direitos e deveres dos reclusos e que conseqüentemente não conseguem atenuar dificuldades de comunicação de e com reclusos . Junto dos trabalhadores que mantêm processos de comunicação de e com reclusos deste EP verifica-se a ausência de materiais de suporte adaptados , o que impede uma comunicação eficaz. A todas as pessoas deve ser garantida, não só a acessibilidade física a edifícios das forças de segurança e do sistema judicial, incluindo os EP e tribunais, mas também a disponibilização de informação acessível em diferentes formatos de fácil leitura e compreensão. Recorde-se que na CDPD encontra-se descrito que:

«Comunicação» inclui linguagem, exibição de texto, braille, comunicação tátil, caracteres grandes, meios multimédia acessíveis, assim como modos escrito, áudio, linguagem plena, leitor humano e modos aumentativo e alternativo, meios e formatos de comunicação, incluindo tecnologia de informação e comunicação acessível

As barreiras linguísticas da população reclusa em estudo resultam da falta de literacia e do crescente número de jovens detidos de outras nacionalidades que apresentam dificuldades na leitura e na escrita. É por isso fundamental, como descrevem Pereira & Freire (2019), a conjugação destes direitos com outros ,tais como o acesso a condições de igualdade, o acesso ao ambiente físico, aos serviços prestados ao público, à liberdade de expressão, de opinião e o acesso a informação.

1.10 COMUNICAÇÃO

Uma das necessidades mais importantes que o ser humano tem é a de poder relacionar-se com os outros para que consiga exprimir os seus sentimentos, as suas necessidades. Na perspetiva de C. Sousa (2012) a comunicação existe desde que haja o desejo de contactar com o outro .Sob o mesmo ponto de vista, Sim-Sim et al. (2008) caracteriza o processo comunicativo como dinâmico, natural e espontâneo. Por essa razão é essencial comunicarmos para interagirmos com outros. Tal teoria é explicada por Martins (2012,

as cited in Lopes, Rutherford, Cruz, Mathur & Quinn, 2011) onde argumentam existir a necessidade da discussão e da comunicação para um maior conhecimento emocional e comportamental, uma vez que a comunicação promove o desenvolvimento cognitivo e emocional, o crescimento de competências interpessoais, de atitudes, a estabilidade e as competências sociais. Uma comunicação eficaz permite que, ao comunicar com o outro, sejam compreendidos os seus valores, o seu modo de pensar e de encarar o mundo. Almeida (2010) reforça que “ignorar os sentimentos é, muitas vezes, ignorar a parte mais importante das comunicações, ou seja, as pessoas e são elas o coração de qualquer organização.”(p. 197) Comunicar é um processo inato, interativo, isento de rótulos e de discriminação. De acordo com C. Sousa (2012, as cited in Dowing, 1999), a comunicação é a chave para a aprendizagem, por analogia, as escolas devem ser espaços de comunicação verbal e de comunicação não verbal. A razão para isso é que o desenvolvimento da linguagem e da comunicação na criança ocorrem em simultâneo de acordo com a interação positiva com os outros (adultos ou crianças) e de tudo aquilo o que estes lhes ensinam, mas também pelo que veem e ouvem. A partir desta interação, a criança aprende o significado dos objetos, das expressões faciais, dos gestos, dos movimentos e da fala. O contexto onde a pessoa se encontra inserida deve promover a estimulação cognitiva, linguística e comunicativa, por isso é que essa interação deve ser positiva, mas isso por si só não basta. É um facto que nem todos temos as mesmas capacidades para nos fazermos comunicar e quando estas interações não conseguem ser realizadas em parte ou na sua totalidade, a pessoa não consegue fazer-se ouvir e isso poderá trazer sentimentos de impotência, levar-nos a desistir e a deixarmos de reagir (Basil, 1992).

1.11 COMUNICAÇÃO AUMENTATIVA (CA)

A CA é utilizada com quem não se consegue comunicar, ou seja, quando a sua comunicação “ não é suficiente para se fazer compreender” (C. Sousa, 2012, p. 7– 8). Por isso ela complementa, sem substituir, outras formas de comunicação tais como gestos, a fala, vocalizações ou expressões faciais, assim como descreve a teoria defendida por V. I. Rosa et al. (2018) onde alegam que ela complementa e facilita de forma permanente ou temporária a comunicação de indivíduos com graves problemas na compreensão e comunicação expressiva: motora, gestual, falada ou escrita. Existem SAC sem ajuda (a pessoa recorre ao seu corpo: sinais, gestos, expressões faciais) e SAC

com ajuda (podem requerer o uso de objetos físicos, imagens, desenhos ou ortografia). Em decorrência disso, ela não se destina a quem tenha dificuldades intelectuais ou sensoriais, já que existem problemas de comunicação temporários ou permanentes e que podem exigir o recurso de SAC, tais como queimaduras, traumatismos, intubações, distrofias musculares, traumatismos crânio-encefálicos, afasias, multideficiência, etc. Certo é que estas dificuldades [temporárias e permanentes] comprometem as capacidades de comunicação da pessoa, bem como o seu relacionamento interpessoal e têm grande impacto na sua qualidade de vida, podendo levar ao isolamento, a frustrações, quadros depressivos e a depender de terceiros na medida em que o poder de nos conseguirmos expressar está interligado com o poder de autonomia, de autoestima e de valorização pessoal. Decorrente disso, C. Sousa (2012) mostra-nos a importância dos Sistemas Pictográficos de Comunicação (SPC) para a aprendizagem de crianças, jovens e idosos nas suas tarefas de rotina bem como para pessoas que não tiveram oportunidade de aprender a ler ou a escrever, ou seja, pessoas com baixa literacia, pessoas a aprender uma segunda língua e para quem não tenha adquirido ou que tenha perdido um nível de fala suficiente que as impeça de comunicar de forma satisfatória. Semelhantemente Encarnação et al. (2015) alegam que as perturbações na comunicação podem existir em pessoas que não se podem comunicar porque não conhecem a linguagem do seu interlocutor ou porque não dominam o contexto em que se realiza a comunicação, dando como exemplo a comunicação entre um médico (que utiliza linguagem técnica) com um paciente. A esse respeito e na mesma linha de pensamento C. Sousa (2012) mostra que uma linguagem simples pode explicar algo de forma simples, assim como também Peduzzi Gomes et al. (2021, p. 2) justificam o uso da redação clara por se poder trabalhar em conjunto de forma mais eficaz, evitar mal-entendidos e dispor favoravelmente o leitor. Em vários contextos surge regularmente a necessidade da criação de guias orientadores para diferentes áreas e contextos, o que mostra que, de facto, a linguagem simples promove a literacia, facilita a autonomia, possibilita a livre escolha, permite oportunidades menos desiguais e incentiva a participação plena na sociedade. (C. Sousa, 2012) Partir com o objetivo de melhorar o processo de comunicação de quem não se consegue comunicar é também recorrer a símbolos gráficos (representação visual) de um conceito ou uma palavra com a finalidade de facilitar a compreensão da escrita. É a estratégia que costuma ser implementada com as crianças em fase de aprendizagem: corresponder a figura com a palavra para desenvolver habilidades de leitura e de escrita de maneira lúdica e

educativa ao que Kellerman et al. (2019) referem analogamente “Desta forma podemos considerar que este recurso inclusivo é extremamente importante na aquisição do conhecimento e no desenvolvimento da educação e cultura para pessoas com necessidades educativas especiais”. (p. 187) Os SPC são símbolos iconográficos, contendo principalmente símbolos transparentes, desenhados com um traço negro a cheio sobre um fundo branco. Foram desenvolvidos diversos sistemas de símbolos com diferentes objetivos e vocabulários, constituindo um facto de que a escolha de um deles em particular depende das necessidades e das preferências de cada utilizador. Nesta investigação, foi utilizado um software específico (Boardmaker), uma vez que este é o software utilizado no Centro de Recursos para a Inclusão Digital (CRID) para criar tabelas e livros de comunicação aumentativa. O software Boardmaker está traduzido em várias línguas e representa uma biblioteca de símbolos do sistema SPC . Através dele é também possível reescrever livros com pictogramas , tendo em conta o utilizador e o seu contexto. Primeiramente para a construção de tabelas e grelhas de comunicação, livros multiformato, folhetos adaptados, guias acessíveis, etc. é imprescindível, a análise do texto que se pretende adaptar. Essa análise , conforme descreve A. Moreira (2023) deve originar uma narrativa em linguagem simples, tal como é utilizada no método de Ekarv : a utilização de uma escrita simples que “consiste na reescrita do texto, mantendo tanto quanto possível o original, mas simplificando o vocabulário e a sintaxe” (Ekarv ,1999,as cited in Peduzzi Gomes et al., p. 2021, p. 219). Martins (2014)¹⁹ enuncia os traços que os textos em Escrita Simples devem conter: curtos, relevantes, acessíveis e envolventes, manter o essencial , estimular os leitores. Deve-se manter o conteúdo sem lhe retirar o valor ou a seriedade das informações , fomentar a igualdade de oportunidades de forma que todos tenham acesso às mesmas informações Peduzzi Gomes et al., (2021, p. 219). K. Santos (2023) vai mais além e destaca que a linguagem simples não é informal e que é possível escrever de forma simples mantendo as regras gramaticais da língua portuguesa. A esse respeito Valieris et al. (2020) descreve que “A leitura tem que ser facilitada. Então como é que você faz isso? Do ponto de vista da escrita e, também, da disposição, da organização da informação. Seja com elementos visuais, mas principalmente com a estrutura da informação.”(p. 7) De acordo com C. Sousa (2012) a técnica da Escrita Simples, que se aprende com treino, requer uma estrutura simples que normalmente respeita a ordem Sujeito-Verbo-objeto , frases curtas, evitar adjetivos rebuscados ou advérbios, linhas com cerca de quarenta e cinco caracteres, parágrafos com o máximo de dez linhas, alinhamento à esquerda,

letras sem serifa e com tamanho não inferior a doze e um espaçamento entre linhas de 1,5. Igualmente não se deve usar palavras ou expressões difíceis de entender, abreviaturas, iniciais quando estas não estejam posicionadas na primeira letra de uma palavra, frases na voz ativa. (C. Sousa, 2012, p. 54–55). Feita a adaptação do texto procede-se para a execução dos pictogramas no programa Boardmaker. Salienta-se que, como existem palavras com o mesmo significado, deve-se ter em conta a utilização do mesmo pictograma para a mesma palavra com o mesmo significado. Na execução dos pictogramas não é necessária a representação de conjunções ou artigos (ex: mas, e; o, se, pois) dando-se preferência aos conceitos principais. Os SPC, além de terem custos reduzidos, adaptam-se a pessoas de nível comunicativo e cognitivo básicos, como também se conseguem adaptar a níveis de comunicação avançados ou mais ricos. Entre os principais benefícios destaca-se o poder de comunicar sem depender de terceiros e compreendendo as informações transmitidas, o poder chegar a todos os níveis etários e ser flexível e adaptável às necessidades comunicativas de cada utilizador, promover a independência e a autonomia, desenvolver a literacia e a aprendizagem, melhorar as habilidades sociais, ajudar no desenvolvimento da linguagem e permitir o acesso a informação. (C. Sousa, 2012)

1.12 ESTABELECIMENTO PRISIONAL (EP) DE JOVENS

De acordo com o Decreto-Lei 35660 foi estabelecido que existiria uma Prisão-Escola destinada ao internamento de menores delinquentes do sexo masculino a cumprir penas ou medidas de segurança privativas de liberdade (Abreu, 1954). A propriedade com cerca de noventa e dois hectares, pertenceu no passado à Casa do Infantado e dos Viscondes de S. Sebastião. Com a aquisição da quinta, a promessa de criação deste EP foi acreditada através do Decreto-lei 15162, contudo, só em 1934, de acordo com Carmona et al. (1936) é que se deu a existência legal do atual EP de jovens com a promulgação do Decreto-lei n. 24476. Reorganizados os serviços prisionais, considerou-se a importância do acompanhamento ao recluso e da sua reinserção na comunidade, sendo através dele que o conceito de “Prisão-Escola” conectou a reclusão com a educação e a formação de jovens, afastada da reclusão de adultos e sob uma ação

¹⁹ [\(24\) Linguagem Simples: três técnicas para uma comunicação inclusiva | LinkedIn](#)

pedagógica intensiva. Foi inaugurado a 7 de abril de 1947 e encontra-se incluído no grupo de cadeias especiais com a missão de receber e de trabalhar na reeducação de uma forma também diferenciadora "privilegiando uma ação educativa intensa e afastada dos delinquentes mais velhos."(C. Fernandes (2021,as cited in Fernandes, 2017, p.2).

1.13 A EDUCAÇÃO EM CONTEXTO PRISIONAL

Os dados estatísticos de 2023 divulgados pela DGRSP representados na Figura 3 sobre o número de reclusos em ações de formação escolares ou profissionais²⁰, mostram que nos EP de grau elevado (onde o EP em estudo se insere) ,dos 9.501 reclusos , apenas 1.681 frequentam ações de formação escolar e 1.181 frequentam ações de formação profissional:

Reclusos existentes em 31 de dezembro, segundo a situação penal, em formação e em atividade, por espécies de estabelecimentos
2023

Espécies de estabelecimentos	Total	Situação penal			Em ações de formação		Em atividade
		Preventivos	Condenados	Medidas de segurança	Escolares	Profissionais	
TOTAL GERAL	12 193	2 655	9 191	347	2 570	1 491	5 323
E. P., segundo o grau de complexidade de gestão (a)	12 012	2 655	9 191	166	2 570	1 491	5 323
Grau Elevado	9 501	1 650	7 685	166	1 681	1 181	4 138
Grau Médio	2 511	1 005	1 506		889	310	1 185
Estabelecimentos Não Prisionais (Inimputáveis)	181			181			

(a) O Código da Execução das Penas e Medidas Privativas da Liberdade, aprovado pela Lei nº 115/2009, de 12 de outubro, determina que a classificação dos estabelecimentos prisionais se faça em função do nível de segurança e do grau de complexidade de gestão. Este, atento o disposto no art.º 2º da Portaria nº 13/2013, de 11 de janeiro comporta a partir de 12 de janeiro de 2013 um grau elevado e um grau médio de complexidade de gestão.

Figura 3 : Reclusos existentes em 31 de dezembro, segundo a situação penal, em formação e em atividade , por espécies de estabelecimentos

²⁰ [DGRSP_ServicosPrisionais_2023.xlsx](#)

A DGRSP garantiu a Santos (2025)²¹, que em 2024 eram mais os reclusos inscritos em cursos de formação escolar ou profissionais do que em 2023. O mesmo autor refere que esta é uma tendência já que os dados revelam que em 2021 foram sete mil, seiscentos e trinta e seis inscritos nas diferentes ofertas educativas, em 2022 mais de oito mil e, em 2023, quase dez mil. A mesma fonte revela que no início do ano letivo eram quase três mil e quinhentos os reclusos inscritos, mas que destes, muitos acabam por desistir, ao que a DGRSP corrobora com dados estatísticos revelando uma taxa de 12% de desistência das ofertas educativas. Sobre isto, a DGRSP revelou não conhecer estudos sobre o impacto da formação escolar e profissional na reincidência, mas sublinha que “qualquer formação que os reclusos recebam constitui uma mais-valia para o seu processo de integração e para a ajuda aos processos de decisão individual”. Para se poder estudar em reclusão e adquirir competências, é preciso, segundo Cunha (2013) dedicar tempo às atividades já que o tempo de prisão não é um período de inação, é um tempo de trabalho e de liberdade que definem o aprender como atividade autónoma (p. 22-23). Concluindo, a prisão pode não respeitar os direitos no que respeita à possibilidade de o recluso ir e vir, mas deve garantir o direito à educação, primeiro, por este ser um direito humano, segundo, porque a educação funciona como um instrumento para atingir a reinserção social. (Teixeira & Rocha 2020)

1.14 ATIVIDADES EDUCATIVAS E FORMATIVAS NO EP DE JOVENS

Em contexto prisional, o ensino organiza-se em conexão com a formação profissional e com outras atividades que visam a preparação do recluso para a liberdade, cabendo à Divisão de Coordenação de Atividades de Tratamento Prisional (DCATP) desenvolver, em articulação com o Ministério da Educação os projetos educativos dos EP. Neles, os reclusos podem fazer parte do projeto educativo para a formação ao nível do 1º, 2º e 3º ensino básicos e do ensino secundário, orientado pelo Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências Profissionais (RVCC)²². Para os que não possuem as competências básicas, existe a possibilidade de se organizarem em cursos de Educação

²¹ [Quase 3.500 reclusos trocaram as celas pelas salas de aula. Estudar é cada vez mais uma “arma lá fora” - Atualidade - SAPO 24](#)

²² <https://www.iefp.pt/rvcc>

e Formação de Adultos (EFA)²³ escolar ou de dupla certificação, de acordo com o Despacho n.26401/06 entre os Ministérios do Trabalho e da Solidariedade Social e da Educação. Para níveis de escolaridade extraescolar, a Lei n. 46/86 (1986), no artigo 4.º da Lei n. 46/86 (1986), esclarece :

A educação extra-escolar engloba actividades de alfabetização e de educação de base, de aperfeiçoamento e actualização cultural e científica e a iniciação, reconversão e aperfeiçoamento profissional e realiza-se num quadro aberto de iniciativas múltiplas, de natureza formal e não formal.

Evidentemente de forma que haja uma solução prática e um acompanhamento devido a todos, independentemente dos seus níveis de instrução. Esses cursos extraescolares poderão ser enquanto Programa de Formação em Competências Básicas, Português para Estrangeiros, Educação para a Cidadania, Artes Visuais, Música e Desporto. A formação profissional dos reclusos é assegurada maioritariamente pelo Centro Protocolar de Formação Profissional para o Setor da Justiça (CPJ)²⁴, podendo ainda ser estabelecidos acordos com outras entidades externas para os mesmos fins. O CPJ foi instituído ao abrigo da Portaria n.538/88 (1988), e mais tarde com o Decreto-Lei n.215-A/12 (2012) o MJ passou a representá-lo. Nas atribuições que competem ao CPJ encontram-se definidas a promoção de actividades de formação para a valorização da população jovem ou adulta a cargo dos serviços e organismos do MJ, com vista à sua integração na sociedade, bem como as ações de formação profissional (EFA e Formação Modular Certificada – FMC) que se desenvolvem nos EP e nos Centros Educativos, afetos à DGRSP. No EP de jovens encontram-se atualmente a decorrer os cursos EFA B3 de equivalência ao 9º ano de escolaridade, através da parceria com um agrupamento de escolas local para formação de Empregado de Restaurante e Bar e para formação de Cozinheiro. Os cursos EFA NS, os quais qualificam para a obtenção do 12º ano de escolaridade, são ministrados através da parceria com uma escola secundária local nas áreas de Programador de Informática, Técnico de Instalações Elétricas, Técnico de Multimédia e Técnico Comercial. Além destas ofertas formativas, é ministrada a FMC,

²³ https://www.anqep.gov.pt/np4/Curso_Educacao_Formacao_Adultos.html

²⁴ <https://www.cpj.pt/>

que é uma modalidade de formação de dupla certificação e que se destina a adultos de idade igual ou superior a dezoito anos, os quais não possuem qualificação adequada para inserção ou progressão no mercado de trabalho e é considerada prioritária para quem não concluiu o ensino básico ou secundário. É composta por Unidades de Formação de Curta Duração (UFC) integradas em percursos de nível básico e nível 2 de formação. Neste EP, as FMC disponíveis são na área de formação de Pedreiro. Dentro das ofertas formativas aqui desenvolvidas destacam-se os de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências, isto é, os RVCC que permitem a identificação de competências adquiridas ao longo da vida, em contextos formais ou não formais. Conforme plasmado na Portaria n.61/22 (2022), são adequados aos adultos detentores de baixas qualificações e com trajetos não contínuos de formação, tratando-se de uma modalidade que não requer escolaridade mínima de acesso. O processo ocorre em várias sessões e é elaborado um portefólio com base nas competências adquiridas pelo formando ao longo da sua vida. Existe também a possibilidade de frequência no Projeto Local de Qualificação (PLQ), em parceria com uma outra escola secundária, que certifica jovens reclusos para o ensino básico (4º, 6º e 9º ano de escolaridade). São do mesmo modo desenvolvidos programas de Prevenção e Reabilitação Psicossocial (PRP), ao que a DGRSP 25 aponta que a sua divulgação e a sua implementação têm contribuído para o incremento da atividade na aplicação de programas, aliado à consciencialização crescente dos profissionais dos EP e das Entidades Reguladoras da Saúde (ERS) de forma a garantir a intervenção técnica especializada.

2. ESTUDO EMPÍRICO

Ao longo do capítulo vamos descrever quais os processos metodológicos que, em conjunto, permitirão dar resposta à questão de investigação e aos respetivos objetivos. Desta forma encontram-se aqui plasmados o enquadramento da investigação quanto ao paradigma e ao tipo de estudo, a definição da população e amostra a estudar, as técnicas e instrumentos de recolha de dados e as técnicas de análise dos dados recolhidos, bem como as considerações éticas de todo o estudo.

2.1 METODOLOGIA

Desde os primórdios da história da humanidade que o Homem se preocupa em fazer

²⁵ [Programas específicos de reabilitação \(justica.gov.pt\)](https://www.justica.gov.pt/Programas-especificos-de-reabilitacao)

perguntas de forma a conseguir conhecer e compreender o mundo que o rodeia. Esse gosto inato pela descoberta e a vontade em querer conhecer e dominar o mundo moveu-o a encontrar respostas através da investigação. A investigação científica e a ciência são o resultado disso: um saber transmitido de geração em geração, até chegar aos nossos dias. (Coutinho, 2011, as cited in Latorre et al., 1996) A metodologia de investigação mostra-se como o conjunto de estratégias e métodos com características similares entre si, baseadas em enfoques naturalistas, etnográficos e etogenéticos, tal como descreve E. da Silva (2013, p. 6) sendo a recolha de dados variada, iterativa e que mescla métodos para obter uma dimensão subjetiva dos fenómenos sociais. A investigação em Ciências Sociais e Humanas, assim como descreve Coutinho (2011), é científica e rigorosa, adequada ao objeto de estudo; deve optar por diferentes abordagens e o investigador atua com especificidade própria, num determinado rumo na investigação. Dessa forma, agrupa diversas estratégias de investigação que partilham determinadas características. De acordo com Bogdan & Biklen (1994)

os dados recolhidos são designados por qualitativos, o que significa ricos em pormenores descritivos relativamente a pessoas, locais e conversas (...) As questões a investigar não se estabelecem mediante a operacionalização de variáveis, sendo, outrossim, formuladas com o objectivo de investigar os fenómenos em toda a sua complexidade e em contexto natural.(p.16)

Do mesmo modo Fortin (2009) estabelece que a metodologia qualitativa assume um paradigma naturalista (ou interpretativo), ao que Miranda (2009, p. 33) refere que este é um processo de investigação que deve detalhar todos os princípios metodológicos e métodos utilizados. De acordo com a abordagem metodológica qualitativa será aqui utilizado o estudo de caso, sendo este EP o caso de estudo e a amostra compostas por vinte reclusos.

2.2 PROBLEMÁTICA

Apesar dos avanços verificados dentro do sistema prisional relativamente ao reconhecimento do direito à educação de reclusos, do reconhecimento de direitos diferenciados a jovens, existe ainda um longo caminho a percorrer no que toca a combater, primeiramente, os baixos níveis de literacia da população prisional. Por

outro lado, o modelo tradicional de escola não permite que os alunos consigam aplicar o conhecimento adquirido em situações práticas e além disso este tipo de ensino não consegue atender às necessidades de todos os alunos, especialmente dos que tem NE. Foi por isso criado o Decreto-Lei n. 54/18 (2018) na expectativa de se gerar um modelo inclusivo de ensino que se adequasse a todas as pessoas. Sucede que ao não se verificar a contratação de docentes na área da Educação Especial para a categoria de TSR ou de TS atuando no meio prisional, ainda que o Despacho Conjunto n.451/99, (1999) determinasse o funcionamento de todos os ciclos de ensino recorrentes nos EP indicados pela DGRSP, isso interfere na reeducação de reclusos, a qual deve partir do pressuposto de que todos os que cometeram crimes são capazes de se adequar e de se adaptar na sua individualidade e na sua personalidade à coexistência em sociedade, levando uma vida livre de criminalidade, tal como descreve P. Rodrigues (2019, as cited in Correia, 1963). O mesmo autor defende ainda que o ser humano está em constante processo de maturação espiritual e ética, pelo que se deve acreditar na sua capacidade de readaptação. Sustentando uma teoria idêntica, Vieira (2005) refere que, conseqüentemente, para se conseguir atenuar problemas associados à reclusão, deve-se dar especial enfoque a atividades ligadas ao ensino, à formação profissional, ao trabalho, ao que Petito & Rodrigues (2023) referem que “a educação passa a ser da responsabilidade de toda a sociedade, onde todas as instituições têm de contribuir solidariamente na formação e educação de todos os cidadãos.” Em suma, o contexto de reclusão traz consigo a exclusão, a vulnerabilidade que, na fase da adolescência e em jovens com dificuldades intelectuais, com dificuldades na compreensão da língua portuguesa, com dificuldades na leitura e na escrita, de memorização, na grafia, cálculo e raciocínio matemático e que provêm de contextos sociais, culturais e educacionais diferentes, torna-se mais evidente. A reeducação destes jovens deve assentar na criação de programas direcionados a necessidades (não só criminógenas) específicas. Para isso, a utilização da CA em contexto prisional permite aumentar a autonomia e independência comunicativas nos jovens reclusos e permitir-lhes uma comunicação eficaz, acessível a todos independentemente da sua cultura, língua, nível de escolaridade ou situação cognitiva. Não obstante, os EP não delinearam estratégias para uma educação inclusiva através de programas em comunicação acessível sendo, por isso, necessário haver formação com pessoas especializadas na área. Isso permitirá a partilha de conhecimento, o trabalho colaborativo e a prática inclusiva inserida em contextos reais e por isso significativos para a aprendizagem.

2.3 QUESTÃO DE INVESTIGAÇÃO E OBJETIVOS

A questão de investigação mostra-se exequível, clara e pertinente, deve ser previamente delineada, bem como os objetivos de investigação daí advindos. Assim, concebemos duas questões de investigação:

1. De que forma é que a criação do Guia Acessível do Recluso pode contribuir para o desenvolvimento de competências comunicativas em reclusos com NE?
2. De que forma é que a criação do Guia Acessível do Recluso pode mostrar-se inclusivo por contribuir para o acesso a informação e para a autonomia de reclusos com NE?

Nessa sequência, traçámos os objetivos de investigação que se seguem:

- Conhecer a perceção dos reclusos e dos trabalhadores sobre o impacto da implementação do Guia Acessível do Recluso na comunicação de jovens reclusos com NE, estrangeiros e com baixa literacia;
- Analisar o contributo do Guia Acessível do Recluso para a inclusão de reclusos com baixa literacia, com NE e de reclusos estrangeiros;
- Avaliar a perceção dos reclusos e dos trabalhadores sobre a importância das acessibilidades na comunicação em contexto prisional.

2.4 CARACTERIZAÇÃO DO LOCAL DE INVESTIGAÇÃO

O EP aloja presos preventivos e condenados do sexo masculino com idades compreendidas entre os dezasseis e os vinte e um anos. A pena pode estender-se excecionalmente até aos vinte e cinco anos. Tem lotação para trezentos e quarenta e sete reclusos, embora existam dois pavilhões desativados. A trinta e um de janeiro de dois mil e vinte e cinco, o EP tinha afetos duzentos e dois reclusos, com uma média de idades de 20,06 anos de idade e com uma moda de 20 anos. A idade mínima é de dezasseis anos de idade e a máxima de cinquenta e dois anos de idade (Gráfico 1)

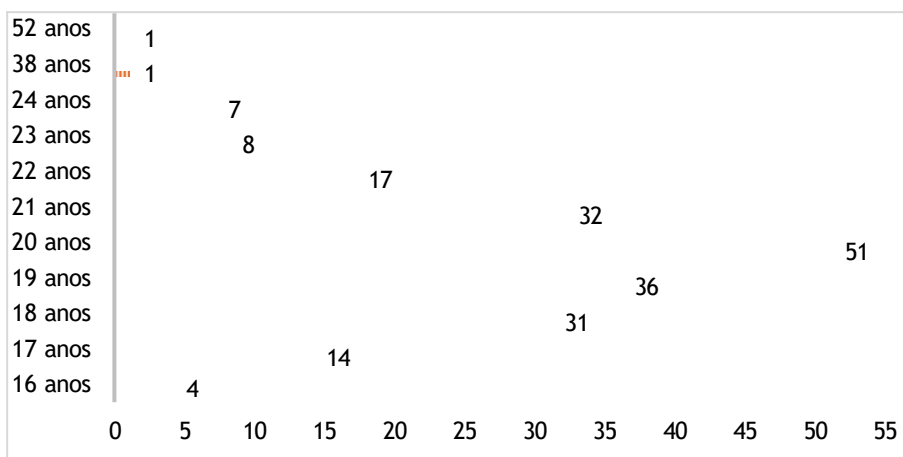


Gráfico 1 : Média e moda de idades no EP

No Gráfico 2 encontram-se distribuídas as nacionalidades dos reclusos:

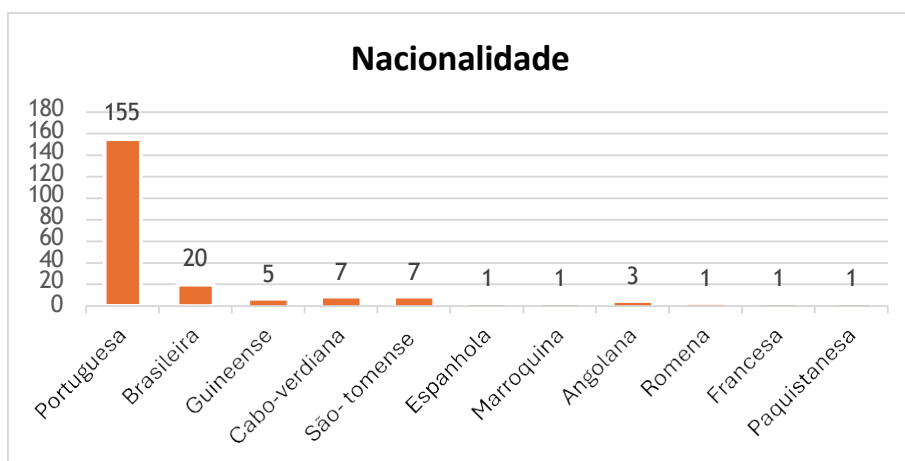


Gráfico 2 : Nacionalidades dos reclusos

Destacam-se também os seus níveis de escolaridade no Gráfico 3: sete com o 1º ciclo, setenta e oito com o 2º ciclo, noventa com o 3º ciclo, e doze com o ensino secundário. Apenas um recluso detém o nível de ensino superior.

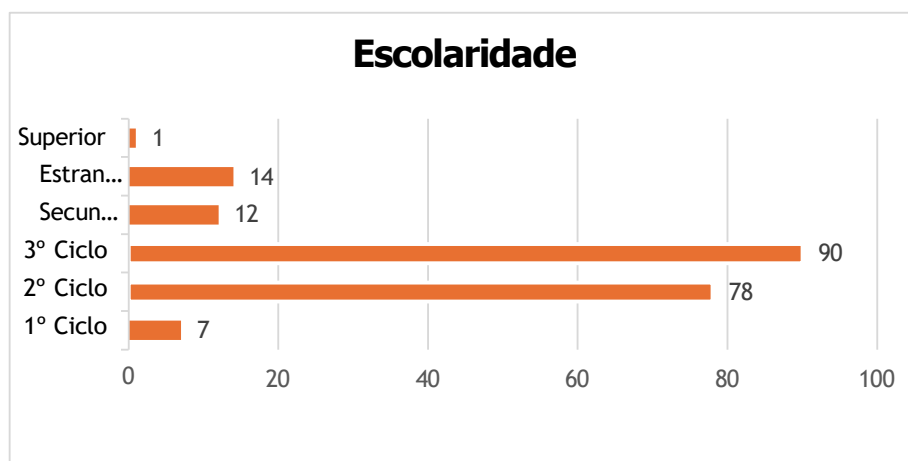


Gráfico 3 : Níveis de escolaridade dos reclusos

2.5 AMOSTRA

De acordo com Coutinho (2011, p. 85) a amostragem é o processo em que são selecionados os participantes de uma investigação e a amostra é todo o conjunto de sujeitos de quem se vai recolher os dados. Para que a amostra seja bem identificada pelo investigador, esta deve descrever com exatidão o procedimento de amostragem utilizado e as características da amostra selecionada. De acordo com Charles (1998) a escolha da amostra pode ser probabilística ou não probabilística, tendo sido escolhido no caso em concreto uma amostra não probabilística já que não podemos especificar a probabilidade de um sujeito pertencer a uma dada população. É uma amostragem por conveniência porque usamos grupos já constituídos onde os resultados obtidos não podem ir além do grupo em estudo (Schutt, 1998, p. 146). Como o objetivo desta investigação procura dar respostas na área das acessibilidades da comunicação, importa caracterizar a amostra quanto às suas características educativas, formativas e comunicativas de forma a avaliar que impacto poderá esta investigação provocar neste público-alvo. Para isso, no decorrer dos atendimentos a reclusos, onde a investigadora efetuou uma observação participante, foi previamente feita uma consulta ao processo individual do recluso pelo TSR ou TS, de forma a garantir a confidencialidade e a imparcialidade relativas aos dados processuais e que não se mostram pertinentes para o decorrer desta investigação, tais como tipologias de crimes. Em atendimento, o TSR ou TS descreveu as características educativas e formativas de cada recluso e a investigadora completou esta investigação através de uma grelha de observação participante de forma

a avaliar ,primeiramente, as capacidades comunicativas de cada participante, colocando- os em contacto com o folheto informativo. Neste seguimento, foram selecionados de forma intencional os reclusos, bem como as atividades a observar, em função dos interesses da investigação e dos interesses de ordem e segurança. A escolha, deliberada, de conjuntos pequenos e relativamente homogéneos de pessoas e eventos é recomendada quando se quer estudar uma realidade ainda rara na população Maxwell (1996). Durante as duas semanas desta implementação foram descritas as características educativas, formativas e de comunicação dos reclusos participantes no Anexo 16²⁶ ,elaboradas com recurso a Grelhas de Observação, presentes no Anexo 5.²⁷

2.6 ABORDAGEM METODOLÓGICA

2.6.1 ESTUDO DE CASO

De acordo com Cohen et al. (2017) o estudo de caso é um método de pesquisa que utiliza dados reais, de uma realidade específica, para explicar, explorar ou descrever fenómenos de um determinado contexto. Esse fenómeno , de acordo com Creswell & Poth (2023) pode envolver um caso (ou mais) e estar circunscrito a uma entidade concreta de um indivíduo, um grupo , uma organização ou uma comunidade, relacionamento, processo decisório ou um projeto. Bogdan & Biklen (1994) referem a este respeito que o estudo de caso é uma observação detalhada de um contexto ou indivíduo e que a melhor técnica para recolha de dados do estudo de caso é a observação participante onde “ o investigador qualitativo tenta ter em consideração a relação desta parte com o todo, mas pela necessidade de controlar a investigação, delimita a matéria de estudo.” (p. 89) Segundo a perspetiva de Yin (2013) o que se pretende atingir no fim do estudo são respostas às questões “como” e “porquê”, no caso em concreto a investigação responde às perguntas “De que forma é que a criação do Guia Acessível do Recluso pode contribuir para o desenvolvimento de competências comunicativas em reclusos com NE?” e “De que forma é que a criação do Guia Acessível do Recluso pode contribuir para a inclusão e para a autonomia de reclusos com NE? “, sem que o comportamento dos envolvidos seja manipulado. Ao

²⁶ Tabela características educativas, formativas e comunicativas dos reclusos

²⁷ Grelhas de observação a reclusos

trabalharmos com interrogações, não se fazem suposições a respeito das respostas : encontra-se a compreensão sobre aquilo o que foi interrogado, da mesma forma, Stake (1995) refere que “o estudo de caso não é uma investigação baseada em amostragem. Não se estuda um caso para compreender outros casos, mas para compreender o caso” (p.4). Esta investigação é particularmente focada num objeto de estudo ,que é o folheto informativo, resultado de um levantamento de necessidades por parte dos trabalhadores do EP que estão implicados em processos de comunicação com os jovens reclusos. Pretende-se recolher e analisar características do objeto para depois fazer a sua adaptação de acordo com as necessidades identificadas. A adaptação para o Guia Acessível do Recluso recorrerá ao SPC através do software Boardmaker que utilizará tabelas de comunicação construídas com simbologia gráfica, de acordo com S. Rosa (2021, as cited in Carrapiço et al. ,2013).

2.6.1 INVESTIGAÇÃO QUALITATIVA

Investigar é uma atividade onde se pressupõe que alguma coisa seja investigada, onde deve existir uma intencionalidade por quem investiga assim como um conjunto de metodologias , métodos e técnicas numa evolução que inicia através de uma interrogação e termina com a apresentação pública dos dados investigados Coutinho (2011) Os traços marcantes de uma metodologia qualitativa assentam no facto de que as questões a investigar não partem da operacionalização ou de hipóteses previamente formuladas, mas da exploração, descrição e compreensão dos fenómenos em toda a sua complexidade. O termo qualitativo implica a partilha em profundidade com pessoas, factos e locais de forma a podermos extrair os significados somente perceptíveis a uma atenção sensível . A pesquisa qualitativa busca compreender a situação em particular que está a ser estudada. De acordo com Stake (2011, p. 41) existe uma única forma de pensamento qualitativo, mas uma enorme panóplia de formas: interpretativo, empírico, situacional e humanístico. Palazzo & Diez-Garcia (2021) referem que como não existe um modelo único a ser seguido, ainda que esta seja uma metodologia específica, a criatividade é o que permite trabalhar com populações totalmente diferentes, em diferentes contextos e de forma flexível. A sensibilidade e a experiência do pesquisador serão importantes instrumentos de pesquisa através de um ambiente natural como fonte direta de recolha de dados , por isso o investigador é o instrumento principal, onde tem uma participação interventiva , integrando-se como parte “natural” do cenário Miranda, (2009,as cited in Santos, 1999, 2002). Ainda nessa mesma perspetiva, Vilelas (2020)

descreve a relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, isto é, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito, que não pode ser traduzido em números ,tal como Strauss & Corbin (1990, p. 17) expõe “Mesmo que alguns dos dados possam ser quantificados ... a análise deve ser qualitativa.”

Admitindo que Pacheco (1996) refere que a construção do conhecimento se processa de modo indutivo e sistemático, elaborada no terreno, a observação participante procura a identificação do sentido, da orientação e da dinâmica de cada momento Spradley (1980) assim como defende Neves (1996) mostrando que este tipo de investigação é realizado no local de origem dos dados, no qual é realizado um corte temporal-espacial capaz de mapear o território do estudo. Ainda Chousa (2012) afirma que estudos qualitativos são estudos realizados em profundidade, de forma a conduzir a investigação a determinados comportamentos, atitudes e/ou convicções podendo gerar boas hipóteses de investigação já que esta metodologia enfatiza a descrição, a indução, a teoria fundamentada e o estudo das percepções pessoais.

2.6.2 TÉCNICAS E INSTRUMENTOS DE RECOLHA DE DADOS

Numa investigação de carácter qualitativo , o objetivo do investigador é o de recolher dados através de palavras e não de números. De acordo Miranda (2009, p. 39) uma das formas de assegurar a validade interna de uma investigação é através do recurso à triangulação dos dados porque permite avaliar a fiabilidade duma investigação, tal como descreve Santos (1999, 2002, as cited in Miranda, 2009). “A maior diversidade e integração de métodos produz uma maior confiança nos resultados. “ De forma a sintetizar as técnicas e instrumentos de recolha de dados utilizados ao longo deste projeto, disponibilizamos ao leitor uma tabela que articula os objetivos de investigação e as respetivas técnicas e instrumentos de recolha de dados e que se encontra no Anexo 21.²⁸

2.6.3 ENTREVISTA

Na investigação qualitativa, a entrevista é um dos processos mais diretos para encontrar informação sobre um determinado fenómeno. De acordo com Miranda (2009,as cited in Lakatos & Marconi ,1996) a preparação da entrevista deve requerer alguns cuidados tais

²⁸ Tabela dos objetivos de investigação e técnicas e instrumentos de recolha de dados da investigação

como o planeamento, tendo em conta o objetivo a alcançar, a escolha dos participantes e de forma que haja maior controlo sobre os resultados pretendidos através da escolha de um grupo pequeno. A entrevista consiste na interação entre o investigador e o investigado em que há uma definição clara dos papéis de cada um, sendo que estes podem influenciar-se reciprocamente de forma inconsciente ou consciente. (A. Moreira, 2023). Na perspetiva do autor Manzini (2004), a entrevista

pode ser concebida como um processo de interação social, verbal e não verbal, que ocorre face a face, entre um pesquisador, que tem um objetivo previamente definido, e um entrevistado que, supostamente, possui a informação que possibilita estudar o fenómeno em pauta, e cuja mediação ocorre, principalmente, por meio da linguagem.(p. 9)

A entrevista é apoiada pelo guião de entrevista ,desenvolvido através da temática a investigar e com recurso a perguntas abertas, uma vez que estas conferem liberdade de resposta ao entrevistado, o que poderá produzir “uma riqueza de dados recheados de palavras reveladoras das perspetivas dos sujeitos”(Bogdan & Biklen, 1994, p. 135), além de que, deste modo, o investigador tentará conduzir a entrevista para os objetivos do seu estudo quando o entrevistado se afastar destes. As entrevistas foram realizadas num total a treze trabalhadores deste EP: uma diretora, quatro técnicos de acompanhamento individual a reclusos , um técnico de animação sociocultural, dois juristas , dois trabalhadores da Secção de Execução de Penas e três psicólogos. Através delas foram diagnosticadas as necessidades sentidas pelos trabalhadores participantes na comunicação de e com reclusos e por isso apresentam guiões diferentes para diferentes contextos laborais. Para isso, ao longo de várias semanas foram realizadas onze entrevistas semiestruturadas (individuais e em duplas) aos trabalhadores do EP. A aplicação das entrevistas foi previamente agendada com todos os entrevistados e realizadas de acordo com a disponibilidade destes e da investigadora. Para registar as entrevistas, optámos pelo modo gravado. A investigadora é participante ativa no processo de investigação e parte inseparável dos fenómenos estudados no aqui e agora do grupo . Isto exige que a investigadora se adapte às condições que encontra diariamente e que mantenha um bom relacionamento profissional e pessoal com o grupo com quem trabalha, assim como descreve Ramos (2005). A qualidade deste

relacionamento influencia o desenvolvimento da investigação e a capacidade para recolher informações verdadeiras e naturais (Jorgensen, 1989; Maxwell, 1996). Cada entrevista durou aproximadamente vinte minutos, tendo sido efetuada a sua gravação, sendo garantido aos entrevistados o anonimato e a confidencialidade dos seus relatos. Por último procedeu-se às transcrições das mesmas, mantendo o máximo rigor onde a investigadora “interpreta e traduz em um texto, zelosamente escrito, com perspicácia e competência científicas, os significados patentes ou ocultos do seu objeto de pesquisa.”(Chizzotti, 2003, p. 221)

No Anexo 6²⁹ poderão encontrar-se os guiões das entrevistas elaboradas para as diferentes secções. Para Strauss & Corbin (1990), a investigação qualitativa assenta em três componentes fundamentais: os dados (que podem advir de várias fontes, sendo a entrevista e a observação as mais comuns), os processos de análise ou interpretação e os relatórios (escritos e orais) da investigação. A triangulação metodológica é entre todas as triangulações de dados a mais estudada e aplicada, conforme Ramos (2005, as cited in Denzin, 1978) e referem que nela inclui-se geralmente a observação e a entrevista, de forma a compreender melhor os diferentes aspetos de uma realidade e a evitar os enviesamentos de uma metodologia única.

2.6.4 OBSERVAÇÃO

Entre as diversas abordagens, privilegiou-se neste estudo a observação participante. Esta é uma técnica de recolha de dados que utiliza os sentidos e que obriga o investigador a um contacto mais direto com a realidade, ajudando-o a descodificar e a recolher dados dos participantes que resultam do seu comportamento (Marconi & Lakatos, 2007). Os dados recolhidos foram registados em documentos de apoio para monitorizar as perceções sobre o nível de comunicação dos reclusos em grelhas de observação. A investigadora implementa o projeto enquanto observa todo o processo, demonstrando assim a sua dupla interação. O seu papel consiste em observar e registar da forma mais objetiva possível e depois interpretar os dados recolhidos.

²⁹ Guião das entrevistas por área de intervenção prisional: Diretora e técnicos de acompanhamento individual, técnico de animação sociocultural, equipa de psicólogos, equipa de Juristas, Secção de Execução de Penas

2.6.5 ANÁLISE DE CONTEÚDO

No seguimento das entrevistas realizadas procedeu-se à sua transcrição e os dados recolhidos foram tratados recorrendo-se à análise de conteúdo. Esta é uma técnica de recolha de dados utilizada nas Ciências Sociais e Humanas em estudos qualitativos [descritivos] onde os dados são obtidos sob a forma de palavras e analisados em toda a sua riqueza, respeitando-se a forma como foram registados ou transcritos Chousa (2012, as cited in André, 2010). Na análise das entrevistas foi selecionada a informação relevante para este estudo. Nas entrevistas, privilegiando nesta investigação a forma semiestruturada, as perguntas devem ser feitas tendo em conta a sequência do pensamento do entrevistado para dar continuidade à conversação e obter-se assim uma narrativa natural onde muitas vezes não é interessante fazer uma pergunta direta, mas sim fazer com que o entrevistado relembre parte da sua vida, podendo o investigador ir suscitando a memória do entrevistado. (Bordieu et al., 1993)

2.6.6 INQUÉRITO POR QUESTIONÁRIO

No que diz respeito ao inquérito por questionário, Santos e Henriques (2021) referem que este é geralmente distribuído a um grupo de indivíduos, chamados de inquiridos, com o objetivo de recolher informações que serão posteriormente analisadas, interpretadas e usadas para obter conclusões, com o intuito de responder aos objetivos da investigação. O total de inquiridos, cuja natureza e tamanho são determinados pelo investigador, formam a população do estudo. A opção pelo inquérito prende-se com a praticidade da sua aplicação. O instrumento de recolha de dados referido, inquérito de satisfação, encontra-se no Anexo 11³⁰ e foi apresentado a cada trabalhador participante no final da formação. É composto por questões abertas e fechadas de forma a analisar melhor a opinião dos formandos. Neste estudo recorreu-se ainda à utilização de dois inquéritos por questionário: um para reclusos e outro para trabalhadores e que atendem a objetivos específicos, a partir dos quais partiram as perguntas de cada um deles. O

³⁰ Inquéritos de satisfação da formação a trabalhadores

primeiro quadro (Anexo 17)³¹ diz respeito aos inquéritos por questionário realizados aos reclusos . Na primeira parte existem catorze questões e uma afirmação onde foi solicitado que os reclusos se posicionassem sobre comunicação, acesso a informação, sobre o objeto de estudo - o folheto informativo - e sobre a adaptação para o Guia Acessível do Recluso. Utilizaram o método de seleção da escala de Likert , com cinco níveis, de forma a identificar o seu grau de concordância: muito importante, importante, razoavelmente importante, pouco importante e sem importância. Importa mencionar que as questões e a afirmação incluídas no questionário foram elaboradas com base nos objetivos específicos deste estudo e ancoradas na literatura de referência, tendo por base a comunicação e as acessibilidades da comunicação . Evidenciam, por isso, a perceção dos reclusos quanto ao impacto da implementação do Guia Acessível do Recluso, a perceção sobre o contributo do Guia para a inclusão dos reclusos e revelam ainda a importância atribuída pelos reclusos às acessibilidades de comunicação implementadas. O segundo quadro (Anexo 18)³² diz respeito aos objetivos e perguntas do inquérito por questionário realizados aos trabalhadores. Foi elaborado através do Google Forms, (Anexo 15) onde deram a conhecer a sua perceção sobre o impacto no desenvolvimento de competências de comunicação, de autonomia e de práticas educativas , sociais e inclusivas nos reclusos. O inquérito dispõe de onze questões e oito afirmações, onde os inquiridos utilizaram o método de seleção, sendo apenas duas das perguntas de resposta aberta. Importa referir que , para o método de seleção das afirmações, foi novamente utilizada a escala de Likert (com cinco níveis) de forma a identificar o seu grau de concordância, conforme descrito em tabela do Anexo 23³³

3. APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DE RESULTADOS

Este capítulo foca-se na apresentação dos dados recolhidos ao longo desta investigação e na discussão dos resultados obtidos , com o objetivo principal de avaliar como é que as informações obtidas podem responder às questões de investigação formuladas.

³¹ Quadro dos objetivos e perguntas do inquérito por questionário a reclusos

³² Quadro dos objetivos e perguntas do inquérito por questionário a trabalhadores

³³ Tabela de níveis de Escala de Likert utilizados no inquérito por questionário aos trabalhadores

Organiza-se em cinco secções, norteadas pelos objetivos de investigação e repartidas, de forma a facilitar a leitura através da seguinte divisão: Entrevistas ; Guia Acessível do Recluso; Formação aos trabalhadores ; Inquéritos por questionário a reclusos; Inquéritos por questionário a trabalhadores.

3.1 ENTREVISTAS DE LEVANTAMENTO DE NECESSIDADES

Os resultados advindos das entrevistas de diagnóstico espelham as necessidades sentidas pelos trabalhadores ao nível de comunicação neste EP. Estas entrevistas conduziram-nos até ao nosso objeto de estudo . Nessa esteira, entre trinta e um de outubro a dois de dezembro de 2024 , realizámos entrevistas individuais e em pares de forma a facilitar a dinâmica de trabalho dos colaboradores e, assim, haver uma junção de ideias por parte dos mesmos. As transcrições das entrevistas realizadas aos trabalhadores encontram-se no Anexo 7³⁴ sendo esta uma análise de conteúdo. Após a seleção da informação principal das entrevistas , procedemos à elaboração de uma tabela que alude à análise de conteúdo e que se encontra no Anexo 8³⁵ . Divide-se em três colunas referentes a : Questões; Entrevistados e Respostas às Questões. Nesse seguimento serão aqui analisadas e discutidas todas as perguntas e respostas. Nesta fase da investigação, pretendeu-se entender as perceções dos trabalhadores relativamente :

- importância da Educação Especial em contexto prisional;
- acessibilidade de documentos internos do EP;
- inclusão , autonomia e independência na comunicação de/com reclusos.

Estas perceções vão ajudar-nos a responder às questões investigação, contudo, uma vez que nos encontramos na fase inicial da investigação, devem responder ao objetivo “avaliar a perceção dos trabalhadores sobre a importância das acessibilidades na comunicação em contexto prisional.” Para isso, colocamos a questão “Tem conhecimento de que forma pode uma pessoa formada em Educação Especial intervir positivamente no EP de jovens? Mediante a análise de conteúdo das entrevistas ,

³⁴ Transcrições das entrevistas a trabalhadores do EP

³⁵ Tabela Análise de conteúdo das entrevistas a trabalhadores do EP

presente na tabela do Anexo 8³⁶, observa-se que a diretora identificou que a população reclusa tem baixa literacia e que seria muito importante a intervenção na área da Educação Especial de forma colaborativa ou complementar com os docentes que lecionam na escola e que dessa forma as aprendizagens dos reclusos teriam sucesso e isso seria benéfico para todos, incluindo para os docentes. Isto demonstra também a importância da intervenção multidisciplinar na área da reeducação. Seguidamente questionamos o TSR 1 que alerta para a inexistência de pessoas especializadas em Educação Especial e que a DGRSP não possibilita a sua contratação. Denota a importância da intervenção multidisciplinar em sintonia com a área psicossocial e destaca que a sua atuação deve ser dirigida de uma forma abrangente e interventiva a todas as áreas, de forma a promover a comunicação num processo contínuo. Depois questionamos o TSR 2 que explicou que é fulcral intervir com esta população reclusa jovem que, em simultâneo com o fator idade, detém características específicas como baixa literacia, dificuldades na leitura, na escrita, dificuldades na comunicação verbal e NE. Por isso mostra-se premente trabalhar com técnicos especializados que possam dar o seu contributo holístico. Os recursos humanos já existentes no EP podem ser uma mais-valia por ter esse *know-how*. O TSR 3, enquanto coordenador da formação profissional revela que o EP recebe muitos jovens com NE. Relata ainda, que existe uma grande disparidade de conhecimentos na sala de aula, fruto da diversidade de contextos e de aprendizagens dos reclusos e que por isso os docentes não conseguem atender a todos. Assim, revela ser importante a Educação Especial para dar respostas através de um trabalho especializado e direcionado para a inclusão. Logo após, segue-se a resposta à mesma questão pelo TS1, revelando que a Educação Especial é importante para a intervenção de jovens com NE, mas não só, também para atuar em contextos, culturas e línguas diferentes. Conclui com a expectativa de que se deve sensibilizar para reeducar. O TS 2 explica que a Educação Especial é uma necessidade principalmente na escola do EP porque existem jovens com NE. Tem projetado um voluntariado nessa área que ainda não avançou porque faltam recursos humanos especializados. Quanto à equipa de psicologia, o elemento A destacou que há a necessidade de intervir na educação de reclusos com NE, mas faltam meios técnicos (docentes/técnicos em Educação Especial) e terapeutas ocupacionais. Alerta que este é

³⁶ Tabelas de análise de conteúdo das entrevistas aos trabalhadores

um EP [especial de jovens] e que aqui devem ser preparados a ter um papel ativo na sociedade longe do crime. Conclui expondo que a Educação Especial deve combater as desigualdades. Em seguida , o elemento B da equipa de psicologia deu a sua resposta realçando que a Educação Especial deve atender às necessidades e às dificuldades de cada recluso. O EP deve adaptar os recursos para intervir de forma positiva e promover a inclusão. Conclui afirmando que o técnico em Educação Especial pode conduzir os reclusos à reinserção social e a dar-lhes ferramentas humanísticas. O elemento C da mesma equipa considerou que , uma vez que o público-alvo são jovens em reclusão, com pouca escolaridade e com muitas dificuldades na leitura e na escrita, é da opinião que se devem mudar os métodos , as aprendizagens e as atitudes obtendo na Educação Especial as estratégias para esse fim. A análise da resposta a esta questão pelo elemento A dos juristas demonstrou que existe um número considerável de reclusos com NE no EP, divididos em dois grupos: os que têm pouca escolaridade e que por isso apresentam dificuldades específicas na leitura e na escrita (NE) e os que têm dificuldades intelectuais . Por fim, o elemento B da equipa destacou que o técnico em Educação Especial revela sensibilidade e mostra estar atento a reclusos com dificuldades. Quanto às acessibilidades, a análise de conteúdo revelou em todas as entrevistas realizadas que os participantes referem existir dificuldades ao nível da perceção, compreensão, leitura e acessibilidades no folheto informativo. As questões colocadas são :“Na comunicação escrita/verbal com os reclusos , considera que os documentos internos que utiliza são acessíveis , na medida em que podem ser compreendidos por todos, independentemente das suas capacidades?”,“Na comunicação de/com os jovens reclusos deste estabelecimento prisional , considera que os documentos internos utilizados para a comunicação são compreendidos por todos os reclusos e utilizam uma linguagem simples e clara?” , “ Os documentos internos utilizados para a comunicação de/com reclusos, estão criados de forma a garantir que todas as pessoas , independentemente das suas capacidades , tenham acesso à informação?” , “Sei que o EP de jovens dispõe de um folheto informativo , impresso em língua portuguesa e nos idiomas estrangeiros mais falados pela população prisional estrangeira com estas e outras informações gerais e dispõe até de intervenção do consulado para traduzir e explicar, mas, será esta forma de comunicação escrita eficaz com todos os reclusos e será que dá respostas no momento certo?” , “De que forma é que o setor jurídico garante a compreensão de uma informação jurídica transmitida a um recluso estrangeiro ou com pouca escolaridade, tendo em conta que a legislação é uma linguagem técnica e pouco acessível?” , “De que

forma é que a Secção de Execução de Penas garante a compreensão de uma informação jurídica transmitida a um recluso estrangeiro ou com pouca escolaridade, tendo em conta que a legislação é uma linguagem técnica e pouco acessível?” A análise de conteúdo da resposta da diretora evidencia que os documentos internos devem permitir a sua compreensão, mas que podem ser melhorados quanto à sua comunicação. A comunicação assume-se, assim, um elemento fulcral para esta atividade; deve ser cuidada e perceptível, não só para os reclusos como para os trabalhadores. Insiste que o EP está disposto a melhorar os seus documentos através de propostas que lhe sejam apresentadas de forma a ter uma intervenção diferente. Refere ainda que o folheto informativo exige a explicação do seu conteúdo pelos técnicos de acompanhamento a reclusos e que estes devem aprofundar o seu conteúdo. O TSR 1 respondeu que os documentos internos são todos manuscritos, por uma questão de segurança em que não pode haver acesso a computadores pelos reclusos. Os jovens apresentam dificuldades na leitura e na escrita, mas os formulários não são adaptados a essas e outras necessidades. Quanto à tradução do folheto informativo para outras línguas, é da opinião que a DGRSP deve intervir e utilizar estratégias direcionadas a este tipo de reclusos que não dominam a língua portuguesa. Outra questão abordada foi a da falta de tempo que os técnicos de acompanhamento têm para intervir com os reclusos, uma vez que estes exercem diverso trabalho administrativo e isso retira-lhes tempo e qualidade nas intervenções. Analisando as respostas do TSR 2, verificamos que é da opinião que a comunicação em geral no EP podia recorrer a estratégias como meios audiovisuais, manuais acessíveis, videojogos. A importância da leitura e da escrita são inegáveis, contudo as aprendizagens por meio destas não são acessíveis a todos, o que exigirá adaptações. Reafirma que, como todos os formulários são manuscritos, exigem o seu preenchimento, nem todos o conseguem fazer. Do mesmo modo, o TSR 3 alerta para o modelo dos documentos em formato manuscrito, sendo os técnicos que traduzem o folheto informativo ou que o reescrevem numa linguagem mais simples e perceptível para os reclusos. Nesse documento, a informação não é sintetizada, não usa palavras que todos possam entender, não é traduzido e utiliza linguagem técnica. Devia ser elaborado um documento escrito com as regras e rotinas, de acordo com as dinâmicas de cada pavilhão prisional, bem como de acordo com os horários distintos para reclusos ativos e inativos, que vão à escola, que regressam, os horários dos pátios, etc. Quanto ao TS 1, ele descreve que se o recluso for inglês, aí a comunicação torna-se difícil. Existem reclusos com dificuldades na leitura e na escrita e que no seu entendimento não tiveram

acesso a oportunidades de aprendizagem, por isso, sendo os documentos manuscritos, são os reclusos que acabam por ter de se adaptar na comunicação por uma questão de sobrevivência. Para ele, o folheto informativo é acessível q.b. mas a verdade é que se o recluso não souber ler, terá de depender de outros. Ele relata que apenas conhece a existência da versão do folheto informativo em português. Em relação ao TS 2, foi explanado que o EP recebe jovens de muitas nacionalidades e que o técnico em questão não domina o inglês, tal como alguns reclusos não falam português, o que torna a comunicação ineficaz. Para isso, devem ser consideradas estratégias de comunicação, que, não sendo tomadas pela DGRSP ou pelo EP, implica que os técnicos encontrem outras formas: explica que se o atendimento decorrer em gabinete, existe a possibilidade de o técnico de socorrer do Google tradutor no seu computador, mas quando tal não é concretizável, implica que se utilizem desenhos, gestos, ou seja, comunicação não-verbal. O TS 2 defende ainda que a utilização de imagens e de linguagem simples permitem a comunicação de e com reclusos. A necessidade de adaptação do folheto informativo é uma realidade, através de métodos que permitam a comunicação de reclusos estrangeiros, de reclusos com dificuldades de aprendizagem, de reclusos com NE, através da utilização de palavras compreendidas por todos e para que não dependam de outros, que não permitam situações de risco e dependência tais como trocas. Realça que existem mais casos do que o expectável de reclusos que detêm um nível de escolaridade baixo e que muitas das vezes nem sequer corresponde ao nível de ensino que lhes foi atribuído. Atendendo agora às respostas da equipa de psicologia, do elemento A, verificamos que existem reclusos que, por não falarem a língua portuguesa, resulta que os trabalhadores devam estar preparados para se comunicarem com eles. Conhece a versão do folheto informativo apenas em português e crê que sejam os técnicos de acompanhamento a reclusos a fazerem a tradução deste. Sobre os documentos internos, embora seja da opinião que estejam bem estruturados e acessíveis, ainda podem ser melhorados. De outro modo, as acessibilidades arquitetónicas são inexistentes, o que implica que sejam os trabalhadores a dar apoio a trabalhadores e a reclusos com dificuldades motoras e sensoriais. O psicólogo refere que os jovens, quando dão entrada no EP, provam elevados níveis de stress e que isso pode limitar o processamento das informações transmitidas. Explica que por essa razão foi criado um programa de estabilização emocional onde numa dessas sessões é abordada a questão dos direitos e deveres dos reclusos que está presente no folheto informativo. O elemento B da mesma equipa refere que os reclusos que têm dificuldades de escolaridade,

independentemente da língua que dominam, não compreendem as informações de regras e direitos descritas no folheto informativo, porque isso exige compreensão e por isso deve-lhes ser explicado. Idealiza que, numa emergência prisional, a comunicação com reclusos possa ser feita através de sons associados a um código linguístico e que possa, assim, ser benéfica e eficaz, compreendida por todos. Como explicado anteriormente, indica que reclusos com dificuldades motoras e/ou sensoriais podem ter uma estadia prisional difícil. O psicólogo C define estratégias para melhorar a comunicação de e com reclusos como usar sistemas de pictografias com recurso a imagens para ajudá-los a aprender a ler e a escrever e ensinar-lhes as regras, condutas, comportamentos a adotar em meio prisional. Na sua opinião, os problemas de comunicação têm origem em aspetos culturais e linguísticos e que por isso não são criadas oportunidades iguais. Sobre o folheto informativo, reafirma que este deve ser adaptado a cada contexto, a cada pessoa. Enquanto trabalhador deste EP refere que diariamente encontra dificuldades nas acessibilidades digitais e comunicacionais; no primeiro caso, porque como é cego, o EP não lhe permite a utilização do telemóvel para leitura de documentos e como vimos no enquadramento teórico, a lei define que na portaria da zona prisional é estritamente proibida a passagem com equipamentos informáticos incluindo o telemóvel, o que o leva a utilizar programas menos sofisticados para *scanner*, tradução. A dificuldade nas acessibilidades comunicacionais tem que ver com a falta de acessibilidade dos documentos internos que são por norma manuscritos. Continuando a análise de conteúdo na perspetiva da equipa dos juristas, o elemento A (colocando-se a questão sobre a linguagem jurídica poder ser acessível) afirma que esta se caracteriza como “hermética”, “fechada”, “barroco”. Adianta que todas as decisões do tribunal são realizadas em português, salvo a necessidade prévia de intervenção da embaixada ou do consulado, contudo em situações de extrema complexidade estes organismos têm estado ausentes. Caracteriza o folheto informativo como não acessível e que deve ser atualizado de acordo com as alterações e dinâmicas do EP, assim como recentemente aconteceu com a alteração dos dias das visitas. Ainda sobre o folheto informativo e colocando-se a hipótese de este poder utilizar uma linguagem mais simples e imagens em simultâneo de forma a favorecer a sua compreensão, é extremamente relevante a sua perspetiva: os documentos devem ser pensados para uma utilização macro, como se tratasse de uma “superestrutura transversal a todos os EP”. Do mesmo modo a jurista B refere a importância em alterar a linguagem jurídica do folheto informativo para uma linguagem simples e clara, com

exemplos reais. Analogamente o elemento A da equipa da Secção de Execução de Penas refere que a linguagem jurídica deve ser simplificada para melhorar a comunicação de e com reclusos. Para terminar, o elemento B da mesma Secção alerta para a complexidade da linguagem jurídica que torna as explicações dos documentos a reclusos difíceis e incompreendidas. Na sua opinião, deve-se alterar termos/conceitos elaborados para palavras do senso comum e no folheto informativo seria interessante colocar imagens e menos texto para torná-lo mais apelativo. Neste seguimento serão aqui discutidas as respostas às perguntas “E estão criados (os documentos internos) de forma que todas as pessoas consigam fazer pedidos, reclamações, queixas?” , “Conseguem garantir o sigilo e o respeito pela privacidade do recluso? Promovem a sua autonomia?” , “E se o recluso tiver dificuldades intelectuais?” , “Considera que a promoção de competências de comunicação pode ajudar o recluso a ser autónomo e a ter o direito à sua privacidade e identidade?” , “ Na perspetiva de que a prisão é uma restrição de liberdades, de que forma a educação inclusiva pode contribuir para a autonomia destes jovens?”. A análise irá ao encontro , por isso da autonomia e independência na comunicação de e com reclusos. Iniciamos esta análise de conteúdo sobre a efetividade de o folheto informativo promover (ou não) a inclusão na comunicação de e com reclusos. Assim, a diretora expõe que o folheto informativo deve chegar a todos os jovens ,assim como o modelo educativo no meio prisional que, tal como o ensino em meio livre , não chega a todos. Por isso o EP tem-se esforçado para trabalhar com os jovens de forma diferente, primando pela intervenção através da motivação. O TSR 1 relata que a formação inclusiva que detém em LGP mostra-se útil no seu desempenho profissional na área psicossocial. Refere que a alfabetização permite a inclusão de jovens reclusos , que é fulcral saberem escutar e escrever para conseguirem comunicar. Assume ser difícil incluir reclusos estrangeiros na comunicação através do folheto informativo porque existe a barreira linguística e a falta da adaptação em acessibilidades. Para os técnicos , a barreira linguística é uma realidade e isso impede-os de trabalhar com reclusos de forma imparcial já que ,pelas dificuldades na língua, são-lhes atribuídos reclusos de acordo com as suas competências comunicativas. Uma vez mais é sublinhada a questão da ineficácia e morosidade dos consulados. O TSR 2 mostra a importância de uma intervenção direcionada às capacidades e às dificuldades quando recebem os reclusos que dão entrada. Quanto ao TSR 3, são destacados fatores sociais, familiares, biológicos, educativos, culturais e linguísticos que interferem na comunicação eficaz de jovens , tornando-a excludente. O

acesso a comunicação e a informação são direitos aos

quais o consulado deve possibilitar a participação ativa dos jovens estrangeiros. Na opinião do TS 1, é descrito que os reclusos estrangeiros pedem para eles o básico, não sendo reivindicativos por talvez não terem acesso às leis. Enquanto reeducador considera que deve estar atento às dificuldades e às potencialidades dos reclusos para se adaptar a cada contexto, a cada momento e a cada situação sem deixar que possam ter uma participação em igualdade de direitos. Ao TS 2 importa destacar o trabalho multidisciplinar através da individualidade, tendo em conta o todo. Na psicologia, o elemento A considera a formação necessária para que os trabalhadores possam ter as mesmas abordagens e trabalhar de forma integrada. Para os jovens esse trabalho articulado resultará na integração da sociedade uma vez que, se a fase da adolescência é de rebeldia, oposição em simultâneo com a reclusão, com o comportamento desafiante, a Educação Especial pode contribuir para a sensibilização das NE e para criar empatia nestes jovens. Ressalva a inexistência de práticas educativas inclusivas na escola em meio livre. O elemento B refere que, com a inclusão existe adaptação: se o EP reconhecer as NE, existirá mais sensibilidade e isso permitirá fazer mais adaptações com o contributo de todos os envolvidos. A educação inclusiva permite aumentar o sucesso escolar e melhorar a adaptação à escola. O elemento C expõe que a comunicação no EP não é equitativa e que a educação inclusiva pode aumentar o conhecimento. A importância de os reclusos poderem sentir-se integrados irá permitir a sua reintegração na sociedade. Na equipa de juristas, o elemento A referiu que se deve trabalhar a partir do concreto, do real de forma a aproximarmos as aprendizagens ao que é exequível. O elemento B destaca a importância deste estudo poder ser transversal a todos os EP e sublinha que trocar impressões com todos os “cantinhos” deste EP é uma forma de incluir. Na Secção de Execução de Penas, o elemento A não deu resposta e o elemento B destaca a importância de simplificar a linguagem para incluir todas as pessoas. Quanto às perceções sobre se o folheto informativo concede autonomia comunicativa de e com reclusos, a resposta é comum: não confere. Destacamos também que na resposta do TSR 1 foi possível detetar a falta de autonomia dos técnicos perante problemas de comunicação linguísticos com reclusos. Contrariamente foi identificado no TSR 3 que as suas capacidades comunicativas lhe permitem aumentar a autonomia na comunicação de e com reclusos porque domina a língua inglesa e consegue até fazer a tradução de formulários, folhetos, etc. A Secção de Execução de Penas tem também muitas dificuldades em compreender a linguagem jurídica e a transmitir essas informações aos reclusos, principalmente aos que não falam português. Importa aqui

referir que foi identificado que a falta de autonomia na comunicação de e com reclusos acontece na troca de correspondência, a fazer pedidos, reclamações, documentos do tribunal, preencher formulários, na escola, nos pedidos de cantina, nas atividades, nos direitos e deveres, em defender-se perante a justiça, a exprimir tudo aquilo que sentem.

3.2 ADAPTAÇÃO DO FOLHETO INFORMATIVO PARA O GUIA ACESSÍVEL DO RECLUSO

Atualizado pela área de Tratamento Prisional e Prestação de Cuidados de Saúde, foi-nos facultado em formato *publisher*. Em maio de 2024 a investigadora deu início à sua adaptação no CRID. Iniciamos com a adaptação da escrita do folheto que inicialmente era muito técnica e o folheto continha muita informação. A informação foi resumida e colocada em Escrita Simples e a investigadora procedeu à adaptação do folheto informativo para a Carta de Direitos e Deveres do Recluso (Anexo 9)³⁷. Em algumas semanas foi criada uma biblioteca de pictogramas que era praticamente inexistente para este contexto. Esta biblioteca do programa Boardmaker e também do site Arassac foram imprescindíveis na implementação da Carta de Direitos e Deveres do Recluso, tornando-a exequível, clara, dinâmica fácil e de grande utilidade. Foram impressas as versões finais, contudo houve a necessidade do EP alterar algumas informações escritas. Com isso, fez-se uma nova adaptação que implicou voltar a alterar o texto para Escrita Simples e também os pictogramas, com a criação de muitos outros. Decorrente disso

,foi identificada a necessidade de o objeto de estudo mudar de nome uma vez que se tornou claro para a investigadora que não se tratava apenas de informar os reclusos sobre os seus direitos e deveres, mas de guiá-los, através de um manual, sobre como atuar em situações específicas em contexto prisional. Daí surgiu o Guia Acessível do Recluso, o qual se encontra no Anexo 12³⁸ e a necessidade de o testar quanto à sua eficácia em comunicação. Para isso, a formação a trabalhadores em comunicação foi crucial para a fase pré- implementação, porque decorrente dela foram feitas novas sugestões de melhoria e uma nova adaptação. A todos os técnicos e aos reclusos

³⁷ Adaptação do folheto informativo para a Carta dos Direitos e deveres dos Reclusos, versão de junho de 2024

³⁸ Guia Acessível do Recluso, versão final

participantes foram disponibilizados os Guias Acessíveis do Recluso em dois formatos , por questões de segurança : o modelo dos técnicos e trabalhadores foi encadernado com argolas metálicas e a dos reclusos apenas agrafada sem conter plásticos nem metal. Em cada atendimento os técnicos utilizaram o Guia Acessível do Recluso.

3.3 FORMAÇÃO A TRABALHADORES DO EP

Esta formação foi realizada em modo presencial aos técnicos ,com recurso a Powerpoint e a um inquérito de satisfação sobre a formação realizada pela investigadora e online aos trabalhadores que intervêm em comunicação de e com reclusos ,com recurso a Powerpoint com áudio gravado pela investigadora e também com inquéritos de satisfação decorrentes dessas formações. O motivo para a utilização dos dois formatos foi por não ter sido possível juntar os treze elementos na sala de formação num período que não compromettesse a investigação e a organização do EP. Recordamos que esta técnica de recolha de dados foi necessária para que os trabalhadores tivessem contacto com os conceitos chave desta implementação : CA, SPC, Escrita Simples e NE e para que consigam , não só trabalhar com o Guia Acessível do Recluso no atendimento a reclusos, mas também para que consigam ajudá-los na compreensão do mesmo e a responder a questões surgidas por parte destes com a sua utilização. A formação presencial aconteceu na sala de formação do EP contando com o TSR 3 e o TS 1 no dia treze de janeiro e no dia vinte de janeiro com o TSR 2. A última formação presencial foi com o TSR 1 e esta decorreu no dia vinte e um de janeiro. É de referir que as formações se realizaram em períodos e dias diferentes para que fosse possível corresponder com os horários disponíveis dos trabalhadores. Após a realização de cada uma destas formações, foram apresentadas sugestões de melhoria e alteradas informações escritas do folheto informativo que, conseqüentemente repercutiu-se numa outra adaptação do Guia Acessível do Recluso. Em resultado disso , coloca-se no Anexo 10³⁹ a apresentação elaborada em *Canva* ,de forma que esta se tornasse mais apelativa e criativa e que depois foi transformada para formato Powerpoint, porque a investigadora possui maior conhecimento no uso das suas ferramentas. No final , foram apresentados inquéritos de satisfação para percebermos o impacto da formação realizada. Foram inquiridos treze formandos , dos quais oito responderam. Os inquéritos de satisfação

³⁹ Formação em Comunicação aos trabalhadores do EP

encontram-se no Anexo 11.⁴⁰ A primeira parte dos inquéritos mostra uma visão geral do nível de satisfação com esta formação, tendo sido analisado neste primeiro ponto os objetivos da formação. Os gráficos que sustentam esta análise encontram-se no Anexo 20.⁴¹ Os dados resultantes dos objetivos da formação (Gráfico 4.2) revelam dois grupos: a maioria respondeu de forma muito satisfatória com 75% e os restantes de forma satisfatória com 25%. Segue-se a análise sobre a relevância dos conteúdos, através do Gráfico 4.3 que resultou também em dois grupos : 75% dos trabalhadores referem-se muito satisfeitos e 25% satisfeitos. O Gráfico 4.4 permite-nos concluir , quanto à utilidade dos conteúdos da formação, que 87% dos inquiridos mostram-se satisfeitos e 13% muito satisfeitos. A penúltima análise referente à sequência dos conteúdos abordados, representada no Gráfico 4.5, mostra que 75% dos trabalhadores apresentaram-se muito satisfeitos e 25% satisfeitos. Concluindo, no Gráfico 4.6 quanto à aplicabilidade dos temas, os inquiridos dividiram-se em dois grupos, estando 50% muito satisfeitos e 50% satisfeitos. A segunda parte do inquérito respeita à prestação da formadora quanto ao domínio de conteúdos. Foi possível apurar que 75% dos trabalhadores encontra-se muito satisfeito e 25% dos trabalhadores satisfeito (Gráfico 4.7). Analisando a clareza da apresentação dos conteúdos (Gráfico 4.8), apurou-se que 87 % dos trabalhadores encontra-se muito satisfeito e 13 % satisfeitos. No Gráfico 4.9 , apurou-se a conceção dos trabalhadores quanto ao relacionamento interpessoal com a formadora, ao que foi possível determinar que todos os trabalhadores estão muito satisfeitos. Quanto à capacidade de a formadora motivar os participantes, todos os trabalhadores estão muito satisfeitos como mostra o Gráfico 4.10. Sobre os métodos e técnicas usados na sessão, 87% dos inquiridos mostram-se muito satisfeitos e 13% satisfeitos , como é evidenciado no Gráfico 4.11. No que concerne à análise sobre o material pedagógico e interativo usados na sessão, 87% dizem-se muito satisfeitos e 13% satisfeitos (Gráfico 4.12). Sobre a organização da formação , analisaram-se os temas abordados da sessão, mostrando-se que 62% estão muito satisfeitos e 38% revelam estar satisfeitos.(Gráfico 4.13). A análise expõe a satisfação dos inquiridos quanto à duração da formação, resultando em 62% muito satisfeitos e 38% satisfeitos no Gráfico 4.14. Analogamente ,a análise quanto às instalações onde decorreu a formação

⁴⁰ Inquéritos de satisfação da formação

⁴¹ Gráficos de análise de dados sobre a formação dada a trabalhadores obtidos através dos inquéritos de satisfação

mostrou os mesmos resultados: 62% muito satisfeitos e 38% satisfeitos, no Gráfico 4.15. Para concluirmos, quanto aos equipamentos utilizados na dinamização da formação mostrou-se que 75% dos inquiridos ficaram muito satisfeitos e 25% satisfeitos, conforme nos mostra o Gráfico 4.16. Adicionalmente foi colocada uma questão de resposta aberta, sendo as respostas recolhidas as seguintes:

1. “Considero muito pertinente , e até fundamental , o processo comunicativo, assim como, a forma como é apresentada ao recluso a informação que será importantíssima para o seu dia-a-dia no EP. Quanto mais clara e objectiva, como será o exemplo que acabamos de conhecer, melhor.”
2. Formação pertinente e muito adequada ao contexto prisional e à realidade dos nossos utentes. Seria importante realizar a formação a mais pessoas, quer sejam familiares e guardas prisionais. A ideia de poder implementar um regulamento interativo e intuitivo em línguas diferentes é muito importante.”
3. A temática abordada assume particular e acrescida relevância neste contexto laboral ,para todos os envolvidos, reclusos, trabalhadores e terceiros. Informação e comunicação acessíveis e fluídas são requisitos imprescindíveis para a transmissão de direitos e deveres e um funcionamento eficaz da instituição. “

Em suma, observa-se que todos os trabalhadores dividiram as suas respostas entre o muito satisfeito e satisfeito, concluindo-se que os mesmos demonstraram interesse e abertura para a fase da pré-implementação do projeto. No final do inquérito de satisfação foi apresentada uma pergunta , na qual fizeram uma avaliação global da formação sendo os níveis de resposta entre 1 e 5 em que 1 é (muito fraco), 2 (fraco), 3 (suficiente), 4 (bom) e 5 (muito bom). Os resultados mostraram-se bastante satisfatórios, já que os trabalhadores avaliaram a formação entre os parâmetros 5 (muito bom) e 4 (bom). Esta informação está representada no Gráfico 4, sendo que 75% dos colaboradores responderam muito bom e 25% responderam bom.

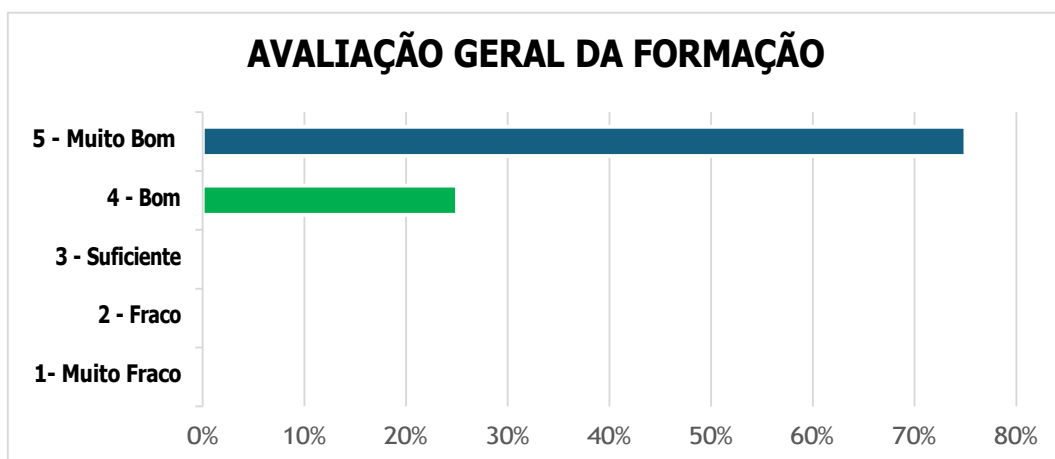


Gráfico 4 : Avaliação geral da formação

3.4 INQUÉRITOS POR QUESTIONÁRIO AOS JOVENS RECLUSOS

Entre os dias vinte a trinta e um de janeiro de 2025 foram realizados dois atendimentos presenciais a cada um dos reclusos participantes. No primeiro atendimento a investigadora explicou em que consiste o estudo, e facultou-lhes o folheto informativo e o Guia Acessível do Recluso. Nesse momento, a investigadora pediu a cada um deles, apontando para partes do texto, que pudessem ler, de forma a compreender o seu nível de leitura, compreensão do texto. Foi observado que alguns não sabiam ler, outros não compreendiam nenhuma palavra porque desconheciam a língua, outros revelaram dificuldades a pronunciar algumas palavras e a descodificar o seu significado. A investigadora registou essas informações através das grelhas de observação, analisando de um modo geral se era perceptível o que estava escrito através do campo “compreende as informações escritas?”. Seguidamente foi-lhes facultado o Guia Acessível do Recluso de forma a observarem-no. Em geral, os pictogramas chamaram a atenção de todos, mesmo antes de perceberem do que se tratava. Assim a investigadora explicou que toda a informação do folheto informativo se mantém no Guia Acessível do Recluso só que numa linguagem simples e com recurso a imagens [pictogramas]. Depois a investigadora apontou para partes do Guia Acessível do Recluso, tapando o texto, e perguntando a cada um dos reclusos o que achava que dizia. Destaca-se que existem reclusos que não sabem ler, que não falam nem entendem a língua portuguesa, mas que, por outro lado, existe reclusos que dominam o português falado e escrito e que provêm de contextos culturais diferentes. O que podemos aferir da análise das grelhas de

observação é que praticamente todos os jovens se mostraram participativos, de forma voluntária, exceto um recluso autista que participou através de estímulo e mostrou dificuldades em processar e responder às informações que recebia. Cinco dos vinte reclusos não compreenderam a informação escrita do folheto informativo: dois porque não compreendem a língua portuguesa, três porque são de outras nacionalidades e que em comum têm muitas dificuldades na leitura e na escrita embora frequentem a escola. Quanto ao parâmetro se sabe ler, três não sabem e um tem muita dificuldade.

Analisando se eles comunicam de forma clara, seis deles comunicam mais ou menos de forma clara, ou porque não dominam o português e outro porque tem dificuldades na produção da fala. O último ponto é sobre se os reclusos compreenderam os pictogramas do Guia após interagirem com a investigadora: quinze jovens compreenderam o que os pictogramas representavam e cinco reclusos compreenderam mais ou menos, sendo que , em comum, são todos de nacionalidades diferentes. A todos os jovens foi disponibilizado o Guia Acessível do Recluso e o folheto para que, após este atendimento, pudessem consultá-los e compará-los. Depois agendamos o segundo atendimento de forma a poderem dar a sua opinião quanto às características dos dois documentos. Nos gráficos seguintes encontram-se as perguntas e as respostas, sendo que o inquérito foi impresso e respondido pelos reclusos de forma manuscrita. Em seguida procederemos à análise de cada um destes. Na primeira parte da investigação, ou seja, no primeiro atendimento ,a investigadora efetuou uma observação participante (Anexo 5). Na primeira parte do inquérito (Gráfico 5), os inquiridos foram convidados a assinalar com “X” a perguntas distintas, mediante os parâmetros : 1 (muito importante) ; 2 (importante) ; 3 (razoavelmente importante) ; 4 (pouco importante) e 5 (sem importância).

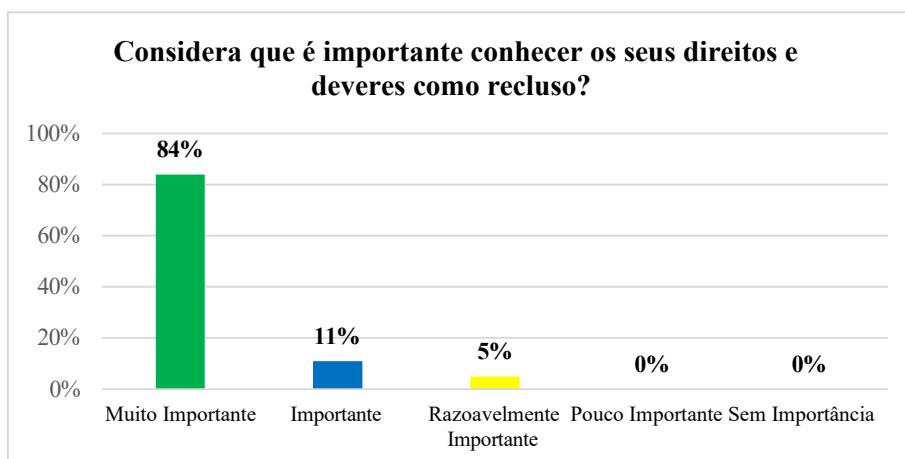


Gráfico 5.1 : Importância dos direitos e deveres dos reclusos

Analisando as respostas ao Gráfico 5.1 , verificamos que é muito importante para 84% dos inquiridos conhecer os seus direitos e deveres, para 11% é apenas importante e para 5% razoavelmente importante. Com base na literatura, a Constituição da República Portuguesa, artigo 37º, número 1 mostra-nos que o dever de informação constitui um princípio fundamental pois garante a transparência, a confiança dos cidadãos e o exercício efetivo de direitos como o contraditório e a participação.

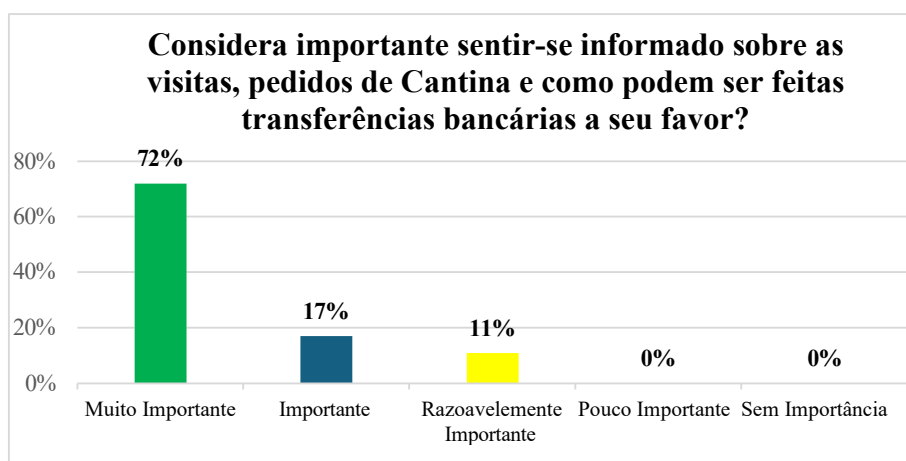


Gráfico 5.2 : Importância das informações do folheto informativo

Através do Gráfico 5.2 verifica-se que os reclusos consideram muito importante (72%) estar informados sobre as questões que se encontram descritas no folheto informativo, tais como o funcionamento das visitas, dos pedidos de cantina e das transferências bancárias, contudo 17% consideram importante e 11% razoavelmente importante.



Gráfico 5.3 : Importância da comunicação escrita

Espelhado no Gráfico 5.3, verifica-se que metade dos reclusos , 50% da amostra, considera muito importante comunicar por escrito as suas necessidades, 40% acham importante, 5% pouco importante e para 5% não tem qualquer importância.

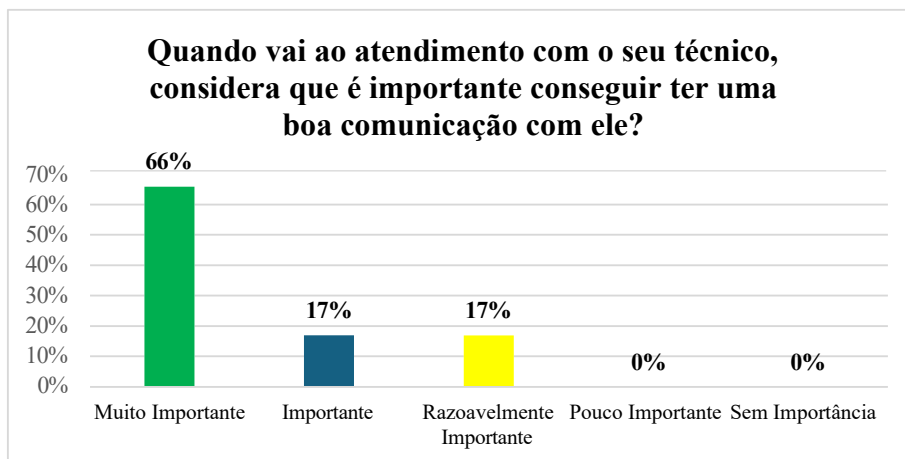


Gráfico 5.4 : Importância de uma boa comunicação com o técnico

Através do Gráfico 5.4, mostra-se que 66% dos reclusos é da opinião que é muito importante ter uma boa comunicação com o seu técnico; 17% dividem-se em importante e razoavelmente importante. A autora Vilas Boas, (2021, p. 1) defende que “comunicar ativamente sobre e pela organização é fundamental, de forma a permitir uma partilha de valores e referências comuns a todos os membros da organização”. Daí que resulte que entre o recluso e o seu técnico de acompanhamento individual deva existir uma boa relação já que ela é relevante para que os técnicos motivem a população reclusa e para que esta cumpra as suas obrigações com estímulo, compreensão, eficácia e envolvimento.

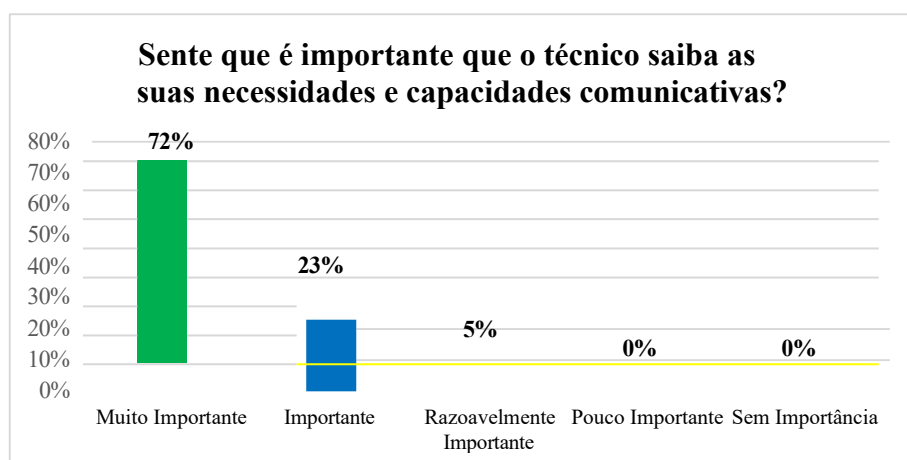


Gráfico 5.5 : Importância de o técnico conhecer as capacidades e necessidades comunicativas do recluso

Nos resultados obtidos e transportados para o Gráfico 5.5 , mostra-se que 72% da amostra assume ser muito importante que o técnico tenha em consideração as necessidades e as capacidades comunicativas dos reclusos, 23% considera importante e 5% razoavelmente importante.

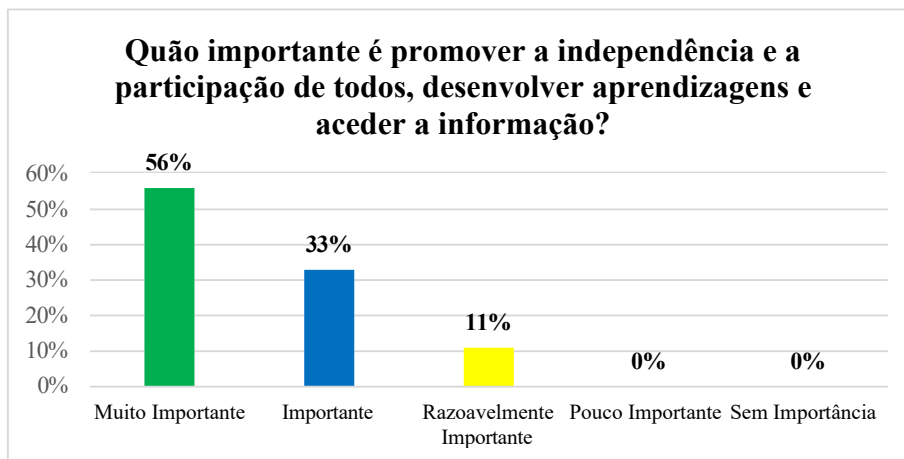


Gráfico 5.6 : Importância em ter independência comunicativa, em participar, aprender e aceder a informação

Para o Gráfico 5.6 , 56% dos reclusos revela ser muito importante conseguir ser independente, participar ,desenvolver as aprendizagens e ter acesso a informação e 36% considera importante. Apenas 11% espelha ser razoavelmente importante. O que nos mostra a literatura sobre esse tema é que a Declaração de Salamanca (UNESCO, 1998) defende que é “fundamental que todos os alunos aprendam juntos, sempre que possível, independentemente das dificuldades e das diferenças que apresentem; (...) adaptando-se aos vários estilos e ritmos de aprendizagem (...)”.

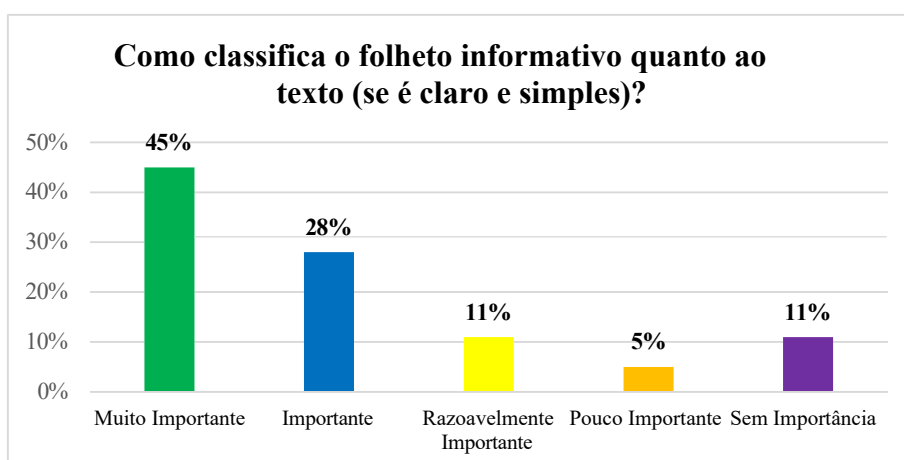


Gráfico 5.7 : Clareza e simplicidade do texto do folheto informativo

Nesta análise ao Gráfico 5.7 verifica-se que 45% dos reclusos participantes considera , ser muito importante o nível de clareza e de linguagem simples do texto do folheto informativo. 28% descrevem como importante, 11% razoavelmente importante, 5% pouco importante, e 11% sem importância. Este é o primeiro resultado onde as opiniões se dividem , o que mostra que o texto do folheto informativo não é claro para todos. No gráfico n.º 5.9 colocar-se-á a mesma questão, mas sobre o Guia Acessível do Recluso onde poderemos obter dados que servirão de comparação.

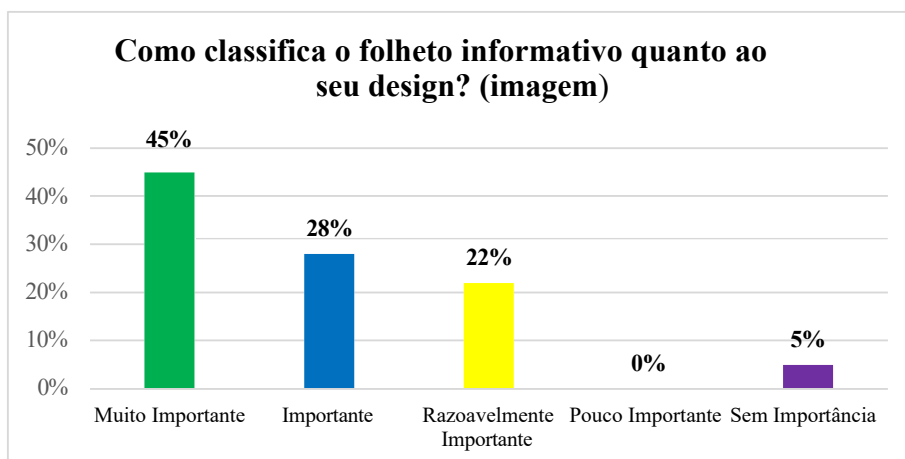


Gráfico 5.8 : Design do folheto informativo (imagem)

No Gráfico 5.8 45% responde ser muito importante o design do folheto informativo para ajudar na leitura e na compreensão , 28% importante, e para 22% razoavelmente importante. Já para 5% não tem importância. De facto, existe aqui uma divergência de opiniões. No gráfico n.º 5.10, onde se coloca a mesma questão, mas sobre o Guia Acessível do Recluso, será possível obter uma comparação de opiniões.

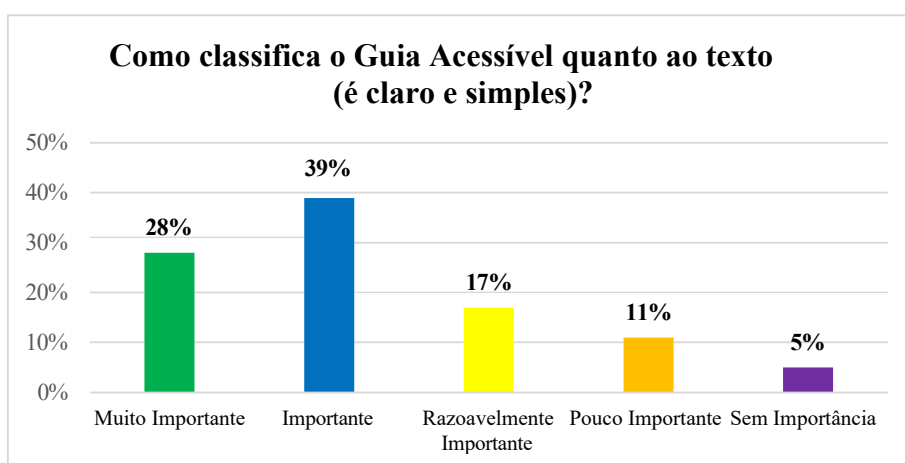


Gráfico 5.9 : Clareza e simplicidade do texto do Guia Acessível do Recluso

Nesta análise ao Gráfico 5.9 verifica-se que os reclusos participantes consideram 28% muito importante o nível de clareza e de linguagem simples do Guia Acessível do Recluso, o que podemos concluir que, na generalidade deles, é mais fácil compreender o texto do folheto informativo, refletido numa percentagem de 45%; pelo contrário, 39% acham importante essa informação no Guia Acessível do Recluso, contrapondo aos 28% do folheto informativo. Importa também referir que 17% escolhem como razoavelmente importante no Guia Acessível do Recluso, sendo também acima do verificado no folheto informativo (11%) e 5% sem importância no Guia Acessível do Recluso, ou seja, uma percentagem menor do que o refletido no folheto informativo (11%). Conclui-se pelas análises que o texto é mais perceptível no folheto, talvez porque os reclusos estejam mais familiarizados com esta versão. Ressalva-se que a percentagem dos que mostram não ter importância é maior quando se fala no texto do folheto. Não é consensual, não é do entendimento de todos.

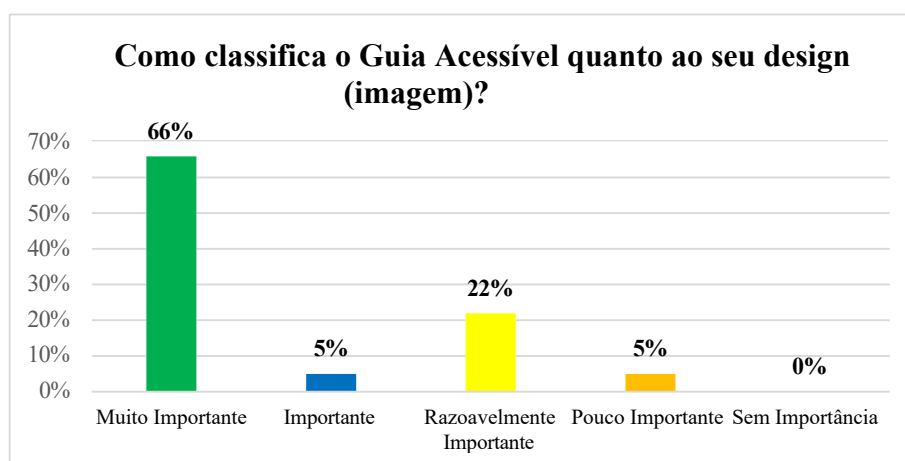


Gráfico 5.10 : Design do Guia Acessível do Recluso (imagem)

Analisando as respostas, verificamos que 66% dos jovens respondeu ser muito importante o design do Guia Acessível do Recluso para ajudar na leitura e na compreensão. Ferreira, Ponte e Azevedo (1999, as cited in Silva, 2015) defendem que os pictogramas foram desenhados com o objetivo de serem facilmente apreendidos, aplicáveis a todas as faixas etárias e diferenciados uns dos outros. No Gráfico 5.10, sobre o folheto informativo, apenas 45% eram dessa opinião. Dos 5% que consideram importante sobre o Guia Acessível do Recluso, no Gráfico 8, 28% são dessa opinião relativamente ao folheto informativo. Para 22% é razoavelmente importante nos mesmos parâmetros o Guia Acessível do Recluso e uma percentagem igual para o folheto informativo. Para 5% dos reclusos, no Guia Acessível do Recluso considera não

ter importância, exatamente como ocorreu no Gráfico 5.8 sobre o folheto informativo. Nesse seguimento, concluímos que o design é muito importante para a maioria (66%) no Guia, e 28% muito importante no folheto informativo. Contrariamente é importante (28%) o design do folheto e 5% importante no mesmo Guia.

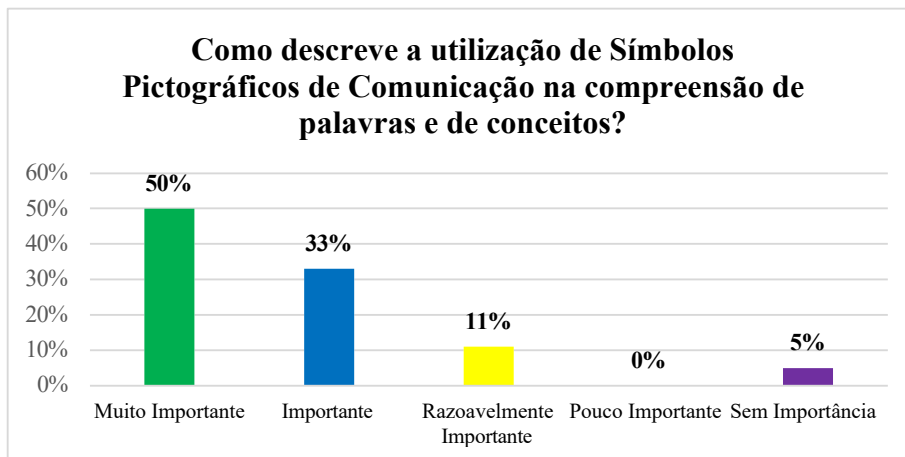


Gráfico 5.11 : Os SPC na compreensão de palavras

A percepção dos jovens reclusos sobre a aprendizagem utilizando SPC (Gráfico 5.11) mostra que são maioritariamente concordantes : com uma percentagem de 50% dos que consideram muito importante os SPC para ajudar a compreender palavras, 33% consideram importante, 11% razoavelmente importante e 5% sem importância. Sobre este assunto (Sousa, 2012) referem que “Os símbolos podem ajudar diferentes tipos de utilizadores e serem motivo de inclusão (...) Adultos e jovens com dificuldades de aprendizagem podem utilizar símbolos como forma de acesso à leitura e à escrita, adquirindo assim independência e autonomia.”

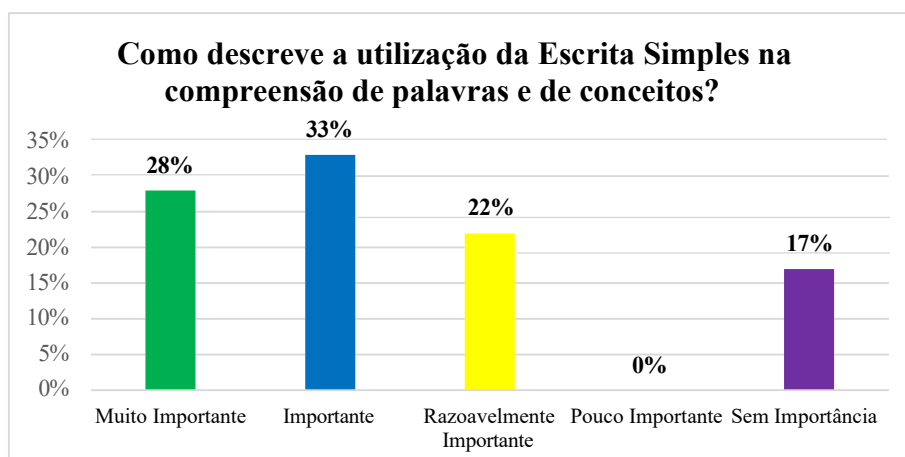


Gráfico 5.12 : Utilização da Escrita Simples

Quanto à utilização da Escrita Simples para compreender palavras, verifica-se que os

reclusos consideram , na sua grande maioria (33%) como importante; 28% consideram muito importante, 22% razoavelmente importante e 17% sem importância. Aqui destacamos que embora seja maioritariamente importante, existe uma percentagem representativa dos que sentiram não ter importância, o que nos leva a crer que os reclusos não consideram a Escrita Simples como influenciador na aprendizagem de palavras (Gráfico 5.12). Contrapondo a estes resultados, o método EKARV que consiste na reescrita do texto, mantendo tanto quanto possível o original, mas simplificando o vocabulário e a sintaxe criado por Margareta Ekarv na Suécia, em 1960 , simplifica a informação sem retirar o valor ou a seriedade das informações do texto. Com isso fomenta a igualdade de oportunidades de forma que todos tenham acesso às mesmas informações Sousa (2012)

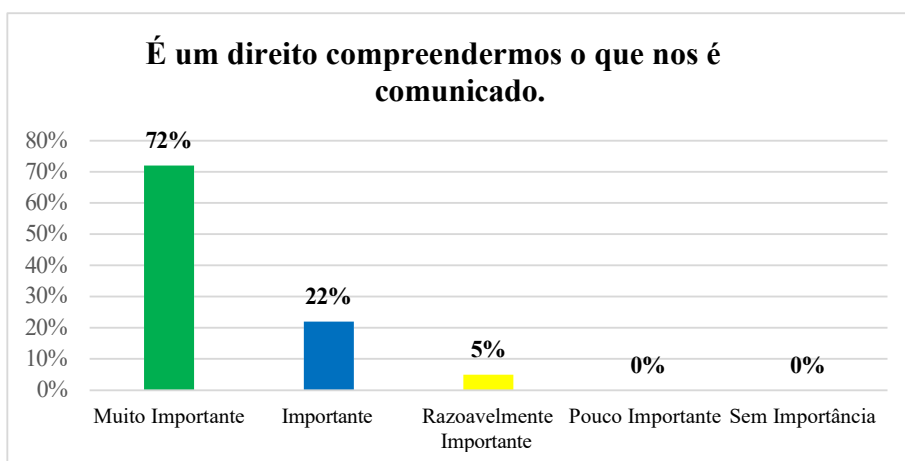


Gráfico 5.13 : Comentar: É um direito compreendermos aquilo que nos é comunicado.

No Gráfico 5.13 destaca-se que a resposta à afirmação do questionário foi 72% muito importante , mostrando que os reclusos dão muita importância a terem acesso a informação. 22% consideram importante e 5% razoavelmente importante.

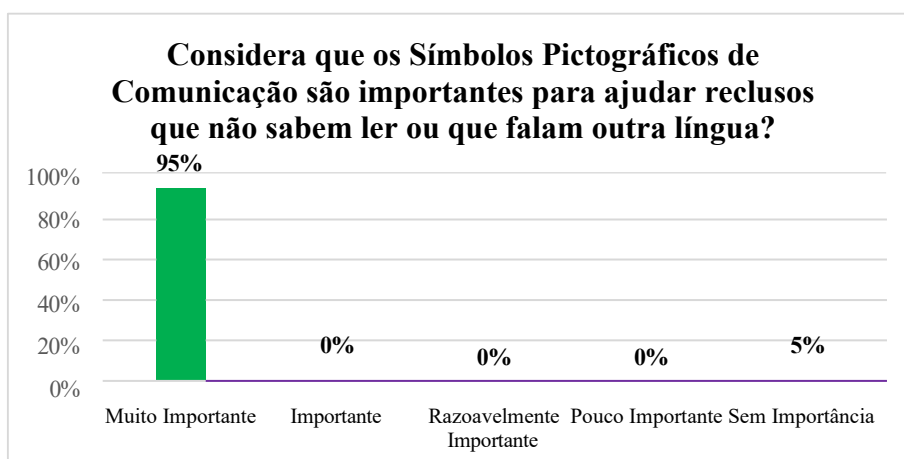


Gráfico 5.14 : Os SPC , a literacia e a língua

O destaque desta investigação vai para a resposta do Gráfico 5.14 em que 95% dos inquiridos considera ser muito importante utilizar os SPC para ajudar reclusos que não saibam ler ou que sejam estrangeiros. Apenas 5% destacam não ter importância, talvez porque não se enquadram nessas características . Podemos concluir daqui que os reclusos identificam a CA através de SPC como uma necessidade para ajudar reclusos que não sabem ler ou que não dominam a língua portuguesa por serem estrangeiros. A sua utilização por ser muito fácil e as vantagens que apresenta fazem com que os SPC gozem “de uma ampla divulgação nos Estados Unidos, Reino Unido, Irlanda, Alemanha, Espanha e Portugal e está a aumentar em popularidade noutros países”(Kellerman et al., 2019, p. 187)

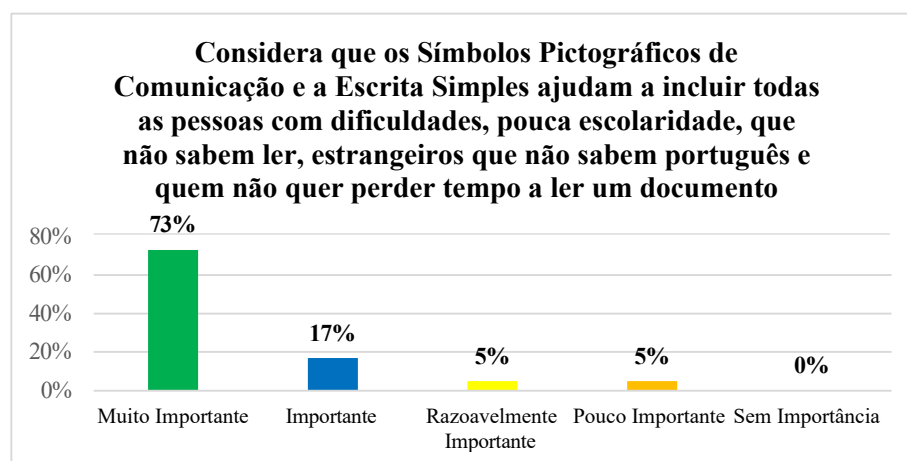


Gráfico 5.15 : Os SPC e a Escrita Simples para a inclusão

Já o Gráfico 5.15 destaca que 73% dos reclusos considera muito importante a utilização de SPC e da Escrita Simples na inclusão de pessoas com NE, com pouca literacia, que não sabem ler, estrangeiros e de forma a facilitar a leitura. 17% revelam ser importante, e 5% revelam ser razoavelmente e pouco importante. No seguimento disso, os autores Kellerman et al., p. (2019, p. 187) argumentam que “Desta forma podemos considerar que este recurso inclusivo é extremamente importante na aquisição do conhecimento e no desenvolvimento da educação e cultura para pessoas com necessidades educativas especiais”, mostrando a pertinência em todos os contextos acima descritos.(p.187)

Foram também colocadas perguntas de resposta aberta aos reclusos, de forma a obtermos a sua perceção em relação às dificuldades de comunicação que costumam sentir no EP e onde consideram que seria importante utilizar os pictogramas . Iremos de seguida analisá-las .

Estas encontram-se transcritas em tabela no Anexo 19.⁴² Através da sua análise serão obtidos os resultados do contributo do projeto e da sua aplicabilidade com sugestões e melhorias na perceção destes jovens. Dessa análise de conteúdo, sobre a primeira questão, destacamos que as maiores dificuldades de comunicação sentidas são não dominar a língua portuguesa - são estrangeiros e os documentos encontram-se impressos em português- e que apesar de falarem e de escreverem português, os documentos jurídicos não se encontram numa linguagem perceptíveis para eles; são também porque apresentam dificuldades na leitura e na escrita e porque alguns não sabem escrever e que por isso dependem de terceiros. Na segunda e terceira questões pretendia-se saber onde poderiam ser usados os SPC na prisão e como poderia ser melhorado este projeto, ao que responderam ser na informação que está escrita no folheto informativo tal como a questão das visitas, dos pedidos de cantina, das regras e dos direitos e deveres; referiram que os SPC deviam estar afixados nos pavilhões, nas celas e na escola. Destaca-se que é do interesse deles esta intervenção em SPC nos refeitórios, nas ementas, nos avisos afixados nos pavilhões e na informação das suas rotinas que devem também ser afixados. Mostram particular interesse em participar em formações, atividades que tenham que ver com SPC, em criar pictogramas, usá-los em livros, em histórias, em criar mensagens para enviar para o exterior, mas de forma que possam participar num processo contínuo. Sobre aquilo que tiram de positivo ao participar neste projeto é evidente que gostaram de aprender, de participar e até gostavam de ter estado mais vezes, mas também porque a formação em comunicação para eles é uma ferramenta que os prepara para o mundo exterior. Outros referiram ainda a importância do projeto para ajudar reclusos que não sabem ler, que não se sentem integrados, e acreditam que através de uma equipa especializada é possível ajudá-los a construir uma vida melhor. Importa ainda referir que houve a necessidade de a investigadora traduzir os questionários para a língua inglesa e escrever as respostas dos inquiridos em português já que estes não falam nem entendem português. A esse respeito a investigadora antecipou estratégias de comunicação eficaz com eles. No Anexo 14⁴³ encontra-se a tradução dos questionários e algumas ideias chave que permitiram à investigadora conduzir a comunicação através de um guião elaborado em língua inglesa.

⁴² Tabela com respostas transcritas às perguntas abertas colocadas no inquérito por questionário a reclusos

⁴³ Guião do questionário para dois reclusos que falam inglês

3.5 INQUÉRITOS POR QUESTIONÁRIO FINAIS A TRABALHADORES

Foram realizados inquéritos por questionário em Google Forms no final do projeto com os trabalhadores. O estudo é comparativo e tem como objetivo principal perceber o impacto no desenvolvimento de competências de comunicação, de autonomia e de práticas educativas e sociais inclusivas nos reclusos através da informação recolhida. Para o efeito, são apresentados vários gráficos com as questões/afirmações colocadas, bem como as respetivas respostas. Serão também analisadas pela investigadora e fundamentadas na literatura. O primeiro bloco do questionário, mostra as concepções dos trabalhadores sobre a comunicação em contexto prisional e sobre a utilização da CA : SPC e Escrita Simples. Ao longo de um conjunto de afirmações, foram convidados a posicionar-se usando uma escala de concordância: discordo totalmente; discordo; não concordo nem discordo; concordo; concordo totalmente, descritos na Tabela 1

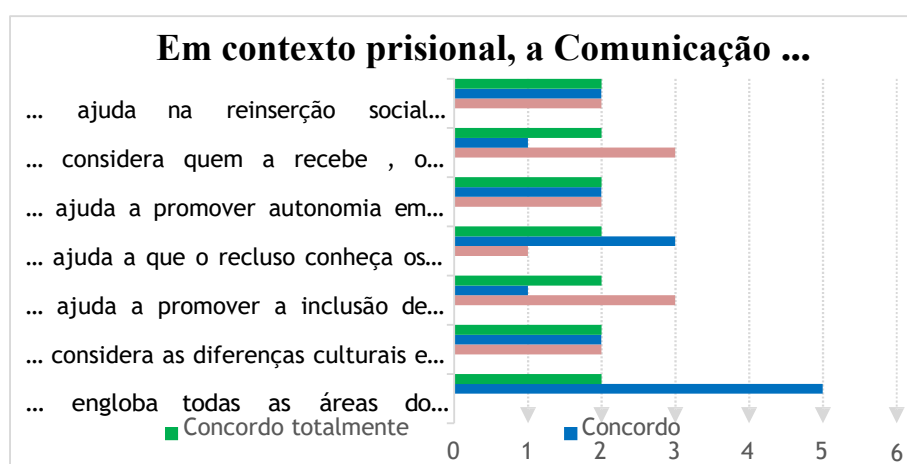


Gráfico 6 : A comunicação em contexto prisional

De acordo com o Gráfico 6, os trabalhadores, de uma forma geral, perspetivam a comunicação em contexto prisional enquanto um processo dinâmico, tal como é descrito na teoria de Sim-Sim et al. (2008) e que implica respeito, partilha e compreensão mútua, por isso relaciona-se com todas as áreas do desenvolvimento e implica a combinação de habilidades cognitivas, motoras, sensoriais e sociais (C. Sousa, 2012, p. 6). Analogamente, Saussure (1986) defende o processo de comunicação envolvendo um domínio individual e social, uma dimensão física, fisiológica e psíquica. Concordam, contudo, com menor relevância, sobre a comunicação ajudar a promover a autonomia em reclusos com baixa literacia.

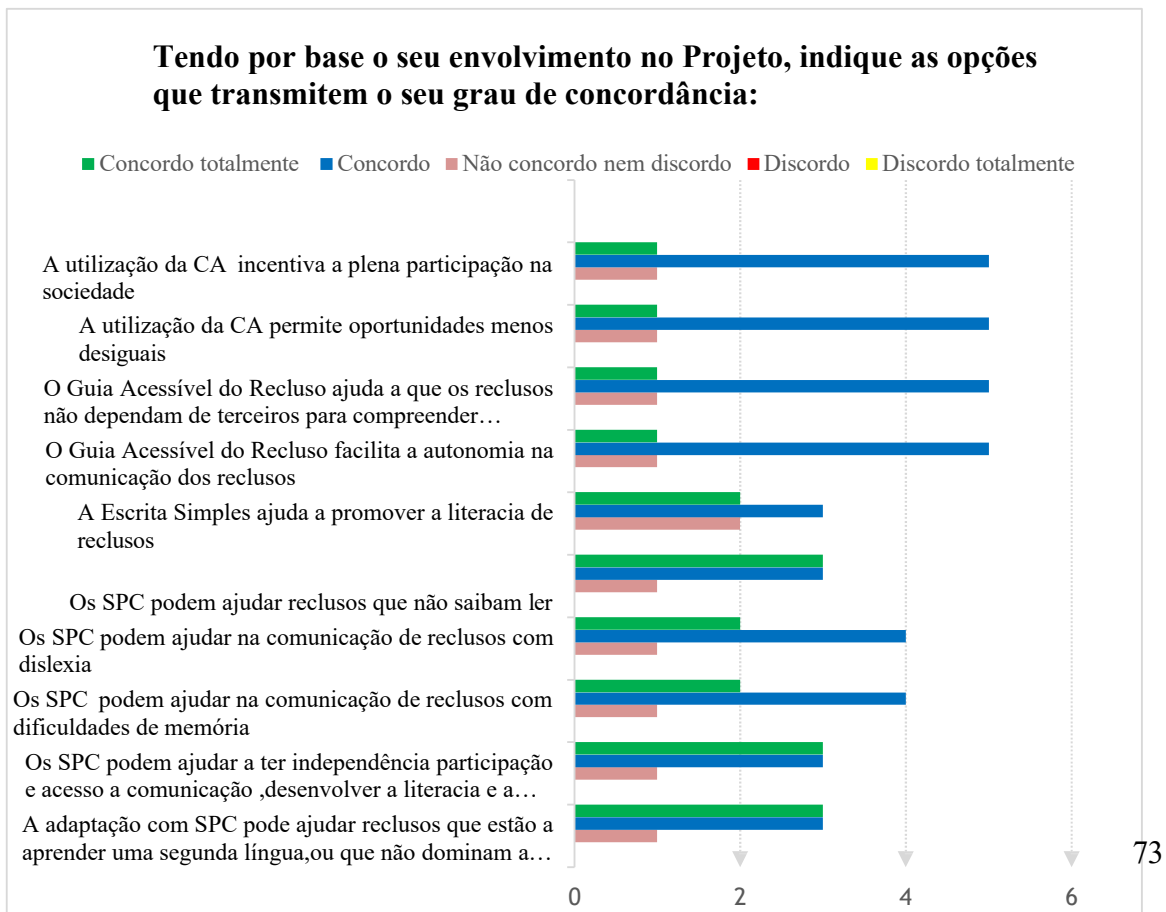


Gráfico 7 : Envolvimento no projeto

O Gráfico 7 espelha as conceções dos trabalhadores quanto ao envolvimento do projeto, onde apuramos que quase todos os inquiridos concordam que o Guia Acessível do Recluso facilita a autonomia na comunicação dos reclusos, ajuda a que os reclusos não dependem de terceiros e que a CA permite oportunidades menos desiguais e que incentiva a participação plena na sociedade dos jovens reclusos. Nessa linha de pensamento, C. Sousa (2012) mostra que a CA ,através da utilização de SPC ,permite a aprendizagem de jovens nas suas tarefas de rotina bem como para os que não tiveram oportunidade de aprender a ler ou a escrever , isto é, jovens com baixa literacia, estrangeiros e para quem não tenha adquirido ou que tenha perdido um nível de fala suficiente que as impeça de comunicar de forma satisfatória. Sobre a autonomia em comunicação ,sendo uma das temáticas destacadas pelos inquiridos nas suas respostas, denota-se que a falta desta é muito incapacitante podendo, segundo Basil (1992) trazer sentimentos de impotência, levar-nos a desistir e a deixarmos de reagir. Além disso, a busca pela autonomia é uma característica própria nos jovens/adolescentes associada a

independência, o que significa que, em contexto prisional, existindo a falta dela ou a falta de identidade do recluso, assim como fundamenta Tscharf (2009), ao ser diminuída, pode conduzir a situações de exclusão social, ou agravar as já existentes, daí que esteja intimamente ligada com o poder de nos conseguirmos expressar já que nos permite ter autoestima e valorização pessoal. (C. Sousa, 2012) O segundo bloco do questionário, diz respeito à frequência de identificação de dificuldades de comunicação sentidas pelos inquiridos com os reclusos, sobre a frequência de estratégias utilizadas para superar essas dificuldades e sobre a frequência de características para a promoção da comunicação presentes no folheto informativo. Ao longo de um conjunto de afirmações,

estes foram convidados a posicionar-se usando uma escala de concordância: nunca ; raramente ; ocasionalmente ; frequentemente ; muito frequente.

Como caracteriza a sua experiência no exercício da sua atividade tendo em conta as dificuldades de comunicação sentidas?

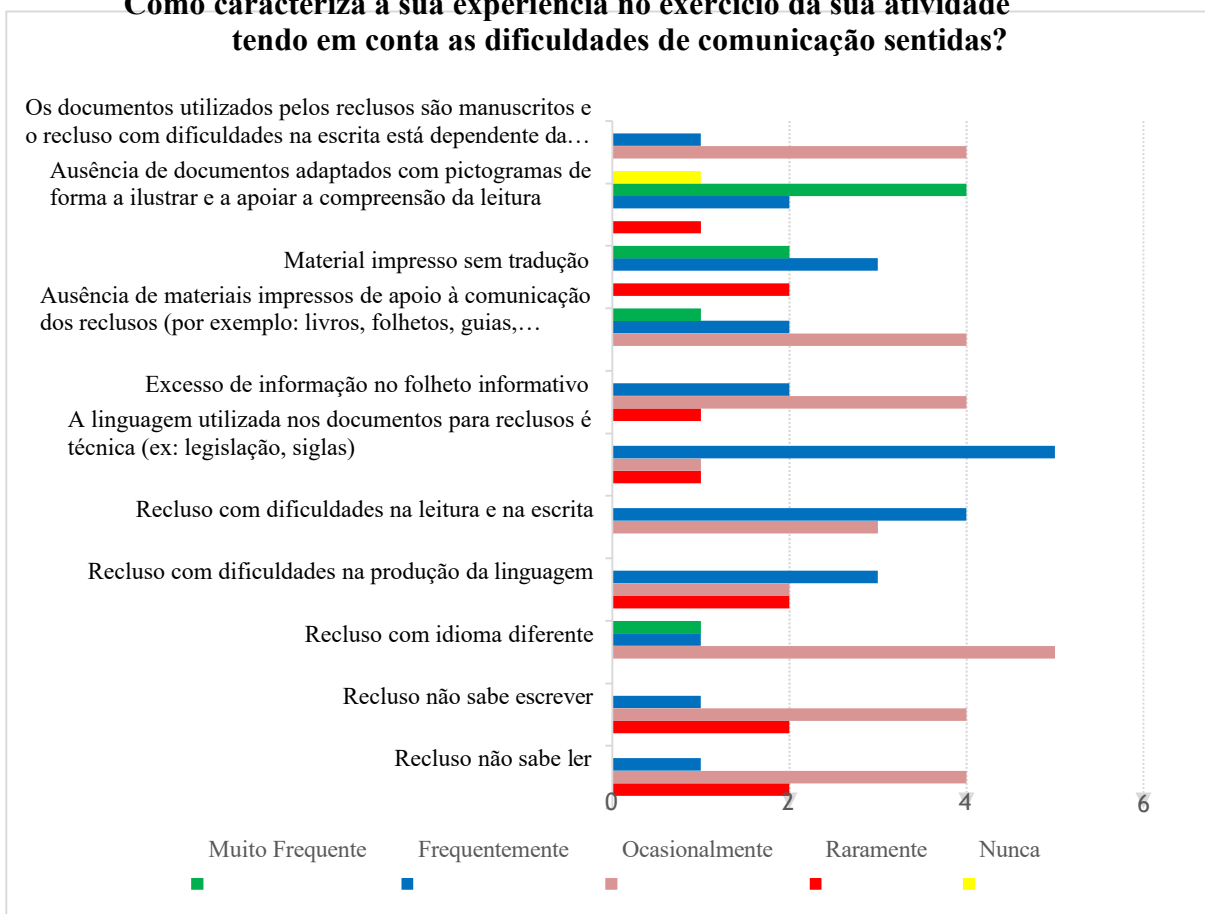


Gráfico 8 : Dificuldades de comunicação sentidas

Relativamente aos dados recolhidos e transportados para o Gráfico 8, afere-se que muito frequentemente são inexistentes documentos internos adaptados com pictogramas de forma a facilitar a sua leitura e compreensão por todos os reclusos. A esse respeito

Kellerman et al. (2019) referem a importância do uso de pictogramas para a aquisição do conhecimento e do desenvolvimento assim como para a educação e cultura. Frequentemente os trabalhadores reconhecem a existência de documentos internos que utilizam linguagem técnica, com legislação e siglas, ao que A. Moreira (2023) descreve como uma boa estratégia a utilização de uma escrita simples; igualmente o método de Ekarv refere que “consiste na reescrita do texto, mantendo tanto quanto possível o original, mas simplificando o vocabulário e a sintaxe”, Ekarv (1999, as cited in (Peduzzi Gomes et al., 2021). Ocasionalmente sentem dificuldades com reclusos por estes serem estrangeiros. Refira-se que provavelmente o sentido do “ocasionalmente” nesta resposta surge na sequência do que foi anteriormente descrito e detetado na fase de entrevistas: para a maioria dos técnicos não é atribuído um recluso estrangeiro de forma imparcial e autónoma, já que, quando estes não dominam a língua materna desses reclusos estrangeiros (habitualmente em inglês e francês), estes são encaminhados para os técnicos que o fazem com menor dificuldade comunicativa.

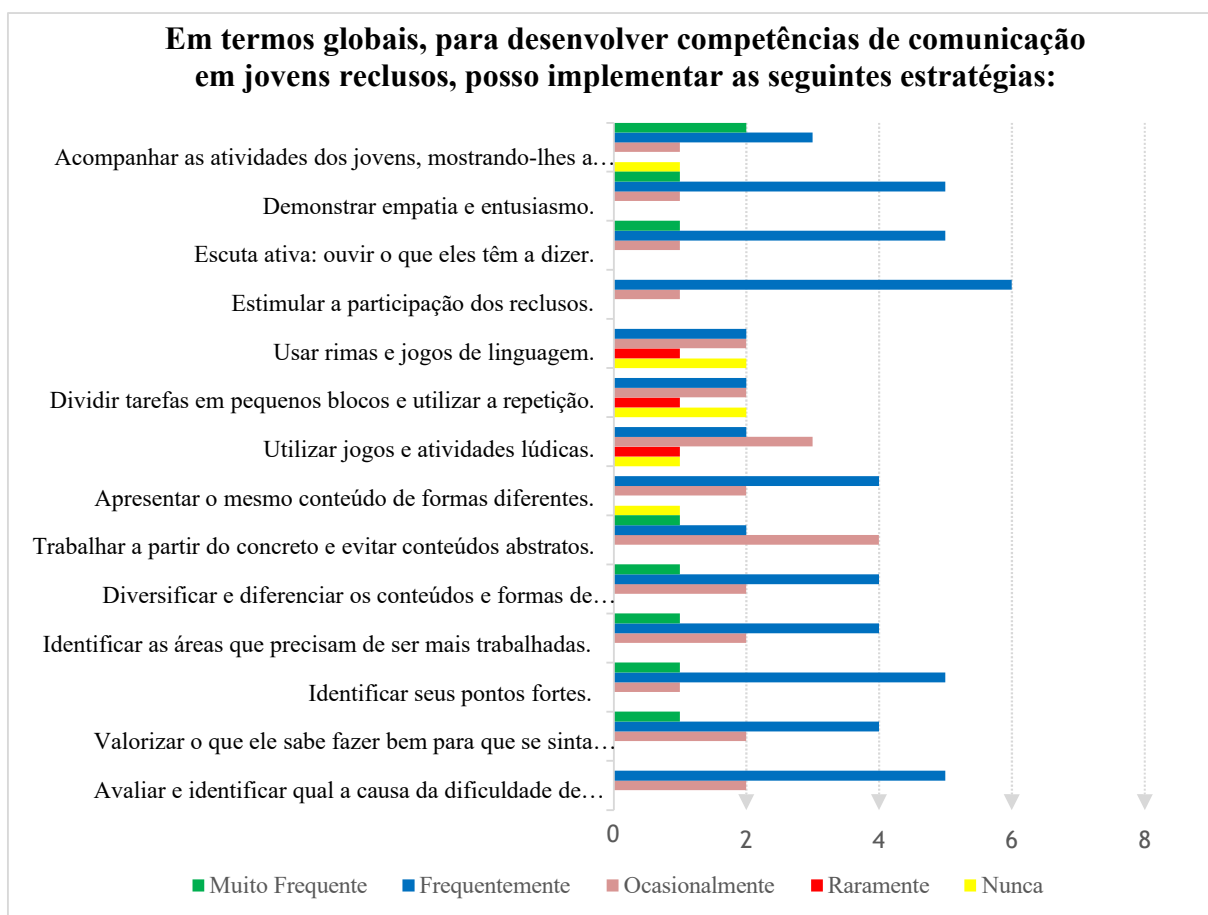


Gráfico 9 : Estratégias para desenvolver a comunicação

Através da análise do Gráfico 9 , salientamos que os trabalhadores frequentemente usam a estratégia de estimular a participação dos reclusos, bem como avaliar e identificar qual a causa das possíveis dificuldades de comunicação destes; frequentemente utilizam a escuta ativa, o que vem dar ênfase à teoria de M. Santos et al. (2017,as cited in Correia ,2008) e que objetiva uma escola que consiga responder adequadamente às necessidades educativas de cada aluno e onde se estimule a participação de todos, cabendo a cada um dos agentes envolvidos o dever em tornar possível essa participação. Quanto ao avaliar e identificar as necessidades de comunicação do recluso , utilizando a escuta ativa, reconhece-se que todos diferem nos modos como percebem e compreendem a informação, de como esta lhes é apresentada e que por isso devem ser utilizadas diferentes formas para a comunicação, tal como descrito no Princípio I do DUA sobre diferentes formas de representação “Quanto maior as possibilidades de apresentar um novo conhecimento, maiores serão as possibilidades em aprendê-lo – exemplos práticos envolveriam a utilização de livros digitais, softwares especializados e recursos de sites específicos, elaboração de cartazes, de esquemas e resumos de textos, construção de cartões táteis e visuais com códigos de cores, entre outros.” (Zerbato & Mendes, 2018, p. 151–152). Ocasionalmente os inquiridos usam a estratégia de trabalhar a partir do concreto e evitam conceitos abstratos, pese embora numa abordagem educativa inclusiva se deva utilizar métodos adequados e direcionados a todos, tal como defende (Zerbato & Mendes, 2018, as cited in Alves et al., 2013). Elaborar materiais concretos é criar materiais que beneficiem a perspectiva de todos.

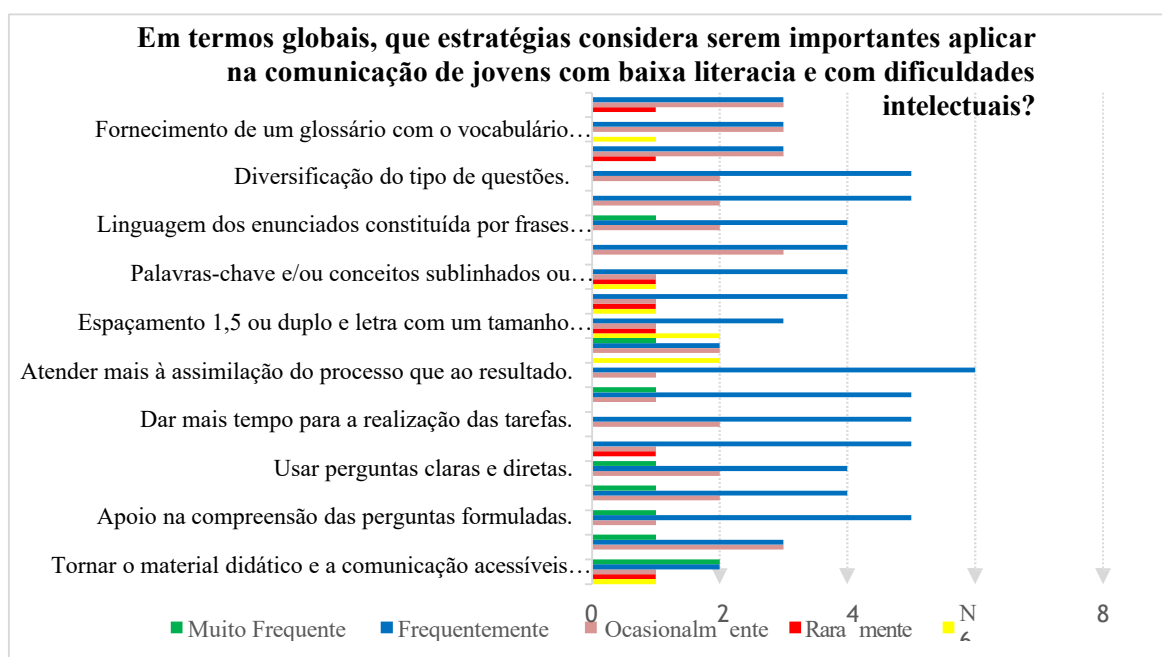


Gráfico 10 : Estratégias a aplicar

Com enfoque na análise dos dados recolhidos e traduzidos neste gráfico ressalva-se que frequentemente os trabalhadores consideram importante utilizar como estratégia em jovens com baixa literacia e com dificuldades intelectuais atender mais à assimilação do processo do que ao resultado. É também para eles frequentemente importante o apoio na compreensão das perguntas formuladas, o uso de questões diretas e de baixa complexidade morfosintática, semântica e lexical, bem como a diversificação do tipo de questões. Estas estratégias, utilizadas no ensino regular com crianças e jovens com NE para que possam desenvolver competências de leitura, escrita e compreensão, são fundamentadas no DUA e visam proporcionar modos múltiplos de apresentação, proporcionar modos múltiplos de ação e de expressão e proporcionar modos múltiplos de autoenvolvimento. Tal Teoria é fundamentada por (Nunes & Madureira, 2015) que afirma ter a missão de transformar as escolas em ambientes inclusivos e favoráveis à aprendizagem de todos. Os dados mostram que ocasionalmente os inquiridos consideram importante utilizar como estratégias o limite do número de linhas e/ou fornecimento de uma lista de palavras nas produções textuais, o fornecimento de um glossário com o vocabulário essencial, referência, nas questões, ao(s) parágrafo(s) a reler para formular a resposta, texto em folha separada das perguntas de interpretação e apoio na compreensão de enunciados a ler e, se necessário, ler-lhes. Muito frequentemente recurso a ilustrações como estratégias de grande importância em reclusos com baixa literacia consideram tornar o material didático e a comunicação acessíveis com literacia e dificuldades intelectuais.

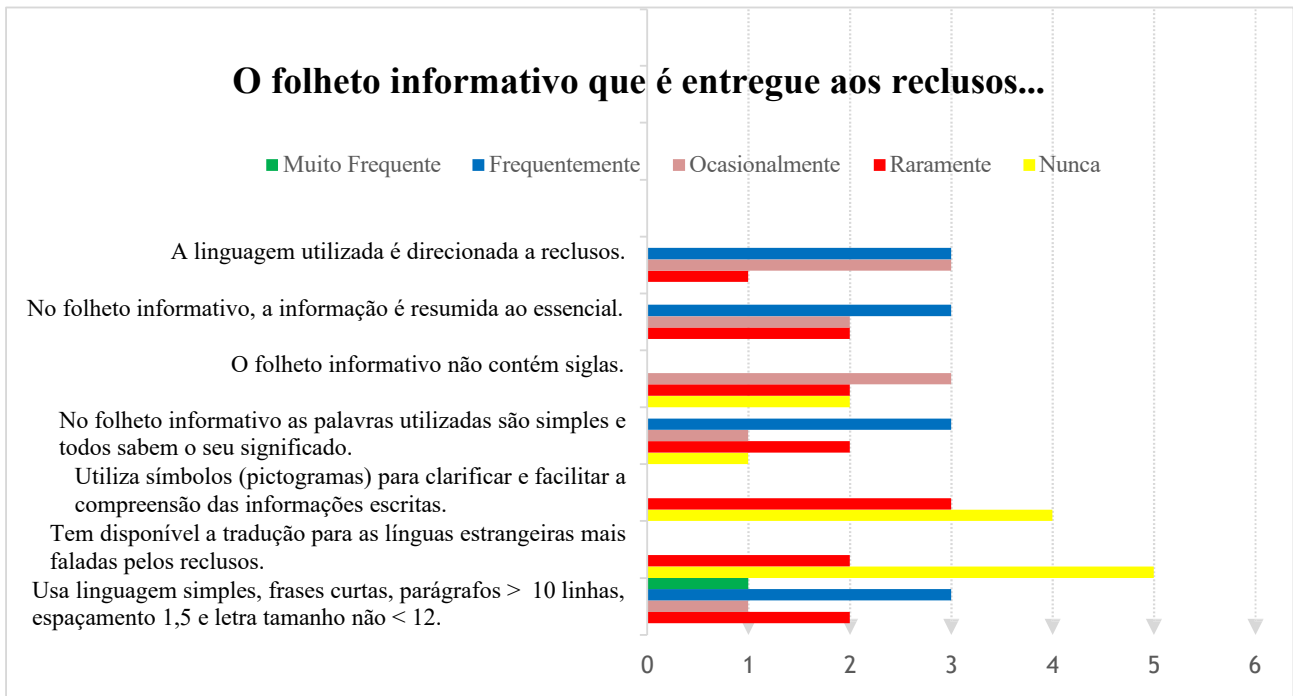
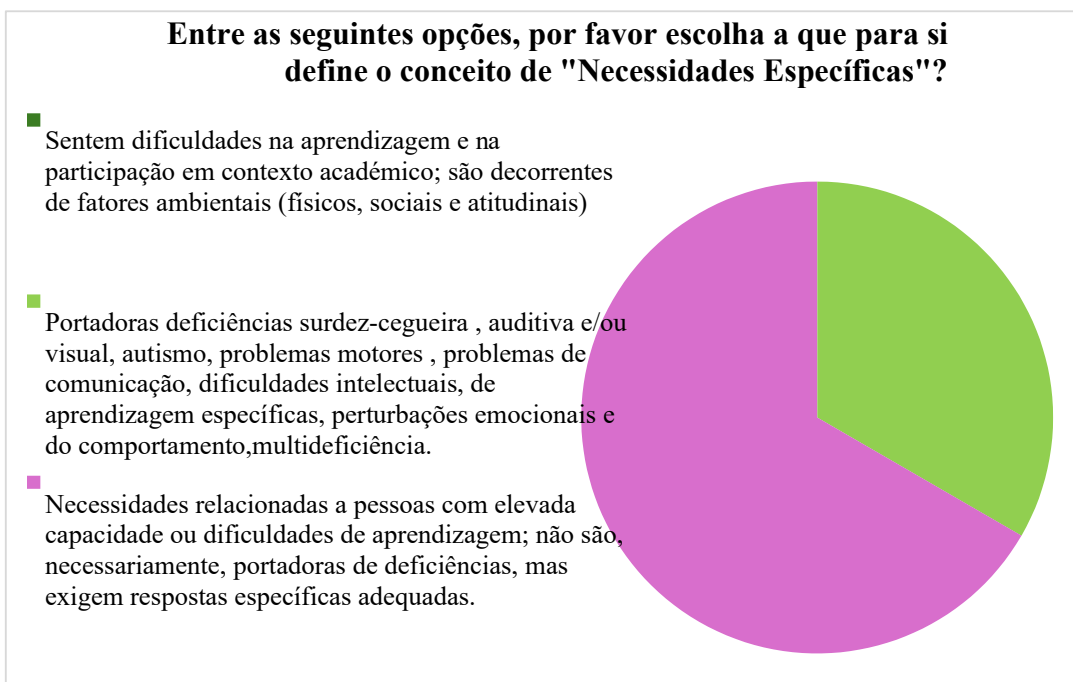


Gráfico 11 : Como considero o folheto informativo

Os dados deste gráfico mostram que os trabalhadores nunca tiveram disponível uma versão traduzida para as línguas estrangeiras mais faladas pela população reclusa estrangeira e que nunca foram utilizados pictogramas para facilitar a compreensão das informações escritas. Sobre isso, lembramos que no artigo 9º do RGEF encontra-se definido que se encontra disponível um folheto informativo traduzido para as línguas estrangeiras mais faladas , só que na realidade tal não acontece e isto mostra que os reclusos estrangeiros não têm oportunidades iguais em direitos e em participação, bem como não têm acesso às informações mais relevantes. Note-se que em número inferior , frequentemente os inquiridos revelam que no folheto informativo as palavras utilizadas são simples e todos sabem o seu significado e que a linguagem utilizada é direcionada a reclusos. Revelam ainda que ocasionalmente o folheto informativo não contém siglas e apenas um inquirido revela que muito frequentemente o folheto utiliza linguagem simples, frases curtas, parágrafos com máximo de 10 linhas, espaçamento de 1,5 e letra tamanho não superior a 12. Podemos assim concluir que , na generalidade, o folheto



informativo não é acessível.

Gráfico 12: O que são as NE?

Sobre a percepção dos inquiridos sobre o conceito de NE, sublinha-se que a grande maioria definiu como sendo necessidades relacionadas a pessoas com elevada capacidade ou dificuldades de aprendizagem e que não são, necessariamente, portadoras de deficiências, mas que exigem respostas específicas adequadas. A este respeito, Ainscow (1998) , revela que a diferença é um valor e a escola é um lugar que proporciona interação de aprendizagens significativas a todos os seus alunos, baseadas

na cooperação e na diferenciação inclusiva, atenta às especificidades de cada aluno, necessidade ou potencialidade, com o objetivo de colocar todos ao mesmo nível, mas com adaptações diferentes. Por outro lado, a segunda afirmação mais recolhida nos inquiridos foi a de que as NE respeitam a pessoas portadoras de deficiências tais como a surdez-cegueira ou qualquer deficiência auditiva e/ou visual, pessoas no espectro do autismo, pessoas com problemas motores graves, com problemas de comunicação, dificuldades intelectuais, dificuldades de aprendizagem específicas, perturbações emocionais e do comportamento graves, multideficiência. Acerca desta perspetiva salientamos que o termo “portador de deficiência” não é inclusivo, o termo correto é PcD porque as pessoas não portam uma deficiência nem tampouco as carregam como sendo um documento de identidade ou um guarda-chuva ou rótulo. No terceiro bloco de perguntas é colocada uma afirmação, onde os inquiridos são convidados a responder ,tendo em conta os seguintes parâmetros: nada; pouco; nem muito, nem pouco; algum; muito.

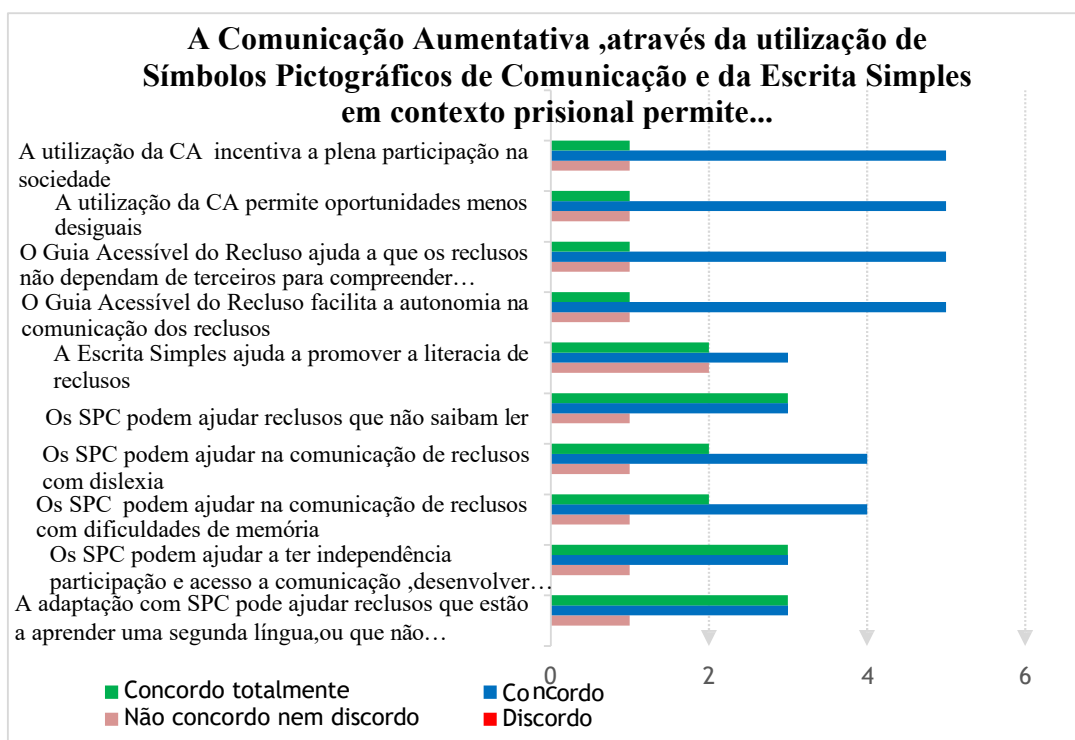


Gráfico 13 : CA e SPC

Com incidência nos dados recolhidos através desta afirmação foi possível apurar que os trabalhadores concordam que a CA incentiva a plena participação na sociedade, permite oportunidades menos desiguais, que através do Guia é possível ajudar a que os reclusos não dependam de terceiros para compreender informações, que através dele (em

sintonia com a CA) se facilite a autonomia na comunicação dos reclusos. Os inquiridos concordam totalmente que a adaptação com SPC pode ajudar reclusos que estão a aprender uma segunda língua, ou que não dominam a língua portuguesa e que os SPC podem ajudar a ter independência ,participação e acesso a comunicação ,a desenvolver a literacia e a aprendizagem de reclusos. Dois dos inquiridos não concordam com a afirmação de que a Escrita Simples ajuda a promover a literacia de reclusos. Contrariamente a isso, Encarnação et al. (2015) alegam que as perturbações na comunicação podem existir em pessoas que não conheçam a linguagem do seu interlocutor ou porque não dominam o contexto em que se realiza a comunicação. Sobre isso (C. Sousa, 2012) mostra que uma linguagem simples promove a literacia, facilita a autonomia, possibilita a livre escolha, permite oportunidades menos desiguais e incentiva a participação plena na sociedade. Concluindo, os dados apresentam-se bastante positivos, indo ao encontro dos objetivos da investigação. O último bloco respeita a uma pergunta e a uma afirmação de resposta aberta, que se encontram transcritas na tabela do Anexo 24⁴⁴,de forma a facilitar a sua leitura e para que depois possam ser analisadas com base na literatura. As respostas salientam a importância da criação de um documento acessível adaptado em CA com recurso a SPC e à Escrita Simples para desenvolver competências de comunicação nos jovens reclusos, com especial atenção às necessidades de reclusos com baixa literacia, estrangeiros e com NE. Nas respostas à questão, destaca-se a relevância de um ambiente em que a comunicação seja acessível a todos, inclusiva , já que deve permitir a compreensão dos direitos e deveres dos reclusos descritos neste documento , mas também que seja útil no dia-a-dia deles e no de quem com eles comunica, tornando-se assim num processo facilitador de comunicação para todos. Quanto às respostas sobre a afirmação, destaca-se a sensibilização para as NE dos reclusos e sublinha-se a preocupação em adotar estratégias de comunicação. É salientado que o direito à educação , direito universal, deve atender às necessidades individuais destes jovens. São também relevantes as opiniões sobre a atuação da DGRSP: critica-se a falta de intervenção em Educação Especial, tendo em conta que se trata de uma população jovem, com características heterogéneas e que merecem especial atenção por isso, já que devem basear-se no modelo de educação inclusiva que prevê uma intervenção equitativa atendendo às diferenças de cada pessoa. Em suma, os trabalhadores colaboradores do projeto destacam aspetos importantes que vão ao encontro da razão que impulsionou este estudo, mas também demonstram a necessidade em criar estratégias de comunicação,

não só com os reclusos, mas também com os trabalhadores: providenciar a inclusão e trabalhar a diversidade na prisão de jovens , promover um ambiente socioeducativo que garanta equidade no acesso a informação, práticas de reinserção social inclusivas com base em competências de comunicação, promover a participação em igualdade de direitos e a formação integral e humanista através do conhecimento colaborativo.

4. CONCLUSÕES

As reflexões finais organizam-se em cinco secções: respostas às questões de investigação, conclusões do estudo, desafios e aprendizagens decorrentes da adaptação do folheto informativo para o Guia Acessível do Recluso, limitações do estudo e sugestões para projetos futuros. Na secção “Adaptação do folheto informativo para o Guia Acessível do Recluso”, dá-se resposta ao último objetivo da investigação: analisar o contributo do Guia Acessível do Recluso para a inclusão de reclusos com baixa literacia , com NE e de reclusos estrangeiros.

4.1. RESPOSTA ÀS QUESTÕES DE INVESTIGAÇÃO

Questão de investigação 1: De que forma é que a criação do Guia Acessível do Recluso pode contribuir para o desenvolvimento de competências comunicativas em reclusos com NE?

Para responder a esta questão , foi necessário realizar entrevistas de diagnóstico aos trabalhadores do EP . Após realização e transcrição das entrevistas, foi analisado o seu conteúdo onde se constatou que os trabalhadores assumem o folheto informativo como o documento interno onde estão descritas as informações mais importantes para os reclusos. Outro fator determinante para a escolha deste objeto de estudo foi porque os entrevistados indagaram a ausência de tradução do documento para as línguas estrangeiras mais faladas pela população reclusa. Após a análise de conteúdo constatou-se que a grande maioria da população reclusa é composta por reclusos com baixa literacia , alguns com NE , outros com dificuldades intelectuais. A investigação resultou na identificação de falta de autonomia comunicativa nos jovens , uma vez que para os que não compreendem o que está no documento, ou para os que não sabem escrever isso implica depender de terceiros. Foi por isso adaptado o folheto informativo para o Guia com recurso a SPC e à Escrita Simples de forma a evidenciar as perceções dos

⁴⁴ Tabela de transcrição de pergunta e afirmação de resposta aberta do inquérito por questionário a trabalhadores

reclusos com recurso a SPC e à Escrita Simples e para evidenciar as perceções dos reclusos sobre o contributo do projeto , foram criados gráficos e analisados os seus resultados : conclui-se que para 95% dos inquiridos os SPC são muito importantes para ajudar reclusos que não sabem ler ou que falam outra língua e que o seu design contribui para isso; que os SPC ajudam a incluir todas as pessoas com pouca escolaridade, que não sabem ler, estrangeiros que não sabem português e para ler um documento de forma fácil e que é muito importante para a maioria dos jovens participar autonomamente na comunicação e ter acesso a informação. Na perspetiva dos trabalhadores ,destaca-se que quase todos os inquiridos concordaram totalmente que a adaptação através de SPC pode ajudar reclusos que estão a aprender uma segunda língua, ou que não dominam a língua portuguesa e que os SPC podem ajudar a ter independência ,participação e acesso a comunicação ,a desenvolver a literacia e a aprendizagem de reclusos.

Questão de investigação 2: De que forma é que a criação do Guia Acessível do Recluso pode mostrar-se inclusivo por contribuir para o acesso a informação e para a autonomia de reclusos com NE?

O Guia, dentro das várias adaptações elaboradas permitiu aos trabalhadores e aos reclusos o conhecimento sobre a CA, sobre SPC , permitiu encontrar estratégias em comunicação, dar a conhecer como podemos tornar documentos acessíveis, sensibilizar para as NE . Percebeu-se, através do registo dos instrumentos de recolha de dados dos reclusos que, estes consideram muito importante estar informados sobre os seus direitos e deveres e sobre todas as outras informações presentes no Guia. É mais importante para eles ter uma boa comunicação com o seu técnico do que conseguir representar por escrito as suas necessidades, desde que o técnico atenda às capacidades de comunicação destes. A comunicação para estes jovens é desenvolver o conhecimento e as aprendizagens , desenvolver estratégias de comunicação, melhorar a compreensão, permitir a aquisição de competências interpessoais, de habilidades comportamentais , melhorar a autoestima, a autonomia , mas também evitar conflitos , através de uma comunicação eficaz com o técnico de acolhimento e de acompanhamento e isso permite que o jovem se insira na vida em sociedade livre do crime. De acordo com os trabalhadores, as adaptações e implementações do Guia evidenciaram a necessidade em realizar uma formação nesta área de forma abrangente com familiares dos reclusos e

com GP e isso mostra a importância em sensibilizar todos os envolvidos . A ideia de criar um documento transversal a todos os EP é também entendida como resposta a esta questão, mostrando a pertinência da adaptação. Quando questionados sobre a utilidade da CA na reeducação de reclusos, os trabalhadores responderam que esta permite a inclusão e que permite o acesso a informação de todos e de igual forma. É importante não deixar de referir que quase todos os inquiridos concordaram que o Guia Acessível do Recluso facilita a autonomia na comunicação dos reclusos e que isso ajuda a que estes não dependam de terceiros.

4.2. CONCLUSÕES SOBRE O PROJETO DE INVESTIGAÇÃO

Com a identificação da necessidade em adaptar o folheto informativo e de torná-lo acessível ,mostrou-se necessário utilizar uma comunicação eficaz, perceptível a todos os utilizadores , equitativa, adequada a todos os que, por diferentes motivos, não se conseguem comunicar ou que não se conseguem fazer “ouvir”. Em sincronia com a missão da reeducação de jovens ,este EP procura desenvolver competências humanísticas que permitam inserir os jovens na vida em sociedade, permitindo-lhes a participação em ações educativas e formativas e em criar oportunidades iguais em participação e em direitos. Os ritmos de aprendizagem são diferentes, por isso as necessidades de aprendizagem são também diferentes. Destacam-se os resultados obtidos através da perceção dos trabalhadores que alertaram para a necessidade de intervenção na escola e na reeducação através da contratação de técnicos de Educação Especial , de formação especializada para todos e em criar equipas multidisciplinares. Com base nos resultados obtidos concluímos que o projeto teve um impacto bastante positivo, no entanto, constata-se que : os reclusos devem ter acesso a informação para se poderem defender, para poderem decidir e comunicar; devem adquirir estratégias e conhecimentos em comunicação para que consigam ter uma participação ativa em sociedade e com isso poderem reintegrar-se; os trabalhadores dos EP devem comunicar de forma eficaz com os reclusos e vice-versa; urge intervir nas prisões criando manuais, programas , documentos acessíveis e acessibilidades; é premente intervir na educação prisional e torná-la “especial” afastando-se dos modelos tradicionais; é de grande importância envolver os reclusos em ações de intervenção, na criação de recursos, conteúdos em comunicação e que a DGRSP implemente programas direcionados às suas necessidades; é fulcral que a DGRSP aposte na contratação de técnicos e docentes de Educação Especial para a educação e reeducação de reclusos. Perante os resultados

apresentados, o estudo poderá contribuir para a adaptação e criação de (mais) recursos em comunicação acessível. É evidente a possibilidade de continuidade do projeto, sendo destacada como pertinente e significativa para reclusos e trabalhadores. Os pictogramas não se tornaram relevantes apenas para os reclusos, já que todos os trabalhadores os conseguem utilizar para melhorar habilidades comunicativas. Concluindo, a reclusão não impede a liberdade de comunicação quando esta se revela uma necessidade.

4.3. DESAFIOS E APRENDIZAGENS

Um dos desafios encontrados foi a barreira linguística, visto que existem reclusos que só falam inglês, o que gerou uma diminuição significativa de comunicação. A não tradução do folheto informativo, sendo necessário um trabalho suplementar da investigadora, os horários dos vários pavilhões que levaram a que o plano fosse muitas vezes alterado e reajustado, alguns reclusos foram transferidos para outros EP, outros colocados de castigo ou não compareceram. É de referir as condições em que decorreram alguns dos atendimentos: um recluso detido há poucos dias e que consumia estupefacientes estava stressado e a ressacar, outros sentiram-se desconfiados e intimidados, outros encontravam-se emocionalmente desamparados. Desenvolver um estudo numa prisão é ter os recursos limitados, uma vez que isso também se repercutiu na escolha da amostra, tendo em conta o nível de perigosidade de alguns reclusos que não puderam fazer parte dela e pela sua indisponibilidade perante o compromisso que detêm noutras atividades. Outro desafio sentido foi em conseguir dar a formação aos trabalhadores sem comprometer o seu trabalho e a organização do EP. Este projeto foi um pequeno passo numa longa estrada a percorrer. As necessidades destes jovens são amplas, mas a vontade em participar e aprender são ainda mais significativas.

4.4. LIMITAÇÕES DO ESTUDO

Sentimos dificuldade em reunir as pessoas porque os recursos humanos são escassos. A formação em comunicação teria maior impacto se fosse ministrada com todos os intervenientes em simultâneo. Para atender um recluso é preciso um técnico e consequentemente GP disponíveis. O EP é uma área vasta e os serviços encontram-se dispersos. A falta de tempo para cumprir o objetivo inicial: adaptar o folheto para Escrita Simples, SPC, LGP, Braille, áudio, tornando-o transversal a todos os EP. A pesquisa documental através do SIP (Sistema Informático Pessoal) ou através da

Intranet implicou a pesquisa *in loco* da investigadora no seu posto de trabalho, fora do seu horário laboral. A mudança temporária do posto de trabalho da investigadora impossibilitou as implementações no EP. Trabalhar com os professores da escola permitiria ter avaliado com profundidade as competências educativas dos jovens reclusos. Gostaríamos de ter afixado o Guia Acessível do Recluso nos pavilhões, mas isso exigiria autorizações e isso levaria mais tempo.

4.5. SUGESTÕES PARA PROJETOS FUTUROS

Após a implementação do projeto, identificaram-se algumas sugestões para a continuação de estudos desta natureza. Uma delas é poder testar este instrumento e permitir a criação de outros, direcionando-os, não só a jovens, mas também a adultos e mulheres, aos jovens dos Centros Educativos e à única unidade hospitalar prisional do país, de forma a avaliarmos o seu impacto num maior e mais heterogêneo número de participantes. Outra possibilidade será utilizar as adaptações que inicialmente tinham sido estruturadas em LGP, Braille, Áudio, tendo em conta que, para este projeto, a percentagem adaptada foi baseada no tempo disponível para a intervenção, e na amostra disponível. Seria muito pertinente desenvolver parcerias na área da justiça em CA que, de acordo com a investigação desenvolvida, mostram ser insuficientes e ineficazes.

BIBLIOGRAFIA

- Abreu, J. (1954). *O Provedor de Justiça, as priões e o século XXI: diário de algumas visitas (VIII) relatório da visita ao Estabelecimento Prisional de Leiria para jovens*. <http://www.provedor-jus.pt>
- Ainscow, M. (1998). *Necessidades especiais na sala de aula : um guia para a formação de professores*. Instituto de Inovação Educacional.
- Almeida, J. (2010). *A Dinâmica dos Actores e a Problemática Comunicacional na Construção e Implementação do Projecto Educativo Comum do Agrupamento de Escolas : um Estudo de Caso Múltiplo*. Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Coimbra.
- Andersen, H. S., Sestoft, D., Lillebæk, T., Gabrielsen, G., Hemmingsen, R., & Kramp, P. (2000). A longitudinal study of prisoners on remand: Psychiatric prevalence, incidence and psychopathology in solitary vs. non-solitary confinement. *Acta Psychiatrica Scandinavica*, *102*(1), 19–25. <https://doi.org/10.1034/j.1600-0447.2000.102001019.x>
- Andrade, C. (2010). *Transição para a idade adulta: das condições sociais às implicações psicológicas*. <http://hdl.handle.net/10400.12/6145>
- Basil, C. (1992). Social interaction and learned helplessness in severely disabled children. *Augmentative and Alternative Communication*, *V. 8* (3), 188–199.
- Bernet, J. (1993). *La educación fuera de la escuela: ámbitos no formales y educación social*. Ariel.
- Bogdan, R., & Biklen, S. (1994). *Investigação qualitativa em educação uma introdução à teoria e aos métodos* (Porto Editora, Ed.).
- Bonança, R., Castanho, M., & Morgado, E. (2022). O decreto-lei n.º 54/2018: um desafio para a inclusão. *Cadernos de Educação Tecnologia e Sociedade*, *15*(se1), 135–143. <https://doi.org/10.14571/brajets.v15.nse1.135-143>

- Bourdieu, P., Accardo, A., Balazs, G., Beaud, S., Bourdieu, E., Bourgois, P., Broccolichi, S., Champagne, P., Christin, R., Faguer, J. P., García, S., & Lenoir, R. (1993). *La miseria del mundo* (S. A. Ediciones Akal, Ed.; Éditions du Seuil).
- Canastra, F., & Malheiro, M. (2009). *Actas do X congresso internacional galego-português de psicopedagogia Braga: universidade do minho o papel do educador social no quadro das novas mediações socioeducativas*.
- Carla, A., Da, A., & Machado, S. (2016). *Universidade aberta educação a distância e elearning no ensino superior em contexto de reclusão. um estudo de caso no estabelecimento prisional do porto*. <http://hdl.handle.net/10400.2/6604>
- Carmona, A., Salazar, A., Sousa, M., Júnior, M., Bettencourt, M., Monteiro, A., Abranches, J., Machado, F., Pacheco, A., Pereira, P., & Duque, R. (1936). *Decreto- lei n.º 26:643*. Diário do Governo.
- Carvalho, M. (2019). *4. Delinquência juvenil: um velho problema, novos contornos*.
- Cavadas, S. (2010). *Suporte social e comportamento anti-social*. Universidade de Coimbra.
- Cesaroni, C., & Peterson-Badali, M. (2010). Understanding the Adjustment of incarcerated young offenders: a canadian Example. *Youth Justice, 10*(2), 107–125. <https://doi.org/10.1177/1473225410369290>
- Chaves, E. R. X. D. M. G., Santos, C. M. R. C. S., & Duarte, V. M. da S. (2022). Trajetórias criminais e reinserção social de ex- reclusos/as: uma revisão da literatura. *Libertas, 22*(1), 234–253. <https://doi.org/10.34019/1980-8518.2022.v22.36804>
- Chizzotti, A. (2003). A pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais: evolução e desafios. *Revista Portuguesa de Educação, 16*(2), 221–236. <https://revistas.rcaap.pt/rpe>
- Chousa, M. (2012). *Mónica Maria Neves Chousa Sala de aula inclusiva-práticas de diferenciação pedagógica*. <http://hdl.handle.net/10437/2705>
- Cohen, L., Manion, L., & Morrison, K. (2017). *Research methods in education*

(Routledge, Ed.; 8ª edição). <https://doi.org/https://doi.org/10.4324/9781315456539>

Comentário n. 24/19 do Comité dos direitos da criança. (2019, September 18).

Cordeiro, A. (2024, January 7). Jovens até aos 18 anos presos em 2023 com o número mais elevado da última década. *Público*.

Coutinho, C. (2011). *Metodologia da investigação em ciências sociais e humanas: teoria e prática.* 1–343.

Crespo, A., Correia, C., Cavaca, F., Croca, F., Breia, G., & Micaelo, M. (2008). *Educação especial manual de apoio à prática.* Direcção-Geral de Inovação e de Desenvolvimento Curricular.

Creswell, J., & Poth, C. (2023). *Qualitative Inquiry and Research Design- Choosing Among Five Approaches* (15th ed.). SAGE Publications, Inc.

Cunha, A. (2013). *Práticas educativas em contexto prisional* [Universidade de Lisboa]. <http://hdl.handle.net/10451/10236>

Declaração Universal dos Direitos Humanos. (1948). <https://dre.pt/application/file/a/446055>

Decreto-lei 15162 (pp. 496–500). (1928). <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/decreto/15162-646531>

Decreto-lei 35660 (pp. 392–394). (1946). <https://diariodarepublica.pt/dr/analise-juridica-associacoes/associacoesdetails/35660-1946-158250/34358564>

Decreto-Lei n. 48/95. (1995). <https://diariodarepublica.pt/dr/legislacao-consolidada/decreto-lei/1995-34437675>

Decreto-lei n. 54/18. (2018a).

Decreto-lei n. 54/18 (pp. 2918–2928). (2018b). Diário da República, Série I, n.º 129/2018, de 2018-07-06. <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/decreto-lei/54-2018-115652961>

Decreto-lei n. 401/82 (pp. 64–66). (1982). <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/decreto->

lei/401-1982-319742

Decreto-lei n. 24476 (pp. 581–625). (1936).
<https://files.dre.pt/1s/1936/05/12400/05810625.pdf>

Decreto-Lei n.51/11. (2011a). <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/decreto-lei/51-2011-276858>

Decreto-Lei n.51/11 (pp. 2180–2225). (2011b).
<https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/decreto-lei/51-2011-276858>

Decreto-Lei n.123/11 (pp. 2–18). (2011). <https://diariodarepublica.pt/dr/legislacao-consolidada/decreto-lei/2011-75309392-75309321>

Decreto-lei n.163/06 (pp. 5670–5689). (2006). *Diário da República, Série I, n.º 152/2006*, de 2006-08-08. <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/decreto-lei/163-2006-538624>

Decreto-lei n.215-A/12. (2012).
https://www.pgdlisboa.pt/leis/lei_print_articulado.php?tabela=leis&artigo_id=&nid=1799&nversao=&tabela=leis

Delors, J. (2010). *Educação: um tesouro a descobrir, relatório para a unesco da comissão internacional sobre educação para o século xxi (destaques)* (G. Teixeira, Trans.).

Despacho Conjunto n.451/99 (p. 8057). (1999).
<https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/despacho-conjunto/451-1999-2235930>

Despacho n. 8140/19 (p. 299(6)). (2019).
<https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/despacho/8140-a-2019-124716435>

Despacho n.494/24. (2024). <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/despacho/494-2024-837096584>

Despacho n.26401/06 (p. 30 522). (2006).
<https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/despacho/26401-2006-3439263>

Diário da República n.86/76 (Issue Série I). (1976).

Dias-Trindade, S., Ramos, J., & Carvalho, D. E. (2019). *História, tecnologias digitais e mobile learning ensinar história na era digital* (Pombalina Coimbra University Press, Ed.). Imprensa da Universidade de Coimbra.

<https://doi.org/10.14195/978-989-26-1705-3>

Diretiva 2010/64. (2010).

Diretiva 2012/13. (2021). Tribunal Europeu dos Direitos do Homem.

www.conventions.coe.int.

Ekarv, M. (1999). *Combating redundancy-writing texts for exhibitions.*

Encarnação, P., Azevedo, L., & Londral, A. (2015). *Tecnologias de apoio para pessoas com deficiência* (1ª edição). Fundação para a Ciência e a tecnologia.

Faria, H. (2015, August 10). Adolescência: o que esperar desta fase. *CUF*.

Fernandes, A., & Fernandes, P. (2019). *A educação especial e inclusiva em portugal* (pp. 9–23). <https://hdl.handle.net/10216/125798>

Fernandes, C. (2010). *O ensino em meio prisional e as expectativas futuras de reinserção social dos reclusos*. Universidade da Beira Interior.

Fernandes, C. (2021). *Intervenção pela arte em contexto prisional: avaliação do projeto “ópera na prisão”* [Escola Superior de Educação e Ciências Sociais de Leiria]. <http://hdl.handle.net/10400.8/6963>

Ferreira, M. (2020). *Um olhar sobre a delinquência juvenil: o sistema prisional português contradições da nossa ordem jurídica face a compromissos internacionais* [Faculdade de Direito do Porto]. <http://hdl.handle.net/10400.14/31692>

Fortin, M.-F. (2009). *Fundamentos e etapas do processo de investigação* .

Lusodidacta. Gómez, A. (n.d.). La Administración Penitenciária. *Proyecto Prisiones*.

- Gonçalves, A. (2024). *Universidade do porto faculdade de psicologia e de ciências da educação vida após a reclusão: adaptação à liberdade numa amostra de ex-reclusos*. <https://hdl.handle.net/10216/163141>
- Gonçalves, L. C., & Gonçalves, R. A. (2012). Agressividade, estilo de vida criminal e adaptação à prisão. *Psicologia USP*, 23(3), 559–584.
<https://doi.org/10.1590/S0103-65642012005000013>
- Gonçalves, M. (2003). *Influência da escolaridade no desempenho da borb* [Universidade de Lisboa Faculdade de Medicina de Lisboa].
<http://hdl.handle.net/10174/1828>
- Gonçalves, R. (2002). *Delinquência, crime e adaptação à prisão* (Quarteto Editora, Ed.; 2nd ed., Vol. 3).
- Gonçalves, R. (2008). *Delinquência, crime e adaptação à prisão* (Quarteto, Ed.; 3rd ed.).
- Harcourt, B. E. (2014). *2 Beccaria's On Crimes and Punishments: A Mirror on the History of the Foundations of Modern Criminal Law*.
- Hargreaves, A., Earl, L., Moore, S., & Manning, S. (2001). *Learning to change teaching beyond subjects and standards* (Jossey-Bass, Ed.).
- Hugo, V., & Palma, G. (2020). *Tríade Negra, Delinquência e Trauma na Adolescência: Estudos em Contexto Forense e Escolar*.
- Hurtado, C. (2005, April). Educación popular: una mirada de conjunto. *Decisio*.
- Iaralha, L. (2015). *Fatores de risco subjacentes à delinquência juvenil* [Faculdade de Ciências Humanas e Sociais do Porto]. <http://hdl.handle.net/10284/4906>
- INE. (2022). *O que nos dizem os CENSOS sobre as dificuldades sentidas pelas pessoas com incapacidade*.
- Jardim, V., Costa, A., Martins, A., Magalhães, J., Lacão, J., & Simões, A. (2002). *Projecto de Lei n. 53/IX*.

- Jezine, E., & Junior, P. (2011). Revista lusófona de educação desafios da inclusão em portugal: a importância das atividades de tempo livre na promoção das aprendizagens. *Revista Lusófona de Educação*, 19, 37–66.
- Kellerman, E., Vicente -IPLeiria, L., & luissvecente, P. (2019). *Pictogramas na literatura inclusiva*.
- King-Sears, M. (2014). *Introduction to Learning Disability Quarterly Special Series on Universal Design for Learning: Part One of Two: Vol. 37 (2)*.
- Komatsu, A. V. (2021). *Desenvolvimento psicossocial e adaptação na adolescência: um olhar para adolescentes institucionalizados*. <https://doi.org/10.14417/ap.279>
- Lei 115/2009, de 12 de outubro*. (2009).
- Lei n. 147/99*. (1999). <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/lei/147-1999-581619>
- Lei n. 166/99*. (1999). <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/lei/166-1999-570567>
- Lei n.4/15*. (2015). <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/lei/4-2015-66195397>
- Lei n.115/09*. (2009).
<https://diariodarepublica.pt/dr/legislacao-consolidada/lei/2009-34515975>
- Lei n.º 46/86*. (1986). <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/lei/46-1986-222418>
- Lei n.º 115/2009, de 12 de outubro*. (n.d.).
- Lopes Da Silva, I., Marques, L., Mata, L., & Rosa, M. (2016). *Ficha Técnica Título Orientações Curriculares para a Educação Pré-Escolar Autoras* (M. Educação, Ed.).
- López López, J. (2012). *Facilitadores de la inclusión (facilitators of inclusion)*. 5(1).
- Loureiro, A. P. F., & Ribeiro, N. M. O. (2024). Who are the teachers of adults in Portuguese prisons and how they construct their knowledge? *Praxis Educativa*, 19. <https://doi.org/10.5212/PraxEduc.v.19.23385.086>
- Machado, J. M., & Leite, B. (2023). *Universidade católica portuguesa impacto da privação de liberdade nos jovens propostas para adaptação das restrições à liberdade nos casos de jovens adultos*. <http://hdl.handle.net/10400.14/42151>

- Maestrovirtuale.com. (n.d.). 8 mudanças sociais na adolescência. *Maestrovirtuale*.
- Magalhães, C. (2015). *A prática de crimes por menores e a sua responsabilização*.
<http://hdl.handle.net/10451/32163>
- Mandela, N. (1955). *Regras mínimas das nações unidas para o tratamento de reclusos (regras de nelson mandela)*.
- Manzini, J. (2004). Entrevista semi-estruturada : análise de objetivos e de roteiros.
In *Seminário Internacional sobre Pesquisa e Estudos Qualitativos* (Vol. 2). Bauru.
- Marconi, M., & Lakatos, M. (2007). *Metodologia do trabalho científico : procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicações e trabalhos científicos* (7ª edição). Atlas.
https://minerva.ufrj.br/F/?func=direct&doc_number=000854859&local_base=UFR01
- Marques, I. R., & Gomes, N. (2008). *Da prisão à liberdade: reinserção social de ex-reclusos*. <http://hdl.handle.net/10071/1366>
- Martins, M. (2005). *Comportamentos de risco associados ao período da adolescência condutas agressivas na adolescência: factores de risco e de protecção Maria José d.martins*. <https://doi.org/10.14417/ap.77>
- Martins, M. (2012). “*À descoberta.*” : *um programa de promoção de competências sociais e emocionais*.
- Mata, L., Peixoto, F., Morgado, J., Castro, J., & Monteiro, S. V. (2012). *Educação, aprendizagem e desenvolvimento: olhares contemporâneos através da investigação e da prática*. <http://hdl.handle.net/10400.12/5184>
- Mendes, R., Gaspar, S., Fonseca, R., Oliveira, C., & Dias, C. (2016). *Inquérito nacional sobre comportamentos aditivos em meio prisional. caracterização da população prisional, crimes cometidos e dependências face às drogas, bebidas alcoólicas e jogo a dinheiro*. <http://www.sicad.pt>.
- Miranda, R. J. P. (2009). *3. Metodologia Capítulo 3: Metodologia* (pp. 33–73).

- Monteiro, A., Moreira, J., & Leite, C. (2016, April). *O elearning em estabelecimentos prisionais: possibilidades e limites para a inclusão digital e justiça social*. V. 16, n.º 47, 77. <https://doi.org/doi:10.7213/dialogo.educ.16.047.DS04>
- Moreira, A. (2023). *Ementas acessíveis em contexto de unidade de cuidados continuados integrados: um estudo de caso*. Escola Superior de Educação e Ciências Sociais de Leiria.
- Moreira, J. A., Silva, S., & Aberto, R. (2022). *Sistemas prisionais e educação de jovens adultos em contexto de reclusão em Portugal*. <https://doi.org/10.22481/aprender.i28.11565>
- Moreira, J., Caeiro, D., & Dias-Trindade, S. (2020). *Educação, formação e transformação digital em estabelecimentos prisionais: Vol. n.º 8* (Universidade Aberta). <https://doi.org/10.34627/acq9-bk68>
- Nabais, L. (2014). *Comportamentos de risco em adolescentes e jovens adultos da região de Lisboa. perspectivas de prevenção* [Universidade Aberta]. <http://hdl.handle.net/10400.2/3727>
- Neca, P. (2024). *Guia orientador para a promoção do acesso à justiça para pessoas com deficiência intelectual e/ou psicossocial Portugal*. FENACERCI – Federação Nacional de Cooperativas de Solidariedade Social. <https://validity.ngo/projects-2/enabling-inclusion-and-access-to-justice-for-defendants-with-intellectual->
- Neves, J. (1996). Caderno de Pesquisas em Administração. *Caderno de Pesquisas Em Administração*, 1(3).
- Nunes, C., & Madureira, I. (2015). Desenho Universal para a Aprendizagem: Construindo práticas pedagógicas inclusivas. *Da Investigação Às Práticas*, 5(2), 126–143. <https://doi.org/https://doi.org/10.25757/invep.v5i2.84>
- Olhar para o futuro para guiar a ação presente 2017/2027*. (2017).
- Pacheco, J. (1996). *Currículo: teoria e práxis: Vol. V. 22* (Ciências da Educação). Porto Editora.
- Palazzo, C., & Diez-Garcia, R. (2021). Challenges on current practice of qualitative research: reflections and researcher positioning. *Interface: Communication*,

Health, Education, 25. <https://doi.org/10.1590/interface.210487>

Patrício, R. (2021, April 8). *A sociedade e o Estado portugueses ainda têm bastante caminho a percorrer na área das prisões*. ECO.

Peduzzi Gomes, R., Cardoso, E., Corrêa, Y., Spohr, F., & Gadis Ribeiro, V. (2021). A escrita simples como estratégia de acessibilidade para a divulgação científica. *Interfaces Científicas - Humanas e Sociais*, 9(2), 215–228. <https://doi.org/10.17564/2316-3801.2021v9n2p215-228>

Pereira, R., & Freire, C. (2019). *Comunicação em cuidados de saúde primários com pessoas com deficiência visual*.

Petito, E., & Rodrigues, L. (2023). *Educação em contexto prisional*. <https://doi.org/10.34640/universidademadeira2023petitorodrigues>

Philippe, A. (1981). História social da criança e da família (D. Flaksman, Trans.). *Zahar*, 2ª edição, 1–186. <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9141.v0i117p181-186>

Pinto, J. (2024, November). APEnP Magazine (Nov'24). *APENP*, n.º 15, 1–59.

Pocinho, M., & Cruz, C. (2018). *Margarida pocinho a cooperação escola-pais/encarregados de educação na promoção do sucesso educativo* (1ª edição). Portugal pela Universidade da Madeira. <https://digituma.uma.pt/>

Portaria n. 538/88. (1988). <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/portaria/538-377296>

Portaria n.61/22. (2022). <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/portaria/61-2022-178394355>

Quaresma, J. (2014). Que (restrição aos) direitos humanos em ambiente prisional? *Coimbra Editora*, n.º 22, 55–73. www.coe.int

Ramos, A. (2005). *Crianças, tecnologias e aprendizagem: contributo para uma teoria substantiva* [Universidade do Minho]. <https://hdl.handle.net/1822/6914>

Rego, A. (2014). *O Professor como Educador* [Faculdade de Letras da Universidade do Porto]. <https://hdl.handle.net/10216/77023>

Regras das Nações Unidas para a protecção dos jovens privados de liberdade. (1990).
www.ministeriopublico.pt

Regras Penitenciárias do Conselho da Europa (M. Lopes, Trans.). (2020).

Ribeiro, I. (2024, July 4). A Descoberta da Identidade na Adolescência. *PSI*.

Rodrigues, P. (2019). *O trabalho prisional e a reintegração social dos reclusos*.
Universidade Católica Portuguesa.

Rosa, S. (2021). *Comunicação aumentativa e alternativa como meio facilitador da comunicação em crianças com perturbação do espectro de autismo em tempo de pandemia ensino à distância*. Escola Superior de Educação e Ciências de Leiria.

Rosa, V. I., Da Silva, R. P., & Aymone, J. L. F. (2018). *Processo de desenvolvimento de prancha de comunicação alternativa e aumentativa para crianças com transtorno do espectro do autismo utilizando realidade aumentada*. Vol.8 (15), 51–67. <http://orcid.org/0000-0003-3865-1450>

Santos, K. (2023, September 13). Linguagem Simples: três técnicas para uma comunicação inclusiva. *LinkedIn*.

Santos, M., Piscalho, I., Galinha, S., & Silva, F. (2017). Inclusão de alunos com necessidades educativas especiais (nee) no ensino secundário: as atitudes dos encarregados de educação de alunos sem nee e com nee Inclusion of students with special educational needs (sen) in secondary education the attitudes of parents of students without sen and with se. *N*, 5, 2182–9608.
<https://doi.org/http://ojs.ipsantarem.pt/index.php/REVUIIPS>

Saussure, F. (1986). *Curso de Linguística Geral* (Cultrix, Ed.; A. Chelini, J. Paes, & I. Blikstein, Trans.). Payot, Paris.

Silva, E. da. (2013). As metodologias qualitativas de investigação nas Ciências sociais. *Revista Angolana de Sociologia*, 12, 77–99. <https://doi.org/10.4000/ras.740>

Silva, F. (2015). *Francisco vaz da silva | um percurso na construção de uma educação inclusiva* |5. V. <https://doi.org/https://doi.org/10.25757/invep.v5i2.78>

Sim-Sim, I., Silva, A., & Nunes, C. (2008). *Linguagem e comunicação no jardim de infância : textos de apoio para educadores de infância*.

<http://hdl.handle.net/10400.12/2018>

Sousa, C. (2012). “Comunicação Aumentativa.”

Sousa, S. (2020). *A dignidade da pessoa humana no sistema carcerário brasileiro*.

Spradley, J. (1980). *Participant Observation* (R. and W. Holt, Ed.).

Stake, R. E. (2011). *Pesquisa Qualitativa: Estudando como as Coisas Funcionam (Portuguese Edition)* (Penso, Ed.; 1ª edição).

Steffens, S. (2023). *Acessibilidade Comunicacional para o website do memorial IFRS campus [Escla Superior de Educação e Ciências Sociais de Leiria]*.
<http://hdl.handle.net/10400.8/9363>

Steinberg, L. (2005, February). Cognitive and affective development in adolescence. *Trends in Cognitive Sciences*, 9(2), 69–74.
<https://doi.org/10.1016/j.tics.2004.12.005>

Strauss, A., & Corbin, J. (1990). *Qualitative Research: Grounded Theory Procedures and Techniques* (2nd ed.). SAGE Publications.

Teixeira, R., & Rocha, F. (2020). The prison environment and the resocialization of the subject: challenges and possibilities o ambiente carcerário e a ressocialização do sujeito desafios e possibilidades. *Jul./Dez, 11(2)*, 117–123.

Tscharf, C. (2009). *Educação e formação de adultos em prisões portuguesas*. Universidade de Aveiro.

UNESCO. (1998, June). *Declaração de salamanca sobre princípios, política e práticas na área das necessidades educativas especiais, 1994*.
<https://doi.org/BR/1998/PI/H/7>

Valieris, L., Dratovsky, L., Alves, M., & Ramos, R. (2020). *Apostila do curso Linguagem Simples no Setor Público*.

Vicente, L., Sousa, C., & Barreto, A. (2021). A importância da acessibilidade nos espaços de restauração 1 The importance of accessibility in restaurant spaces. *Rev. Interd. Em Cult. e Soc. (RICS)*, 7(1), 188–207.

Vieira, H. (2005). *Prisões: da intervenção institucional à desinstitucionalização das intervenções.: Vol. v. 3 n. 1 e 2* (Temas Penitenciários).

Vilas Boas, F. (2021). *A comunicação interna e a cultura organizacional: o impacto nas relações interpessoais, na satisfação no trabalho e nos fluxos internos de informação* [Universidade do Minho]. <https://hdl.handle.net/1822/79327>

Vilelas, J. (2020). *Investigação : o processo de construção do conhecimento* (3ª edição). Sílabo.

Yali Network. (2010). *Caderno de Desenvolvimento de Jovens*.

Yin, R. K. (2013). *Case Study Research: Design and Methods*. (Sage, Ed.; 5ª edição).

Zerbato, A. P., & Mendes, E. G. (2018). Desenho universal para a aprendizagem como estratégia de inclusão escolar. *Educação Unisinos*, 22(2). <https://doi.org/10.4013/edu.2018.222.04>

ANEXOS

ANEXO 1- CONSENTIMENTOS INFORMADOS

Consentimento Informado de participação em Tese de Investigação

Eu _____

declaro ter sido convidado a participar nesta investigação que tem como tema central a utilização da Comunicação Aumentativa para a construção de um guia sobre os direitos e deveres dos reclusos do Estabelecimento Prisional de Leiria (Jovens). A investigação é baseada no artº 9º do Regulamento Geral dos Estabelecimentos Prisionais (RGEP) - a prestação de informações gerais ao reclusos através do folheto informativo - que lhes é entregue quando dão entrada nos Serviços Prisionais. O objetivo principal visa desenvolver competências de comunicação, promover valências de autonomia e de práticas educativas e sociais inclusivas nos participantes.

Através deste documento, declaro conhecer os propósitos e procedimentos da investigação, razão pela qual autorizo voluntariamente a participação:

1. Responder a algumas questões, com uma duração aproximada de 20 minutos;
2. Responder a um questionário com uma duração aproximada de 10 minutos;
3. Permitir a análise e tratamento dos dados resultantes da aplicação das entrevistas e do questionário;
4. Estou ciente de que esta investigação não constitui um dano físico, moral ou psicológico para mim, nem para a população que represento;
5. Todas as informações recolhidas serão utilizadas exclusivamente para efeitos desta investigação e serão tratadas de acordo com regras estritas de confidencialidade, respeitando o anonimato dos participantes;
6. A participação em todo o processo é absolutamente voluntária e posso retirar-me dele a qualquer momento sem consequências que me afetam negativamente.

Em caso de dúvida ou divergência em relação aos pontos previamente indicados, pode comunicar diretamente com celia.sousa@ipleiria.pt, Docente do Instituto Politécnico de Leiria responsável pela orientação desta investigação.

Nome /Assinatura

Participante


Rute Pinheiro

Nome /Assinatura

Investigador Responsável

Consentimento Informado de participação em Tese de Investigação

Eu


declaro ter sido convidado a participar nesta investigação que tem como tema central a utilização da Comunicação Aumentativa para a construção de um guia sobre os direitos e deveres dos reclusos do Estabelecimento Prisional de Leiria (Jovens). A investigação é baseada no artº 9º do Regulamento Geral dos Estabelecimentos Prisionais (RGEP) - a prestação de informações gerais ao reclusos através do folheto informativo - que lhes é entregue quando dão entrada nos Serviços Prisionais. O objetivo principal visa desenvolver competências de comunicação, promover valências de autonomia e de práticas educativas e sociais inclusivas nos participantes.

Através deste documento, declaro conhecer os propósitos e procedimentos da investigação, razão pela qual autorizo voluntariamente a participação:

1. Responder a algumas questões, com uma duração aproximada de 20 minutos;
2. Responder a um questionário com uma duração aproximada de 10 minutos;
3. Permitir a análise e tratamento dos dados resultantes da aplicação das entrevistas e do questionário;
4. Estou ciente de que esta investigação não constitui um dano físico, moral ou psicológico para mim, nem para a população que represento;
5. Todas as informações recolhidas serão utilizadas exclusivamente para efeitos desta investigação e serão tratadas de acordo com regras estritas de confidencialidade, respeitando o anonimato dos participantes;
6. A participação em todo o processo é absolutamente voluntária e posso retirar-me dele a qualquer momento sem consequências que me afetam negativamente.

Em caso de dúvida ou divergência em relação aos pontos previamente indicados, pode comunicar diretamente com celia.sousa@ipleiria.pt, Docente do Instituto Politécnico de Leiria responsável pela orientação desta investigação.


Nome /Assinatura

Participante


Nome /Assinatura

Investigador Responsável

Consentimento Informado de participação em Tese de Investigação

Eu _____
declaro ter sido convidado a participar nesta investigação que tem como tema central a utilização da Comunicação Aumentativa para a construção de um guia sobre os direitos e deveres dos reclusos do Estabelecimento Prisional de Leiria (Jovens). A investigação é baseada no artº 9º do Regulamento Geral dos Estabelecimentos Prisionais (RGEP) - a prestação de informações gerais ao reclusos através do folheto informativo - que lhes é entregue quando dão entrada nos Serviços Prisionais. O objetivo principal visa desenvolver competências de comunicação, promover valências de autonomia e de práticas educativas e sociais inclusivas nos participantes.

Através deste documento, declaro conhecer os propósitos e procedimentos da investigação, razão pela qual autorizo voluntariamente a participação:

1. Responder a algumas questões, com uma duração aproximada de 20 minutos;
2. Responder a um questionário com uma duração aproximada de 10 minutos;
3. Permitir a análise e tratamento dos dados resultantes da aplicação das entrevistas e do questionário;
4. Estou ciente de que esta investigação não constitui um dano físico, moral ou psicológico para mim, nem para a população que represento;
5. Todas as informações recolhidas serão utilizadas exclusivamente para efeitos desta investigação e serão tratadas de acordo com regras estritas de confidencialidade, respeitando o anonimato dos participantes;
6. A participação em todo o processo é absolutamente voluntária e posso retirar-me dele a qualquer momento sem consequências que me afetam negativamente.

Em caso de dúvida ou divergência em relação aos pontos previamente indicados, pode comunicar diretamente com celia.sousa@ipleiria.pt, Docente do Instituto Politécnico de Leiria responsável pela orientação desta investigação.

Nome / Assinatura

Participante

Paula Marques
Nome / Assinatura

Investigador Responsável

Consentimento Informado de participação em Tese de Investigação

Eu _____

declaro ter sido convidado a participar nesta investigação que tem como tema central a utilização da Comunicação Aumentativa para a construção de um guia sobre os direitos e deveres dos reclusos do Estabelecimento Prisional de Leiria (Jovens). A investigação é baseada no artº 9º do Regulamento Geral dos Estabelecimentos Prisionais (RGEP) - a prestação de informações gerais ao reclusos através do folheto informativo - que lhes é entregue quando dão entrada nos Serviços Prisionais. O objetivo principal visa desenvolver competências de comunicação, promover valências de autonomia e de práticas educativas e sociais inclusivas nos participantes.

Através deste documento, declaro conhecer os propósitos e procedimentos da investigação, razão pela qual autorizo voluntariamente a participação:

1. Responder a algumas questões, com uma duração aproximada de 20 minutos;
2. Responder a um questionário com uma duração aproximada de 10 minutos;
3. Permitir a análise e tratamento dos dados resultantes da aplicação das entrevistas e do questionário;
4. Estou ciente de que esta investigação não constitui um dano físico, moral ou psicológico para mim, nem para a população que represento;
5. Todas as informações recolhidas serão utilizadas exclusivamente para efeitos desta investigação e serão tratadas de acordo com regras estritas de confidencialidade, respeitando o anonimato dos participantes;
6. A participação em todo o processo é absolutamente voluntária e posso retirar-me dele a qualquer momento sem consequências que me afetam negativamente.

Em caso de dúvida ou divergência em relação aos pontos previamente indicados, pode comunicar diretamente com celia.sousa@ipleiria.pt, Docente do Instituto Politécnico de Leiria responsável pela orientação desta investigação.

Nome /Assinatura

Participante

Paula Freyente

Nome /Assinatura

Investigador Responsável

Consentimento Informado de participação em Tese de Investigação

Eu _____

declaro ter sido convidado a participar nesta investigação que tem como tema central a utilização da Comunicação Aumentativa para a construção de um guia sobre os direitos e deveres dos reclusos do Estabelecimento Prisional de Leiria (Jovens). A investigação é baseada no artº 9º do Regulamento Geral dos Estabelecimentos Prisionais (RGEP) - a prestação de informações gerais ao reclusos através do folheto informativo - que lhes é entregue quando dão entrada nos Serviços Prisionais. O objetivo principal visa desenvolver competências de comunicação, promover valências de autonomia e de práticas educativas e sociais inclusivas nos participantes.

Através deste documento, declaro conhecer os propósitos e procedimentos da investigação, razão pela qual autorizo voluntariamente a participação:

1. Responder a algumas questões, com uma duração aproximada de 20 minutos;
2. Responder a um questionário com uma duração aproximada de 10 minutos;
3. Permitir a análise e tratamento dos dados resultantes da aplicação das entrevistas e do questionário;
4. Estou ciente de que esta investigação não constitui um dano físico, moral ou psicológico para mim, nem para a população que represento;
5. Todas as informações recolhidas serão utilizadas exclusivamente para efeitos desta investigação e serão tratadas de acordo com regras estritas de confidencialidade, respeitando o anonimato dos participantes;
6. A participação em todo o processo é absolutamente voluntária e posso retirar-me dele a qualquer momento sem consequências que me afetam negativamente.

Em caso de dúvida ou divergência em relação aos pontos previamente indicados, pode comunicar diretamente com celia.sousa@ipleiria.pt, Docente do Instituto Politécnico de Leiria responsável pela orientação desta investigação.

Nome /Assinatura

Participante

Celia Sousa

Nome /Assinatura

Investigador Responsável

Consentimento Informado de participação em Tese de Investigação

Eu _____

declaro ter sido convidado a participar nesta investigação que tem como tema central a utilização da Comunicação Aumentativa para a construção de um guia sobre os direitos e deveres dos reclusos do Estabelecimento Prisional de Leiria (Jovens). A investigação é baseada no artº 9º do Regulamento Geral dos Estabelecimentos Prisionais (RGEP) - a prestação de informações gerais ao reclusos através do folheto informativo - que lhes é entregue quando dão entrada nos Serviços Prisionais. O objetivo principal visa desenvolver competências de comunicação, promover valências de autonomia e de práticas educativas e sociais inclusivas nos participantes.

Através deste documento, declaro conhecer os propósitos e procedimentos da investigação, razão pela qual autorizo voluntariamente a participação:

1. Responder a algumas questões, com uma duração aproximada de 20 minutos;
2. Responder a um questionário com uma duração aproximada de 10 minutos;
3. Permitir a análise e tratamento dos dados resultantes da aplicação das entrevistas e do questionário;
4. Estou ciente de que esta investigação não constitui um dano físico, moral ou psicológico para mim, nem para a população que represento;
5. Todas as informações recolhidas serão utilizadas exclusivamente para efeitos desta investigação e serão tratadas de acordo com regras estritas de confidencialidade, respeitando o anonimato dos participantes;
6. A participação em todo o processo é absolutamente voluntária e posso retirar-me dele a qualquer momento sem consequências que me afetam negativamente.

Em caso de dúvida ou divergência em relação aos pontos previamente indicados, pode comunicar diretamente com celia.sousa@ipleiria.pt, Docente do Instituto Politécnico de Leiria responsável pela orientação desta investigação.

Nome /Assinatura

Participante

Celia Sousa

Nome /Assinatura

Investigador Responsável

Consentimento Informado de participação em Tese de Investigação

Eu _____

declaro ter sido convidado a participar nesta investigação que tem como tema central a utilização da Comunicação Aumentativa para a construção de um guia sobre os direitos e deveres dos reclusos do Estabelecimento Prisional de Leiria (Jovens). A investigação é baseada no artº 9º do Regulamento Geral dos Estabelecimentos Prisionais (RGEP) - a prestação de informações gerais ao reclusos através do folheto informativo - que lhes é entregue quando dão entrada nos Serviços Prisionais. O objetivo principal visa desenvolver competências de comunicação, promover valências de autonomia e de práticas educativas e sociais inclusivas nos participantes.

Através deste documento, declaro conhecer os propósitos e procedimentos da investigação, razão pela qual autorizo voluntariamente a participação:

1. Responder a algumas questões, com uma duração aproximada de 20 minutos;
2. Responder a um questionário com uma duração aproximada de 10 minutos;
3. Permitir a análise e tratamento dos dados resultantes da aplicação das entrevistas e do questionário;
4. Estou ciente de que esta investigação não constitui um dano físico, moral ou psicológico para mim, nem para a população que represento;
5. Todas as informações recolhidas serão utilizadas exclusivamente para efeitos desta investigação e serão tratadas de acordo com regras estritas de confidencialidade, respeitando o anonimato dos participantes;
6. A participação em todo o processo é absolutamente voluntária e posso retirar-me dele a qualquer momento sem consequências que me afetam negativamente.

Em caso de dúvida ou divergência em relação aos pontos previamente indicados, pode comunicar diretamente com celia.sousa@ipleiria.pt, Docente do Instituto Politécnico de Leiria responsável pela orientação desta investigação.

Nome /Assinatura

Participante

Celia Sousa

Nome /Assinatura

Investigador Responsável

Consentimento Informado de participação em Tese de Investigação

Eu

declaro ter sido convidado a participar nesta investigação que tem como tema central a utilização da Comunicação Aumentativa para a construção de um guia sobre os direitos e deveres dos reclusos do Estabelecimento Prisional de Leiria (Jovens). A investigação é baseada no artº 9º do Regulamento Geral dos Estabelecimentos Prisionais (RGEP) - a prestação de informações gerais ao reclusos através do folheto informativo - que lhes é entregue quando dão entrada nos Serviços Prisionais. O objetivo principal visa desenvolver competências de comunicação, promover valências de autonomia e de práticas educativas e sociais inclusivas nos participantes.

Através deste documento, declaro conhecer os propósitos e procedimentos da investigação, razão pela qual autorizo voluntariamente a participação:

1. Responder a algumas questões, com uma duração aproximada de 20 minutos;
2. Responder a um questionário com uma duração aproximada de 10 minutos;
3. Permitir a análise e tratamento dos dados resultantes da aplicação das entrevistas e do questionário;
4. Estou ciente de que esta investigação não constitui um dano físico, moral ou psicológico para mim, nem para a população que represento;
5. Todas as informações recolhidas serão utilizadas exclusivamente para efeitos desta investigação e serão tratadas de acordo com regras estritas de confidencialidade, respeitando o anonimato dos participantes;
6. A participação em todo o processo é absolutamente voluntária e posso retirar-me dele a qualquer momento sem consequências que me afetam negativamente.

Em caso de dúvida ou divergência em relação aos pontos previamente indicados, pode comunicar diretamente com celia.sousa@ipleiria.pt, Docente do Instituto Politécnico de Leiria responsável pela orientação desta investigação.

Nome /Assinatura

Participante



Nome /Assinatura

Investigador Responsável

Consentimento Informado de participação em Tese de Investigação

Eu _____

declaro ter sido convidado a participar nesta investigação que tem como tema central a utilização da Comunicação Aumentativa para a construção de um guia sobre os direitos e deveres dos reclusos do Estabelecimento Prisional de Leiria (Jovens). A investigação é baseada no artº 9º do Regulamento Geral dos Estabelecimentos Prisionais (RGEP) - a prestação de informações gerais ao reclusos através do folheto informativo - que lhes é entregue quando dão entrada nos Serviços Prisionais. O objetivo principal visa desenvolver competências de comunicação, promover valências de autonomia e de práticas educativas e sociais inclusivas nos participantes.

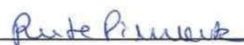
Através deste documento, declaro conhecer os propósitos e procedimentos da investigação, razão pela qual autorizo voluntariamente a participação:

1. Responder a algumas questões, com uma duração aproximada de 20 minutos;
2. Responder a um questionário com uma duração aproximada de 10 minutos;
3. Permitir a análise e tratamento dos dados resultantes da aplicação das entrevistas e do questionário;
4. Estou ciente de que esta investigação não constitui um dano físico, moral ou psicológico para mim, nem para a população que represento;
5. Todas as informações recolhidas serão utilizadas exclusivamente para efeitos desta investigação e serão tratadas de acordo com regras estritas de confidencialidade, respeitando o anonimato dos participantes;
6. A participação em todo o processo é absolutamente voluntária e posso retirar-me dele a qualquer momento sem consequências que me afetam negativamente.

Em caso de dúvida ou divergência em relação aos pontos previamente indicados, pode comunicar diretamente com celia.sousa@ipleiria.pt, Docente do Instituto Politécnico de Leiria responsável pela orientação desta investigação.

Nome /Assinatura

Participante



Nome /Assinatura

Investigador Responsável

Consentimento Informado de participação em Tese de Investigação

Eu _____

declaro ter sido convidado a participar nesta investigação que tem como tema central a utilização da Comunicação Aumentativa para a construção de um guia sobre os direitos e deveres dos reclusos do Estabelecimento Prisional de Leiria (Jovens). A investigação é baseada no artº 9º do Regulamento Geral dos Estabelecimentos Prisionais (RGEP) - a prestação de informações gerais ao reclusos através do folheto informativo - que lhes é entregue quando dão entrada nos Serviços Prisionais. O objetivo principal visa desenvolver competências de comunicação, promover valências de autonomia e de práticas educativas e sociais inclusivas nos participantes.

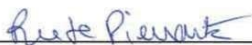
Através deste documento, declaro conhecer os propósitos e procedimentos da investigação, razão pela qual autorizo voluntariamente a participação:

1. Responder a algumas questões, com uma duração aproximada de 20 minutos;
2. Responder a um questionário com uma duração aproximada de 10 minutos;
3. Permitir a análise e tratamento dos dados resultantes da aplicação das entrevistas e do questionário;
4. Estou ciente de que esta investigação não constitui um dano físico, moral ou psicológico para mim, nem para a população que represento;
5. Todas as informações recolhidas serão utilizadas exclusivamente para efeitos desta investigação e serão tratadas de acordo com regras estritas de confidencialidade, respeitando o anonimato dos participantes;
6. A participação em todo o processo é absolutamente voluntária e posso retirar-me dele a qualquer momento sem consequências que me afetam negativamente.

Em caso de dúvida ou divergência em relação aos pontos previamente indicados, pode comunicar diretamente com celia.sousa@ipleiria.pt, Docente do Instituto Politécnico de Leiria responsável pela orientação desta investigação.

Nome /Assinatura

Participante



Nome /Assinatura

Investigador Responsável

Consentimento Informado de participação em Tese de Investigação

Eu _____

declaro ter sido convidado (a) a participar nesta investigação que tem como tema central a utilização da Comunicação Aumentativa para a construção de uma Carta dos Direitos e Deveres dos Reclusos do Estabelecimento Prisional de Leiria (Jovens).

A investigação é baseada no artº 9º do Regulamento Geral dos Estabelecimentos Prisionais ,a prestação de informações gerais a reclusos através de um folheto informativo , o qual será adaptado utilizando Símbolos Pictográficos de Comunicação e a Escrita Fácil para desenvolver competências de comunicação, promover a autonomia e para desenvolver práticas educativas e sociais inclusivas nos participantes.

Através deste documento, declaro conhecer os propósitos e procedimentos da investigação, razão pela qual autorizo voluntariamente a participação:

1. Responder a algumas questões, com uma duração aproximada de 20 minutos;
2. Responder a um questionário com uma duração aproximada de 10 minutos;
3. Permitir a análise e tratamento dos dados resultantes da aplicação das entrevistas e do questionário;
4. Estou ciente de que esta investigação não constitui um dano físico, moral ou psicológico para mim, nem para a população que represento;
5. Todas as informações recolhidas serão utilizadas exclusivamente para efeitos desta investigação e serão tratadas de acordo com regras estritas de confidencialidade, respeitando o anonimato dos participantes;
6. A participação em todo o processo é absolutamente voluntária e posso retirar-me dele a qualquer momento sem consequências que me afetam negativamente.

Em caso de dúvida ou divergência em relação aos pontos previamente indicados, pode comunicar diretamente com celia.sousa@ipleiria.pt , Docente do Instituto Politécnico de Leiria responsável pela orientação desta investigação.

Nome /Assinatura

Participante

Rute Pinheiro

Nome /Assinatura

Investigador Responsável

Consentimento Informado de participação em Tese de Investigação

Eu _____

declaro ter sido convidado (a) a participar nesta investigação que tem como tema central a utilização da Comunicação Aumentativa para a construção de uma Carta dos Direitos e Deveres dos Reclusos do Estabelecimento Prisional de Leiria (Jovens).

A investigação é baseada no artº 9º do Regulamento Geral dos Estabelecimentos Prisionais ,a prestação de informações gerais a reclusos através de um folheto informativo , o qual será adaptado utilizando Símbolos Pictográficos de Comunicação e a Escrita Fácil para desenvolver competências de comunicação, promover a autonomia e para desenvolver práticas educativas e sociais inclusivas nos participantes.

Através deste documento, declaro conhecer os propósitos e procedimentos da investigação, razão pela qual autorizo voluntariamente a participação:

1. Responder a algumas questões, com uma duração aproximada de 20 minutos;
2. Responder a um questionário com uma duração aproximada de 10 minutos;
3. Permitir a análise e tratamento dos dados resultantes da aplicação das entrevistas e do questionário;
4. Estou ciente de que esta investigação não constitui um dano físico, moral ou psicológico para mim, nem para a população que represento;
5. Todas as informações recolhidas serão utilizadas exclusivamente para efeitos desta investigação e serão tratadas de acordo com regras estritas de confidencialidade, respeitando o anonimato dos participantes;
6. A participação em todo o processo é absolutamente voluntária e posso retirar-me dele a qualquer momento sem consequências que me afetam negativamente.

Em caso de dúvida ou divergência em relação aos pontos previamente indicados, pode comunicar diretamente com celia.sousa@ipleiria.pt , Docente do Instituto Politécnico de Leiria responsável pela orientação desta investigação.

Nome /Assinatura

Participante

Rui Riua

Nome /Assinatura

Investigador Responsável

Consentimento Informado de participação em Tese de Investigação

Eu _____

declaro ter sido convidado a participar nesta investigação que tem como tema central a utilização da Comunicação Aumentativa para a construção de um guia sobre os direitos e deveres dos reclusos do Estabelecimento Prisional de Leiria (Jovens). A investigação é baseada no artº 9º do Regulamento Geral dos Estabelecimentos Prisionais (RGEP) - a prestação de informações gerais ao reclusos através do folheto informativo - que lhes é entregue quando dão entrada nos Serviços Prisionais. O objetivo principal visa desenvolver competências de comunicação, promover valências de autonomia e de práticas educativas e sociais inclusivas nos participantes.

Através deste documento, declaro conhecer os propósitos e procedimentos da investigação, razão pela qual autorizo voluntariamente a participação:

1. Responder a algumas questões, com uma duração aproximada de 20 minutos;
2. Responder a um questionário com uma duração aproximada de 10 minutos;
3. Permitir a análise e tratamento dos dados resultantes da aplicação das entrevistas e do questionário;
4. Estou ciente de que esta investigação não constitui um dano físico, moral ou psicológico para mim, nem para a população que represento;
5. Todas as informações recolhidas serão utilizadas exclusivamente para efeitos desta investigação e serão tratadas de acordo com regras estritas de confidencialidade, respeitando o anonimato dos participantes;
6. A participação em todo o processo é absolutamente voluntária e posso retirar-me dele a qualquer momento sem consequências que me afetam negativamente.

Em caso de dúvida ou divergência em relação aos pontos previamente indicados, pode comunicar diretamente com celia.sousa@ipleiria.pt, Docente do Instituto Politécnico de Leiria responsável pela orientação desta investigação.

Nome /Assinatura

Participante

Rute Pinheiro

Nome /Assinatura

Investigador Responsável

Consentimento Informado de participação em Tese de Investigação

Eu _____

declaro ter sido convidado a participar nesta investigação que tem como tema central a utilização da Comunicação Aumentativa para a construção de um guia sobre os direitos e deveres dos reclusos do Estabelecimento Prisional de Leiria (Jovens). A investigação é baseada no artº 9º do Regulamento Geral dos Estabelecimentos Prisionais (RGEP) - a prestação de informações gerais ao reclusos através do folheto informativo - que lhes é entregue quando dão entrada nos Serviços Prisionais. O objetivo principal visa desenvolver competências de comunicação, promover valências de autonomia e de práticas educativas e sociais inclusivas nos participantes.

Através deste documento, declaro conhecer os propósitos e procedimentos da investigação, razão pela qual autorizo voluntariamente a participação:

1. Responder a algumas questões, com uma duração aproximada de 20 minutos;
2. Responder a um questionário com uma duração aproximada de 10 minutos;
3. Permitir a análise e tratamento dos dados resultantes da aplicação das entrevistas e do questionário;
4. Estou ciente de que esta investigação não constitui um dano físico, moral ou psicológico para mim, nem para a população que represento;
5. Todas as informações recolhidas serão utilizadas exclusivamente para efeitos desta investigação e serão tratadas de acordo com regras estritas de confidencialidade, respeitando o anonimato dos participantes;
6. A participação em todo o processo é absolutamente voluntária e posso retirar-me dele a qualquer momento sem consequências que me afetam negativamente.

Em caso de dúvida ou divergência em relação aos pontos previamente indicados, pode comunicar diretamente com celia.sousa@ipleiria.pt, Docente do Instituto Politécnico de Leiria responsável pela orientação desta investigação.

Nome /Assinatura

Participante

Rita Pereira

Nome /Assinatura

Investigador Responsável

Consentimento Informado de participação em Tese de Investigação

Eu _____
declaro ter sido convidado a participar nesta investigação que tem como tema central a utilização da Comunicação Aumentativa para a construção de um guia sobre os direitos e deveres dos reclusos do Estabelecimento Prisional de Leiria (Jovens). A investigação é baseada no artº 9º do Regulamento Geral dos Estabelecimentos Prisionais (RGEP) - a prestação de informações gerais ao reclusos através do folheto informativo - que lhes é entregue quando dão entrada nos Serviços Prisionais. O objetivo principal visa desenvolver competências de comunicação, promover valências de autonomia e de práticas educativas e sociais inclusivas nos participantes.

Através deste documento, declaro conhecer os propósitos e procedimentos da investigação, razão pela qual autorizo voluntariamente a participação:

1. Responder a algumas questões, com uma duração aproximada de 20 minutos;
2. Responder a um questionário com uma duração aproximada de 10 minutos;
3. Permitir a análise e tratamento dos dados resultantes da aplicação das entrevistas e do questionário;
4. Estou ciente de que esta investigação não constitui um dano físico, moral ou psicológico para mim, nem para a população que represento;
5. Todas as informações recolhidas serão utilizadas exclusivamente para efeitos desta investigação e serão tratadas de acordo com regras estritas de confidencialidade, respeitando o anonimato dos participantes;
6. A participação em todo o processo é absolutamente voluntária e posso retirar-me dele a qualquer momento sem consequências que me afetam negativamente.

Em caso de dúvida ou divergência em relação aos pontos previamente indicados, pode comunicar diretamente com celia.sousa@ipleiria.pt, Docente do Instituto Politécnico de Leiria responsável pela orientação desta investigação.

Nome /Assinatura

Participante

Rute Pimenta

Nome /Assinatura

Nome /Assinatura

Investigador Responsável

Consentimento Informado de participação em Tese de Investigação

Eu _____

declaro ter sido convidado a participar nesta investigação que tem como tema central a utilização da Comunicação Aumentativa para a construção de um guia sobre os direitos e deveres dos reclusos do Estabelecimento Prisional de Leiria (Jovens). A investigação é baseada no artº 9º do Regulamento Geral dos Estabelecimentos Prisionais (RGEP) - a prestação de informações gerais ao reclusos através do folheto informativo - que lhes é entregue quando dão entrada nos Serviços Prisionais. O objetivo principal visa desenvolver competências de comunicação, promover valências de autonomia e de práticas educativas e sociais inclusivas nos participantes.

Através deste documento, declaro conhecer os propósitos e procedimentos da investigação, razão pela qual autorizo voluntariamente a participação:

1. Responder a algumas questões, com uma duração aproximada de 20 minutos;
2. Responder a um questionário com uma duração aproximada de 10 minutos;
3. Permitir a análise e tratamento dos dados resultantes da aplicação das entrevistas e do questionário;
4. Estou ciente de que esta investigação não constitui um dano físico, moral ou psicológico para mim, nem para a população que represento;
5. Todas as informações recolhidas serão utilizadas exclusivamente para efeitos desta investigação e serão tratadas de acordo com regras estritas de confidencialidade, respeitando o anonimato dos participantes;
6. A participação em todo o processo é absolutamente voluntária e posso retirar-me dele a qualquer momento sem consequências que me afetam negativamente.

Em caso de dúvida ou divergência em relação aos pontos previamente indicados, pode comunicar diretamente com celia.sousa@ipleiria.pt, Docente do Instituto Politécnico de Leiria responsável pela orientação desta investigação.

Nome /Assinatura

Participante

Paulo Pereira

Nome /Assinatura

Investigador Responsável

Consentimento Informado de participação em Tese de Investigação

Eu [REDACTED] declaro ter sido convidado a participar nesta investigação que tem como tema central a utilização da Comunicação Aumentativa para a construção de um guia sobre os direitos e deveres dos reclusos do Estabelecimento Prisional de Leiria (Jovens). A investigação é baseada no artº 9º do Regulamento Geral dos Estabelecimentos Prisionais (RGEP) - a prestação de informações gerais ao reclusos através do folheto informativo - que lhes é entregue quando dão entrada nos Serviços Prisionais. O objetivo principal visa desenvolver competências de comunicação, promover valências de autonomia e de práticas educativas e sociais inclusivas nos participantes.

Através deste documento, declaro conhecer os propósitos e procedimentos da investigação, razão pela qual autorizo voluntariamente a participação:

1. Responder a algumas questões, com uma duração aproximada de 20 minutos;
2. Responder a um questionário com uma duração aproximada de 10 minutos;
3. Permitir a análise e tratamento dos dados resultantes da aplicação das entrevistas e do questionário;
4. Estou ciente de que esta investigação não constitui um dano físico, moral ou psicológico para mim, nem para a população que represento;
5. Todas as informações recolhidas serão utilizadas exclusivamente para efeitos desta investigação e serão tratadas de acordo com regras escritas de confidencialidade, respeitando o anonimato dos participantes;
6. A participação em todo o processo é absolutamente voluntária e posso retirar-me dele a qualquer momento sem consequências que me afetam negativamente.

Em caso de dúvida ou divergência em relação aos pontos previamente indicados, pode comunicar diretamente com celia.sousa@ipleiria.pt, Docente do Instituto Politécnico de Leiria responsável pela orientação desta investigação.

[REDACTED]
Nome /Assinatura

Participante


Nome /Assinatura

Investigador Responsável

Consentimento Informado de participação em Tese de Investigação

Eu _____

declaro ter sido convidado a participar nesta investigação que tem como tema central a utilização da Comunicação Aumentativa para a construção de um guia sobre os direitos e deveres dos reclusos do Estabelecimento Prisional de Leiria (Jovens). A investigação é baseada no artº 9º do Regulamento Geral dos Estabelecimentos Prisionais (RGEP) - a prestação de informações gerais ao reclusos através do folheto informativo - que lhes é entregue quando dão entrada nos Serviços Prisionais. O objetivo principal visa desenvolver competências de comunicação, promover valências de autonomia e de práticas educativas e sociais inclusivas nos participantes.

Através deste documento, declaro conhecer os propósitos e procedimentos da investigação, razão pela qual autorizo voluntariamente a participação:

1. Responder a algumas questões, com uma duração aproximada de 20 minutos;
2. Responder a um questionário com uma duração aproximada de 10 minutos;
3. Permitir a análise e tratamento dos dados resultantes da aplicação das entrevistas e do questionário;
4. Estou ciente de que esta investigação não constitui um dano físico, moral ou psicológico para mim, nem para a população que represento;
5. Todas as informações recolhidas serão utilizadas exclusivamente para efeitos desta investigação e serão tratadas de acordo com regras estritas de confidencialidade, respeitando o anonimato dos participantes;
6. A participação em todo o processo é absolutamente voluntária e posso retirar-me dele a qualquer momento sem consequências que me afetam negativamente.

Em caso de dúvida ou divergência em relação aos pontos previamente indicados, pode comunicar diretamente com celia.sousa@ipleiria.pt, Docente do Instituto Politécnico de Leiria responsável pela orientação desta investigação.

Nome /Assinatura

Participante

Reto Ribeiro

Nome /Assinatura

Investigador Responsável

Consentimento Informado de participação em Tese de Investigação

Eu _____

declaro ter sido convidado a participar nesta investigação que tem como tema central a utilização da Comunicação Aumentativa para a construção de um guia sobre os direitos e deveres dos reclusos do Estabelecimento Prisional de Leiria (Jovens). A investigação é baseada no artº 9º do Regulamento Geral dos Estabelecimentos Prisionais (RGEP) - a prestação de informações gerais ao reclusos através do folheto informativo - que lhes é entregue quando dão entrada nos Serviços Prisionais. O objetivo principal visa desenvolver competências de comunicação, promover valências de autonomia e de práticas educativas e sociais inclusivas nos participantes.

Através deste documento, declaro conhecer os propósitos e procedimentos da investigação, razão pela qual autorizo voluntariamente a participação:

1. Responder a algumas questões, com uma duração aproximada de 20 minutos;
2. Responder a um questionário com uma duração aproximada de 10 minutos;
3. Permitir a análise e tratamento dos dados resultantes da aplicação das entrevistas e do questionário;
4. Estou ciente de que esta investigação não constitui um dano físico, moral ou psicológico para mim, nem para a população que represento;
5. Todas as informações recolhidas serão utilizadas exclusivamente para efeitos desta investigação e serão tratadas de acordo com regras estritas de confidencialidade, respeitando o anonimato dos participantes;
6. A participação em todo o processo é absolutamente voluntária e posso retirar-me dele a qualquer momento sem consequências que me afetam negativamente.

Em caso de dúvida ou divergência em relação aos pontos previamente indicados, pode comunicar diretamente com celia.sousa@ipleiria.pt, Docente do Instituto Politécnico de Leiria responsável pela orientação desta investigação.

Nome /Assinatura

Participante



Nome /Assinatura

Investigador Responsável

Consentimento Informado de participação em Tese de Investigação

Eu _____

declaro ter sido convidado a participar nesta investigação que tem como tema central a utilização da Comunicação Aumentativa para a construção de um guia sobre os direitos e deveres dos reclusos do Estabelecimento Prisional de Leiria (Jovens). A investigação é baseada no artº 9º do Regulamento Geral dos Estabelecimentos Prisionais (RGEP) - a prestação de informações gerais ao reclusos através do folheto informativo - que lhes é entregue quando dão entrada nos Serviços Prisionais. O objetivo principal visa desenvolver competências de comunicação, promover valências de autonomia e de práticas educativas e sociais inclusivas nos participantes.

Através deste documento, declaro conhecer os propósitos e procedimentos da investigação, razão pela qual autorizo voluntariamente a participação:

1. Responder a algumas questões, com uma duração aproximada de 20 minutos;
2. Responder a um questionário com uma duração aproximada de 10 minutos;
3. Permitir a análise e tratamento dos dados resultantes da aplicação das entrevistas e do questionário;
4. Estou ciente de que esta investigação não constitui um dano físico, moral ou psicológico para mim, nem para a população que represento;
5. Todas as informações recolhidas serão utilizadas exclusivamente para efeitos desta investigação e serão tratadas de acordo com regras estritas de confidencialidade, respeitando o anonimato dos participantes;
6. A participação em todo o processo é absolutamente voluntária e posso retirar-me dele a qualquer momento sem consequências que me afetam negativamente.

Em caso de dúvida ou divergência em relação aos pontos previamente indicados, pode comunicar diretamente com celia.sousa@ipleiria.pt, Docente do Instituto Politécnico de Leiria responsável pela orientação desta investigação.

Nome /Assinatura

Participante

Rui P. Augusto

Nome /Assinatura

Investigador Responsável

Consentimento Informado de participação em Tese de Investigação

Eu _____
declaro ter sido convidado a participar nesta investigação que tem como tema central a utilização da Comunicação Aumentativa para a construção de um guia sobre os direitos e deveres dos reclusos do Estabelecimento Prisional de Leiria (Jovens). A investigação é baseada no artº 9º do Regulamento Geral dos Estabelecimentos Prisionais (RGEP) - a prestação de informações gerais ao reclusos através do folheto informativo - que lhes é entregue quando dão entrada nos Serviços Prisionais. O objetivo principal visa desenvolver competências de comunicação, promover valências de autonomia e de práticas educativas e sociais inclusivas nos participantes.

Através deste documento, declaro conhecer os propósitos e procedimentos da investigação, razão pela qual autorizo voluntariamente a participação:

1. Responder a algumas questões, com uma duração aproximada de 20 minutos;
2. Responder a um questionário com uma duração aproximada de 10 minutos;
3. Permitir a análise e tratamento dos dados resultantes da aplicação das entrevistas e do questionário;
4. Estou ciente de que esta investigação não constitui um dano físico, moral ou psicológico para mim, nem para a população que represento;
5. Todas as informações recolhidas serão utilizadas exclusivamente para efeitos desta investigação e serão tratadas de acordo com regras estritas de confidencialidade, respeitando o anonimato dos participantes;
6. A participação em todo o processo é absolutamente voluntária e posso retirar-me dele a qualquer momento sem consequências que me afetam negativamente.

Em caso de dúvida ou divergência em relação aos pontos previamente indicados, pode comunicar diretamente com celia.sousa@ipleiria.pt, Docente do Instituto Politécnico de Leiria responsável pela orientação desta investigação.

Nome /Assinatura

Participante

Reita Ribeiro

Nome /Assinatura

Investigador Responsável

Consentimento Informado de participação em Tese de Investigação

Eu _____

declaro ter sido convidado a participar nesta investigação que tem como tema central a utilização da Comunicação Aumentativa para a construção de um guia sobre os direitos e deveres dos reclusos do Estabelecimento Prisional de Leiria (Jovens). A investigação é baseada no artº 9º do Regulamento Geral dos Estabelecimentos Prisionais (RGEP) - a prestação de informações gerais ao reclusos através do folheto informativo - que lhes é entregue quando dão entrada nos Serviços Prisionais. O objetivo principal visa desenvolver competências de comunicação, promover valências de autonomia e de práticas educativas e sociais inclusivas nos participantes.

Através deste documento, declaro conhecer os propósitos e procedimentos da investigação, razão pela qual autorizo voluntariamente a participação:

1. Responder a algumas questões, com uma duração aproximada de 20 minutos;
2. Responder a um questionário com uma duração aproximada de 10 minutos;
3. Permitir a análise e tratamento dos dados resultantes da aplicação das entrevistas e do questionário;
4. Estou ciente de que esta investigação não constitui um dano físico, moral ou psicológico para mim, nem para a população que represento;
5. Todas as informações recolhidas serão utilizadas exclusivamente para efeitos desta investigação e serão tratadas de acordo com regras estritas de confidencialidade, respeitando o anonimato dos participantes;
6. A participação em todo o processo é absolutamente voluntária e posso retirar-me dele a qualquer momento sem consequências que me afetam negativamente.

Em caso de dúvida ou divergência em relação aos pontos previamente indicados, pode comunicar diretamente com celia.sousa@ipleiria.pt, Docente do Instituto Politécnico de Leiria responsável pela orientação desta investigação.

Nome /Assinatura

Participante

Rute Riquelme

Nome /Assinatura

Investigador Responsável

Consentimento Informado de participação em Tese de Investigação

Eu _____

declaro ter sido convidado a participar nesta investigação que tem como tema central a utilização da Comunicação Aumentativa para a construção de um guia sobre os direitos e deveres dos reclusos do Estabelecimento Prisional de Leiria (Jovens). A investigação é baseada no artº 9º do Regulamento Geral dos Estabelecimentos Prisionais (RGEP) - a prestação de informações gerais ao reclusos através do folheto informativo - que lhes é entregue quando dão entrada nos Serviços Prisionais. O objetivo principal visa desenvolver competências de comunicação, promover valências de autonomia e de práticas educativas e sociais inclusivas nos participantes.

Através deste documento, declaro conhecer os propósitos e procedimentos da investigação, razão pela qual autorizo voluntariamente a participação:

1. Responder a algumas questões, com uma duração aproximada de 20 minutos;
2. Responder a um questionário com uma duração aproximada de 10 minutos;
3. Permitir a análise e tratamento dos dados resultantes da aplicação das entrevistas e do questionário;
4. Estou ciente de que esta investigação não constitui um dano físico, moral ou psicológico para mim, nem para a população que represento;
5. Todas as informações recolhidas serão utilizadas exclusivamente para efeitos desta investigação e serão tratadas de acordo com regras estritas de confidencialidade, respeitando o anonimato dos participantes;
6. A participação em todo o processo é absolutamente voluntária e posso retirar-me dele a qualquer momento sem consequências que me afetam negativamente.

Em caso de dúvida ou divergência em relação aos pontos previamente indicados, pode comunicar diretamente com celia.sousa@ipleiria.pt, Docente do Instituto Politécnico de Leiria responsável pela orientação desta investigação.

Nome /Assinatura

Participante

Rute Ribeiro

Nome /Assinatura

Nome /Assinatura

Investigador Responsável

Consentimento Informado de participação em Tese de Investigação

Eu _____

declaro ter sido convidado a participar nesta investigação que tem como tema central a utilização da Comunicação Aumentativa para a construção de um guia sobre os direitos e deveres dos reclusos do Estabelecimento Prisional de Leiria (Jovens). A investigação é baseada no artº 9º do Regulamento Geral dos Estabelecimentos Prisionais (RGEP) - a prestação de informações gerais ao reclusos através do folheto informativo - que lhes é entregue quando dão entrada nos Serviços Prisionais. O objetivo principal visa desenvolver competências de comunicação, promover valências de autonomia e de práticas educativas e sociais inclusivas nos participantes.

Através deste documento, declaro conhecer os propósitos e procedimentos da investigação, razão pela qual autorizo voluntariamente a participação:

1. Responder a algumas questões, com uma duração aproximada de 20 minutos;
2. Responder a um questionário com uma duração aproximada de 10 minutos;
3. Permitir a análise e tratamento dos dados resultantes da aplicação das entrevistas e do questionário;
4. Estou ciente de que esta investigação não constitui um dano físico, moral ou psicológico para mim, nem para a população que represento;
5. Todas as informações recolhidas serão utilizadas exclusivamente para efeitos desta investigação e serão tratadas de acordo com regras estritas de confidencialidade, respeitando o anonimato dos participantes;
6. A participação em todo o processo é absolutamente voluntária e posso retirar-me dele a qualquer momento sem consequências que me afetam negativamente.

Em caso de dúvida ou divergência em relação aos pontos previamente indicados, pode comunicar diretamente com celia.sousa@ipleiria.pt, Docente do Instituto Politécnico de Leiria responsável pela orientação desta investigação.

Nome /Assinatura

Participante

Paulo Ribeiro

Nome /Assinatura

Investigador Responsável

Consentimento Informado de participação em Tese de Investigação

Eu

[REDACTED]

declaro ter sido convidado a participar nesta investigação que tem como tema central a utilização da Comunicação Aumentativa para a construção de um guia sobre os direitos e deveres dos reclusos do Estabelecimento Prisional de Leiria (Jovens). A investigação é baseada no artº 9º do Regulamento Geral dos Estabelecimentos Prisionais (RGEP) - a prestação de informações gerais ao reclusos através do folheto informativo - que lhes é entregue quando dão entrada nos Serviços Prisionais. O objetivo principal visa desenvolver competências de comunicação, promover valências de autonomia e de práticas educativas e sociais inclusivas nos participantes.

Através deste documento, declaro conhecer os propósitos e procedimentos da investigação, razão pela qual autorizo voluntariamente a participação:

1. Responder a algumas questões, com uma duração aproximada de 20 minutos;
2. Responder a um questionário com uma duração aproximada de 10 minutos;
3. Permitir a análise e tratamento dos dados resultantes da aplicação das entrevistas e do questionário;
4. Estou ciente de que esta investigação não constitui um dano físico, moral ou psicológico para mim, nem para a população que represento;
5. Todas as informações recolhidas serão utilizadas exclusivamente para efeitos desta investigação e serão tratadas de acordo com regras estritas de confidencialidade, respeitando o anonimato dos participantes;
6. A participação em todo o processo é absolutamente voluntária e posso retirar-me dele a qualquer momento sem consequências que me afetam negativamente.

Em caso de dúvida ou divergência em relação aos pontos previamente indicados, pode comunicar diretamente com celia.sousa@ipleiria.pt, Docente do Instituto Politécnico de Leiria responsável pela orientação desta investigação.

[REDACTED]

Nome /Assinatura

Participante

Rute Riquarta

Nome /Assinatura

Investigador Responsável

Consentimento Informado de participação em Tese de Investigação

Eu [REDACTED] declaro ter sido convidado a participar nesta investigação que tem como tema central a utilização da Comunicação Aumentativa para a construção de um guia sobre os direitos e deveres dos reclusos do Estabelecimento Prisional de Leiria (Jovens). A investigação é baseada no artº 9º do Regulamento Geral dos Estabelecimentos Prisionais (RGEP) - a prestação de informações gerais ao reclusos através do folheto informativo - que lhes é entregue quando dão entrada nos Serviços Prisionais. O objetivo principal visa desenvolver competências de comunicação, promover valências de autonomia e de práticas educativas e sociais inclusivas nos participantes.

Através deste documento, declaro conhecer os propósitos e procedimentos da investigação, razão pela qual autorizo voluntariamente a participação:

1. Responder a algumas questões, com uma duração aproximada de 20 minutos;
2. Responder a um questionário com uma duração aproximada de 10 minutos;
3. Permitir a análise e tratamento dos dados resultantes da aplicação das entrevistas e do questionário;
4. Estou ciente de que esta investigação não constitui um dano físico, moral ou psicológico para mim, nem para a população que represento;
5. Todas as informações recolhidas serão utilizadas exclusivamente para efeitos desta investigação e serão tratadas de acordo com regras estritas de confidencialidade, respeitando o anonimato dos participantes;
6. A participação em todo o processo é absolutamente voluntária e posso retirar-me dele a qualquer momento sem consequências que me afetam negativamente.

Em caso de dúvida ou divergência em relação aos pontos previamente indicados, pode comunicar diretamente com celia.sousa@ipleiria.pt, Docente do Instituto Politécnico de Leiria responsável pela orientação desta investigação.

[REDACTED]
Nome /Assinatura

Participante


Nome /Assinatura

Investigador Responsável

Consentimento Informado de participação em Tese de Investigação

Eu _____
declaro ter sido convidado a participar nesta investigação que tem como tema central a utilização da Comunicação Aumentativa para a construção de um guia sobre os direitos e deveres dos reclusos do Estabelecimento Prisional de Leiria (Jovens). A investigação é baseada no artº 9º do Regulamento Geral dos Estabelecimentos Prisionais (RGEP) - a prestação de informações gerais ao reclusos através do folheto informativo - que lhes é entregue quando dão entrada nos Serviços Prisionais. O objetivo principal visa desenvolver competências de comunicação, promover valências de autonomia e de práticas educativas e sociais inclusivas nos participantes.

Através deste documento, declaro conhecer os propósitos e procedimentos da investigação, razão pela qual autorizo voluntariamente a participação:

1. Responder a algumas questões, com uma duração aproximada de 20 minutos;
2. Responder a um questionário com uma duração aproximada de 10 minutos;
3. Permitir a análise e tratamento dos dados resultantes da aplicação das entrevistas e do questionário;
4. Estou ciente de que esta investigação não constitui um dano físico, moral ou psicológico para mim, nem para a população que represento;
5. Todas as informações recolhidas serão utilizadas exclusivamente para efeitos desta investigação e serão tratadas de acordo com regras estritas de confidencialidade, respeitando o anonimato dos participantes;
6. A participação em todo o processo é absolutamente voluntária e posso retirar-me dele a qualquer momento sem consequências que me afetam negativamente.

Em caso de dúvida ou divergência em relação aos pontos previamente indicados, pode comunicar diretamente com celia.sousa@ipleiria.pt, Docente do Instituto Politécnico de Leiria responsável pela orientação desta investigação.

Nome /Assinatura

Participante



Nome /Assinatura

Investigador Responsável

Consentimento Informado de participação em Tese de Investigação

Eu _____

declaro ter sido convidado a participar nesta investigação que tem como tema central a utilização da Comunicação Aumentativa para a construção de um guia sobre os direitos e deveres dos reclusos do Estabelecimento Prisional de Leiria (Jovens). A investigação é baseada no artº 9º do Regulamento Geral dos Estabelecimentos Prisionais (RGEP) - a prestação de informações gerais ao reclusos através do folheto informativo - que lhes é entregue quando dão entrada nos Serviços Prisionais. O objetivo principal visa desenvolver competências de comunicação, promover valências de autonomia e de práticas educativas e sociais inclusivas nos participantes.

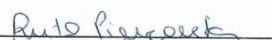
Através deste documento, declaro conhecer os propósitos e procedimentos da investigação, razão pela qual autorizo voluntariamente a participação:

1. Responder a algumas questões, com uma duração aproximada de 20 minutos;
2. Responder a um questionário com uma duração aproximada de 10 minutos;
3. Permitir a análise e tratamento dos dados resultantes da aplicação das entrevistas e do questionário;
4. Estou ciente de que esta investigação não constitui um dano físico, moral ou psicológico para mim, nem para a população que represento;
5. Todas as informações recolhidas serão utilizadas exclusivamente para efeitos desta investigação e serão tratadas de acordo com regras estritas de confidencialidade, respeitando o anonimato dos participantes;
6. A participação em todo o processo é absolutamente voluntária e posso retirar-me dele a qualquer momento sem consequências que me afetam negativamente.

Em caso de dúvida ou divergência em relação aos pontos previamente indicados, pode comunicar diretamente com celia.sousa@ipleiria.pt, Docente do Instituto Politécnico de Leiria responsável pela orientação desta investigação.

Nome /Assinatura

Participante



Nome /Assinatura

Investigador Responsável

Consentimento Informado de participação em Tese de Investigação

Eu _____

declaro ter sido convidado a participar nesta investigação que tem como tema central a utilização da Comunicação Aumentativa para a construção de um guia sobre os direitos e deveres dos reclusos do Estabelecimento Prisional de Leiria (Jovens). A investigação é baseada no artº 9º do Regulamento Geral dos Estabelecimentos Prisionais (RGEP) - a prestação de informações gerais ao reclusos através do folheto informativo - que lhes é entregue quando dão entrada nos Serviços Prisionais. O objetivo principal visa desenvolver competências de comunicação, promover valências de autonomia e de práticas educativas e sociais inclusivas nos participantes.

Através deste documento, declaro conhecer os propósitos e procedimentos da investigação, razão pela qual autorizo voluntariamente a participação:

1. Responder a algumas questões, com uma duração aproximada de 20 minutos;
2. Responder a um questionário com uma duração aproximada de 10 minutos;
3. Permitir a análise e tratamento dos dados resultantes da aplicação das entrevistas e do questionário;
4. Estou ciente de que esta investigação não constitui um dano físico, moral ou psicológico para mim, nem para a população que represento;
5. Todas as informações recolhidas serão utilizadas exclusivamente para efeitos desta investigação e serão tratadas de acordo com regras estritas de confidencialidade, respeitando o anonimato dos participantes;
6. A participação em todo o processo é absolutamente voluntária e posso retirar-me dele a qualquer momento sem consequências que me afetam negativamente.

Em caso de dúvida ou divergência em relação aos pontos previamente indicados, pode comunicar diretamente com celia.sousa@ipleiria.pt, Docente do Instituto Politécnico de Leiria responsável pela orientação desta investigação.

Não escreve

Nome /Assinatura

Participante

Reto Pereira

Nome /Assinatura

Investigador Responsável

Consentimento Informado de participação em Tese de Investigação

Eu _____

declaro ter sido convidado a participar nesta investigação que tem como tema central a utilização da Comunicação Aumentativa para a construção de um guia sobre os direitos e deveres dos reclusos do Estabelecimento Prisional de Leiria (Jovens). A investigação é baseada no artº 9º do Regulamento Geral dos Estabelecimentos Prisionais (RGEP) - a prestação de informações gerais ao reclusos através do folheto informativo - que lhes é entregue quando dão entrada nos Serviços Prisionais. O objetivo principal visa desenvolver competências de comunicação, promover valências de autonomia e de práticas educativas e sociais inclusivas nos participantes.

Através deste documento, declaro conhecer os propósitos e procedimentos da investigação, razão pela qual autorizo voluntariamente a participação:

1. Responder a algumas questões, com uma duração aproximada de 20 minutos;
2. Responder a um questionário com uma duração aproximada de 10 minutos;
3. Permitir a análise e tratamento dos dados resultantes da aplicação das entrevistas e do questionário;
4. Estou ciente de que esta investigação não constitui um dano físico, moral ou psicológico para mim, nem para a população que represento;
5. Todas as informações recolhidas serão utilizadas exclusivamente para efeitos desta investigação e serão tratadas de acordo com regras estritas de confidencialidade, respeitando o anonimato dos participantes;
6. A participação em todo o processo é absolutamente voluntária e posso retirar-me dele a qualquer momento sem consequências que me afetam negativamente.

Em caso de dúvida ou divergência em relação aos pontos previamente indicados, pode comunicar diretamente com celia.sousa@ipleiria.pt, Docente do Instituto Politécnico de Leiria responsável pela orientação desta investigação.

Nome /Assinatura

Participante

Rute Ribeiro

Nome /Assinatura

Investigador Responsável

Consentimento Informado de participação em Tese de Investigação

Eu [REDACTED] declaro ter sido convidado a participar nesta investigação que tem como tema central a utilização da Comunicação Aumentativa para a construção de um guia sobre os direitos e deveres dos reclusos do Estabelecimento Prisional de Leiria (Jovens). A investigação é baseada no artº 9º do Regulamento Geral dos Estabelecimentos Prisionais (RGEP) - a prestação de informações gerais ao reclusos através do folheto informativo - que lhes é entregue quando dão entrada nos Serviços Prisionais. O objetivo principal visa desenvolver competências de comunicação, promover valências de autonomia e de práticas educativas e sociais inclusivas nos participantes.

Através deste documento, declaro conhecer os propósitos e procedimentos da investigação, razão pela qual autorizo voluntariamente a participação:

1. Responder a algumas questões, com uma duração aproximada de 20 minutos;
2. Responder a um questionário com uma duração aproximada de 10 minutos;
3. Permitir a análise e tratamento dos dados resultantes da aplicação das entrevistas e do questionário;
4. Estou ciente de que esta investigação não constitui um dano físico, moral ou psicológico para mim, nem para a população que represento;
5. Todas as informações recolhidas serão utilizadas exclusivamente para efeitos desta investigação e serão tratadas de acordo com regras estritas de confidencialidade, respeitando o anonimato dos participantes;
6. A participação em todo o processo é absolutamente voluntária e posso retirar-me dele a qualquer momento sem consequências que me afetam negativamente.

Em caso de dúvida ou divergência em relação aos pontos previamente indicados, pode comunicar diretamente com celia.sousa@ipleiria.pt, Docente do Instituto Politécnico de Leiria responsável pela orientação desta investigação.

[REDACTED]

Nome /Assinatura

Participante

Rute Ribeiro

Nome /Assinatura

Investigador Responsável

Consentimento Informado de participação em Tese de Investigação

Eu _____

declaro ter sido convidado a participar nesta investigação que tem como tema central a utilização da Comunicação Aumentativa para a construção de um guia sobre os direitos e deveres dos reclusos do Estabelecimento Prisional de Leiria (Jovens). A investigação é baseada no artº 9º do Regulamento Geral dos Estabelecimentos Prisionais (RGEP) - a prestação de informações gerais ao reclusos através do folheto informativo - que lhes é entregue quando dão entrada nos Serviços Prisionais. O objetivo principal visa desenvolver competências de comunicação, promover valências de autonomia e de práticas educativas e sociais inclusivas nos participantes.

Através deste documento, declaro conhecer os propósitos e procedimentos da investigação, razão pela qual autorizo voluntariamente a participação:

1. Responder a algumas questões, com uma duração aproximada de 20 minutos;
2. Responder a um questionário com uma duração aproximada de 10 minutos;
3. Permitir a análise e tratamento dos dados resultantes da aplicação das entrevistas e do questionário;
4. Estou ciente de que esta investigação não constitui um dano físico, moral ou psicológico para mim, nem para a população que represento;
5. Todas as informações recolhidas serão utilizadas exclusivamente para efeitos desta investigação e serão tratadas de acordo com regras estritas de confidencialidade, respeitando o anonimato dos participantes;
6. A participação em todo o processo é absolutamente voluntária e posso retirar-me dele a qualquer momento sem consequências que me afetam negativamente.

Em caso de dúvida ou divergência em relação aos pontos previamente indicados, pode comunicar diretamente com celia.sousa@ipleiria.pt, Docente do Instituto Politécnico de Leiria responsável pela orientação desta investigação.

Nome /Assinatura

Participante

Rute Pigeolet

Nome /Assinatura

Investigador Responsável

Consentimento Informado de participação em Tese de Investigação

Eu _____

declaro ter sido convidado a participar nesta investigação que tem como tema central a utilização da Comunicação Aumentativa para a construção de um guia sobre os direitos e deveres dos reclusos do Estabelecimento Prisional de Leiria (Jovens). A investigação é baseada no artº 9º do Regulamento Geral dos Estabelecimentos Prisionais (RGE) - a prestação de informações gerais ao reclusos através do folheto informativo - que lhes é entregue quando dão entrada nos Serviços Prisionais. O objetivo principal visa desenvolver competências de comunicação, promover valências de autonomia e de práticas educativas e sociais inclusivas nos participantes.

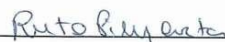
Através deste documento, declaro conhecer os propósitos e procedimentos da investigação, razão pela qual autorizo voluntariamente a participação:

1. Responder a algumas questões, com uma duração aproximada de 20 minutos;
2. Responder a um questionário com uma duração aproximada de 10 minutos;
3. Permitir a análise e tratamento dos dados resultantes da aplicação das entrevistas e do questionário;
4. Estou ciente de que esta investigação não constitui um dano físico, moral ou psicológico para mim, nem para a população que represento;
5. Todas as informações recolhidas serão utilizadas exclusivamente para efeitos desta investigação e serão tratadas de acordo com regras estritas de confidencialidade, respeitando o anonimato dos participantes;
6. A participação em todo o processo é absolutamente voluntária e posso retirar-me dele a qualquer momento sem consequências que me afetam negativamente.

Em caso de dúvida ou divergência em relação aos pontos previamente indicados, pode comunicar diretamente com celia.sousa@ipleiria.pt, Docente do Instituto Politécnico de Leiria responsável pela orientação desta investigação.

Nome /Assinatura

Participante



Nome /Assinatura

Investigador Responsável

ANEXO 2- AUTORIZAÇÃO PARA A REALIZAÇÃO DO PROJETO DE INVESTIGAÇÃO

02/03/25, 16:03

Gmail - FW: Requerimento de autorização e declaração da metodologia - Rute Patrícia Ferreira Pimenta, SRH [REDACTED]



Rute Pimenta <ruteppimenta@gmail.com>

FW: Requerimento de autorização e declaração da metodologia - Rute Patrícia Ferreira Pimenta, SRH [REDACTED]

Rute Patrícia Ferreira Pimenta <rute.p.pimenta@dgrsp.mj.pt>
Para: "ruteppimenta@gmail.com" <ruteppimenta@gmail.com>

24 de junho de 2024 às 15:04

De: [REDACTED]
Enviada: 9 de novembro de 2023 10:18
Para: [REDACTED]
Assunto: RE: Requerimento de autorização e declaração da metodologia - Rute Patrícia Ferreira Pimenta, SRH [REDACTED]

Exma Senhora Diretora

Em cumprimento de Despacho do Senhor Diretor Geral, datado de 07.11.2023 e que se anexa, informo V Exa de que está autorizada a realização da investigação infra solicitada. Investigação que deverá decorrer em horário distinto do do trabalho, estar dependente da disponibilidade de trabalhadores e de reclusos em colaborar e preservar o anonimato de todos os que com o estudo cooperarem. Por fim e tendo em vista sua inserção no espólio da biblioteca da DGRSP, solicita-se que seja remetida cópia do trabalho final.

Com os melhores cumprimentos.

[REDACTED]
Chefe de Equipa do Centro de Competências de Comunicação e Relações Externas

Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais

Travessa Cruz do Torel nº 1, 1150-122 Lisboa

Tel: +351218812200 | Fax: +351218853653
[REDACTED]

De: [REDACTED]
Enviada: 31 de outubro de 2023 13:49
Para: [REDACTED]
Assunto: Requerimento de autorização e declaração da metodologia - Rute Patrícia Ferreira Pimenta, SRH [REDACTED]

Dr. [REDACTED]

Boa tarde

02/03/25, 16:03

Gmail - FW: Requerimento de autorização e declaração da metodologia - Rute Patrícia Ferreira Pimenta, SRH [REDACTED]

A AT Rute Patrícia Ferreira Pimenta afeta a este E.P. encontra-se a frequentar o 2º ano de mestrado em Educação Especial no Politécnico de Leiria e pretende efetuar a sua investigação neste E.P. no âmbito da Comunicação Aumentativa.

Anexo requerimento e informo que sou de parecer favorável ao deferimento do mesmo.

Com os meus melhores cumprimentos

[REDACTED]

Diretora

Estabelecimento Prisional de [REDACTED]



Direção-Geral de Reinserção
e Serviços Prisionais

Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais

[REDACTED]

Tel: (351)244829720 | VoIP 741921

[REDACTED]

<https://dgrsp.justica.gov.pt>

 **3317_001.pdf**
111K

Autunzo em tempo p[ro]prio.

De: [Redacted]
 Enviado: 31 de outubro de 2023 13:49
 Para: [Redacted]
 Assunto: Requerimento de autorização e declaração da metodologia - Rute Patrícia Ferreira Pimenta, SRH [Redacted]
 Anexos: Requerimento de autorização e declaração - Rute Pimenta.pdf; Declaração autorização [Redacted].signed.pdf

R. J. A.
7/11/23
 RUI ABRUNHOSA GONÇALVES

Dr. [Redacted]

Boa tarde

A AT Rute Patrícia Ferreira Pimenta afeta a este E.P. encontra-se a frequentar o 2º ano de mestrado em Educação Especial no Politécnico de Leiria e pretende efetuar a sua investigação neste E.P. no âmbito da Comunicação Aumentativa.
 Anexo requerimento e informo que sou de parecer favorável ao deferimento do mesmo.

Com os meus melhores cumprimentos

Diretora
 Estabelecimento Prisional de [Redacted]



DGRSP
 Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais
 Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais
 Tel: (351)244829720 | VoIP 741921
<https://dgrsp.justica.gov.pt>

Atento o facto da estudante ser, também, trabalhadora do EP e na intenção ter expressado o seu parecer favorável ao deferimento do estudo julgo ser a autorizar. Sendo que a investigação terá que ter lugar em horário distinto do trabalho, respeitar o direito ao descanso dos trabalhadores e conclusões que se disponibilizem a cooperar; fomenta de valores tanto da de trabalhadores e conclusões em coopera. Por fim sobre o trabalho que se faz dentro da instituição de trabalho já em estudo para que seja integrado no espaço da Biblioteca da DGRSP.

Ao mesmo tempo superior
 [Redacted]
 03/11/2023

ANEXO 4 – LOTAÇÃO E RECLUSOS EXISTENTES A 31 DE DEZEMBRO DE 2023

Lotação e reclusos existentes em 31 de dezembro

2023	Lotação/Reclusos	Lotação	Reclusos existentes em 31 de dezembro
Estabelecimentos			
TOTAL GERAL			12 985
E. P. segundo o grau de complexidade de Gestão (a)			
Grav. ELIVADO	12 642		12 932
Grav. ELIVADO	10 481		9 901
Alcornoque	537		517
Alfama do Patriarca (Seção Feminina)	234		215
Companhia	952		724
Castro	289		310
Comuna	540		539
Fanchal (1 Seção Feminina)	248		215
Guandá (1 Seção Feminina)	294		292
Hospital Prisional de S. João de Deus	189		89
Isola	321		277
Linha (Internas)	367		244
Linha	594		493
Linha	887		871
Marmelo	207		188
Paços de Ferreira	549		527
Pedra da Cruz	642		598
Porto	879		872
Santa Cruz do Bispo (Masculino)	298		259
Santa Cruz do Bispo (Feminino)	252		215
Santa Cruz do Bispo (Feminino)	747		647
Trofa (Feminino)	479		453
Vila de Juncos	668		639
Vila do Conde	274		277
Grav. MÉDIO	2 282		2 311
Alentejo	82		119
Beja	162		159
Bragança	91		128
Bragança	79		85
Castel de Branca	89		107
Castelo Branco	141		142
Chaves	52		57
Covilhã	131		89
Évora	53		67
Évora	39		36
Faro	103		107
Guarda	73		78
Lamego	95		95
Linha	111		122
Montijo	149		169
Ourense	99		98
Óbidos	54		57
P. L. Lisboa	178		121
P. L. Porto	46		38
Porto (Cadeias)	147		169
Santarém	162		154
Silves	62		75
Trofa (Masculino)	36		33
Vila do Conde	42		67
Vila Real	67		68
Vila Real	62		55
Vila Verde de Santo	17		19
Estabelecimentos Não Prisionais (Inaproveitáveis)			581

a) O Código de Execução das Penas e Medidas Privativas da Liberdade, aprovado pelo DL 136/2004, em 12 de outubro de 2004, que a classificação dos estabelecimentos prisionais se faça em função do grau de segurança e do grau de complexidade de gestão. Este, dentro do âmbito do DL 27 de Outubro de 2013, de 11 de junho sempre a partir de 15 de janeiro de 2015 em grau elevado e em grau médio de complexidade de gestão.

ANEXO 5 – GRELHAS DE OBSERVAÇÃO A RECLUSOS

GRELHA DE OBSERVAÇÃO

Indicadores		Sim	Mais ou menos	Não
Participação	Com estímulo			
	Voluntária	X		
Compreende as informações escritas		X		
Compreende os pictogramas apresentados		X		
Sabe ler		X		
Compreende a língua portuguesa		X		
Interage com o Técnico de Reeducação/Técnico Superior		X		
Intervém positivamente quando solicitado		X		
Revela atenção		X		
Distrai-se facilmente				X
Comunica de forma clara		X		
Apresenta sugestões/melhorias			X	
Objetivos alcançados		X		

GRELHA DE OBSERVAÇÃO

Indicadores		Sim	Mais ou menos	Não
Participação	Com estímulo			
	Voluntária	X		
Compreende as informações escritas		X		
Compreende os pictogramas apresentados		X		
Sabe ler		X		
Compreende a língua portuguesa		X		
Interage com o Técnico de Reeducação/Técnico Superior		X		
Intervém positivamente quando solicitado		X		
Revela atenção		X		
Distrai-se facilmente				X
Comunica de forma clara		X		
Apresenta sugestões/melhorias			X	
Objetivos alcançados		X		

GRELHA DE OBSERVAÇÃO

Indicadores		Sim	Mais ou menos	Não
Participação	Com estímulo			
	Voluntária	X		
Compreende as informações escritas		X		
Compreende os pictogramas apresentados				
Sabe ler		X		
Compreende a língua portuguesa		X		
Interage com o Técnico de Reeducação/Técnico Superior		X		
Intervém positivamente quando solicitado		X		
Revela atenção		X		
Distrai-se facilmente				X
Comunica de forma clara		X		
Apresenta sugestões/melhorias				X
Objetivos alcançados		X		

GRELHA DE OBSERVAÇÃO

Indicadores		Sim	Mais ou menos	Não
Participação	Com estímulo			
	Voluntária	X		
Compreende as informações escritas		X		
Compreende os pictogramas apresentados			X	
Sabe ler		X		
Compreende a língua portuguesa		X		
Interage com o Técnico de Reeducação/Técnico Superior		X		
Intervém positivamente quando solicitado		X		
Revela atenção		X		
Distrai-se facilmente				X
Comunica de forma clara		X		
Apresenta sugestões/melhorias			X	
Objetivos alcançados		X		

GRELHA DE OBSERVAÇÃO

Indicadores		Sim	Mais ou menos	Não
Participação	Com estímulo			
	Voluntária	X		
Compreende as informações escritas		X		
Compreende os pictogramas apresentados			X	
Sabe ler		X		
Compreende a língua portuguesa		X		
Interage com o Técnico de Reeducação/Técnico Superior		X		
Intervém positivamente quando solicitado			X	
Revela atenção		X		
Distrai-se facilmente				X
Comunica de forma clara		X		
Apresenta sugestões/melhorias				X
Objetivos alcançados		X		

GRELHA DE OBSERVAÇÃO

Indicadores		Sim	Mais ou menos	Não
Participação	Com estímulo			
	Voluntária	X		
Compreende as informações escritas		X		
Compreende os pictogramas apresentados		X		
Sabe ler		X		
Compreende a língua portuguesa		X		
Interage com o Técnico de Reeducação/Técnico Superior		X		
Intervém positivamente quando solicitado		X		
Revela atenção		X		
Distrai-se facilmente				X
Comunica de forma clara		X		
Apresenta sugestões/melhorias				
Objetivos alcançados		X		

GRELHA DE OBSERVAÇÃO

Indicadores		Sim	Mais ou menos	Não
Participação	Com estímulo			
	Voluntária	X		
Compreende as informações escritas		X		
Compreende os pictogramas apresentados		X		
Sabe ler		X		
Compreende a língua portuguesa		X		
Interage com o Técnico de Reeducação/Técnico Superior		X		
Intervém positivamente quando solicitado		X		
Revela atenção		X		
Distrai-se facilmente				X
Comunica de forma clara		X		
Apresenta sugestões/melhorias				
Objetivos alcançados		X		

GRELHA DE OBSERVAÇÃO

Indicadores		Sim	Mais ou menos	Não
Participação	Com estímulo			
	Voluntária	X		
Compreende as informações escritas				X
Compreende os pictogramas apresentados		X		
Sabe ler				X
Compreende a língua portuguesa			X	
Interage com o Técnico de Reeducação/Técnico Superior		X		
Intervém positivamente quando solicitado		X		
Revela atenção		X		
Distrai-se facilmente				X
Comunica de forma clara			X	
Apresenta sugestões/melhorias		X		
Objetivos alcançados		X		

GRELHA DE OBSERVAÇÃO

Indicadores		Sim	Mais ou menos	Não
Participação	Com estímulo			
	Voluntária	X		
Compreende as informações escritas		X		
Compreende os pictogramas apresentados		X		
Sabe ler		X		
Compreende a língua portuguesa		X		
Interage com o Técnico de Reeducação/Técnico Superior		X		
Intervém positivamente quando solicitado		X		
Revela atenção		X		
Distrai-se facilmente				X
Comunica de forma clara			X	
Apresenta sugestões/melhorias				X
Objetivos alcançados		X		

GRELHA DE OBSERVAÇÃO

Indicadores		Sim	Mais ou menos	Não
Participação	Com estímulo			
	Voluntária	X		
Compreende as informações escritas		X		
Compreende os pictogramas apresentados		X		
Sabe ler		X		
Compreende a língua portuguesa		X		
Interage com o Técnico de Reeducação/Técnico Superior		X		
Intervém positivamente quando solicitado		X		
Revela atenção		X		
Distrai-se facilmente				X
Comunica de forma clara		X		
Apresenta sugestões/melhorias				X
Objetivos alcançados		X		

GRELHA DE OBSERVAÇÃO

Indicadores		Sim	Mais ou menos	Não
Participação	Com estímulo			
	Voluntária	X		
Compreende as informações escritas		X		
Compreende os pictogramas apresentados		X		
Sabe ler		X		
Compreende a língua portuguesa		X		
Interage com o Técnico de Reeducação/Técnico Superior		X		
Intervém positivamente quando solicitado		X		
Revela atenção		X		
Distrai-se facilmente				X
Comunica de forma clara		X		
Apresenta sugestões/melhorias				X
Objetivos alcançados		X		

GRELHA DE OBSERVAÇÃO

Indicadores		Sim	Mais ou menos	Não
Participação	Com estímulo	X		
	Voluntária			
Compreende as informações escritas		X		
Compreende os pictogramas apresentados		X		
Sabe ler		X		
Compreende a língua portuguesa		X		
Interage com o Técnico de Reeducação/Técnico Superior		X		
Intervém positivamente quando solicitado		X		
Revela atenção		X		
Distrai-se facilmente				X
Comunica de forma clara			X	
Apresenta sugestões/melhorias			X	
Objetivos alcançados		X		

GRELHA DE OBSERVAÇÃO

Indicadores		Sim	Mais ou menos	Não
Participação	Com estímulo			
	Voluntária	X		
Compreende as informações escritas		X		
Compreende os pictogramas apresentados		X		
Sabe ler		X		
Compreende a língua portuguesa		X		
Interage com o Técnico de Reeducação/Técnico Superior		X		
Intervém positivamente quando solicitado		X		
Revela atenção		X		
Distrai-se facilmente				X
Comunica de forma clara		X		
Apresenta sugestões/melhorias			X	
Objetivos alcançados		X		

GRELHA DE OBSERVAÇÃO

Indicadores		Sim	Mais ou menos	Não
Participação	Com estímulo			
	Voluntária	X		
Compreende as informações escritas		X		
Compreende os pictogramas apresentados		X		
Sabe ler		X		
Compreende a língua portuguesa		X		
Interage com o Técnico de Reeducação/Técnico Superior		X		
Intervém positivamente quando solicitado		X		
Revela atenção		X		
Distrai-se facilmente				X
Comunica de forma clara		X		
Apresenta sugestões/melhorias			X	
Objetivos alcançados		X		

GRELHA DE OBSERVAÇÃO

Indicadores		Sim	Mais ou menos	Não
Participação	Com estímulo			
	Voluntária	X		
Compreende as informações escritas		X		
Compreende os pictogramas apresentados		X		
Sabe ler		X		
Compreende a língua portuguesa		X		
Interage com o Técnico de Reeducação/Técnico Superior		X		
Intervém positivamente quando solicitado		X		
Revela atenção		X		
Distrai-se facilmente				X
Comunica de forma clara		X		
Apresenta sugestões/melhorias		X		
Objetivos alcançados		X		

GRELHA DE OBSERVAÇÃO

Indicadores		Sim	Mais ou menos	Não
Participação	Com estímulo			
	Voluntária	X		
Compreende as informações escritas		X		
Compreende os pictogramas apresentados		X		
Sabe ler		X		
Compreende a língua portuguesa		X		
Interage com o Técnico de Reeducação/Técnico Superior		X		
Intervém positivamente quando solicitado		X		
Revela atenção		X		
Distrai-se facilmente				X
Comunica de forma clara		X		
Apresenta sugestões/melhorias		X		
Objetivos alcançados		X		

GRELHA DE OBSERVAÇÃO

Indicadores		Sim	Mais ou menos	Não
Participação	Com estímulo			
	Voluntária	X		
Compreende as informações escritas			X	
Compreende os pictogramas apresentados		X		
Sabe ler				X
Compreende a língua portuguesa				X
Interage com o Técnico de Reeducação/Técnico Superior		X		
Intervém positivamente quando solicitado		X		
Revela atenção		X		
Distrai-se facilmente				X
Comunica de forma clara				X
Apresenta sugestões/melhorias		X		
Objetivos alcançados		X		

GRELHA DE OBSERVAÇÃO

Indicadores		Sim	Mais ou menos	Não
Participação	Com estímulo			
	Voluntária	X		
Compreende as informações escritas		X		
Compreende os pictogramas apresentados		X		
Sabe ler		X		
Compreende a língua portuguesa		X		
Interage com o Técnico de Reeducação/Técnico Superior		X		
Intervém positivamente quando solicitado		X		
Revela atenção		X		
Distrai-se facilmente				X
Comunica de forma clara		X		
Apresenta sugestões/melhorias		X	/	
Objetivos alcançados		X		

GRELHA DE OBSERVAÇÃO

Indicadores		Sim	Mais ou menos	Não
Participação	Com estímulo			
	Voluntária	X		
Compreende as informações escritas			X	
Compreende os pictogramas apresentados			X	
Sabe ler			X	
Compreende a língua portuguesa		X		
Interage com o Técnico de Reeducação/Técnico Superior		X		
Intervém positivamente quando solicitado		X		
Revela atenção		X		
Distrai-se facilmente				X
Comunica de forma clara			X	
Apresenta sugestões/melhorias				X
Objetivos alcançados			X	

GRELHA DE OBSERVAÇÃO

Indicadores		Sim	Mais ou menos	Não
Participação	Com estímulo			
	Voluntária	X		
Compreende as informações escritas			X	
Compreende os pictogramas apresentados			X	
Sabe ler		X		
Compreende a língua portuguesa		X		
Interage com o Técnico de Reeducação/Técnico Superior		X		
Intervém positivamente quando solicitado		X		
Revela atenção		X		
Distrai-se facilmente				X
Comunica de forma clara			X	
Apresenta sugestões/melhorias				X
Objetivos alcançados			X	

GRELHA DE OBSERVAÇÃO

Indicadores		Sim	Mais ou menos	Não
Participação	Com estímulo			
	Voluntária	X		
Compreende as informações escritas			/	X
Compreende os pictogramas apresentados			X	
Sabe ler				X
Compreende a língua portuguesa			X	
Interage com o Técnico de Reeducação/Técnico Superior		X		
Intervém positivamente quando solicitado		X		
Revela atenção		X		
Distrai-se facilmente				X
Comunica de forma clara			X	
Apresenta sugestões/melhorias				X
Objetivos alcançados			X	

ANEXO 6 – GUIÕES DAS ENTREVISTAS A TRABALHADORES DO EP POR ÁREA DE INTERVENÇÃO PRISIONAL

ENTREVISTA 1

GUIÃO DE ENTREVISTA DE DIAGNÓSTICO DE NECESSIDADES

- DIRETORA DO [REDACTED]

Direcionada à Sra. Diretora do Estabelecimento Prisional [REDACTED]

Apresentação:

Sou estudante do Mestrado em Educação Especial Domínio Cognitivo-Motor da Escola Superior de Educação e Ciências Sociais do Instituto Politécnico de Leiria. Pretendo investigar, numa primeira entrevista, de que forma posso intervir neste Estabelecimento Prisional de uma forma significativa.

Pergunta 1 – Tem conhecimento de que forma pode uma pessoa formada em Educação Especial intervir positivamente no Estabelecimento Prisional [REDACTED] [REDACTED]?

Pergunta 2 – Entre as formas de intervenção que mencionou, o que considera ser uma problemática neste Estabelecimento Prisional e que pode ser melhorado?

Pergunta 3 – Na comunicação de/com os jovens reclusos deste Estabelecimento Prisional, considera que os documentos internos utilizados para a comunicação são compreendidos por todos os reclusos e utilizam uma linguagem simples e clara?

Pergunta 4 – De que forma é transmitida a informação sobre os direitos e deveres e a informação das regras do Estabelecimento Prisional de [REDACTED] a um recluso com baixa literacia (não sabe ler)?

Pergunta 5 – Os documentos internos utilizados para a comunicação de/com reclusos, estão criados de forma a garantir que todas as pessoas, independentemente das suas capacidades, tenham acesso à informação?

Pergunta 6 – E estão criados de forma que todas as pessoas consigam fazer pedidos, reclamações, queixas?

Pergunta 7 – Conseguem garantir o sigilo e o respeito pela privacidade do recluso? Promovem a sua autonomia?

Pergunta 8 – O folheto informativo é utilizado para prestar informações gerais aos reclusos . É impresso em língua portuguesa e nos idiomas estrangeiros mais falados pela população prisional. Considera que a utilização do folheto traduzido para a língua materna do recluso é suficiente para que este tenha acesso à informação?

Pergunta 9 – E se o recluso tiver dificuldades intelectuais?

- **EQUIPA DE TÉCNICOS DE ACOMPANHAMENTO INDIVIDUAL A RECLUSOS DO ESTABELECIMENTO PRISIONAL DE [REDACTED]**

Direcionada à equipa de Técnicos de acompanhamento individual a reclusos do Estabelecimento Prisional de [REDACTED] composta por Técnicos Superiores de Reeducação [REDACTED] e por um Técnico Superior [REDACTED].

A equipa é também composta por uma Técnica Superior de Animação Sociocultural.

Apresentação:

Sou estudante do Mestrado em Educação Especial Domínio Cognitivo-Motor da Escola Superior de Educação e Ciências Sociais do Instituto Politécnico de Leiria. Pretendo investigar, numa primeira entrevista , de que forma posso intervir neste Estabelecimento Prisional de uma forma significativa.

Pergunta 1 – Tem conhecimento de que forma pode uma pessoa formada em Educação Especial intervir de forma positiva no Estabelecimento Prisional de [REDACTED] [REDACTED]?

Pergunta 2 – Dentro das formas de intervenção que destacou, quais são as que podem contribuir para a melhoria na comunicação de/com reclusos deste Estabelecimento Prisional ?

Pergunta 3 – Alguma vez sentiu dificuldade em comunicar com um jovem recluso estrangeiro? Que estratégias foram utilizadas para superar essa barreira linguística?

Pergunta 4 – Considera que os documentos internos utilizados para a comunicação de/com reclusos podem ser compreendidos por todos os reclusos e utilizam uma linguagem simples e clara?

Pergunta 5 – Como se procede quando um recluso com baixa literacia (que não sabe ler ou que não sabe escrever) não consegue compreender as informações sobre os seus direitos e deveres e as informações sobre as regras do Estabelecimento Prisional [REDACTED]?

Pergunta 6 – O recluso tem direito a receber e a enviar correspondência. Quando não sabe ler nem escrever, pode requerer a funcionários ou a terceiros autorizados que lhe escrevam e leiam a sua correspondência. Considera que a promoção de competências de comunicação pode ajudar o recluso a ser autónomo e a ter o direito à sua privacidade e identidade?

Pergunta 7 – Os documentos internos utilizados para a comunicação de/com reclusos, estão criados de forma a garantir que todas as pessoas, independentemente das suas capacidades, tenham acesso à informação?

Pergunta 8 – Na sua opinião, como poderiam ser melhorados?

ENTREVISTA 3

GUIÃO DE ENTREVISTA DE DIAGNÓSTICO DE NECESSIDADES

- **SECÇÃO DE EXECUÇÃO DE PENAS DO ESTABELECIMENTO PRISIONAL DE LEIRIA (JOVENS)**

Direcionada à Secção da Execução de Penas do Estabelecimento Prisional de Leiria (Jovens), Paula Oliveira e Vera Cortez- Pinto.

Apresentação:

Sou estudante do Mestrado em Educação Especial Domínio Cognitivo-Motor da Escola Superior de Educação e Ciências Sociais do Instituto Politécnico de Leiria. Esta entrevista serve para fazer um levantamento de necessidades e prosseguir para a minha investigação.

Pergunta 1 – Têm conhecimento de que forma é que uma pessoa formada em Educação Especial pode intervir positivamente no Estabelecimento Prisional de Leiria (Jovens)?

Pergunta 2 – Na comunicação escrita/verbal com os reclusos, consideram que os documentos internos que utilizam são acessíveis, na medida em que podem ser compreendidos por todos, independentemente das suas capacidades?

Pergunta 3 – De que forma é transmitida a informação sobre os direitos e deveres dos reclusos do Estabelecimento Prisional de Leiria (Jovens) ?

Pergunta 4 - E se o recluso não souber ler ou for estrangeiro?

Pergunta 5 – O folheto informativo é utilizado para prestar informações gerais aos reclusos. É impresso em língua portuguesa e nos idiomas estrangeiros mais falados pela população prisional. Consideram que a utilização do folheto traduzido para a língua materna do recluso é suficiente para que este tenha acesso à informação, sendo este um dos direitos do recluso?

ENTREVISTA 2

GUIÃO DE ENTREVISTA DE DIAGNÓSTICO DE NECESSIDADES

- PSICÓLOGOS DO ESTABELECIMENTO PRISIONAL [REDACTED]

Direcionada aos Psicólogos do Estabelecimento Prisional de [REDACTED]
[REDACTED]

Apresentação:

Sou estudante do Mestrado em Educação Especial Domínio Cognitivo-Motor da Escola Superior de Educação e Ciências Sociais do Instituto Politécnico de Leiria. Esta é uma entrevista de diagnóstico de necessidades.

Pergunta 1 – Tem conhecimento de que forma pode uma pessoa formada em Educação Especial intervir no Estabelecimento Prisional [REDACTED]?

Pergunta 2 – Gostava de deixar aqui uma pergunta : considerando que estamos a lidar com uma população prisional jovem (16-21 anos), muitos deles sem escolaridade , com uma língua materna e uma cultura diferentes Acha possível que todos os reclusos tenham acesso à informação dos seus direitos e deveres quando ingressam no EP [REDACTED] [REDACTED] ?

Sei que o Estabelecimento Prisional de [REDACTED] dispõe de um folheto informativo , impresso em língua portuguesa e nos idiomas estrangeiros mais falados pela população prisional estrangeira com estas e outras informações gerais e dispõe até de intervenção do consulado para traduzir e explicar, mas, será esta forma de comunicação escrita eficaz com todos os reclusos e será que dá respostas no momento certo?

Pergunta 4 – Existem situações que podem representar um risco para a vida humana em contexto prisional. Considera que , numa situação de risco , os Guardas Prisionais conseguem manter a ordem e a paz através da comunicação verbal com os reclusos?

Pergunta 5 – Na perspetiva de que a prisão é uma restrição de liberdades, de que forma a educação inclusiva pode contribuir para a autonomia destes jovens?

ENTREVISTA 3

GUIÃO DE ENTREVISTA DE DIAGNÓSTICO DE NECESSIDADES

- SECÇÃO DE EXECUÇÃO DE PENAS DO ESTABELECIMENTO PRISIONAL [REDACTED]

Direcionada à Secção da Execução de Penas do Estabelecimento Prisional de [REDACTED]

Apresentação:

Sou estudante do Mestrado em Educação Especial Domínio Cognitivo-Motor da Escola Superior de Educação e Ciências Sociais do Instituto Politécnico de Leiria. Esta entrevista serve para fazer um levantamento de necessidades e prosseguir para a minha investigação.

Pergunta 1 – Têm conhecimento de que forma é que uma pessoa formada em Educação Especial pode intervir positivamente no Estabelecimento Prisional de [REDACTED] [REDACTED] ?

Pergunta 2 – Na comunicação escrita/verbal com os reclusos, consideram que os documentos internos que utilizam são acessíveis, na medida em que podem ser compreendidos por todos, independentemente das suas capacidades?

Pergunta 3 – De que forma é transmitida a informação sobre os direitos e deveres dos reclusos do Estabelecimento Prisional de [REDACTED] ?

Pergunta 4 - E se o recluso não souber ler ou for estrangeiro?

Pergunta 5 – O folheto informativo é utilizado para prestar informações gerais aos reclusos. É impresso em língua portuguesa e nos idiomas estrangeiros mais falados pela população prisional. Consideram que a utilização do folheto traduzido para a língua materna do recluso é suficiente para que este tenha acesso à informação, sendo este um dos direitos do recluso?

Pergunta 6 - De que forma é que a Secção de Execução de Penas garante a compreensão de uma informação jurídica transmitida a um recluso estrangeiro ou com pouca escolaridade, tendo em conta que a legislação é uma linguagem técnica e pouco acessível?

Pergunta 7 –Se juntamente com o texto jurídico fossem utilizadas imagens dessas palavras, consideram que isso poderia tornar a comunicação mais simples?

ENTREVISTA 4

GUIÃO DE ENTREVISTA DE DIAGNÓSTICO DE NECESSIDADES

- JURISTAS DO ESTABELECIMENTO PRISIONAL DE [REDACTED]

Direcionada aos Juristas do Estabelecimento Prisional de [REDACTED]

Apresentação:

Sou estudante do Mestrado em Educação Especial Domínio Cognitivo-Motor da Escola Superior de Educação e Ciências Sociais do Instituto Politécnico de Leiria. Esta entrevista servirá para investigar de que forma posso intervir neste Estabelecimento Prisional de uma forma significativa, fazendo um levantamento de necessidades.

Pergunta 1 – Tem conhecimento de que forma poderá uma pessoa formada em Educação Especial intervir positivamente no Estabelecimento Prisional de [REDACTED] [REDACTED]?

Pergunta 2 – Na comunicação escrita/verbal com os reclusos, considera que os documentos internos que utiliza são acessíveis, na medida em que podem ser compreendidos por todos, independentemente das suas capacidades?

Pergunta 3 – De que forma é transmitida a informação sobre os direitos e deveres dos reclusos do Estabelecimento Prisional de [REDACTED] ?

Pergunta 4 - E se o recluso não souber ler ou for estrangeiro?

Pergunta 5 – O folheto informativo é utilizado para prestar informações gerais aos reclusos. É impresso em língua portuguesa e nos idiomas estrangeiros mais falados pela população prisional. Considera que a utilização do folheto traduzido para a língua materna do recluso é suficiente para que este tenha acesso à informação, sendo este um dos direitos do recluso?

Pergunta 6 - De que forma é que o setor jurídico garante a compreensão de uma informação jurídica transmitida a um recluso estrangeiro ou com pouca escolaridade, tendo em conta que a legislação é uma linguagem técnica e pouco acessível?

Pergunta 7 -Se juntamente com o texto jurídico fossem utilizadas imagens dessas palavras, considera que isso poderia tornar a comunicação mais simples?

ANEXO 7 – TRANSCRIÇÕES DAS ENTREVISTAS AOS TRABALHADORES DO EP

Entrevista 1 – Psicóloga A

31 de outubro de 2024

Legenda:

Perguntas

Respostas

A pergunta 1 é : como é que a Dra. X tem conhecimento ou de que forma acha que pode uma pessoa formada em Educação Especial intervir no Estabelecimento Prisional de
██████████ ?

Entrevistada: Boa tarde, Rute. Todas as intervenções na área psicológica , social são bem-vindas e a nível da Educação Especial apesar de nós não termos neste momento a população reclusa com necessidades físicas especiais (temos a nível mental), as respostas são sempre poucas portanto quanto mais pessoas tiverem a intervir ,quer que seja a nível de Educação Especial ,quer que seja a nível de saúde de terapia ocupacional são sempre bem-vindas portanto a Educação Especial tem sempre , poderá ter aqui uma função que que neste momento nós não estamos a explorar mas que poderá no futuro ser importante para este EP que é especial de jovens.

Entrevistadora : Mas dentro dessa sua perspetiva considera que é mais importante quem já cá está a ter formação nessa área ou serem recrutadas novos profissionais com formação na área da Educação Especial ?

Entrevistada: Será sempre necessário que as pessoas que estão , também terem formação pelo menos para terem conhecimento de como é que a pessoa que poderá vir a nível de Educação Especial irá intervir para as abordagens se interligarem ,se cruzarem. Óbvio que a nível do recrutamento nunca depende de nós, não é? Depende sempre da Direção-Geral, portanto é sempre difícil para mim poder dizer mas , quer que sejamos nós a ter formação (que é vir uma pessoa numa primeira fase, se calhar nós temos formação e depois uma pessoa poderá vir) para , se houver recrutamento para tal , para colmatar essa necessidade da Educação Especial.

Entrevistadora: E dentro dessas necessidades que nos falou, disse, pronto, na parte cognitiva existem respostas embora poucas, mas : a nível físico não estarem preparados?

Entrevistada: Nós neste momento não temos aqui nenhum jovem que tenha limitações físicas que sejam muito evidentes ou que sejam evidentes e que lhes cause limitação. Portanto agora a nível cognitivo ou emocional, quando eu disse são sempre poucas as respostas é porque se for um trabalho articulado entre todos para o jovem é sempre muito mais produtivo, portanto temos resultados ou o jovem poderá ter resultados a curto, médio e longo prazo sempre muito mais positivos para ele e para depois a sua integração na sociedade.

Entrevistadora: Mas para estes jovens os quais estamos a falar que podem ser mais reintegrados, existe alguma situação que a tenha chamado à atenção dentro do Estabelecimento a nível arquitetónico, das estruturas que esteja bem ou que esteja mal a nível dos documentos, de acessibilidade digital, o que é que considera que seria importante?

Entrevistada: Como ainda não tivemos nenhum jovem, nenhum jovem com esse tipo de limitação portanto não consigo dizer muito bem se a nível arquitetónico como é óbvio, se tivemos algum jovem com necessidades em cadeira de rodas ou as estruturas não estão preparadas neste momento para tal, pelo menos no meu conhecimento; como ainda não tivemos essa necessidade, não tivemos nenhum jovem pelo menos desde que eu estou cá portanto (eu estou cá desde janeiro de dois mil e quinze) nunca tivemos nenhum jovem com essas necessidades. Agora também não sei se não vieram porque não tínhamos essas condições ou se não vieram porque não existiam mesmo jovens com essas condições. Portanto não consigo. Agora as estruturas físicas, tal como em muitos sítios a nível nacional não estão muito preparadas, portanto não há rampas de acesso (há escadas) que a nível de recursos humanos, portanto depois nós que trabalhamos cá podemos ajudar as pessoas, mas as estruturas não estão preparadas no meu ponto de vista para tal, as acessibilidades não são muitas.

Entrevistadora: Ok. Então eu vou passar para a pergunta seguinte gostava de deixar aqui esta pergunta : estamos a considerar que lidamos com uma população prisional reclusa que é jovem, normalmente entre os dezasseis e os vinte e um anos, muitos deles não

apresentam qualquer escolaridade ou pouca escolaridade e muitos deles também não falam o português ou o português não é a sua língua materna e também vêm de culturas muito diferentes. Como é que acha possível que estes reclusos tenham acesso à informação, por exemplo a nível dos seus direitos e deveres, quando dão entrada neste estabelecimento prisional?

Entrevistada: Ok. Portanto nós ... a prática que tem sido comum é que, quer a parte da área da saúde quer a parte da área dos técnicos de reeducação referem aos jovens quais são os seus direitos e deveres numa fase inicial, óbvio que nós sabemos que nessa fase inicial é sempre, é muita informação os jovens estão com maiores níveis de ansiedade portanto a informação que retêm pode não ser a suficiente, no entanto nós aqui também no Estabelecimento temos um programa de estabilização emocional e integração em meio institucional que nós vulgarmente chamamos como grupo de entrados onde uma ... uma dessas sessões tem a ver precisamente com a parte dos direitos e deveres do ... dos jovens e como é que funcionam, como é que funciona a instituição.

Entrevistadora: Ou seja, estes técnicos (falou da área da saúde) que trabalham com este grupo de entrados, então estão preparados para conseguirem traduzir e falar fluentemente com a língua destes reclusos estrangeiros ou não?

Entrevistada: O que tem acontecido é que temos estado preparados porque a maioria deles quando não falam (alguns estrangeiros que não falam português, falam inglês ou falam inglês ou falam francês) e temos tido sempre quer a nível da enfermagem quer a nível de medicina e psicologia pessoas que conseguem chegar até eles. Eu estava a falar dos direitos e deveres da área da saúde porque é preciso explicar como é que funciona os consentimentos tudo nessa área e até ao dia de hoje tem sido possível se o elemento A não consegue, chamamos o elemento B para fazer a tradução.

Entrevistadora: Mas pelo que eu sei também trabalham com um apoio de um documento escrito neste sentido para transmitir-lhes estas informações, que é um folheto informativo...

Entrevistada: E sim na área da saúde é mais verbal, depois a nível dos técnicos de reeducação sim, existe o folheto informativo do EP que pelo que conhecimento está só em português no entanto (isso eu já não posso dizer como é que os colegas fazem) mas por aquilo que eu me apercebo eles traduzem portanto fazem a tradução para inglês para

que os jovens que não são portugueses consigam perceber; é mais os que têm culturas diferentes que são ... falam português minimamente , acabam por perceber e conseguem ler e conseguem com ajuda à interpretação; os estrangeiros , e nomeadamente temos tido indianos paquistaneses, portanto ... holandeses , conseguimos falar com eles em inglês portanto tem sido mais tranquilo e os técnicos pelo que eu sei fazem essa tradução do folheto e a explicação do mesmo.

Entrevistadora: Mas então considera que isto não é um processo assim muito simples?

Entrevistada: Nada no EP Leiria Jovens é simples. Trabalhar com esta população apresenta sempre as dificuldades...

Entrevistadora: No sentido de que eles deviam ter acesso à informação destas regras e destes direitos que é o mais importante a reter não é assim um processo muito simples que eles possam compreender?

Entrevistada: O folheto parece-me que é ... explica bem os direitos e os deveres. No entanto nós sabemos (e a prática também nos diz) que estes jovens olham sempre muito mais para os direitos do que para os deveres e por isso é que é importante aquilo , a sessão que eu estava a falar do grupo de entrados , para também desmistificar e trabalharem todos em conjunto com os dinamizadores do programa o que é que é (e eu penso que os colegas têm sempre envolvido o técnico superior da área jurídica também para explicar os direitos e deveres) , portanto parece-me que a esse nível se eles quiserem as ferramentas e a informação é dada como eles a absorvem não há estudos relativamente a isso e também não....

Entrevistadora: Que seja da mesma forma. Mas acredita que este documento pode ser melhorado em termos de acessibilidade para todos?

Entrevistada: Ah isso Rute eu acho que todos os documentos podem ser melhorados e que nós estamos aqui com o objetivo da melhoria contínua e de cada vez evoluímos e conseguimos ajudar de uma forma mais adequada à população com a qual trabalhamos.

Entrevistadora: Ok. Obrigada por responder. Tenho uma outra pergunta a fazer-lhe : existem algumas situações que podem representar um risco para a vida humana aqui em contexto prisional; numa situação de risco como é que poderão os guardas manter a

ordem e a paz com os reclusos através da comunicação verbal , tendo em conta que nem todos compreendem aquilo que eles estão a dizer? Como é que isto é feito?

Entrevistada: Eu penso que todos eles compreendem aquilo que os senhores guardas estão a dizer ,por vezes não querem é compreender porque como esta população (como anteriormente referiu) é uma população jovem dos dezasseis aos vinte e um anos a própria ... a própria adolescência é uma fase de maior rebeldia ; temos em conta que são jovens que estão privados da liberdade portanto são mais desafiadores têm aqui outro tipo de problemáticas e que por vezes eles próprios também é que não querem aceitar que têm deveres, porque para eles só têm direitos e por isso às vezes não ... não querem mesmo compreender aquilo que os senhores guardas lhes dizem ; óbvio que depois o Corpo da Guarda Prisional tem outros métodos legais para fazer manter a paz dentro do Estabelecimento : a paz e a segurança.

Entrevistadora: Mais ainda do que eles saberem os seus direitos , considera muito importante transmitir-lhes o que são os seus deveres , seja de que forma for ?

Entrevistada: Sim , eu penso que sim porque eles estão muito agarrados sempre aos direitos : eu tenho direito a ... eu tenho direito a ... e esquecem-se muito dos deveres que enquanto cidadãos, enquanto pessoas também têm , quer na sociedade quer aqui no Estabelecimento Prisional de Leiria Jovens.

Entrevistadora: Obrigada e uma última pergunta: na perspetiva de que a prisão é uma restrição de liberdades (como há pouco falou), de que forma é que a educação inclusiva pode contribuir para a autonomia destes jovens?

Entrevistada: Eu penso que mais do que contribuir para a autonomia destes jovens pode contribuir para a sensibilidade destes jovens para com outros jovens que possam ter necessidades especiais, porque ... estes jovens ... maioritariamente não querem muito saber do outro ,portanto a parte da empatia não está muito presente . É uma coisa que nós trabalhamos no nosso dia a dia mas que a maioria deles não tem isso naturalmente. Portanto poderão ser um bocadinho mais agressivos mais ... não compreendem tão bem pessoas com necessidades especiais, educativas especiais ou mesmo a nível físico, portanto esta sensibilização, esta formação também para com estes jovens porque agora estão aqui e nós poderemos ter esse papel também de contribuir para a maior informação, maior sensibilização para quando eles saírem também poderem dentro da

sociedade , inseridos na sociedade ter aqui outra capacidade para ajudar, para intervir , para compreender pessoas que se calhar não são como eles porque têm outras necessidades.

Entrevistadora: Porque aqui podem até tornar-se um bocado mais vulneráveis essas pessoas?

Entrevistada: Aqui têm ... tendo em conta a fase em que estão, poderão estar com outra sensibilidade deles próprios para adquirir mais informação , porque se calhar no passado , também ... onde estavam , nos contextos onde estavam inseridos se calhar não lhes foi transmitido isto, porque nós sabemos que também lá fora, nas escolas, isto não é uma temática que seja muito fornecida para eles muito ... e portanto poderemos aqui também nós ter esse papel fundamental para contribuir para a informação para eles perceberem que essas pessoas são pessoas tão capazes como eles só simplesmente têm necessidades especiais que nós os podemos ajudar de alguma forma.

Entrevistadora: Pronto. Não sei se tem alguma pergunta a fazer?

Entrevistada: Não... desejo boa sorte e que esta parte da Educação Especial possa ter também um papel a nível da sociedade, um papel fundamental para o crescimento dos jovens, dos cidadãos, das crianças , para que não haja tanta discrepância , tantas desigualdades.

Entrevistadora: Muito obrigada!



Entrevista 2 – Psicólogo C


6 de novembro de 2024

Legenda:

Perguntas 

Respostas 

Entrevistadora: Pergunta 1 Dr. X : tem conhecimento de que forma é que uma pessoa formada em Educação Especial pode intervir no Estabelecimento Prisional de   ?

Entrevistado: Pronto há um estabelecimento Prisional de  . Este estabelecimento tendo em conta a população alvo são jovens , como sabemos a maior parte deles tem pouca frequência escolar, pouca literacia (mal sabem escrever) isso é um ponto que pode ser útil : a forma disso contribuir para essa formação , acho que a educação especial pode dar um contributo importante - isso é um ponto ; assim como os métodos: os métodos de ensino os próprios métodos que ... os melhores ,mais adequados para esta população também acho que são ... acho que sim... e também a forma : a forma das aprendizagens mas não só : mesmo nas atitudes , como a aprendizagem de atitudes acho que a educação especial é muito importante para esta população , aliás a maior parte deles não sabem o que é que significa sequer a educação ,muito menos especial .

Entrevistadora: Pois ... e considera , por exemplo ,dentro destas formas a nível arquitetónico ou nos documentos acredita que a educação especial podia fazer sentido na vida destes jovens?

Entrevistado: Sim poderia fazer sentido até porque a questão de (como eu referia há pouco) a maior parte deles tem dificuldade em escrever e ler , usar um sistema de pictografias através de imagens acho que seria útil para eles um meio de comunicação e até para atingir outro objetivo de lhes ensinar a escrever e a ler seria ,por exemplo , seria uma boa forma de os ajudar.

Entrevistadora: Uma vez que foi esta a primeira pergunta que fiz - uma pessoa em educação especial - e vi que tem conhecimento dos sistemas pictográficos de comunicação , vou perguntar-lhe como é que teve conhecimento de que existe este

sistema para ajudar na comunicação , por exemplo de pessoas que não sabem ler nem escrever ?

Entrevistado: Esse conhecimento tem a ver com a própria formação. Nós isso nós ... a gente estuda na área da psicologia , estudamos várias formas de comunicação. Mas a pictografia não é única da educação especial , aliás se calhar é o meio de comunicação mais antigo da humanidade.

Entrevistadora: ... que existe , por exemplo na condução: todos nós usamos os símbolos.

Entrevistado: Exatamente, mas antes disso , nós podemos ir às imagens rupestres, são formas de comunicação .

Entrevistadora: É verdade e ainda bem que tem conhecimento disso.

Vou deixar-lhe outra pergunta : e como falou estamos a lidar com uma população prisional jovem normalmente entre os dezasseis e os vinte e um anos, a única do país; muitos deles não têm escolaridade ,como o referiu. Têm uma língua materna e uma cultura totalmente diferentes da nossa ... acha possível que todos os reclusos com estas particularidades também tenham acesso à informação dos seus direitos e deveres quando ingressam neste estabelecimento prisional?

Entrevistado: Se eles têm o acesso ... peço desculpa , não percebi a questão.

Entrevistadora: Se acha possível eles terem acesso à informação de igual forma , por exemplo , sobre os seus direitos e deveres?

Entrevistado: Sim ... sim acredito que seja , deveria ser possível, de facto , mas ... a verdade é que há problemas de comunicação tendo em conta as diversas etnias e origens geográficas , contactamos com problemas e há esse... de igualdade ... deveria ser, mas entre a realidade e a prática ... nunca é ...

Entrevistadora: ... não chega a todos ...

Entrevistado: Pronto, tentámos sempre que seja igual e tentámos que essa comunicação ... que se faça essa transmissão, mas a verdade é que não é equitativa para todos porque temos sempre essa dificuldade.

Entrevistadora: Neste caso concreto da transmissão daquilo que são os direitos e os deveres deles e que se faz através de um folheto informativo e que é impresso em língua portuguesa e também nos idiomas estrangeiros mais falados pela população prisional estrangeira que contém estas e outras informações gerais importantes ,nomeadamente as regras dentro do estabelecimento prisional , pode existir uma tradução do folheto e até a intervenção do consulado, mas na prática será esta comunicação eficaz com todos?

Entrevistado: Não , temos que adaptar sempre à pessoa que estamos ... a comunicação deve ser sempre direccionada à pessoa que estamos a atender, ou seja, isso , a questão da eficácia depende sempre do nosso setor...

Entrevistadora : Mas falando concretamente na questão linguística... a pessoa tem uma língua diferente; O folheto, ok , até está traduzido na língua materna daquele recluso é suficiente isto?

Entrevistado: Não ! Porque tem que se explicar sempre o contexto em si , o facto de dizer ... quando falamos em regras e falamos em deveres temos que sempre adaptá-los ao próprio contexto e à própria origem da pessoa, porque ... porque nós não ... as realidades são diferentes de pessoa para pessoa, então nós temos que fazer sempre essa adaptação tentar explicar o porquê de ser assim para eles entenderem ... senão essas regras não serão

...

Entrevistadora: ... compreendidas?

Entrevistado: Exatamente; e ... nem compreendidas , nem cumpridas.

Entrevistadora: ... nem apreendidas.

Entrevistado: Exatamente e acabam por nem saber do que é estamos a falar, não é? São meras palavras soltas.

Entrevistadora: E em situações que possam representar um risco para a vida humana aqui em contexto prisional? Considerando, um exemplo, uma situação de risco em que os guardas prisionais precisam de manter a ordem e a paz , conseguem-no fazer através da comunicação verbal com os reclusos?

Entrevistado: Certamente tentarão! Porque ..., mas ... acredito que sendo o próprio contexto em si ... acho que seria mais eficaz ... olhe a utilização de pictogramas devia ser eficaz, que era quase uma sinalização a dizer : já pisaste o risco, atenção que ... !

Entrevistadora: Para saberem até onde é que podem ir?

Entrevistado: Pois, mas que deve ser difícil , porque numa situação limite é muito difícil fazer passar a comunicação.

Entrevistadora: Pois, até porque no momento, não é?... numa situação aflitiva faltam-nos as palavras certas?

Entrevistado: Exatamente, basta a questão de... nós, a nossa própria reação é fuga/luta, não é? ; nós ou é para fugir ou é para lutar, o nosso próprio organismo está preparado para isso. E é inato a qualquer ser-humano, não é?... que nós próprios, no momento em que tentamos controlar, é-nos inato isso aplica-se aos guardas e aos reclusos.

Entrevistadora: Tenho uma outra pergunta que é: sendo o Dr. X ... tendo baixa visão, posso considerar assim?

Entrevistado: Pois, sou clinicamente cego.

Entrevistadora: É clinicamente cego, mas também tem baixa visão de um olho, certo?

Entrevistado: Tenho sim.

Entrevistadora: Pronto, estando nesta situação clínica, não é? ... considera que os documentos internos utilizados pelo Estabelecimento Prisional de [REDACTED] são acessíveis?

Entrevistado: Acessíveis?

Entrevistadora: Acessíveis : compreendidos por qualquer pessoa , incluindo nesta situação?

Entrevistado: Pronto, eu no meu caso ... é uma situação específica ... muito ... muito ... tenho bastante dificuldade ... tem que haver sempre sistemas que ... agora, eu falo na minha situação especial ...

Entrevistadora: O que é que utiliza para ajudá-lo , no seu dia a dia , no seu contexto de trabalho?

Entrevistado : Eu utilizo sistemas informáticos que fazem a tradução... fazem ... os documentos passam no scanner... eu tenho programas que convertem para áudio, mas são muito...pronto e há outras tecnologias que poderiam ser utilizadas, mas que os estabelecimentos prisionais não permitem a utilização de telemóveis, não é permitido no local de trabalho...

Entrevistadora: Então está a dizer que por uma questão de segurança não é possível utilizar os equipamentos que às vezes poderiam facilitar a vida a uma pessoa que não consegue comunicar-se de igual forma?

Entrevistado: Não sei se tem a ver com a segurança, dizem ... não sei qual é a relação da utilização de um soft... um telemóvel para leitura de documentos e segurança, não vejo nenhuma relação , mas é o que dizem e se o dizem terei que aceitar...

Entrevistadora: Então os seus sistemas informáticos foram adaptados ao contexto para que possa trabalhar , no fundo?

Entrevistado: Há um software específico para portadores de deficiência visual que se chama Jaws .

Entrevistadora: Ok, e alguma vez sentiu dificuldades no seu atendimento enquanto psicólogo?

Entrevistado: Sim... não, dificuldades, pronto, enquanto atendimento , enquanto psicólogo não é limitado por causa dos documentos, porque...

Entrevistadora: ... de apoio, não é? ... no fundo?

Entrevistado: ..., mas tenho alguma dificuldade na leitura de documentos de terceiros, de outras pessoas, não é? E assim como ... pronto ... dos próprios processos, tenho alguma dificuldade em que aí há uma limitação, sim.

Entrevistadora: Porque esses documentos são manuscritos ,por assim dizer?

Entrevistado: Muitos, sim, muitos ... estão... agora está-se...

Entrevistadora: Ainda é utilizada essa forma ...

Entrevistado: ... agora está-se a adaptar o sistema...,mas sim.

Entrevistadora: Pelo que vejo ... sim, muitos documentos utilizam a forma manuscrita...

Entrevistado: Estamos a utilizar um sistema ligado ao Ministério da Saúde, que eu ainda não estou a utilizar, que é o SClínicos que o objetivo é que não haja ... que os processos sejam desmaterializados e que se trabalhe com o Ministério da Saúde, mas sim, até ao momento sim, continuam a ser manuscritos.

Entrevistadora: A última pergunta que lhe vou fazer é: na perspetiva de que a prisão é uma restrição de liberdades, de que forma a educação inclusiva pode contribuir para a autonomia destes jovens?

Entrevistado: Então ... a educação inclusiva pode contribuir em todos os sentidos: em primeiro lugar na própria questão do conhecimento para eles, como falamos, são... prontos... a maior parte deles tem dificuldades ... vem de contextos difíceis e alguns com dificuldades ... a maior parte deles com dificuldades na escola e como falamos, como já foi referido, com ... lidando sempre com grandes problemas; mas para além disso, a questão ... o próprio conceito em si de inclusão, essa palavra, fazer parte... eles sentem-se incluídos , e eles sentem-se que fazem parte de todo o processo ... de quando saírem de cá , o rótulo do recluso que é apenas um mito , para eles também acho que é um contributo muito grande ou a própria inclusão é isso tudo : engloba estarmos a falar disso tudo, eles sentem que serão úteis à sociedade e irão sentir isso.

Entrevistadora: ...que estão a fazer parte de algo, fazem parte de algo... e isso no fundo é a reinserção que eles precisam?

Entrevistador: É isso mesmo!

Entrevistadora: Muito obrigada Dr. X pela sua entrevista. Não sei se tem alguma pergunta?

Entrevistado: Não, espero ter contribuído de alguma forma.

Entrevistadora: Claro que sim!

Entrevista 3 – Psicóloga B

11 de novembro de 2024

Legenda:

Perguntas 

Respostas 

Entrevistadora: Bom dia Dra. X. A primeira pergunta que tenho a colocar é de que forma é que acha que uma pessoa formada em Educação Especial pode neste estabelecimento prisional?

Entrevistada: Eu acho que pode ser útil no sentido em que pode ser ... tornar isto mais inclusivo também em ... se calhar uma pessoa com formação em educação especial consegue ter outro sentido de necessidades que possam ser precisas, não é? No sentido de incluir aqui pessoas com características diferentes, não é? Pessoas também que saem um bocadinho da norma em alguns aspetos que é o que possam ter algumas dificuldades acho que pode ser... acho que pode ser muito útil no sentido de perceber essas necessidades e também de ... como é que eu hei de dizer? De ... alterar a forma como as coisas são feitas ou de poder se adaptar aqui até alguns recursos ou a intervenção no sentido também de chegar e de também incluir essas pessoas. Acho que é mais a questão da inclusão.

Entrevistadora: Acerca desse assunto (não vou perguntar-lhe quais é que são essas características, porque certamente serão muitas) mas : quais é que acha que até podiam fazer parte dos reclusos deste estabelecimento prisional e que no fundo não se verificam? o que é que acha que dentro dos problemas cognitivos ou até a nível físico quais são algumas das características que não conseguem encontrar aqui no Estabelecimento Prisional?

Entrevistada: Que não consigo encontrar em que sentido?

Entrevistadora: Por exemplo alguém que tenha pouca mobilidade , venha a ser alojado neste estabelecimento, ou não tem conhecimento?

Entrevistada: Ah não sei, mas acredito que havia muitas coisas que iam ser difíceis para essa pessoa ... talvez tenham algumas opções que se adaptassem, mas não faço ideia ... não sei se por exemplo se havia celas mais acessíveis...

Entrevistadora: Aquilo que tem chegado ao meu conhecimento é que quando estas pessoas são surdas, cegas ou que tem pouca mobilidade ,por exemplo não tem uma perna ou um braço, também por uma questão de segurança (mas foi aquilo que me foi transmitido) são encaminhadas para um centro de reabilitação no Porto ...

Entrevistada: Ok ok...

Entrevistadora: Daquilo que sabe nunca viu algum com estas características? Exatamente com estas características, só para ter a certeza absoluta que aquilo que era o meu projeto inicial não vai ser feito precisamente por isso.

Entrevistada: Ok... pois não vejo aqui ninguém não. Portanto...pois... há certamente algumas limitações não sei se há alguém por exemplo que conseguisse ... se tem a formação em Língua Gestual , por exemplo ...

Entrevistadora: Sim, temos uma técnica que por acaso ... até tem uma técnica de acompanhamento individual ...

Entrevistada: Pois, mas realmente em termos de recursos não conheço nenhum.

Entrevistadora: ... nunca lhe ocorreu nem nunca aconteceu de ver assim ... eu também não tenho conhecimento ...é mesmo só para colmatar para ter a certeza de que aquilo que eu tinha pensado inicialmente não pode ser feito desta forma . Vou partir então para a segunda pergunta: Considerando que estamos a lidar com uma população prisional muito jovem (aliás esta é a única prisão do país que abrange jovens mais ou menos entre os dezasseis e os vinte e um anos) ,muitos deles não têm qualquer escolaridade e tem uma língua materna e uma cultura completamente diferentes. Como é que é possível que todos os reclusos tenham acesso à informação por exemplo também dos seus direitos e deveres ,daquilo que são as normas e as regras quando ,entram neste estabelecimento prisional?

Pois enfim eu não sei como é que é feito se é por exemplo entregue alguma coisa e eles tem que ler alguma coisa em material escrito, mas acho que a forma como deveria ser

feita era ser explicado. Deve haver ... eu acredito que deve haver documentos traduzidos para a língua da pessoa, não é? Mas algumas pessoas que não estejam à vontade com a leitura e com a escrita independentemente da língua, podem de alguma maneira, perder a compreensão dessas regras e dessas normas podem ver isso comprometido, portanto acho que além do escrito não devia ser só assim, devia ser falado também...

Entrevistadora: E além disso, além de não terem acesso à informação no fundo isto é não ter acesso à informação, ou seja, não criar igualdade de oportunidades para todos é por aí que também não se torna inclusivo.

Na pergunta quatro existem situações que podem representar um risco para a vida humana neste contexto prisional. Por exemplo suponhamos que estamos numa situação de risco e os guardas prisionais para conseguir manter a ordem e a paz comunicam-se de uma forma verbal; acha que todos os reclusos vão conseguir assimilar aquilo que lhes está a ser transmitido? Ou de que forma é que eles podem manter a ordem e a paz numa situação destas?

Entrevistada: Pois eu acredito que existam planos de intervenção para situações assim de crise e está tudo definido, mas sim acredito que pessoas que lá que a língua delas materna não seja o português se calhar não compreendem de imediato o que é lhes está a ser dito e que indicações é que possam estar a ser ditas; como é que isso podia ser feito de outra forma? É assim um bocadinho complicado porque ao mesmo tempo numa situação de crise não me parece também muito ... estou a imaginar aqui tipo uma situação de emergência sei lá é preciso fazer alguma coisa ... não estou a imaginar muito prático de repente dizer em vinte línguas diferentes o que é que é preciso fazer ...

Entrevistadora: Então imaginemos que em vez disto estar traduzido em várias línguas imaginemos que se utilizaria uma linguagem abrangente uma linguagem universal; por exemplo, a matemática é uma linguagem universal, mas imagine que utilizaríamos símbolos e existiria já um plano afixado até, mas com sistemas de signos, não sei se alguma vez ouviu falar ...

Entrevistada: Ou até sons ou assim não? Se calhar alguns sons associados a algumas coisas que é preciso fazer, do género "se ouvirem este som é porque é preciso fazer

qualquer coisa “haver simulações também nesse sentido, né?

Entrevistadora: Isto porque sim, eu irei usar na minha intervenção os Símbolos Pictográficos de Comunicação , que é mais ou menos aquilo que nós encontramos todos os dias ,por exemplo no código da estrada : símbolos que toda a gente entende o que é que aquilo quer dizer. Aliás eu já vi em muitas cidades (cidades que abarcam muito estrangeiros) no distrito do Algarve é muito utilizado e este sistema de signos para que numa situação de evacuação ou de emergência as pessoas compreendam ...

Entrevistada: ...saibam o que é para fazer, pois, sim faz sentido.

Entrevistadora: Daí eu ter pensado nestas formas de implementação do projeto ... e para terminar , uma última pergunta : **na perspetiva de que a prisão é uma restrição de liberdades ,de que forma é que a educação inclusiva pode contribuir para a autonomia destes jovens?**

Entrevistada: **Eu acho que pode contribuir não só para adaptação deles aqui , não é ? Ao avaliar necessidades especiais , necessidades diferentes não só em termos de dificuldades motoras, mas também até ... estava aqui a pensar questões tipo o autismo ou coisas assim ... que tem ...**

Entrevistadora: ... **mais a nível cognitivo ou comportamental** ...

Entrevistada: Sim, sim...que **havendo essa sensibilidade também se pode adaptar um bocadinho melhor e sensibilizar até mesmo os próprios funcionários , toda a gente**, não é? Terem se calhar mais conhecimento , mais formação sobre isso até para depois poderem atuar em concordância com essas diferenças ,mas depois até todo o processo enquanto o recluso está aqui. É a reinserção e tudo. **Acho que alguém com formação em educação especial pode ajudar também na preparação para que depois a pessoa retome a sua vida lá fora .**

Entrevistadora: Até na escola , porque eles aqui têm uma escola e onde aprendem o português , por exemplo , que é básico para quem não sabe e até para os que sabem e que não sabem muito bem , mas por exemplo **a educação inclusiva aqui na escola também poderia funcionar** ...

Entrevistada: Sim na escola na formação sim , sim , mas também podia ser útil junto dos professores também, acho que sim , acho que **também podia ajudar a melhorar o sucesso escolar também e a adaptação à escola porque se calhar há pessoas que desistem**

não por não terem capacidades, mas porque se calhar se está a tentar que caibam todos dentro da mesma caixinha ... e isso nalguns não cola.

Entrevistadora: ... e se calhar precisam de um acompanhamento mais individual e não o tem no fundo?

Entrevistada: Sim, sim.

Entrevistadora: Porque é isto também no fundo ter uma educação diferente daquela que é a noção da escola neste momento.

Entrevistada: Sim, sim.

Entrevistadora: É ser igual para todos, atendendo às dificuldades e às capacidades de cada um mas ... podendo ...

Entrevistada: ... pelo menos todos terem as mesmas oportunidades.

Entrevistadora: Muito obrigada Dra. Carina! Não sei se tem alguma questão a fazer?

Entrevistada: Não.

Entrevistada: Muito obrigada pela sua entrevista!

Entrevistada: Obrigada.

Entrevista 4 – Técnica Superior de Animação Sociocultural

12 de novembro de 2024

Legenda:

Perguntas

Respostas

A primeira pergunta que lhe quero fazer : é se tem conhecimento de que forma é que pode uma pessoa formada na área da educação especial intervir de uma forma positiva neste estabelecimento?

Entrevistada: Olá boa tarde Rute.

Entrevistadora: Boa tarde.

Entrevistada: Hum é muito importante ter um técnico nessa área principalmente na escola porque nós temos muitos jovens com necessidades educativas e seria muito importante termos esse apoio. Atualmente eu sou gestora também do voluntariado e é um dos projetos que tenho em mente e pretendo avançar ainda este ano como voluntária é esse apoio , apesar dela não ser ... ela é professora , pronto) seria mais fácil ter uma voluntária dessa área, mas é difícil , é difícil ... mas é muito importante para o estabelecimento.

Entrevistadora: Dentro destas formas que nos disse de investigação ,sendo que é importante existir um técnico dentro ou ligado ao estabelecimento (penso eu que é essa a importância, que ele não faça parte de uma outra entidade, mas que esteja inserido nesta) ,quais são as formas de intervenção - daquilo que acha - que esse técnico pode utilizar para contribuir na melhoria de comunicação com os jovens reclusos do estabelecimento prisional?

Entrevistada: Pronto, através de um trabalho individualizado em pequenos grupos, trabalhando com eles , porque temos muitos com dificuldade de aprendizagem de leitura, de escrita e só faz sentido um trabalho individualizado com cada um deles.

Entrevistadora: Como é que isto é feito no momento, como é que trabalham com eles?

Entrevistada: No momento tentamos, tentamos ... eu sou da área de animação educativa sociocultural ,tenho trabalhado com os jovens , com aqueles que são sinalizados , mas temos cerca de duzentos, não são todos a necessitar , a necessitar deste tipo de intervenção, mas se calhar a maior parte sim ... e não conseguimos chegar a todos ...

Entrevistadora: Fazem-no em grupos ?

Entrevistada: Em pequenos grupos. Neste... eu não consigo fazer individualizado com cada um, como digo somos muitos e eu sou só uma ... estou aqui a tentar encontrar também voluntários ...

Entrevistadora: Quantos reclusos é que tem a seu cargo para trabalhar no dia a dia , mais ou menos?

Entrevistada: É assim : eu trabalho com todos . Dou preferência aos inativos, mas depois também trabalho com os que estão na escola. Hum, isto é, por grupos. Nós temos atividades socioculturais em que pretendemos abrangê-los a todos. Não tenho ... não faço gestão de casos como os colegas de ... como os Técnicos de Reeducação , mas acabo por trabalhar com praticamente todos , exceto aqui os da Confiança, mas também já trabalhei com os que estão em regime aberto.

Entrevistadora: E o todos é quanto mais ou menos?

Entrevistada: É assim, eu estive a fazer ... estive a ver os jovens do primeiro semestre com com quem trabalhei , porque depois temos que fazer vários mapas , portanto o ano passado foi há volta dos cento e oitenta , portanto são muitos ...

Entrevistadora: ... para uma pessoa só é muito!

Entrevistadora: São muitos é, mas temos várias atividades a decorrer.

Entrevistadora: Hum alguma vez sentiu alguma dificuldade na área de da comunicação com algum destes jovens sendo eu por estrangeiro tem aqui ?

Entrevistada: Mas temos várias atividades a decorrer.

Entrevistadora: Alguma vez sentiu alguma dificuldade na área da comunicação com algum destes jovens, sendo ele , por exemplo , estrangeiro?

Entrevistada: Senti, senti, porque temos jovens de várias nacionalidades e eu infelizmente não falo muito bem o inglês. Consigo mais perceber, mas depois para me exprimir é difícil e eles não falam português. Portanto temos que arranjar ali uma forma de comunicação que muitas vezes se for em gabinete conseguimos utilizar , portanto o computador, não é? através da tradução, não sendo possível , através de desenhos , através de gestos, mas ... não é fácil.

Entrevistadora: Ou seja, não existe um plano elaborado para este tipo de situações, uma estratégia?

Entrevistada: Não, não existe.

Entrevistadora: Com aqueles que, de alguma forma , por uma questão de cultura e língua diferente não se conseguem comunicar convosco?

Entrevistada: Não, não existe, de todo.

Entrevistadora: Disse-me que existem várias atividades a decorrer. Pode dizer-nos algumas delas?

Entrevistada: Hum hum portanto nas atividades socioculturais, que são as que eu acompanho, temos o Rap Nova Escola , que é uma atividade que eles gostam imenso e temos vários grupos e aí são abrangidos os jovens , os reclusos que estão na escola portanto os NS's e os Freedom Crickets , temos também os Diários Gráficos que é com uma parceria com a Escola Superior de Educação de Leiria e com outras entidades ,temos as Cartografias que é com a professora Filipa Rodrigues ,também é professora da Escola Superior e ela fez um projeto de voluntariado que é na parte das áreas da expressão plástica e artística e que também é uma área que nós consideramos prioritária para o estabelecimento , depois temos voluntariado ao nível ... tentei pelo menos já consegui que viesse a semana passada um professor de educação física um PT a fazer a parte desportiva , depois temos os cultos ...

Entrevistadora: ... e como é que acha que eles se sentem ao abraçar estes projetos ,estando eles aqui reclusos, não é? Nesses momentos em que eles estão a participar nesses projetos , como é que eles se sentem? Sentem-se eles verdadeiramente?

Entrevistada: Sentem, sentem! Estes projetos são muito importantes para eles! O pouco que lhe damos para eles é muito. Como estava a referir , na semana passada tivemos cá um PT a fazer uma atividade desportiva com eles. Eles agradeceram imenso (o grupo que estava ,cerca de quinze) agradeceram imenso ; o professor foi mesmo de coração cheio porque foi de uma forma voluntária e solidária que ele veio cá e os nossos jovens percebem e para eles agarram tudo de uma forma diferente (lá fora provavelmente se calhar não o fariam assim) mas aqui o pouco (porque também não temos muito tempo para trabalhar com eles), mas eles agarram com força os projetos que temos e empenham-se.

Entrevistadora: Eu fiz-lhe esta pergunta porque ... precisava de saber (com alguma precisão) se eles se sentem autónomos ... autónomos, se são independentes (existem aqui situações , por exemplo o direito ao receber e enviar correspondência , estou a pensar naqueles que não sabem ler nem escrever ,que tem de requerer a terceiros ou funcionários ou a pessoas terceiras que estejam autorizadas - isto está mesmo na lei - que competências é que são promovidas aqui e como é que se pode ajudar o recluso a ser autónomo e a ter o direito à sua privacidade e à sua identidade?

Entrevistada: Pronto lá está.

Entrevistadora: Será isto importante?

Entrevistada: É. É. Lá está. O tal projeto de voluntariado é para trabalhar com estes jovens que precisam de adquirir essas competências de leitura ,de escrita para terem autonomia , pelo menos para serem eles a escrever aquilo que eles querem , que eles sentem , a exprimirem-se, a não ter que pedir a outro colega da cela ou ao Sr. guarda que escreva a carta para a família , portanto eles ... muitos pedem “ já que estamos aqui dentro há oportunidade de aprender? “, tem feito muito estas solicitações .

Entrevistadora: E não é só na correspondência que isto acontece ; eu estou a pensar nos documentos internos , por exemplo, pensando que estamos numa altura de frio , eles têm direito a pedir um terceiro cobertor. Quem não sabe escrever como é que faz isto?

Como é que mantém a sua privacidade ,como é que faz os seus pedidos se os pedidos são feitos de forma manuscrita? Poderia ser mudado de alguma forma?

Entrevistada: Pois isso é um grande desafio! Acho que sim ,acho que faz todo o sentido incluir um folheto, um pedido diferente, não é? Ter em consideração que temos os jovens estrangeiros temos jovens que não sabem ler e escrever, temos jovens que nos chegam com o nono ano da escola que tiveram em necessidade, tiveram naqueles programas de necessidades educativas , e nos chegam aqui (aquele nono ano não existe) porque eles não sabem ler e escrever e acho que sim , que o estabelecimento devia ter em atenção estes casos que são mais do que aqueles que nós esperávamos .

Entrevistadora: E quando isto põe em causa a perceção daquilo que são os direitos e os deveres deles? Como é que isto é feito?

Entrevistada: Pois não é.

Entrevistadora: Não é?

Entrevistada: Não é.

Entrevistadora: Existe um folheto. É o que diz na lei no artigo 9º do RGEP...

Entrevistada: Existe, existe um folheto . Esse folheto ... apesar de não fazer a gestão de caso dos jovens , portanto eu não recebo os entrados, mas acompanho (porque divido o gabinete com outro colega) e para quem não sabe ler e escrever ou para quem tem dificuldades o folheto é lido pelo técnico. Portanto eles estão informados.

Entrevistadora: Em qualquer língua?

Entrevistada: português.

Entrevistadora: Pensando que o recluso que está perante os técnicos ...não são portugueses ... tem uma língua completamente diferente: estou a pensar no chinês ,por exemplo. Como é que isto é feito?

Entrevistada: Pois eu não sei.

Entrevistadora: Também existe o consulado ,mas será que na prática isto resulta? O serviço é atempado?

Entrevistada: Não sei responder a essa questão...isso terá de ser mesmo outro colega... não sei.

Entrevistadora: Porque uma das preocupações é : como é que se procede quando um recluso que tem baixa literacia, lá está , que não sabe ler ou que não sabe escrever, como é que ele consegue compreender as informações dos seus direitos e deveres e as regras - que é o mais importante?

Entrevistada: Sendo português isso é transmitido. Nos estrangeiros ,não sei como é que os colegas fazem. Também acho que é através do tradutor com o inglês mais ou menos fluente, mas tenta-se.

Entrevistadora: Mas considera que a utilização dos símbolos e das imagens (como têm feito para outras situações) que poderia ser ...

Entrevistada: ... ajudar , ajudar muito!

Entrevistadora: Não sei se alguma vez teve conhecimento do sistema de símbolos pictográficos que é um sistema de comunicação universal utilizada através de símbolos de imagens com recursos a um texto , um pequeno texto , que é muito mais fácil de perceção para qualquer pessoa que tenha necessidades ou temporárias ou permanentes. Não quer dizer que a pessoa seja analfabeta ou que nunca vá saber ... compreender pode , por exemplo , por um acidente ter uma afasia , naquele momento não se conseguir comunicar. E sim estes sistemas são considerados sistemas de ajuda na comunicação que poderiam então funcionar aqui como apoio a este folheto .

Entrevistada: Sim, sim, claro que sim, tendo esse apoio seria importante.

Entrevistadora: E pronto porque a minha questão era perguntar-lhe como poderiam ser melhorados (mas já falámos sobre isso) e vejo que aquilo que considerou mais atrás numa outra pergunta sim é pertinente para aqui.

Mas tenho mais uma pergunta para lhe fazer relativamente aos documentos internos que são aqueles que no seu exercício do seu trabalho lhe passe em mãos. O que é que acha que eles transmitem? Acha que os que são utilizados conseguem ser compreendidos por qualquer pessoa? Acha-os inclusivos, acessíveis?

Entrevistada: Não.

Entrevistadora: E porque não?

Entrevistada: Não, não. Não são. Muitas vezes ou porque têm palavras que eles próprios não dominam e precisam de apoio, já chegaram ao pé de mim a pedirem esse apoio. Acho que estes documentos que nós temos deviam ser transformados em coisas mais simples, porque os nossos reclusos, exceto muito poucos, têm mais habilitações ou ao nível do secundário, porque a maior parte deles têm o primeiro ciclo, o segundo ciclo e precisam de ser esclarecidos e muitos têm capacidade de pedir apoio, mas nem todos têm.

Entrevistadora: Pois... vou mencionar aqui um dos serviços que eu acho que o apoio também deve ser gritante, que é o Serviço de Cantina. Isto é um serviço de pedidos para comida extra que eles podem obter na cela e que passa por escrever. Se isto passa por escrever como é que as pessoas conseguem fazer os pedidos semanalmente daquilo que querem? Acha que é possível para todos fazê-lo? Acha que recorrem a terceiros?

Entrevistada: Recorrem! Recorrem a terceiros...

Entrevistadora: Acaba por ser uma invasão de privacidade ... e de identidade porque a pessoa não está verdadeiramente a exprimir aquilo que quer.

Entrevistada: Pois e não é só isso: o facto de terem que pedir a terceiros muitas vezes isto também faz com que ... a pessoa que escreve depois vai pedir (sabendo o que é que é pedido numa cantina), não é? vai solicitar um bolo vai solicitar ...

Entrevistadora: ... aquilo que lhe agrada mais ...

Entrevistada: ... aquilo que lhe agrada mais, portanto é uma troca "eu escrevo e tu dá-me algo da tua cantina", pronto, daí a importância de ter um documento diferente mais acessível para todos ou acessível para todos, não é?

Entrevistadora: É o que é que é para si um documento ... o que é que é ser acessível ... a informação chegar a todos e traduzir-se em algo acessível a todos?

Entrevistada: Através das imagens. Sei que é um trabalho moroso, mas através das imagens já todos conseguiam identificar.

Entrevistadora: Sim é uma é uma boa opção. Pronto Dra. [REDACTED] eu penso que tenho as perguntas todas feitas , não sei se tem alguma a fazer-me?

Entrevistada: Não.

Entrevistadora: Resta-me agradecer-lhe pelo seu enorme contributo.

Entrevistada: Obrigada, obrigada e que tudo corra bem!

14 de novembro de 2024

Legenda:

Perguntas

Respostas

A pergunta primeira que tenho para fazer é : se tem conhecimento de que forma é que uma pessoa com formação em Educação Especial consegue intervir de forma positiva no Estabelecimento Prisional [REDACTED] (Jovens)?

Entrevistado: Então boa tarde, Educação Especial – já que o nome diz – é especial por algum motivo, não é? Muitos... muitos ... uma área de intervenção até importante...

aqui especificamente no Estabelecimento Prisional de [REDACTED] nós por vezes recebemos reclusos com dificuldades cognitivas, certo, temos alguns com dificuldades cognitivas; dificuldades motoras nem por isso, portanto é muito residual , estou-me a recordar de um ou dois elementos, depois ... necessidades também (mas aí já não são especiais) ...

Entrevistadora: ... específicas?

Entrevistado: Sim são específicas, do contexto de onde vem, portanto estrangeiros, por exemplo.

Entrevistadora: Ok, então ,na questão da comunicação?

Entrevistado: Na comunicação, aí por vezes há alguma barreira, certo, quando por exemplo, a língua comum que é o inglês, quando não se sabe, certo, ou pelo menos quando a outra parte, o jovem, não sabe , fica difícil, fica difícil. E aí... a forma como se pode intervir? Como é que alguém da Educação Especial pode intervir? É nesses casos ter se calhar , outra sensibilidade, outros conhecimentos mais específicos para lidar com isso, certo? Se calhar alguém com dificuldades... é assim, com necessidades especiais ...estou-me a lembrar dos surdos, por exemplo, aqui nunca tive alguém surdo... mudo também não ... com necessidades especiais...

Entrevistadora: Com alguma incapacidade motora?

Entrevistado: Incapacidade motora... eu pessoalmente...

Entrevistadora: Incapacidade = dificuldade .

Entrevistado: Dificuldades, sim, sim. Não, que me lembre não, agora dificuldades cognitivas sim. Isso sim!

Entrevistadora: **E na leitura e na escrita?**

Entrevistado: Na leitura e na escrita também...

Entrevistadora: Além de estarmos a lidar com pessoas que são de uma língua diferente, dos que não são, que tem o português como língua materna?

Entrevistado: Dos que não são, aqui a barreira já é o contexto mais ...se calhar cultural, no caso das etnias em que vem com ... (eu ia dizer baixinho, mas nem é baixinho) é zero mesmo ! Ou seja, ainda noutra dia tive um caso ...

Entrevistadora: Eu ia-lhe dizer que nos apresentasse um caso ...

Entrevistado: **Eu noutra dia tive um caso de um jovem que queria fazer um pedido específico à Sra. Diretora e pediu-me para ajudá-lo a fazer o pedido , certo?** E eu sabia que ele tinha dificuldades, não sabia que tinha tantas dificuldades, certo? Então a fazer o pedido ... eu: olha podes formular a frase assim... e ele não sabia! Então isto aconteceu assim... foi letra a letra! Senhora Diretora. Então como é que eu escrevo isso? S, um E, um Nê... (um Nê?) Depois fez um M... um H, fez um G, não , não é assim! Só Senhora Diretora...

Entrevistadora: Uma pergunta: este recluso de quem está a falar anda na escola aqui neste Estabelecimento Prisional?

Entrevistado: Nós temos... (não sei se sabe) nós temos o chamado Projeto Local , certo? ... para jovens com baixa qualificação, baixa capacidade, certo? Para estes casos mesmo dos que não sabem ler e escrever...

Entrevistadora: ... com pouca literacia , digamos?

Entrevistado: Com muito pouca literacia, isso sim! Como eu estava a dizer há pouco, o nosso sentido de preconceito é factual , pronto, ou seja ... e é factual porque os casos

que eu tenho de etnia (tirando um ou outro com algum maior nível de escolaridade, portanto aqui se calhar o sétimo , oitavo ou nono) mas mesmo assim a apresentarem muitas dificuldades na leitura, na escrita , na compreensão, por vezes (fazem perguntas três, quatro vezes) e por muito que a gente chegue a um entendimento, não é fácil, provavelmente do contexto de onde vem, certo? ... não foram expostos a esse nível de educação , de aprendizagem e acontece isso. Portanto, muitas dificuldades mesmo.

Entrevistadora: Como é que eles fazem para fazer outro tipo de pedidos? (está aqui a ocorrer-me), por exemplo, um pedido – no período de frio - de um terceiro cobertor ou um pedido para terem comida na cela - de Cantina - como é que isto acontece?

Entrevistado: Não sei porque não me chegou, mas um exemplo idêntico (por exemplo, esse tal rapaz aí, esse recluso, que teve essa dificuldade toda em fazer o pedido comigo) ... por exemplo ... o próprio pedido para falar com o técnico, certo?

Entrevistadora: Ele é de que forma, manuscrito, certo? Exige que seja manuscrito?

Entrevistado: Exatamente, exige que seja manuscrito, a não ser que me ... pá ... que me veja a passar num dos pavilhões e que me aborde e que me diga que precisa de falar comigo e então aí coloco na agenda, mas ... se eu não o vir, se ele tem acesso a falar comigo ao fazer o pedido de pedido para atendimento , ele não consegue fazer sozinho. Ou seja, ele tem que pedir a um terceiro, neste caso a um recluso para fazer o pedido...

Entrevistadora: ... que é grave , porque exige aqui ... é a falta de privacidade, a falta de sigilo e de identidade até ...

Entrevistado: Mas aí eles também se defendem...

Entrevistadora: Como?

Entrevistado: Porque eles não metem logo o assunto, ou seja, eles pedem para falar com o técnico:” preciso de falar consigo” “preciso de falar com o Dr. X”...

Entrevistadora: E depois expõem?

Entrevistado: Exatamente... ou seja...

Entrevistadora: Mas se for para comer?

Entrevistado: Aqui no pedido... sim, ainda não me chegou esse género a mim...

Entrevistadora: Se fosse para comer , se ele não sabe escrever (que está claro que não sabe) como é que ele faz para fazer o pedido da Cantina semanal?

Entrevistado: Provavelmente ao domingo , certo? (eles estão connosco cá ao domingo)
ou é com os reclusos colegas ou então é habitualmente com o senhor Guarda...

Entrevistadora: Ou seja, o que prova que ele perde o sigilo, a identidade até no fundo...

Entrevistado: Sim, sim, neste caso sim...

Entrevistadora: Não há aqui nenhuma garantia de que aquilo é privado ... não consegue ter privacidade e é um direito deles!

Entrevistado: Mas lá está não quero entrar muito por aí porque é um direito porque eu também não... é deles é de todos! A rotina é uma coisa exposta...

Entrevistadora: Não, estou aqui a referir-me na questão de ser... de fazer parte ... tanto dos direitos como deveres dos reclusos ... ter o direito ao sigilo e à privacidade como é no caso da correspondência , ter o direito à troca e ao recebimento de correspondência. Eu pergunto-me como é que este jovem escreve uma carta?

Entrevistado: Pois, não escreve...

Entrevistadora: Não escreve, manda escrever...

Entrevistado: Manda escrever, não, mas nem é isso ... ou seja, dos meus (que eu tenha conhecimento) são poucos os reclusos que usam a troca de correspondência , portanto eles usam a cabine para falar com os familiares ou usam ... ou pedem as videochamadas, certo? ou então através das visitas da família.

Entrevistadora: Ok, então voltando ainda ao assunto dos documentos, estando a falar no folheto informativo (que é aquele que é entregue aos reclusos quando dão entrada no estabelecimento prisional sobre os seus direitos e deveres, ou seja, as regras e as condições que devem respeitar e manter), como é que se faz quando este folheto é entregue a um estrangeiro?

Entrevistado: Então é o seguinte: a um estrangeiro eu quando entrego o folheto apenas realço aquilo que é essencial para o dia a dia dele, ou seja, tudo bem que eles devem saber os direitos deles, os deveres deles, mas(bem ou mal) não sei, aquilo que eu sinto, é que a informação primordial para ele , certo? é mesmo a questão do Iban daqui para ter condições monetárias para poder fazer a Cantina dele, ou seja, os direitos e os deveres eles próprios quase que não tem essa percepção...

Entrevistadora: Não tem? Se não forem vocês ,se calhar a transmitirem-lhes ...

Entrevistado: Quase que não tenho essa percepção! Ou seja, quando aqui chegam (pelo menos os meus) ...

Entrevistadora: Estão num nível de stresse tão grande...

Entrevistado: Exatamente, o choque de entrar aqui é grande que pode haver um ou outro mais fitado, mais atento, mais reivindicativo que possa logo “ah, mas eu tenho direito a isto e aquilo ...” e aí sim senhor, mas esses casos são pontuais, específicos e não são de língua estrangeira, não são os de fora. **Ou seja, esses de fora quando vêm querem o básico, seja a roupa, seja os produtos de higiene e pessoal, e o ter dinheiro aqui e falar com a família e falar com a família.**

Entrevistadora: Claro, para sentirem-se aconchegados de alguma forma, não é?

Entrevistado: Portanto eu ainda não senti essa necessidade de estar a explicar o folheto a esses elementos...

Entrevistadora: Mas existe uma determinada altura em que se calhar isso vai ter que acontecer? Ou não?

Entrevistado: Mas aí... é no decorrer , é depois a seguir...

Entrevistadora: No decorrer dos acompanhamentos individuais?

Entrevistado: Exatamente, exatamente, ou seja, vão surgindo-lhes questões, porquê? Porque depois começam a falar uns com os outros, não é? Começam a ouvir, começam...mesmo de língua estrangeira. E também é aí um caso , que lá está, foi-se adaptando...tive também um que já saiu, um alemão... certo? Que ainda foi este ano: foi detido cá em fevereiro, esteve num outro EP um ou dois meses, veio para aqui, mas

(já era inteligente, não é? Também era estudante do ensino superior lá fora, mas não sabendo a língua portuguesa, chegou ao meu atendimento e eu quando vi “alemão”, portanto “estou tramado”, mas não. Veio e o nível de esforço nele e de conhecimento da língua portuguesa , ainda que fosse elementar, permitiu-nos...

Entrevistadora: A comunicação.

Entrevistado: Tranquila, sem nenhum problema, foi brutal.

Entrevistadora: E ele é que adaptou uma estratégia no fundo, porque é uma questão quase de sobrevivência...

Entrevistado: Exatamente e estive muito bem, por outro lado...

Entrevistadora: De outra forma, imagine que não. Ele só falava alemão, não sabia de todo português. Como é que vocês, ou como é que o Dr. X, enquanto técnico responsável por ele , o que é que faria , neste caso?

Entrevistado: Teria que ser apelar ao inglês. Apelar ao inglês...

Entrevistadora: E fala ... sempre ... tem que saber o inglês fluente para conseguir ... ?

Entrevistado: Não, fluente não, mas o mínimo possível sim. O mínimo possível porque lá está , são as coisas básicas e ... nós não praticando diariamente também fica enferrujado, certo? Portanto às vezes quando estamos em atendimento temos sempre também a ferramenta da internet que nos permite tirar alguma dúvida ...

Entrevistadora: E ir ao tradutor?

Entrevistado: ... e construir alguma frase, exatamente, não é? ... alterar alguma frase e que nos permite então ter ... é ...ser uma muleta muito importante nesse...

Entrevistadora: E nunca utilizou o folheto com os estrangeiros numa outra versão adaptada para essa língua? Porque é o que a lei nos diz: que o folheto está impresso em língua portuguesa, mas que existe nas línguas mais faladas pela população reclusa estrangeira.

Entrevistado: Eu por acaso as versões que tenho lá é só a versão portuguesa...

Entrevistadora: A sério? Mas deveriam ter acesso...

Entrevistado: Não sei se existe ou não...

Entrevistadora: Existe, está na lei, sim.

Entrevistado: Mas existe ... uma coisa é estar na lei...existe fisicamente esse folheto?

Entrevistadora: Existe, a Direção-Geral ,tem de conseguir que exista!

Entrevistado: Eu desconheço, se calhar existe...se calhar existe...

Entrevistadora: Está na lei. Existe o Consulado também em casos que seja preciso dar apoio...

Entrevistado: Ok, ainda bem que falaste no Consulado. Está-me a escapar essa parte. Tive ... já casos mais difíceis que venham de outro EP , em que já vinham com a ponte feita com o Consulado, mas tive um ou dois só, está? No entanto, sim senhora o Consulado ali acompanhou, mas ... depois eles... já não me recordo se já saíram ou se não...

Entrevistadora: Houve também uma colega que foi a Dra. [REDACTED] não, foi a Dra. [REDACTED] na área da psicologia que me disse que esta questão dos direitos e dos deveres também é trabalhada com os colegas que estão no departamento jurídico. Será que eles fazem este trabalho com eles ou só o fazem se houver essa necessidade de explicar-lhes?

Entrevistado: É assim, só se ... penso eu... só se houver essa necessidade. Eu acredito que ...

Entrevistadora: Que isto no fundo é feito mais pelos técnicos , pelo que eu entendo. Faz parte de um acompanhamento normal , eles fazem as perguntas e vocês ajudam...

Entrevistado: Agora... um recluso estrangeiro que tenha com dificuldades de comunicação, que se envolve num registo disciplinar ... tem todo o direito, certo?

Entrevistadora: De falar com quem de direito, não?

Entrevistado: Com quem está ... o porquê do processo... como é que eu me posso defender sobre isto, e aí...

Entrevistadora: Aí sim, eles têm que intervir?

Entrevistado: E aí, o Serviço de Reclusos ou neste caso a parte jurídica já tem de intervir e de explicar isso ... como o fazem? Eu não sei.

Entrevistadora: Já toquei também na questão da correspondência... pronto, já vimos que infelizmente parece que nem todos conseguem ter...

Entrevistado: É assim ... a correspondência quando ... também já passou por mim...

Entrevistadora: Mas também diz na lei que quando não sabem ler nem escrever que podem requerer a funcionários ou a terceiros autorizados que lhe escrevam e leiam a sua correspondência . Eu só me pergunto aqui como é que isto ajuda o recluso a ser autónomo e a ter direito à sua privacidade e identidade?

Entrevistado: Pois, não... Ou é alguém que ... algum familiar que eles tenham ... algum primo , portanto ... irmão (sim, temos até um caso de irmãos) mas muitos mais primos ou então lá está aquele amigo em que tem muita confiança ou aquele guarda em que ele tem muita confiança , mas no meu caso dos meus (que eu tenha conhecimento) os que tem mais dificuldade, normalmente (como é óbvio) não escrevem cartas. Portanto, ou seja, é via telefone, é via do chamado ou visita.

Entrevistadora: Então estão a arranjar outras estratégias. Tenho uma última pergunta para lhe fazer. Na sua opinião, tendo em conta que os documentos internos utilizados respeitam a ordem em que estão feitos? (nomeadamente maioritariamente manuscritos) - mas a forma como eles estão feitos - considera que dá o direito à informação a todas as pessoas ou estão bem estruturados no sentido de que são acessíveis?

Entrevistado: Acessíveis em termos de conteúdo ,de informação?

Entrevistadora: Sim, toda a gente consegue compreender e chegar à informação? Entrevistado: Neste caso estás-te a referir só ao folheto ou...

Entrevistadora: A todos os documentos internos.

Entrevistado: É assim ... os documentos internos ... o folheto informativo tem lá informação q.b. ... e ..., portanto , acessível...

Entrevistadora: Por exemplo vou-me por na posição de alguém que não sabe ler ...

Entrevistado: Aí não sabendo ler ...

Entrevistadora: Está estruturado de forma a que uma pessoa que não consiga ler compreenda o que está lá escrito?

Entrevistado: Mas aí se não sabe ler, tem que ter alguém que...que lhe diga a ele.

Entrevistadora: Ou de alguma estratégia. Não sei se alguma vez ouviu falar , por exemplo, na utilização de símbolos para associar às imagens , de forma a que se entendam as palavras e o contexto da frase? É por exemplo uma estratégia ...

Entrevistado: Tipo pessoas invisuais?

Entrevistadora: Como se faz com as crianças quando estão na fase de aprendizagem: associar uma palavra a uma imagem.

Entrevistado: Ok, prontos, mas nesse aspeto aqui não temos suporte para isso. Que eu tenha conhecimento não há material... que eu tenha conhecimento não.

Entrevistadora: Os pedidos (estou a pensar nos pedidos que é aquilo que me aflige mais pensar). Eles tem que fazer vários pedidos: um pedido de atendimento a um técnico, um pedido para um saldo, um pedido para um cobertor, um pedido para lhe tirarem dinheiro da reserva, um pedido para ir de precária . São coisas importantíssimas!

Entrevistado: Portanto, temos duas hipóteses: ou eles por eles conseguem fazer só o pedido para falar comigo, para falar com o técnico

Entrevistadora: E aí dizem verbalmente, se conseguirem...

Entrevistado: Mas à partida, sim. É assim, dos meus (tenho cerca de cinquenta, cinquenta e cinco reclusos) tenho ... um , dois , três casos mais difíceis, prontos: um com dificuldades cognitivas que ... tenho de falar com ele muito calmamente duas, três vezes , mesmo assim, se calhar passados dois, três minutos, tenho que estar outra vez a

reforçar ... ou então ele coloca-me uma pergunta que eu sei que já falei sobre isto há trinta segundos atrás ...

Entrevistadora: E sabe que este sistema também de utilização de símbolos pictográficos de comunicação também auxilia bastante pessoas com dificuldades intelectuais porque existem algumas dificuldades em que é mesmo difícil associar ...

Entrevistado: Sim, sim, sim, sim, acredito! Depois ... os outros, os outros também se defendem. Era o que eu estava a dizer: os outros dois casos mais difíceis, defendem-se como? Ou verbalmente...

Entrevistadora: Pedem o atendimento e dizem...

Entrevistado: E depois falam ... aliás ... eu tenho... “ó Dr. [REDACTED] eu preciso de fazer um pedido de visita íntima.” E eu digo, podias fazer, também fazes. “Ah, mas eu não sei fazer.” “Tem de me ajudar a fazer”. Pronto, só que eles não têm problemas ... eles estão entre aspas em casa, ao tempo que estão aqui, estão em casa. Ou seja, posso dizer que a vez que me abordou com isto foi ... foi em plena rua com outros reclusos a passar.

Portanto, para eles, ... se calhar outro mais reservado ... “Precisava de falar consigo”.

Ok. Então. **Eu sei das dificuldades dele então não lhe pedia o papelzinho.**

Entrevistadora: Isso é importante o que acabou de dizer agora: sabe das dificuldades dele, não lhe pediu o papel. **Ou seja, ao saber das capacidades da pessoa, tentou adaptar a situação ao contexto daquela pessoa. Isso é arranjar estratégias.**

Entrevistado: Sim, nós estamos cá para facilitar, não estamos cá para ... ok dentro de regras, certo? Dentro de certos parâmetros. É à vontade, não é à vontadezinha...ok, dou-lhes essa liberdade até ao momento em que eles se esticam, ponto. Ou seja, a liberdade de passar por mim “ ah e tal preciso de falar consigo” ok, e eu assim que possível coloco-te na agenda. E se conseguir logo no dia seguinte, coloco, ou passado dois dias coloco para atendê-lo. E depois pronto, eles estão mais sozinhos em contexto de gabinete, de atendimento...expõem tudo depois eu logo vejo. Primeiro explico-lhes...

Entrevistadora: Ok isso é importante também : primeiro explica e depois contextualiza, se calhar...

Entrevistado: e depois ... porque há alguns (este que eu estava a falar da Senhora Diretora) “ ah faça o Dr. [REDACTED]” e eu “ não posso fazer, não vou fazer isso”, “isto é uma questão tua”” mas eu não sei, eu não consigo” “ consegues , vamos lá” , então ele... porque eu isso não vou fazer por eles. **Posso ajudá-los a fazer, agora fazer por eles, não,** até porque ...

Entrevistadora: Mas isso também é importante , que é no fundo dar importância àquilo que eles conseguem fazer. Não é desprezá-los nem achar que eles não são capazes.

Entrevistado: Aliás ele conseguiu! Demoramos (pá, não quero mentir) mas um quarto de hora vinte minutos para fazer um parágrafo , certo? **Demoramos quinze minutos para fazer um parágrafo, mas conseguimos.**

Entrevistadora: Eu não tenho nada mais nenhuma questão a colocar , não sei se o Dr. [REDACTED] quer perguntar mais alguma coisa?

Entrevistado: Nada Rute, olha obrigado pelo convite e força com isso!

Entrevistadora: Obrigada, boa tarde!

Entrevista 6 – Técnico Superior de Reeducação 2

14 de novembro de 2024

Legenda:Perguntas Respostas 

E a primeira pergunta que lhe faço é : se tem conhecimento como é que uma pessoa que tenha formação em educação especial pode contribuir para alguma melhoria dentro deste estabelecimento prisional?

Entrevistada: Então este estabelecimento prisional , atendendo também à faixa etária que é de jovens entre os dezasseis e vinte e um anos ,muitos deles, portanto vem com uma escolaridade muito baixa , maioritariamente com o sexto ano ,alguns já com o terceiro ciclo, mas muitos deles ao integrarem essa essa formação realmente têm muitas dificuldades principalmente a nível da escrita e muitas vezes até da oralidade. Muitas vezes isso está associado também a problemas cognitivos, portanto recebemos jovens com essas características ,muitas vezes também devido ao consumo de estupefacientes e que contribuem ,como sabe, para essa problemática e, portanto, acho que realmente um técnico vocacionado nesta área seria uma mais-valia para colaborar com estes jovens.

Entrevistadora: Muito obrigada. A segunda pergunta que lhe vou fazer é: dentro destas formas de intervenção ou dentro destas melhorias que referiu : nos problemas cognitivos nas características ,nas particularidades de dificuldades na leitura e na escrita, por exemplo, quais são as que (na sua perspetiva) podem contribuir para melhorar a comunicação com os reclusos? Como é que pensa que podia ser melhorada esta comunicação com este tipo de reclusos?

Entrevistada: Então esta comunicação poderia ser melhorada através de meios audiovisuais ,também a nível de manuais , portanto que estivessem mais acessíveis para eles poderem trabalhar , videojogos , essas ... pronto tudo relacionado ... mais relacionado porque realmente só a escrita e a leitura realmente são instrumentos importantes, mas teria que ter outros adaptados.

Entrevistadora: Muito bem. E alguma vez na sua experiência enquanto Técnica Superior de Reeducação (em muitos anos de carreira certamente) alguma vez sentiu dificuldades com algum jovem de comunicação?

Entrevistada: Sim, com certeza! Principalmente a nível da escrita e em preencher determinados formulários que eles têm que fazer , quanto ao pedido de atendimento como para outros documentos que eles têm que preencher ... sentem essa necessidade. Muitas vezes socorrem-se dos companheiros que estão no seu no seu pavilhão, na sua ala ...

Entrevistadora: E estes pedidos e estes documentos são feitos de forma manuscrita?

Entrevistada: São feitos de uma forma manuscrita sim.

Entrevistadora: Considera que ,por exemplo, uma vez que nos falou nos manuais na adaptação ,a utilização de imagens ou de símbolos associados às palavras poderia melhorar a perceção e a compreensão das mensagens ,no fundo?

Entrevistada: Talvez...sim.... Ia ser também uma hipótese a considerar .

Entrevistadora: E com algum recluso estrangeiro ,alguma vez sentiu alguma dificuldade?

Entrevistada: Sim ,senti principalmente o que nós já temos recebido reclusos de várias nacionalidades: romenos (inclusivamente já tive um recluso holandês em que ele só sabia mesmo holandês e não sabia nada de português e tinha muita dificuldade também no inglês e que nos ... que tive que me socorrer do Google Tradutor) e, portanto, resultou! O que é facto é que depois ele acabou por aprender português.

Entrevistadora: Ok. Muito bem. Foi uma boa estratégia. O que importa é tê-las.

Entrevistada: Exatamente.

Entrevistadora: E nesses documentos que são utilizados internamente com os reclusos (que já vimos ,a maioria manuscritos) ,considera que estes podem ser compreendidos por todos porque utilizam uma linguagem simples e clara ?

Entrevistada: Quer dizer a linguagem é simples e muitas vezes é simples e clara eles muitas vezes têm dificuldade até no simples e no claro porque realmente não ... não conseguem ... muitas vezes ... ter a percepção ou ter conhecimento e muitas vezes temos que ser nós inicialmente a ensiná-los a utilizar esses manuscritos, esses documentos.

Entrevistadora: E quando é utilizada legislação? Por exemplo , eu sei que lhes é entregue ,de acordo com o artigo 9.º do Regulamento Geral dos Estabelecimentos Prisionais, que é o folheto informativo, a informação... várias informações e uma delas é sobre os seus direitos e deveres. Como é que considera que eles possam compreender aquilo que lá está escrito sendo que legislação é uma linguagem muito técnica e estou a pensar no caso de reclusos estrangeiros e de reclusos que não saibam ler nem escrever. Como é que eles podem compreender isto?

Entrevistada: Pronto, nós fazemos logo a avaliação e a triagem das situações quando os recebemos . É claro que se é um jovem que nós à partida ... se verifica que ele não sabe ler e escrever, somos nós técnicos que também depois temos essa necessidade e essa preocupação de lhes dizer como é que as coisas funcionam. Não quer dizer que seja logo na primeira entrevista, mas ao longo do tempo. E eles próprios também muitas vezes têm essa necessidade e essa preocupação de questionar sobre algumas coisas e algumas dúvidas que têm sobre legislação, sobre qualquer documento que lhes é entregue ou ...

Entrevistadora: até sobre os seus processos , no fundo... devem ter muitas...

Entrevistada: Isso depois já é com a secção de reclusos , já não temos nada ...

Entrevistadora: É com o apoio jurídico, conforme me transmitiram, mais a secção de reclusos?

Entrevistada: Sim, sim é, mas que não quer dizer que o técnico também não possa elucidar se tiver conhecimento ... do recluso sobre esse assunto .

Entrevistadora: Mas imaginando que o recluso tem alguma dúvida ou que é preciso fazer esta transmissão do folheto e ele não é português. Segundo a lei diz que este folheto está traduzido para várias línguas. Já foi necessário utilizar essa tradução alguma vez, no seu caso ,ou como é que fez?

Entrevistada: Não.

Entrevistadora: Nunca

aconteceu?

Entrevistada: Nunca aconteceu. Pelo menos no meu caso nunca aconteceu.

Entrevistadora: Porque pelo que falei com os outros técnicos até agora maioritariamente eles conseguiram ,por assim dizer ,desenrascar com o inglês ,sempre com o inglês correto?

Entrevistada: Sim, sim, sim ... apesar de que eu ainda sou mais do tempo ...que devido à minha perpétua idade ... do francês ..., mas pronto ...

Entrevistadora: E havia aqui um recluso que falava francês , pelo que sei. Se calhar para os colegas era mais difícil.

Entrevistada: Exatamente!

Entrevistadora: Muito bem. Também sei que eu recuso tem o direito a receber e a enviar correspondência. Quando ele não sabe ler nem escrever ,pode também requerer a funcionários ou a terceiros ,que estejam autorizados, que escrevam e que leiam a sua correspondência. Nesta situação considera que a promoção de competências de comunicação pode ajudar o recluso a ser autónomo e a ter o direito à sua privacidade e identidade?

Entrevistada: Claro que sim ,portanto o problema Eu estou aqui há muitos anos e quando estava com ... eu já tive a coordenação do ensino e tínhamos realmente turmas do primeiro ciclo. Hoje em dia já não temos número suficiente de jovens com essas..., portanto sem o primeiro ciclo e, portanto, agora até temos o tal Projeto Local em que eles podem ser certificados com o primeiro ciclo, mas são muito pouquíssimos é o que acontece. Agora é assim nunca se nos pôs muito esse problema de ... há sempre alguma forma em que eles são elucidados sobre ou através dos que estão na escola , ou através dos professores que estão no pavilhão ou com colegas ou com os próprios guardas , muitas vezes eles também se socorrem dessa situação , e do técnico quando têm essa necessidade. Agora obviamente se houvesse a possibilidade de haver alguém dentro desta área que os pudesse ajudar e que eles tivessem aulas e que tivessem esse suporte ,

esse apoio , pois com certeza que seria uma mais-valia .

Entrevistadora: Até porque se calhar eram menos os atendimentos que teriam por vezes que fazer porque o técnico que eu entrevistei antes disse-me que tem um recluso que não sabe mesmo escrever e que não admite que não sabe escrever e sempre que quer falar com ele pede ao colega para marcar simplesmente um atendimento .

Entrevistada: Pois eu por acaso não tenho neste momento nenhum nessas condições mas sim pode acontecer , sim ,sim, sim isto é tudo muito imprevisível ...

Entrevistadora: ... uma mais-valia ,não é? É uma área que parece não existir penso eu ,aqui não existe ninguém que trabalhe nesta área ou na eventualidade , poderão alguns dos professores que vêm da parceria com as escolas poder ter uma formação nessa área, mas não estão aqui para lecionar essa área. Não estão.

Entrevistada: Já tivemos muito mais esse apoio quando realmente tínhamos cá as turmas do primeiro ciclo de professores do ensino básico e que depois também faziam essas aulas de apoio para os que ... com maiores necessidades educativas.

Entrevistadora: Ok muito bem . A última pergunta que lhe quero fazer é : se na sua opinião como é que poderiam ser melhorados os documentos internos no geral? Falou-nos também há pouco de uma adaptação como se fosse um género de manual uma compilação de informação ,certo? Na sua ideia o que é que poderia ser melhorado mais a nível de documentação?

Entrevistada: É assim, eles , por norma, quando têm que utilizar a maior parte da documentação ,estão com alguém por perto : um técnico, um administrativo, quando vão à secção de reclusos que ajuda (eu já tenho reparado)...também ajuda. Agora o documento com o quê? Com símbolos?

Entrevistadora: Estou a pensar ,por exemplo ,ali no Serviço de Cantina ,que é um serviço que me é muito familiar . Concorda que seja feito numa folha amarela com linhas muito pequenas ,de forma manuscrita (estou a pensar ,por exemplo ,nesse documento ou num pedido)? Usar imagens, categorizações usar áudios ,como falou há pouco, usar ...poderia melhorar ?

Entrevistada: Talvez , pois , acredito que sim . Acredito.

Entrevistadora: Ok Dra [REDACTED], eu por mim está tudo perguntado não sei se tem alguma pergunta a fazer-me a mim?

Entrevistada: Só desejo que tudo corra muito bem e que se conseguisse vir para cá nesta área seria também uma mais-valia para o estabelecimento prisional e atendendo também à faixa etária ,às necessidades dos reclusos...

Entrevistadora: Muito obrigada.

Entrevistada: De nada, obrigada boa tarde.

Entrevista 7 – Técnico Superior de Reeducação 3

18 de novembro de 2024Legenda:Perguntas Respostas 

Então a primeira pergunta que lhe faço é se **tem conhecimento como é que uma pessoa com formação em Educação Especial pode dar um contributo positivo a este EP?**

Entrevistado: Ah muito bom dia. Antes de mais, **como coordenador do ensino da formação profissional aqui no EP Leiria Jovens acho que uma pessoa com essa possibilidade seria muito útil para nós porque de facto recebemos muito jovens reclusos que têm grandes dificuldades a nível cognitivo. Muitos deles também já frequentaram o ensino especial no exterior e aqui dentro são integrados em turmas, digamos que normais, digamos ... onde de facto muitas vezes é a disparidade de conhecimentos entre uns e outros é muito grande, sobretudo desses jovens que já foram sinalizados no exterior e que aqui no meio prisional, não tem esse acompanhamento especial que deviam ter.** Portanto acho que seria....

Entrevistadora: Nem individualizado. É impossível fazer isso?

Entrevistado: É impossível fazer isso. Agora ter alguém de um outro horário que possa ajudar as professoras a trabalhar com esses jovens de facto seria muito útil porque, por exemplo, em termos de sala de aula torna-se um bocado difícil de gerir para os professores: porque têm que fazer fichas para jovens que já estão com conteúdos mais avançados e outros de facto tem um conhecimento muito mais limitado e que requer uma atenção muito mais caso a caso, digamos assim, de forma a trabalhar com esses jovens. Isso de facto acontece em quase todas as turmas. Temos alguns alunos nessas condições.

Entrevistadora: Recorda-se assim de alguma situação particular em que ... ou de que forma é que estaria esse jovem num contexto diferente em relação aos outros, que adaptações é que tiveram de ser feitas?

Entrevistado: É assim nós temos cá alguns casos. Alguns já que estão num curso de formação há dois anos, há um jovem que está no curso de Mesa e Bar, e que de início foi logo sinalizado junto das professoras para ter algum trabalho mais específico com ele. Que ainda hoje em dia esse trabalho é feito com ele, o trabalho é específico, quando o nível de exigência não pode ser tão grande como é com os outros. Portanto e esse jovem está sinalizado junto da equipa pedagógica e sabemos que de facto não consegue atingir o nível dos outros. Agora há esse trabalho de início que foi falado com as professoras de forma a que elas possam adaptar alguns conteúdos e algumas fichas de trabalho para que esse recluso jovem possa fazer essas fichas , portanto há esse cuidado e há mais , há mais jovens nessas condições que temos que ser de facto essa essa informação para depois poder comunicar as professoras e muitas vezes não é fácil e havendo alguém que pudesse ajudar e ótimo.

Entrevistadora: Então podemos dizer que estes jovens , alguns deles, apresentam problemas de comunicação?

Entrevistado: Hum digo comunicação a que nível? Dos estilos de comunicação que apresentam? Em termos de estilos? Se são mais agressivos, passivos?

Entrevistadora: Sim, por exemplo, enquanto Técnico de Reeducação, alguma vez teve alguma dificuldade de comunicação com estes jovens mais no seu contexto ,não é de trabalho, apesar de ser o coordenador da equipa pedagógica pode falar da sua experiência ...

Entrevistado: A nível de comunicação, portanto alguns jovens têm um discurso muito mais rígido muito mais tipificado que muitas vezes tínhamos que nos adaptar ao conhecimento que eles têm para que possam perceber a nossa mensagem.

Entrevistadora: Mas porquê?

Entrevistado: Porquê , porque de facto , eles têm um discurso muito pobre. Muito rígido.

Entrevistadora: E compreende que isso seja resultado de quê, por exemplo?

Entrevistado: É o resultado dos estilos de vidas que eles tiveram no exterior ,depois, claro que eles tiveram no exterior, da parte familiar , da parte escolar , de todo o não

desenvolvimento escolar que deviam ter tido e que de facto nos chegam com dezassete/ dezoito anos ao EP com imensas dificuldades, sobretudo numa comunicação mais elaborada que é preciso ter e temos que perceber que é um discurso muito rígido e que houve ali falhas no seu desenvolvimento.

Ora outro nível de comunicação sendo jovens estrangeiros (pronto eu como não tenho muita dificuldade) tive alguns casos , mas sempre ter a língua como o inglês que é a base não é, para nos entendermos com reclusos estrangeiros e de facto também acontece, não é? Há um bocado dificuldade inicialmente, mas depois as coisas ... depende também da nossa capacidade enquanto técnicos de poder chegar a eles ,de poder passar a mensagem ,que eles possam receber os conteúdos mais importantes dentro do EP.

Entrevistadora: E como é que o doutor ■■■ faz? Imaginemos que está perante um jovem que até fala o inglês, como é que faz com ele hum?

Entrevistado: Como é que faço?

Entrevistadora: Sim.

Entrevistado: Eu falo inglês também com ele faço a tradução de alguns documentos também para ele ... para que ele possa no fundo ser informado hum porque os documentos muitas vezes vêm em português ...

Entrevistadora: Manuscritos ?

Entrevistado: Manuscritos. E temos de ser nós a fazer ou a tradução ou a escrever de novo aquele documento para que ele possa perceber.

Entrevistadora: Pois porque pelo que eu sei ah existe um documento que é onde estão algumas das informações gerais : o NIB ,por exemplo, para onde devem fazer os pagamentos para eles terem o dinheiro cá dentro...

Entrevistado: Eu tenho também em inglês , sim...

Entrevistadora: Os direitos e deveres e eu sei que é assim, diz a lei que ele está traduzido em vários idiomas , naqueles que são os mais falados pela população reclusa estrangeira , portanto o inglês está de certeza?

Entrevistado: Mas que eu tenha conhecimento que nós tenhamos um boletim para entregar ao recluso em inglês, não temos.

Entrevistadora: Não tem?

Entrevistado: Não temos.

Entrevistadora: Então quando faz essa tradução concorda que a parte da legislação que é uma linguagem um pouco mais técnica, não é fácil a toda a gente de conseguir traduzir e explicar?

Entrevistado: Certo, ainda ontem houve aqui um caso de um jovem que é do Paquistão, apesar de ter alguns conhecimentos de inglês ele recebeu a acusação do tribunal. Eu tive que traduzir (quando lhe estava a ler em português e estava a traduzir para inglês) para que eu possa perceber algo daquilo que estava lá escrito. O documento ainda não vem em inglês, portanto estamos a aguardar que o documento venha hoje... mas

Entrevistadora: E vem? É o Consulado que intervém?

Entrevistado: Deve vir porque isso está na sentença só que ainda não chegou. Portanto o recluso, o jovem recluso não sabe o que lá está escrito ainda.

Entrevistadora: Mas é assim que acontece normalmente: o recluso é estrangeiro e eles enviam estes documentos jurídicos ...

Entrevistado: Por vezes costuma acontecer, sim.

Entrevistadora: Ok, mas não é preciso pedir a intervenção do Consulado para isso?

Entrevistado: Não?

Entrevistadora: Não?

Entrevistado: Não a quem já sabe tem que ter um teto para depois fazer a tradução para a língua do recluso, não é?

Entrevistadora: E eu ainda irei entrevistar os dois colegas juristas e certamente eles saberão responder-me com mais precisão a estas questões, mas eu também...

Entrevistado: O último caso registado é esse : é um recluso do Paquistão que recebeu a acusação em português.

Entrevistadora: Ok, então voltando ainda à parte do folheto informativo: terão então que ser vocês que trabalham junto deles no acompanhamento a traduzir; **que formas é que acha que poderiam ser (ou estratégias) utilizadas aqui com o folheto? Simplificar a linguagem, utilizar, por exemplo imagens , o que é que acha que se podia fazer para adaptar no fundo este documento que acho que ele que compila a maior parte ...**

Entrevistado: Sim, além do boletim informativo , quando entregamos a eles, todo o grupo de informações **devia haver algum documento mais sintético** nem sequer em inglês, não é? **Que nós possamos explicar ... termos informações úteis, mais básicas que eles possam no fundo perceber e ter essa informação em inglês.**

Entrevistadora: Como se fosse um manual.

Entrevistado: Como se fosse um manual. Uma pequena brochura, por exemplo.

Entrevistadora: Sim, concordo também.

Outra pergunta que lhe quero fazer é que hum **em relação a reclusos com baixa literacia,** (como já disse existem aqui muitos casos até detetados na Escola não é) ; quando eles têm esta questão da baixa literacia **,considera que eles conseguem compreender aquilo que está escrito nos documentos que lhes são apresentados aqui no estabelecimento prisional , por exemplo , eu sei que eles tem que fazer pedidos: pedidos à Senhora Diretora, pedidos ao Técnico para atendimento Todos eles conseguem aceder à informação de uma forma igual?**

Entrevistado: **Muitos deles têm alguma dificuldade em perceber algumas palavras em português, ou as palavras mais elaboradas,** digamos assim, e temos de ser nós os técnicos a explicar de uma forma mais clara, digamos assim, para que eles possam perceber o conteúdo que lá está. E explicar por outras palavras para que eles possam perceber, **porque é uma linguagem muito técnica,** muitos destes jovens de facto não estão aptos para ter esses conhecimentos como é lógico. Aí tem sido o papel do técnico: explicar ao recluso o que se pretende.

Entrevistadora: E, por exemplo, para pedidos de comida? Sei que existe o Serviço de Cantina (e eu também sou trabalhadora deste EP., também posso dar a minha visão) eu vejo que muitos escrevem as coisas mal escritas e também sei que muitos não sabem escrever , ou seja , para esta questão e para outras importantes : que é o comer ou pedir um cobertor ou pedir uma roupa ou um bem necessário , se o recluso não souber escrever vai depender obrigatoriamente da ajuda de terceiros?

Entrevistado: E de outros sim: ou de outros colegas ou de alguns elementos de vigilância que também que os possa ajudar, é o que costuma acontecer.

Entrevistadora: OK e na correspondência ,na troca de correspondência (sendo isto um direito deles trocar e receber correspondência, se eles não sabem escrever) a quem é que eles recorrem para fazer isto?

Entrevistado: Se eles tendo ... eu já tive casos em que ... conheci novos Técnicos de Reeducação a ajudar o recluso a escrever a carta.

Entrevistadora: Ok, ou seja, concorda quando então , ao depender de um terceiro , seja ele quem for, se for um senhor Guarda ,se for um técnico que ... o dever de sigilo e a individualidade da pessoa , não está aqui ... a ser respeitada?

Entrevistado: O que se pode fazer é incutir nestes jovens um conjunto de competências que eles não têm.

Entrevistadora: Pois, exatamente é uma estratégia ! Ainda sobre os documentos internos utilizados aqui no estabelecimento prisional; perguntei-lhe se se eles garantiam o acesso à informação de todos ,mas na sua opinião como é que acha que eles podiam ser melhorados? Daquilo que costuma trabalhar e vê na necessidade de alguns reclusos, **o que é que acha que poderia ser melhorado nesses documentos, manuscritos?**

Entrevistado: Manuscritos. Eu acho , aquilo que já temos , de facto corresponde ... o boletim informativo que nós entregamos ao recluso devia ter com informação mais concisa digamos ,coisas mais práticas para que eles possam durante o seu dia a dia perceber como é que a casa funciona.

Entrevistadora: Regras, estamos a falar de regras, deveres?

Entrevistado: De regras, de rotinas que é importante , porque muitas vezes as coisas diferem ou de um pavilhão para o outro e é importante que essa informação também seja escrita ...

Entrevistadora: Pode-nos dar só um exemplo? Alguma coisa que na sua visão (que não é minha certamente) ... o que é que eles deviam saber mesmo?

Entrevistado: As horas ... Uma coisa que eles não costumam saber é os horários dos pátios por exemplo , eles tem recreio e diferem os horários de pavilhão para pavilhão e depois também sabem que em muitos casos os horários são muito diferentes e no meu tempo de ... os horários para serem cumpridos podem ser diferentes ... não é que sejam diferentes alguns outros pavilhões, mas o modo como são geridos é um bocado diferente hum claro que isto só acontece em alguns casos mas hum é assim essa definição dos horários seria muito importante para eles , como o horário das rotinas, do acordar ,o pequeno-almoço ,das regras ,todo o conjunto diário de rotinas devia ser mais bem explícito para eles.

Entrevistadora: E devia estar afixado ,como outras coisas que são afixadas no pavilhão?

Entrevistado: Sim e mesmo a diferença entre reclusos ativos e reclusos inativos , com alguma diferença nos horários porque vão à escola ,pelos que regressam durante algumas horas ... e essa diferença entre reclusos ativos e inativos também devia ser enunciada nesse boletim.

Entrevistadora: Porque não está. Daquilo que eu conheço do folheto informativo, são dados os direitos e os deveres de uma forma geral com base no Regulamento Geral dos Estabelecimentos Prisionais e é mais ou menos isso. Entre horários das visitas , que também sabemos que recentemente foi alterado o horário , não é? Foi colocado à sexta-feira que não estava definida hum , mas esse tipo de informações não consta dos pavilhões , ou seja, além desse documento mais geral devia ser feito um documento para cada pavilhão ...

Entrevistado: Para cada pavilhão e sobretudo nessas questões do estar ativo e inativo o que é que um recluso que está ativo na Escola e os que não tem Escola , o que é que poderá fazer ; e se isso ficar escrito nós sabemos, não é? cria a rotina diária , mas também a questão do regresso da Escola como é que eles podem tomar banho, como é

que eles podem fazer o telefonema ,não é? Todo um conjunto de situações que pode ser diferente de recluso ativo para recluso inativo.

Entrevistadora: E isto vai funcionar para todos porque é para os técnicos é para os guardas e para os reclusos servem de mapeamento ,no fundo para todos ?

Entrevistado: Para todos! Exatamente!

Entrevistadora: Ok não tenho mais nenhuma pergunta a fazer , não sei se **tem alguma a fazer-me a mim ?**

Entrevistado: **Eu só acho que é muito importante ter alguém que nos possa ajudar nesta parte do ensino especial porque cada vez temos jovens com mais carências a esse nível e que precisam de um trabalho mais especializado junto deles.** Por isso eu acho que sim.

Entrevistadora: Muito obrigada!

Entrevistado: Então, vá Rute.

Entrevista 8 – Técnico Superior de Reeducação 1

19 de novembro de 2024

Legenda:

Perguntas

Respostas

Entrevistadora: a primeira pergunta que lhe quero fazer é se tem conhecimento de como é que alguém formado em Educação Especial pode contribuir positivamente neste estabelecimento prisional?

Entrevistada: Conhecimento de que haja... Boa tarde!

Entrevistadora: Boa tarde! Bom dia, ainda é bom dia.

Entrevistada: Respondendo à pergunta da Rute, não tenho conhecimento que haja, ao nível nacional em estabelecimentos prisionais, pessoas formadas em Educação Especial. No entanto, parece-me bastante positivo e uma ideia até bastante interessante fazerem parte dos quadros do estabelecimento prisional, pessoas com a vossa especialidade, não é? Porque isto é uma especialidade, é um Mestrado, não é? Ao nível da Educação Especial, acho que sim, acho que é muito importante, é uma forma muito interessante de podermos, relativamente à multidisciplinaridade, fazerem parte desta área, na intervenção psicossocial dos jovens e dos reclusos, acho que sim, acho que é muito importante.

Entrevistadora: Ou seja, isto abrange a intervenção na parte escolar, mas também a intervenção a nível dos funcionários, no acompanhamento individualizado?

Entrevistada: Sim, porque na parte escolar é importante, porque também existem os professores que vêm do exterior, não é? Isso a Rute já sabe, o doutor X até lhe deve ter explicado que ele é que tem essa área, mas é importante também a nível interventivo cá dentro, porque os professores vêm e vão embora, não é? Fazem o seu papel de professores, com as disciplinas, dão a matéria e vão embora. Enquanto Técnica de Educação Especial, não é? Tem uma intervenção diária com os reclusos, mesmo que seja a nível educativo, é muito importante, sim, sim, acho que sim, eu não faria de outra maneira. Havia de abrir concursos para essas áreas, não é?

Entrevistadora: **Alguma vez** na sua carreira aqui no **██████████** **sentiu dificuldade** EP **em comunicar-se com um jovem recluso estrangeiro?**

Entrevistada: **Sim!!!**

Entrevistadora: E se nos **pode contar o que é que aconteceu?**

Entrevistada: Não só com jovens estrangeiros, mas também com jovens com necessidades especiais.

Entrevistada: **Tive uma situação, por exemplo, de um jovem, na altura da pandemia, que era surdo.**

Entrevistadora: Porquê na altura da pandemia? Só para quem nos está a ouvir perceber o porquê de virem, porque não é normal, ou é, virem reclusos com estas dificuldades?

Entrevistada: Não, também são minorias, sendo minorias também há menos reclusos com necessidades especiais, não é?

Entrevistadora: **Mas eles não são encaminhados para um centro de reabilitação no Porto?** Ou não sabe?

Entrevistada: Não, normalmente não são, se não tiverem outro tipo de problemas associados, não são encaminhados. **Cumprem as penas deles em estabelecimentos prisionais normais, sim, normais.** Na altura da pandemia, porque ele já tinha mais idade e nós éramos um centro de acolhimento da zona centro, o nosso estabelecimento prisional era o que recebia todos os reclusos, que na altura eram presos...

Entrevistadora: Para fazerem a quarentena, não é?

Entrevistada: Para fazerem a quarentena, sim, sim, sim. E foi nesse sentido que veio um senhor que era surdo, não era surdo-mudo, era surdo, ele não falava porque não ouvia, não é? E tivemos algumas dificuldades em falar com ele, não é? Graças a Deus que eu já nos meus longos anos tirei uma formação relacionada com a Língua Gestual Portuguesa e pronto, ficou para mim e acompanhei-o e ele ficou muito mais tranquilo e mais estável por perceber que havia alguém que o compreendia e conseguia falar com ele por gestos. Lá fiz o meu melhor.

Entrevistadora: Ou seja, se acontecer aqui alguma situação, à partida a doutora X é a única técnica que sabe e a única pessoa que sabe gestuar?

Entrevistada: Sim, sou, sou, sou. Não posso ser intérprete porque eu só fiz formação de dois anos. Para poder fazer a de intérprete tinha que tirar mais três anos e seria em Setúbal e era muito longe. Mas fiz dois anos de Língua Gestual Portuguesa e acho que me tem sido muito útil em termos do desempenho da minha área profissional.

Entrevistadora: E até considera que seria, não sei se lhe chamo uma disciplina aqui da escola, se calhar interessante para trabalhar com os reclusos?

Entrevistada: Porque não, sim, sim, sim. Eu já fiz algumas intervenções esporádicas, também quando recebemos estagiárias da ESECS. E como orientadora dos estágios já fiz uma proposta de trabalhar em esta área para que os outros jovens comuniquem com pessoas com necessidades educativas especiais. Porque não só a surdez, mas outras áreas como o défice cognitivo, os problemas comportamentais, a noção da parentalidade, todas as áreas que nós percebemos que é uma lacuna em termos de impedir a comunicação uns com os outros, são exploradas por algumas estagiárias e propostas algumas intervenções por estagiárias que vêm. Só que depois é um trabalho que fica, não é? Sim. E que deixa de ser desenvolvido. Não há continuidade.

Se houvesse aqui uma pessoa que pudesse fazer esse tipo de trabalho, mas que fosse um trabalho contínuo, era muito importante, sim. Era uma forma de integrar.

Entrevistadora: Os documentos internos utilizados aqui no estabelecimento prisional e que servem para a comunicação de e com reclusos, considera que podem ser compreendidos por todos os reclusos e utilizam uma linguagem simples e clara?

Entrevistada: Os documentos internos?

Entrevistadora: Pelo que sei, maioritariamente são manuscritos, certo?

Entrevistada: Certo. São todos manuscritos. Porque eles não têm acesso a formulários, não é? Que eles depois têm que preencher, mas são todos manuscritos. Eles têm que escrever. Porque eles não têm acesso a computadores, não é? Têm que escrever. E é importante que eles escrevam. Porque nesta altura do campeonato, os nossos jovens estão muito, preguiçosos entre aspas, em aprender a escrever porque têm o teclado, têm

o computador, têm o telemóvel e muitos deles são barras nestas coisas, mas depois quando os mandamos escrever eles não têm conhecimento de como é que se escreve, inclusive. Como é que podem fazer um pedido? É impressionante como é que um jovem chega a um estabelecimento prisional com dezoito ou dezanove anos, sendo barra em certas e determinadas áreas e depois um simples pedido que é feito para, por exemplo, fazer um pedido de atendimento e não sabe escrever. Têm que pedir a outro que escreva.

Entrevistadora: Então, uma intervenção aqui na parte comunicativa, ou seja, a comunicação escrita também é boa?

Entrevistada: Sim, sim, sim. Na alfabetização.

Entrevistadora: Pensando em todos, não naqueles só que possam ter algum problema de aprendizagem ou na leitura e na escrita. Será benéfico para todos?

Entrevistada: Na leitura e na escrita, sim, sim, sim. É quase chegarmos ali à escola primária e saber escrever. É muito importante saber escutar e saber escrever porque sem escrever como é que comunicamos? Não é?

Entrevistadora: Mas vou voltar a fazer-lhe a mesma pergunta: A linguagem simples e clara...

Entrevistada: Não é para todos porque nós temos muitos jovens que não sabem ler, não sabem ler e não sabem escrever. Por isso, há alguns formulários que podiam ser adaptados, mais adaptados e não serem todos iguais para todos. Podia haver formulários específicos para aqueles jovens que são detetados com necessidades especiais.

Entrevistadora: Por exemplo, tornar a linguagem mais simples.... Não utilizar certas palavras que possam ser um bocadinho de... que o entendimento não seja logo imediato.

Entrevistada: : Sim, sim, sim, sim.

Entrevistadora: A legislação era outra coisa que eu queria falar. Sei que também utilizam legislação em alguns formulários ou documentos...

Entrevistada: A legislação e o modelo que existe normalmente é reformulado quando há alterações, é reformulado. Porque é o modelo de... o folheto informativo que eles

recebem no início quando entram. É assim, os direitos e os deveres e até mais relacionado com a lei são reformulados e acho que são até explícitos, eles compreendem.

Entrevistadora: Sim? Eu ia perguntar como é que faz essa explicação?

Entrevistada: Na avaliação de 72 horas, nós entregamos esse folheto ao jovem, lermo-lo. Eu leio com eles os direitos e os deveres.

Entrevistadora: Pois, estou a pensar em alguém que não saiba ler. Se não sabe ler, está a ler para ele.

Entrevistada: Leio para ele e explico-lhe os direitos e os deveres, o que é que é, o que é uma prisão, porquê que está aqui, porquê que não está. Porque eles caem aqui, muitas vezes, pensam que é mais uma instituição para onde eles vêm e não é. E depois questionam, se têm alguma dúvida, se não têm, e eles levam com eles para a cela. E podem ler e podem aceder e podem depois, mais tarde, no próximo atendimento, questionar.

Entrevistadora: Sim. Eles interessam-se muito por esta questão dos direitos e dos deveres, no geral?

Entrevistada: Interessam-se muito pelos direitos, pelos deveres é mais difícil.

Entrevistadora: Pois.

Entrevistada: Estamos cá para também se interessarem pelos deveres. Também é uma função nossa, não é?

Entrevistadora: E se for alguém estrangeiro, como referiu, existem aqui algumas barreiras linguísticas, não é?

Entrevistada: Existem, sim.

Entrevistadora: Para fazer a explicação a uma pessoa estrangeira, como é que isto funciona?

Entrevistada: Sim, é mais difícil, não é? A metodologia acaba por ser a mesma, praticamente, para todos. No entanto, encaminhamos, por exemplo, se for uma pessoa que saiba só falar francês...

Entrevistadora: Encaminham para a Dra. [REDACTED] à partida ou para...

Entrevistada: Para mim, para ela.

Entrevistadora: Se for inglês, para o [REDACTED]...

Entrevistada: Se for inglês, para o [REDACTED] Também me safo, mas se for melhor, vai para o Dr. [REDACTED] Tive uma situação de um chinês que foi complicado também e agora cada vez mais, que me calhou a mim e tive que arranjar estratégias de comunicação com ele. Não correu mal. Agora, eram atendimentos muito específicos, tinham de ser em sede de gabinete todos, no meu gabinete, porque tinha que usar o Google, não é?

Entrevistadora: E o consulado, no meio disto tudo?

Entrevistada: Os consulados são contactados.

Entrevistadora: Ajudam?

Entrevistada: Aqui não noto tanto. Nos estabelecimentos prisionais de adultos, eles são mais interventivos. Aqui, se eles não sabem, o consulado também não intervém. É muito raro, temos que ser nós a solicitar. Temos agora um marroquino que já pediu várias vezes para falar com o consulado. Já enviei e-mail, já liguei ... e não consigo falar com o consulado de Marrocos.

Entrevistadora: Eu creio que até essa informação, se não está no folheto informativo, está na lei, no regulamento geral.

Entrevistada: Está , está , está e eles sabem que têm esse direito!

Entrevistadora: Acho que é na parte do artigo nono que explica o que é o folheto informativo e a que é que eles têm direito. Também diz uma coisa muito interessante que é que o folheto, embora esteja impresso em língua portuguesa, que pode ser adquirido ou impresso nas línguas estrangeiras mais faladas pela população reclusa

estrangeira. O que eu tenho vindo a notar nas entrevistas que eu vos tenho feito é que ninguém tem acesso a uma versão traduzida.

Entrevistada: Não.

Entrevistadora: Também não tem?

Entrevistada: Não.

Entrevistadora: Ok, queria só clarificar porque é o que está lá escrito.

Entrevistada: Mas não existe.

Entrevistadora: Ou seja, no fundo, são vocês que estão a fazer a adaptação que devia ser feita pela Direção-Geral?

Entrevistada: Precisamente. Sim, a Direção- Geral devia implementar outro tipo de estratégias de intervenção que fosse mais direta aos reclusos.

Entrevistadora: Mais direcionada, não é? Como vocês fazem ...

Entrevistada: Aos reclusos, sim.

Entrevistadora: Os programas que são direcionados, tudo é direcionado e aqui não é.

Entrevistada: Uma língua mais adequada, não é? Sim. A língua, a nossa língua e depois a língua que está como a língua... universal.

Entrevistadora: Ok. Sim, uma língua matemática, eu ia falar disso, uma língua universal. Símbolos, alguma vez, certamente, já que está dentro da área da Educação Especial, embora seja...

Entrevistada: Não é Educação Especial, é Ciências da Educação.

Entrevistadora: Sim, mas também acaba por complementar um bocado a área Especial.

Entrevistada: A Educação Social, sim, tivemos.

Entrevistadora: Os símbolos pictográficos de comunicação, alguma vez teve contato com esta estratégia, podemos dizer que seja assim, não?

Entrevistada: Não me recordo.

Entrevistadora: Não se recorda. As crianças, quando estão em fase de aprendizagem, existe muito aquela situação de associar a palavra a uma imagem. Pronto, é o básico que se faz com elas. Aqui é quase a mesma coisa, é como se nós andássemos na estrada e tivéssemos um sistema de símbolos que nos guiam, toda a gente sabe o que é que aquilo quer dizer. A linguagem que utiliza, os Símbolos Pictográficos de Comunicação, pronto, é uma linguagem mais simples, que tem uma imagem associada, tem um pequeno texto associado e também pode ajudar aqui na compreensão...

Entrevistada: Sim, mas aqui isso normalmente e no dia-a-dia não se utiliza.

Entrevistadora: Não é prático para o dia-a-dia?

Entrevistada: Não é prática. A única coisa que por vezes aplicamos esse tipo de trabalho com eles é nos programas, nos programas da Direção-Geral.

Entrevistadora: Diga-me um exemplo de um programa em que poderia ser feito?

Entrevistada: Então, no Programa de Estabilização Emocional e de Adaptação à Prisão, temos algumas atividades relacionadas com essa parte da simbologia para a leitura, outra forma de comunicar.

Entrevistadora: Ah é? Não fazia ideia.

Entrevistada: Porque há muitos questionários e há muitas folhetos, folhetos não, trabalhos. Pronto, aquilo é um programa que está implementado a nível nacional. Há vários e este é um deles. E nesses programas há confidencialidade. E muitos deles, dos exercícios e dos desenhos e das formas como eles vão fazendo e desenvolvendo o programa, identificam com símbolos e não com nomes nem com números. Para que ninguém saiba de quem é que é, a não ser do próprio. E esse programa depois é desenvolvido até ao final e eles usam sempre esse símbolo. Isto é uma estratégia do aplicador e do aplicador do programa para que ele saiba de que todo aquele processo é dele. E depois no fim há essa avaliação.

Entrevistadora: Então, considera que eles dão importância a manter o anonimato e o sigilo, a sua independência?

Entrevistada: Claro que sim.

Entrevistadora: Porque existem aqui situações como a troca de correspondência, troca e envio de correspondência. Estou a pensar nos reclusos que não sabem escrever. Como é que isto garante o sigilo e a privacidade deles?

Entrevistada: Não garante.

Entrevistadora: Como é que eles se sentem se não se sentirem compreendidos também, se não conseguirem comunicar-se?

Entrevistada: Eles procuram sempre ajuda do técnico. Nós acabamos por ser um bocadinho aqui o elo de ligação e de confidencialidade que eles têm. Também depende da criação da empatia e da forma como interagimos e fazemos a intervenção com eles individual. Mas normalmente os reclusos que são acompanhados por mim tentam criar aqui esta empatia. Faço alguns jogos com eles a nível do desenvolvimento psicossocial. E consigo de uma forma ou de outra fazer com que eles criem confiança em mim, no sentido de essas pequenas dificuldades que eles vão tendo ao longo do percurso prisional, de me procurarem para poder ajudar. Por exemplo, ontem houve uma situação engraçada que um jovem de dezasseis anos nunca tinha escrito uma carta. Então mandaram uma carta a dizer que a carta tinha de ser devolvida porque não estava em condições. Colocou o remetente no lugar do destinatário e o destinatário no lugar do remetente. E eu fui falar com ele e expliquei-lhe. E ele disse que não sabia. E depois o recluso que estava com ele, porque estão os dois na mesma cela, disse que já fez asneira e também fez o mesmo. E achei engraçado porque depois para aproveitarmos os envelopes, porque os envelopes estão caros...

Entrevistadora: Sim, tapa-se com uma etiqueta.

Entrevistada: E eu disse, vamos colar aqui, vamos fazer assim e, agora vocês já sabem. Uma coisinha tão simples, não é? E eles, tipo, como é possível? Não sabíamos isto, também nunca tínhamos escrito.

Entrevistadora: Mas é bom que alguém ainda se interessa em manter a correspondência escrita.

Entrevistada: É o que eu digo, escrevam, falem com a família. Há coisas que se diz na escrita que não se diz cara a cara, olho no olho. A forma como nós comunicamos, através de uma carta, é completamente diferente da forma como nós falamos uns com os outros. Escrevam. Então há uma coisa que eu tenho muito, é em sede de atendimento, há coisas que eu sinto que o recluso não é capaz de me dizer em atendimento, então peço-lhe ele para me escrever.

Entrevistadora: E se ele não souber?

Entrevistada: Sabe.

Entrevistadora: Sabe? **Tem algum caso de alguém que não saiba neste momento?**

Entrevistada: **Neste momento não tenho. Não tenho nenhum que não saiba escrever. Tem dificuldades, mas sabe escrever. Sim, sabem todos escrever.** Dos sessenta quase que acompanho, sim. Todos sabem. Não há nenhum que não saiba.

Entrevistadora: Porque eu também falei com, ontem entrevistei o colega, e ele disse que no caso desses que não sabem, eles para se protegerem, para se defenderem, marcam um atendimento. Dependem de um terceiro, mas desse terceiro vão-lhe pedir simplesmente para escrever, quero falar com o doutor [REDACTED]. E lá dizem o que querem, porque senão isto pode gerar outras coisas.

Entrevistada: É verdade, é verdade. Também é assim, também há o espírito de interajuda entre eles, não é? E há coisas que nós não, nos ultrapassam. Mas sim, existem muito esta, e até por preguiça, ah, faz aí o meu pedido, vais fazer o pedido para o senhor, para a doutora [REDACTED] la, então faz para mim, também quero, faz para mim. E nós depois vamos começando a identificar a letra. É, vamos percebendo. Este foi o não sei quem que fez.

Entrevistadora: Sim, ali também acontece nos pedidos de cantina.

Entrevistada: Eu percebo, então vou deixando marinar. Então dos telefones é uma coisa, porque os telefones já podem trazer outras especificidades mais complicadas, mais complexas.

Entrevistadora: Mas é bom deixá-los e orientá-los para a parte escrita, sim.

Entrevistada: Sim, mas vou chamando a atenção. Estes números não foram colocados, não foram feitos por si. E depois acontece muitas das vezes, eu mostro e eles dizem, mas eu não fiz este pedido. Então conhece este número e este nome? Não. Por isso é que é preciso ter aqui sempre o olho aberto.

Entrevistadora: Dra. X , uma última pergunta, para deixá-la ir trabalhar. Na sua opinião, como é que os documentos internos, já falamos deles, manuscritos, que não são formulários, mas que podem ser pedidos, como é que eles podem ser melhorados? O que é que você faria para melhorar?

Entrevistada: Olha, uma das coisas que eu vi na Roménia, por exemplo, e que achei muito interessante e que alguns EP já implementaram e depois deixaram de implementar, era um cartão. Eles tinham acesso a um cartão. E depois havia um computador em cada corredor dos serviços. Eles, através desse cartão, que é um cartão individual, tinham acesso a tudo. Fazer o pedido para o técnico, fazer o pedido para a cantina, para fazerem as compras, para fazerem o pedido das visitas, para juntarem o número de telefone. Tudo isso era feito através de uma....

Entrevistadora: Então aquilo deve ter um género de categorização das coisas. Botões, por exemplo, com imagens....

Entrevistada: Botões, deve ser, com imagens...E depois é como na fruta, não é? A gente vai à fruta, escolhe. E eles lá têm a lista das compras, por exemplo, através desse cartão. E têm acesso quando é que têm dinheiro, têm acesso através desse cartão.

Entrevistada: É só dele, é individual.

Entrevistadora: Garante a privacidade e o sigilo?

Entrevistada: Garante a privacidade e o sigilo. Vão àquele computador e lá sabem tudo. Sabem ver que...

Entrevistadora: Quanto é que gastaram, quanto é que ainda têm.

Entrevistada: Que podem fazer as compras, sabem o que é que há na loja, na cantina. Marcam atendimentos para o técnico. Vai ao direto ao técnico, para o técnico atender. Ou seja, o percurso é muito mais facilitado, não é?

Entrevistadora: No entanto, não gera a componente escrita.

Entrevistada: Mas isso pode ser trabalhado depois com o técnico. Facilita depois esse trabalho, que nós muitas vezes não temos tempo, porque andam com papéis para trás e para a frente. Se nós tivéssemos esse trabalho facilitado, podíamos fazer outro tipo de intervenção e outro tipo de trabalho com o recluso, que neste momento não estamos a conseguir fazer. Fazemos trabalho administrativo, fazemos trabalho técnico, fazemos a implementação de programas. Temos muitas áreas de intervenção, que não só o acompanhamento individual ao recluso.

Entrevistadora: E o tempo não chega para tudo.

Entrevistada: E o tempo não chega para tudo e às vezes alguma coisa fica para trás. Não é? E isso era uma forma, se calhar, de podermos aqui facilitar. Era uma forma facilitadora. E até deles também próprios gerirem. Até o tempo de chegar um papel ou técnico, para eles saberem que saldo é que têm, para poderem fazer ou não cantina, é só chegarem ali à máquina e já sabem. Olha, posso comprar até X, vou comprar aqui só isto, isto e isto. E vai diretamente para a cantina.

Entrevistadora: Isto dá quase uma resposta no imediato.

Entrevistada: No imediato.

Entrevistadora: Enquanto aqui andamos com papeis para trás e para a frente.

Entrevistada: Preciso de uma consulta de estomatologia. Preciso arranjar um dente ou dói-me um dente. Chegam ali à máquina e vai diretamente para os serviços clínicos.

Entrevistadora: Ou seja, eu pensei até num género de um manual para aqui. Um manual simplificado, utilizando as imagens, a escrita fácil, que é a adaptação dos textos de uma forma mais simples. E inicialmente até tinha pensado na língua gestual e no braille. Que se calhar o braille ainda vou aplicar. É interessante. Porque temos também aqui um colega.

Entrevistada: Temos o [REDACTED].

Entrevistadora: O [REDACTED], que é cego, está clinicamente determinado como cego. Já lhe fiz a entrevista e sim, ele também pode aqui trabalhar.

Entrevistada: Ele tem tido algumas dificuldades também.

Entrevistadora: Porque não fazer um manual? E porque não, dentro desse manual, que essas questões dos direitos e dos deveres abrangem estas consultas todas que me está a falar. Porque não, dentro desse manual, criar um género de um sistema informático para inserir os botões, para ligar diretamente com os serviços que se pretende fazer?

Entrevistada: Sim, copia-se tanta coisa, não é? Do estrangeiro, de boas práticas.

Entrevistadora: Vou dar um exemplo mais prático. Querem um cobertor porque está frio.

Entrevistada: Está frio hoje, está muito frio.

Entrevistadora: Quando é que o cobertor chega lá?

Entrevistada: Pois, por exemplo.

Entrevistadora: O terceiro cobertor, vá. Tem que fazer o pedido para o terceiro. Está muito frio esta semana. Eles fazem o pedido. O pedido tem que ir à senhora diretora. Da senhora diretora tem que ir para alguém da contabilidade, para saber se tem saldo. Para saber se tem saldo, tem que ir para os serviços económicos. Doss serviços económicos, tem que ir, se calhar, para o técnico, para aprovar. E só depois. É que alguém, finalmente, lhe pode dar um cobertor.

Entrevistada: É verdade. Esse é um exemplo muito... E que podia ser atuado no imediato. Sim. Porque, pois, é assim, trabalho em rede. Eu sei que, por exemplo, eu vou à ficha do recluso e sei que ele fez um pedido do cobertor. Basta depois a senhora diretora pôr lá um visto. Está feito. Está feito. Era uma forma interessante de poder agilizar aqui as necessidades. As necessidades deles, que são tantas, não é?

Entrevistadora: Não sei se a doutora X me quer expor mais alguma coisa. Se tem alguma pergunta a fazer-me.

Entrevistada: Não, eu tinha conversa para o resto do dia.

Entrevistadora: Tínhamos as duas.

Entrevistada: Tínhamos. Não pode ser. Temos que ir trabalhar. Temos que ir trabalhar.

Entrevista 9 – Equipa de Juristas

20 de novembro de 2024

Legenda:

Perguntas

Respostas

Entrevistadora: E a primeira pergunta que eu tenho para vos fazer é se têm conhecimento como é que alguém com formação em Educação Especial pode dar um contributo positivo aqui neste estabelecimento?

B: Bem, aqui há reclusos muito novos e muitos com (como é que eu hei-de dizer) ...

Entrevistadora: Com problemas a nível cognitivo?

B: Sim, alguns, depois também a escolaridade ... é baixa...

Entrevistadora: Baixa literacia?

B: Sim, sim. Há muitos que ... Quando eu aqui cheguei , não é? e comecei a acompanhar, quando cheguei, quando comecei a fazer os processos disciplinares, e que fui assistir a interrogatórios do [REDACTED] e da [REDACTED], pronto, e eu estava a zero, não é? Porque não vinha dos serviços prisionais, e os colegas perguntavam sempre se os reclusos sabiam ler e escrever. E muitos até...muitos até ficam assim admirados com a pergunta, mas depois fui descobrindo que há muitos que nem ler e escrever sabem, não é? porque não são só os estrangeiros que têm aqui alguma dificuldade...há muitos que tem muitas dificuldades.

Entrevistadora: Que tipo de dificuldades é que já encontraram no decorrer do vosso trabalho?

A: A meu ver, são dois tipos: por um lado, há...(eu, pela experiência que tenho) há um número considerável de reclusos que realmente carecem de necessidades especiais. Eu vejo e constato isso todos os dias. Eu dividiria isso em dois grandes grupos: há aqueles que têm uma escolaridade reduzidíssima, poderão ter completado o nono ano, mas de facto tem dificuldades grandes em expressar-se, quer oralmente, quer por escrito. E,

obviamente, isso depois também compromete a compreensão, não é? Que daí o exemplo do que está escrito e, por outro lado, há aqueles que têm dificuldades cognitivas e temos vários, assim, que não é só uma questão de, digamos assim, controle de impulsos, há ali mesmo algo na psiquiatria de psicopatológico.

Entrevistadora: Não conseguem entender de nenhuma forma. Por muito que se insista, se calhar...

A: Conseguem entender. Não têm, é muitas vezes, consciência ...da ilicitude (risos) dos seus atos.

B: E até forma como se expressam, como falam, o que dizem, não é? Muitas vezes oiço reclusos que não ...

Entrevistadora: Só para fazermos aqui um encadeamento das coisas. Como é que vocês interagem com eles no vosso trabalho? Porque eu também não tenho isso bem definido e gostava de ouvir o que é que vocês trabalham com eles no dia-a-dia?

A: No caso, e vendo aí o elenco de questões que tinha colocado, vi que tinha ... que teve especial preocupação naquela questão da compreensão dos direitos, dos deveres que eles têm e na compreensão daquilo que realmente lhes é imputado quando têm um processo instaurado. Isso vai entrançar um bocadinho já no que já disse: se realmente se constata que é alguém que não sabe ler e escrever de todo, ou que realmente tem competências ... pobres ,competências a esse nível, o preferível é que alguém... alguém lhe leia aquilo que declarou, para que ele depois possa (por alguém que não ...

██████████
Margarida ou eu ,o instrutor) transmitir-lhe aquilo que está escrito e que ele declarou. Digamos assim: é uma garantia de que há um terceiro. Normalmente pode ser a Dra. ██████████ pode ser a ██████████ da Secção de Reclusos ...

B: Pois é, no meu caso, eu pedi às colegas da Secção.

A: que lhe leia o que lá está para que se dê uma garantia à pessoa de que o que está a assinar corresponde ao que disse.

Entrevistadora: E isso basta?

A: A meu ver, basta. Já tenho muitas dúvidas quando se trata de reclusos que não domina a língua portuguesa. Aí... já começamos a pisar gelo fino. O ... normalmente o caminho é o mesmo, obviamente é impensável suscitar em arranjar-se um intérprete. Há reclusos que não dominam, e às vezes também se interessa dizer que não dominam.

B: Também já nos aconteceu reclusos que diziam que não percebiam, que não falavam bem, e sabíamos que não correspondia. Eles percebiam perfeitamente, faziam era aquilo...

A: Que lhes interessa. E de facto, até já me aconteceu , depois até confirmar-se com o pessoal do pavilhão, de ele estar alojado se no dia a dia ele compreende e muitas vezes vemos que aquilo é um dos estratagemas. Percebem, podem não dominar a língua portuguesa escrita , mas ... percebem, o que já dá algum conforto. Agora relativamente a isso como é que ... se pode ... se pode resolver o assunto? É desta maneira: chamando alguém e ... naqueles casos mais simples ... não há problemas que se levantem mesmo que haja algum recurso para o TEP. Aqueles casos mais complicados, aí é que estamos no gelo fino: estou-me a lembrar daquele caso daquele recluso sino-americano que a [REDACTED] o Chefe Tiago...

B: Ah, sim, sim!

A: Aí a coisa era mais ... mais ... complexa...

Entrevistadora: Mas porquê, porquê? Neste caso porquê , o que é que era complexo?

A: Porque ele não dominava a língua portuguesa, zero!

Entrevistadora: E diga-me uma coisa, como é que vocês fazem? Vocês que dominam claramente a linguagem jurídica, a legislação, consideram que é fácil conseguir explicá-la, primeiro, a quem domine a língua portuguesa e segundo, a quem não domine?

A: A quem não domine obviamente é mais difícil! Mas só para completar o raciocínio: aqui ... a estratégia foi um bocadinho ... porque aquilo podia estar enquinado desde início no próprio auto que originou o processo. De facto, o indivíduo, ali não havia dúvidas nenhuma, ele não dominava a língua portuguesa.

B: E ele trouxe o advogado e não ajudou! Nesse caso eu lembro-me de ele trazer o advogado ...

A: A questão ... é que depois ... realmente **ele foi notificado, via ... via embaixada** **houve um advogado, ou através da família (já não me lembra) e o próprio advogado** **esteve presente no interrogatório e colaborou ele próprio nas perguntas, nas respostas** **ou seja, também se comprometeu e comprometeu o ... recluso. E a coisa saiu bem e ele** **contente. Mas de facto há situações que podem não correr assim tão bem!** Eu lembro-me , comentei aqui há dias com a colega , aquela situação daquele emigrante , a quem a Relação de Évora deu razão...aquele que tinha sido autuado...

B: Ah sim, sim, sim, contou ... foi esta semana, foi há pouco tempo que falamos sobre isso!

A: Ainda antes de saber que vínhamos aqui, mas de facto, uma coisa muito simples: foi autuado por estar em excesso de velocidade, não dominava a língua portuguesa coisa nenhuma, multa, sanção acessória, recorreu e a Relação e deu-lhe toda a razão. Ele não domina, ele não sabe ler ... ele não tinha razão, tudo ao fundo. Isto para dizer o quê? Há estes casos-limite que felizmente são marginais, não é?

B: Sim, não são muito frequentes, não!

A: Não, não! **Agora, na medida do possível tenta-se decifrar a linguagem jurídica que** **aqui temos ...**

Entrevistadora: **Técnica, não é?**

A: ... de uma maneira muito , muitas vezes **é muito hermética , é muito fechada , não é?**

B: Sim , sim é tentar explicar de uma forma simples...

A: ... **até algo barroco...**

Entrevistadora: Sim, mas é preciso dominá-la para conseguir explicar. Claramente vocês dominam, pronto!

A: O que é que ... por vezes se faz? A primeira ... O primeiro passo para um recluso não cometer uma infração disciplinar é saber aquilo que não deve fazer.

Entrevistadora: Exatamente!

A: Sabendo o que não deve fazer está precavido.

Entrevistadora: As regras da casa.

A: Já é uma escolha pessoal, não é? Pronto, normalmente o que se começa ou começamos é por ... no elenco dos deveres que constam aqui do artigo oitavo, depois traduzir isto por ... por ... em situações concretas , do dia a dia ...

Entrevistadora: Dar exemplos, trabalhar com eles no real, como se faz com as crianças...

A: Em cada alínea decifrar isto com exemplos práticos.

Entrevistadora: Isso é fantástico!

B: Sim, tentar explicar da melhor forma!

A: É a forma mais direta (eu acho que a mais eficaz de lhes decifrar o que é que está) e de facto devia ser feito assim, acho eu, chegou a ser feito ainda com a doutora [REDACTED] eu ainda fui uma ou outra vez, duas vezes...

Entrevistadora: Estamos a falar em relação com os técnicos que os acompanham , quando lhes dão esta explicação havia de haver uma ponte, não é?

C: Com aquele grupo de entrados – ela estava encarregue dos reclusos que entravam e de facto ... ah depois ... e a [REDACTED] também lá foi... ah ah fazia-se esta ... esta ,digamos assim, introdução ou iniciação àqueles que cá chegavam ... para terem ah ah a noção do que não devem fazer , em princípio ...

Entrevistadora: Até porque , peço desculpa, eu penso que isto devia ser explicado logo quando eles dão entrada , mas na realidade pelo que eu entendo das entrevistas aos técnicos, nem sempre acontece. Às vezes é no decorrer dos atendimentos que isto vai acontecendo e devia ser logo de início!

A: Ou quando surge ... ou quando surge o processo...

Entrevistadora: Ou quando eles perguntam alguma coisa...

A: Pois, ou quando surge o processo e aí já é tarde, não é?

Entrevistadora: Pois, porque está escrito assim na lei: “quando eles dão entrada” no artigo nono do RGEP, quando explica o que é o folheto informativo, que ele é entregue quando eles dão entrada no sistema prisional. Portanto, mas eles têm aqui um peso considerável de responsabilidade porque passa tudo pela lei e explicar a lei. E sim, havia de ser feita uma ponte ... de maneira que conseguissem fazer esta explicação que certamente os técnicos não conseguem dominar o assunto como vocês dominam...com exemplos práticos.

A: Há realidades que não encaixam... digamos assim, há realidades e realidades...

B: Mas há coisas que são óbvias para nós, mas eles também vieram para aqui por algum motivo também ... regras é uma coisa que não ... (risos) e muitas vezes eles continuam no mesmo registo, não é? quando chegam...

Entrevistadora: Mas imaginem que pegávamos neste folheto e além desta explicação, que eu acho fenomenal, simplificássemos esta linguagem de alguma forma. Seria benéfico para eles? E ajudaria os técnicos a trabalhar com eles?

B: Sim, eu acho que sim! Eu tento fazer isso, eu tento explicar-lhes as coisas da forma mais simples que consigo.

A: Há situações muito simples que eles chegam aqui e ... vindos de outros EP têm uma noção diferente. Estamos a falar daquela questão da troca ou empréstimo dos aparelhos. Que é aquela ... endémica, é endémica. EP há onde não se realiza muito essa questão e eles depois chegam aqui e têm aquele choque.

B: Eles pensam que podem trocar, que podem , pronto...

A: E muitas vezes sem consciência de que realmente não o podem ou não o devem fazer. Portanto, quer ali na cela ou no artigo x do RGEP, onde tem aquela lengalenga do que eles podem ter em cela, e não sei quê e depois naquela questão do negócio não autorizado, eu tenho o cuidado de lhes explicar porquê é que eles não podem fazer isso: Não podem fazer isso porque está aqui, está aqui e está aqui. É aquele exemplo: - João, mas eu emprestei-o só por emprestar, isso é um negócio? – É, é isso um negócio. Chama-se empréstimo, é um comodato , é um negócio. (risos)

Entrevistadora: Não, mas é bom que eles tenham noção. Podem até nem ter, não é? Se calhar alguns têm e ...

B: Sim, mas alguns, não muitos (também deve ser pouca a percentagem) as coisas que realmente empresta por ..., não é? há sempre ali uma contrapartida, não é?

Entrevistadora: Eu também vejo pelos técnicos que eles (reclusos) não têm bem noção para onde é que vêm; eles vêm dos Centros Educativos e vem para aqui e não têm bem noção que isto não é bem a mesma coisa.

A: Mas a Margarida tem razão, os legisladores jogam entre aspas à defesa: para o legislador é indiferente se foi por amizade, ou se foi coagido ou se houve ali um negócio : empresto-te a play station e tu dás-me um maço de tabaco, para o legislador isso é indiferente, ele não quer saber disso! É um negócio! Eu realmente aquilo que ... eu ... tento transmitir-lhes quando falo com eles é que seja gratuito . Não seja gratuito, não o vai fazer, porque se o faz... já está ...

Entrevistadora: ...a infringir a lei, de alguma forma! Ok, agora tenho uma outra questão que é sobre os documentos que usam no exercício do vosso trabalho diariamente, os documentos internos. Utilizando-os, consideram-nos acessíveis na medida em que podem ser compreendidos por todos , independentemente das suas capacidades e tendo em conta que a maioria são manuscritos , pelo que eu tenho conhecimento?

A: Não!

Entrevistadora: Não? Vocês não? Porque na generalidade dos trabalhadores do EP sim, todos os documentos que utilizam são manuscritos.

A: Não, porque de facto eles são levados dos pavilhões ali à Unidade de Saúde , pronto e depois são ouvidos lá em gabinete, portanto e os autos são redigidos em suporte informático, em computador, em Word, não temos esse problema. Levanta é aquele problema da logística. E qual é o problema da logística? É que, de facto eles estão mais concentrados nesta área, mas é preciso levá-los lá, não é? E porque é que não vão lá os técnicos aos pavilhões? Porque não há condições! Nos pavilhões só há condições para ... naquele gabinete onde os técnicos atendem ou a ouvi-los também!

B: Nós falamos disto há pouco tempo por causa da colega de outro Estabelecimento prisional...que vai...

A: Do [REDACTED]!

B: Exatamente!

A: Da colega do [REDACTED], que de facto é uma questão de agilização. Vê-se entre aspas forçada a fazer assim e depois tem que gerir , o que é mau... o que levanta depois problemas ... vários (risos).

Entrevistadora: Eu queria fazer uma outra pergunta, que penso que foi a Dra. X que me deu esta informação que é, quando esses documentos (como é que eu hei de dizer), com a atribuição das condenações ou (não se que tipo de documentos são ,ou que podem ser), mas esses documentos em que a informação jurídica do processo do recluso , é possível que eles venham escritos na língua materna deles , é o comum acontecer ou que ser pedido, por exemplo, ao Consulado?

B: Não é comum, mas eu já vi. Esses documentos são-nos entregues na Secção. Tudo o que é processos judiciais, portanto ... eu já vi, eu já vi até quando estive na Secção, mas não é com muita frequência. Eu já vi ... na língua deles, mas poucas vezes.

A: Pois, mas tem que haver ali já algo que, no âmbito do processo tenha criado aquela necessidade. Porque obviamente um tribunal português vai decidir ..será sempre português. Aí não interessa a nacionalidade do arguido.

Entrevistada: E como é que vocês fazem? Se têm que dar alguma explicação nesse sentido? É preciso que dominem o inglês , por exemplo, para conseguirem fazer essa explicação?

B: Sim, as colegas pedem sempre ajuda nesse sentido.

A: Pois há ali sempre uma entreajuda a uma carolice, para tentar decifrar aquilo e expressar, sem prejuízo de realmente depois poder ser ,entre aspas, acionada a Embaixada ou o Consulado. Agora o terem eles decisões judiciais, sejam elas quais forem, na língua materna, implica que a questão da não compreensão do português já tenha sido suscitada.

Entrevistadora: Por quem normalmente, pelo técnico?

A: Não, não, no tribunal.

Entrevistadora: Ok, era esta parte que eu não estava a entender quem é que levantava esta questão de até possivelmente chamar o Consulado, porque é possível fazê-lo?

A: É. Em processo judicial isso é algo que é suscitado no âmbito do processo, ou seja, por quem for: ou pelo arguido, ou pelo defensor ou até pelo próprio Juiz, não é? Pronto, agora quando já há uma decisão, de facto há aquela... aquele help desk para decifrar aquilo que está escrito e depois aí o técnico também tem um papel importante.

Entrevistadora: Eu quero fazer-lhes uma pergunta nesse sentido: então trabalham no fundo também em conjunto com os colegas da Secção de Execução de Penas, que é quem recebe os processos e , possivelmente teria que entender o que está lá escrito e, tendo dificuldades ,óbvio, pedirão ajuda a vocês que são os Juristas. Mas como é que elas fazem, o procedimento normal de trabalho delas? Elas falam diretamente com reclusos também...

B: Sim, sim, sim.

Entrevistadora: Porque a seguir eu vou entrevistá-las a elas...

B: Mas eu também já lá estive , portanto, e posso falar sobre isso! Aliás eu até comecei na Secção de Reclusos antes de ir para os processos jurídicos. É assim, há situações em que algumas notificações são enviadas para o pavilhão, mas na grande maioria , os reclusos são chamados à Secção e são notificados presencialmente, não é? E do tempo que lá estive não vi ... vi quase sempre em português. E as colegas, nomeadamente a [REDACTED] que já cá está há muito tempo, também já tem muita experiência, consegue explicar-vos. Mas se tiveres alguma dúvida também pede ajuda...

Entrevistadora: Quando ele não fale de todo o português, e imagine que não domina uma língua como o inglês, o espanhol ou o francês...talvez aí haja...

M: Mas espanhol já aconteceu! Há pouco estávamos a falar e eu lembrei-me ...

Entrevistadora: [REDACTED] ... lembro-me que [REDACTED] deu a mão porque fala fluente.
A a

B: Eu lembro-me uma vez de ela pedir ajuda para um recluso espanhol , mas depois ele também já percebia e nós conseguíamos perceber o que é que ele dizia...isso aconteceu-me uma vez...

Entrevistadora: Mas eu estou aqui a pensar ... na loucura... eu sei que até já houve cá um chinês há uns tempos atrás, foi com a Dra. [REDACTED] se isto acontecer ,como é que se faz...

A: Nem me fale disso que eu tive um (já foi há uns anos ... há quantos não sei) aquele era chinês e não havia maneira de dizer uma palavrinha. De facto, a dada altura suscitou-se a intervenção da Embaixada, não deu em nada, depois ele saiu daqui, depois insistiu-se para lá e o processo acabou por morrer por si, porque de facto, é que ele não percebia nada ...

Entrevistada: Não havia comunicação possível.

A: E além de mais tinha problemas psíquicos, cognitivos...era um chinês era...

Entrevistadora: Ou seja, se calhar a criação de um manual para estas situações com aquilo que é mais básico explicar , tendo em conta que cada caso é um caso, poderia ajudar também as colegas na parte da Secção de Execução de Penas?

B: Sim, sim! Que são as pessoas que mais contactam.

Entrevistadora: E, não sei se sabem (isto é outra questão que eu quero levantar), o artigo nono do RGEP também diz que o folheto que é impresso em língua portuguesa existe também traduzido nas línguas estrangeiras mais faladas pela população reclusa estrangeira, mas na realidade , aquilo que vejo é que os técnicos não têm acesso a estas traduções...

A: Estivemos a falar sobre isso e depois ali quando ... quando eu vinha para cá ,estava ali à saída da unidade [REDACTED], a Dra. [REDACTED] e eu perguntei (e agora aqui também abordei o assunto com a doutora [REDACTED]. Parece-me que ...

Entrevistadora: Parece que ninguém tem conhecimento da existência...

A: Eu não sabia! Perguntei porque de facto há coisas que não me chegam, nem têm que me chegar...,mas não conheço, que tenha, que exista...

Entrevistadora: Porque podia dar um apoio muito grande a toda a gente. Os colegas já tiveram holandeses, já tiveram chineses ... podia muito bem ter ajudado nestes casos... marroquinos, indianos, chineses, espanhóis (nem toda a gente também domina o espanhol , porque não, se existe e está na lei, porque é que ...?), romenos...

B: Temos um francês, mas ele percebe...ele percebe e nós conseguimos perceber o que ...

Entrevistadora: holandês foi com a doutora [REDACTED] ele domina o francês, conseguiu ali...pronto, ok, mas isto é um bocadinho impessoal, porque até os técnicos acabam por atribuir reclusos uns aos outros por aquilo que eles conseguem fazer em termos de comunicação com eles, porque se o doutor [REDACTED] domina o inglês: este fica para o Dr. [REDACTED]. é um bocado ingrato, pois não devia ser assim.

B: Pois, exato!

A: Pois a questão de se atualizar o folheto, agora com a alteração das visitas (ele vai ter de ser alterado), devia ser alterado novamente ...

Entrevistadora: Vai, vai!

A: Porque esta já não é a versão última ,seguramente. Agora, estando alterado, depois trazê-lo para inglês é relativamente fácil, depois alargar isso a outras línguas...já começa a coisa a complicar-se...

Entrevistadora: Porque não adaptá-lo de outras formas? Além de ser adaptado noutras línguas, adaptá-lo para Escrita Fácil , por exemplo, utilizar palavras mais comuns, frases mais curtas. Porque não utilizar símbolos para associar às palavras para ajudar também na parte cognitiva, para o entendimento e compreensão? Poderia ser aqui uma boa estratégia...

A: Sim, sim.

B: Não, eu acho que faz sentido e para alguns reclusos ia ajudar imenso!

A: Eu até ia mais longe. Esse tipo de, digamos assim, de meios ou documentos podia , devia ser pensado numa superestrutura. É uma necessidade transversal.

Entrevistadora: E outra questão que temos aqui, temos um colega que é clinicamente cego, que trabalha com eles. O documento também devia estar pensado para outras pessoas que possam também trabalhar do lado de lá com eles., de maneira que todos consigam entender o que está ali (aponta para a zona prisional).

B: Sim, sim, sim, devia ser, devia ser!

A: É uma necessidade comum, transversal a todos os EP , fazia-me sentido que fosse definido...

B: Devia começar por aí.

Entrevistadora: Eu espero que sim, porque o Projeto que eu tenho é que isto seja implementado aqui, mas que depois seja abrangente a todos os EP, vamos ver o que é que acontece. Pronto, eu não tenho mais nenhuma pergunta para vos fazer, não sei se têm alguma questão a fazer-me a mim?

A: Eu agradeço, o ter-se lembrado porque de facto , pronto, trabalhamos na mesma instituição, mas trabalhamos em cantinhos. E de facto, cada um de nós lida com os reclusos em perspetivas diferentes, mas que têm que ser...concordantes.

B: Sim, mas faz sentido esta troca de impressões.

Entrevistadora: Enquanto eu estiver aqui prometo que vou meter o nariz sempre (risos) em todo o lado, porque a melhor forma de conhecermos o que se passa no terreno é irmos lá e para isso tem que se ir a todo o lado para fazer um levantamento de necessidades é preciso saber tudo o que é feito e aquilo que não é feito. Só desta forma é que se consegue melhorar. Muito obrigada e um bom dia para vocês!

B: Obrigada!

A: Obrigada!

28 de novembro de 2024

Legenda:

Perguntas

Respostas

Entrevistadora: Então a primeira pergunta que vos quero fazer é se têm conhecimento como é que uma pessoa que é formada em Educação Especial pode intervir de uma forma positiva aqui no Ep XXXXXXXXXX?

B: Hum , de forma positiva?

Entrevistadora: Sim. Como é que uma pessoa que tem a formação em Educação Especial , como é que vocês acham que ela pode dar aqui um contributo ao EP? Se fazem a ideia?

B: Têm uma maior sensibilidade ou estão mais alerta para algum recluso que possa ter ... como é que hei-de dizer ... dificuldades a nível cognitivo ...

Entrevistadora: Porque vocês sabem que elas existem?

A: Sim, sim !

B: Exato!

Entrevistadora: Vocês ligam diretamente com eles na Secção de Execução de Penas pronto . Sei que também acompanham os processos a nível jurídico...

B: Exato!

Entrevistadora: E uma coisa que vos queria perguntar é : nessa comunicação com eles ,sendo ela escrita/verbal , que tipo de dificuldades é que têm encontrado?

B: Dificuldades da parte deles, não é?

Entrevistadora: Sim ,na vossa transmissão da mensagem ou vice-versa ,que tipo de dificuldades é que têm sentido com eles?

A: Oh às vezes a linguagem ...

B: É a linguagem do tribunal: é complexa e às vezes é difícil para nós também pôr de forma mais ... básica por assim dizer e apesar de eles dizerem que compreendem, vê-se perfeitamente na cara de alguns que eles não perceberam nada do que estávamos a dizer, é mais por aí.

Entrevistadora: Então vocês têm que lhes explicar aquilo que está escrito, não é?...

A: Sim.

B: De forma mais básica.

Entrevistadora: ... mesmo ainda que não me dominem o que está lá escrito...

A: Sim!

Entrevistadora: E como é que vocês fazem quando não dominam aquilo que está escrito?

A: Vamos pedir à Dra. [REDACTED]

B: Sim, tentar simplificar os termos mais caros por assim dizer de direito ... e dizer ,explicar bem se tiverem alguma dúvida para perguntarem porque eles dizem que sim, mas dá para perceber que eles não entenderam nada.

Entrevistadora: E estamos a falar de pessoas que falam a mesma língua ... e quando não falam?

A: Dra. [REDACTED]! Em inglês!

B: Olha tu tens o caso do... ai como é que se chama?

A: Sim do outro rapaz ,sim.

B: É quê, qual é a nacionalidade ? Agora não me recordo.....que até vem em português e vem.....[REDACTED] ou assim...

A: É paquistanês ou qualquer coisa...

B: E vem traduzido para a língua dele. Eu também tenho um francês, mas também fala inglês ...

A: Mas ele fala inglês , a Dra. [REDACTED] fala com ele!

Entrevistadora: Porque pelo que o Dr. [REDACTED] e a Dra. [REDACTED] que são os juristas disseram, isto é pedido já no momento em que decorre o processo ao tribunal para os documentos serem traduzidos, mas nem sempre acontece porque é como eles dizem a sentença é dada pelo ... pelo estado português e em português se transmite então à partida quem cá está a lidar com eles é que domina ou deve dominar a língua para conseguir explicar.

B: Por acaso não sei bem como é que isso funciona , porque por exemplo eu tenho um que é o ...bem não posso dizer nomes se calhar ...pronto é ... e automaticamente vem logo em francês , não sei como é que quem é que pediu ...

A: Mas o tribunal sabe...

B: Sim, mas eu por exemplo tinha aquele holandês, não sei se vinha em inglês ou não para ele ... eu acho que não ... lembras-te qual é que era? Eu não sei se vinha em inglês para ele...

Entrevistadora: Então sendo no vosso dia-a-dia utilizam os documentos, não é? Para esta transmissão de ... de coisas com eles , o que é que vocês acham? Que eles são acessíveis porque podem ser compreendidos por todos ,independentemente das suas capacidades?

B : Há os documentos são compreensíveis? É isso?

Entrevistadora: Sim ,se vocês acham que eles estão feitos de maneira que toda a gente os entenda pela linguagem que utilizam...pela língua...

B: O nosso caso também é um pouco dúbio porquê? Porque não estamos a falar dos formulários daqui estamos a falar do tribunal, portanto a linguagem é sempre mais complexa.

Entrevistadora: Os vossos não são manuscritos, certo?

A: Não.

Entrevistadora: À partida quem aqui trabalha noutras funções utiliza maioritariamente os manuscritos. Vocês não ,porque são documentos que já vêm redigidos informaticamente pelo tribunal.

A: Agora!

Entrevistadora: O quê? Antes não era?

A: Não se percebia muito bem. Mas agora não.

Entrevistadora: E consideram então que podiam ter uma ajuda nesse sentido: além do que está escrito , simplificar a linguagem e se calhar utilizando outras técnicas como associar palavras a imagens ou se calhar vocês nessa explicação (tendo essa possibilidade) poderiam eles compreender melhor aquilo que está lá escrito?

A: Não, acho que não...

B: Não consigo imaginar isso na prática ...

Entrevistadora: **Tem mesmo a ver com a simplificação da linguagem?**

A: Sim!

B: **Acho que é a única forma que dava para facilitar a vida deles ,não é?**

Entrevistadora: Ok. **E quando um recluso não sabe ler , como é que vocês procedem?**

A: Tem que se explicar.

B: É ! Ainda temos aí um ou outro...

Entrevistadora: Mas vocês á partida sabem quem eles são ou só no momento que detetam estas situações?

A: No momento que se deteta...

A: Sim **quando se manda assinar , eles... até a assinar nós vemos logo que eles têm dificuldade.** Já não são muitos ,são poucos, mas há ... alguns...

Entrevistadora: E agora tenho uma pergunta para fazer sobre o folheto informativo que por acaso até o tenho aqui comigo já editado ,por causa das visitas.

A: Mas isso não é connosco!

Entrevistadora: Eu sei é com os técnicos, pronto, mas sabem que ele existe? Tem a ver com o artigo nono do RGEP, compila as informações mais importantes....

B: Ah os direitos e os deveres!

Entrevistadora: ... os direitos e deveres, tem as informações para as famílias poderem mandar o dinheiro para eles, a nossa morada, os contactos telefónicos , pronto... hum consideram que a utilização deste folheto (que por acaso está impresso em língua portuguesa, mas diz a lei que ele também pode ser impresso nas línguas mais faladas pela população prisional estrangeira) consideram que isso seja suficiente para que eles consigam ter acesso à informação que é importante com eles?

B: Eu acho que aqui era interessante pôr algumas imagens nem que fosse para tornar mais apelativo ...

Entrevistadora: Resumir se calhar um bocadinho mais ?

B: É eu acho que eles vêm assim se calhar muita informação ,desligam logo entre aspas

Entrevistadora: Pois , sim, também sabemos que é difícil nós mesmo olhando para um documento que seja muito extenso, perdemos logo o foco no documento e se calhar sim, se o tornarmos mais apelativo e mais prático eles poderiam entender melhor e também para vocês no vosso dia a dia poderia ajudar-vos , quem sabe , a trabalhar com eles, pelo menos nesta parte dos direitos e dos deveres ,que eu não sei se é uma pergunta frequente que eles vos fazem?

A: A nós não. Isso não é connosco.

B: Não é connosco não.

Entrevistadora: Pronto eu creio que tenho já todas as perguntas feitas e as respostas ... têm alguma pergunta para fazer?

A e B: Não.

Entrevista 11 – Diretora do EP

2 de dezembro de 2024

Legenda:

Perguntas 

Respostas 

Entrevistadora: Então a primeira pergunta que tenho para lhe fazer é se **tem conhecimento de que forma é que uma pessoa formada em Educação Especial pode intervir positivamente neste estabelecimento prisional?**

Entrevistada: Ora muito bem muito obrigada cara Rute , realmente **é uma formação que pode ser muito importante no estabelecimento prisional porque existem sempre jovens com necessidades de educação especial e, portanto, um técnico formado nessa área pode ser uma mais-valia e ser complementar às outras intervenções que nós temos** pois temos a educação , os psicólogos com os outros técnicos ligados às parcerias que temos, mas não temos ninguém realmente em Educação Especial. E não só no dia a dia ah como também na própria escola. Porque **os jovens frequentam a maior parte dos jovens estão integrados na escola e se tivessem algum apoio relativamente em termos de ensino especial hã também era bom tanto para os professores como para os jovens que ajudaria com certeza também depois na facilidade de aprendizagem.** Hã penso que nestas duas vertentes ,não só com os jovens da escola ,mas com os outros que têm algumas limitações e nomeadamente no acompanhamento do seu dia a dia , até da própria limpeza , da higiene da cela tudo isso este este técnico podia fazer esse acompanhamento mais de perto, portanto acho que seria importante para aqueles jovens que necessitam de uma educação especial .

Entrevistadora: E é um facto que neste estabelecimento prisional existem jovens com pouca literacia ?

Entrevistada: Exatamente! **A maior parte dos jovens tem baixa escolaridade ah geralmente todos com insucesso escolar ah é um traço ah igual ah para a grande grande maioria e portanto aquilo que também que se pretende aqui no estabelecimento é que tenham um apoio diferente e que eh outro tipo de oportunidades e de aprendizagens não é? Porque o certo é que eles ... como as parcerias que nós temos é com as escolas o**

modelo também é o mesmo que tinham no exterior e aquilo que se tem tentado fazer é intervir aqui de forma diferente e ter atividades com a escola eh que sejam motivadoras para que eles possam também aprender de uma forma diferente.

Entrevistadora: Muito bem Dra., hum e na comunicação de e com estes jovens reclusos do estabelecimento prisional, considera que os documentos internos que são aqui utilizados (e que vejo que pela grande maioria dos entrevistados são manuscritos tirando por exemplo a secção de execução de penas ou a parte jurídica) hum considera que eles podem ser compreendidos por todos os reclusos e que utilizem uma linguagem simples e clara?

Entrevistada: Bem eu é assim eu acho que eles são compreendidos agora estamos sempre a tentar melhorar ,não é? Portanto se pudermos avançar nessa melhoria e termos mais cuidado com a comunicação tudo bem e será importante, mas penso que aquilo que é transmitido é percebido, mas a questão da comunicação é uma é uma questão muito fulcral na nossa atividade ,não é? Não só com os reclusos mas até mesmo internamente em termos de colaboradores ,não é ? Diariamente temos que ir sempre a melhorar se tivéssemos um meio de melhor comunicar ou que propostas tinham que comunicar estamos sempre disponíveis para ter esse tipo de intervenção diferente.

Entrevistadora: Porque até estaria aqui a pensar no caso mesmo desses jovens que não sabem escrever por exemplo ,tendo eles que fazer pedidos e autorizações por escrito é realmente difícil para eles e certamente têm que recorrer a terceiros...

Entrevistada: A terceiros, é... geralmente recorrem aos colegas. Aos colegas ou ao elemento de vigilância que por vezes ... que ajuda.

Entrevistadora: Como assim o exige na troca da correspondência ,por exemplo , que é um direito deles ,enviar e trocar correspondência ,mas não sabendo eles escreverem ou então fogem a isso ou então têm que pedir sempre ajuda.

Entrevistada: Ajuda, ajuda!

Entrevistadora: O que lhes tira aqui uma certa ...

Entrevistada: Autonomia!

Entrevistadora: Até o sigilo e a individualidade deles está aqui comprometida porque não conseguem fazer as coisas sem o apoio de alguém.

Entrevistada: Exato! Pois por isso é que ,pronto nós tentamos o mais possível, que eles enquanto aqui estão tenham ... melhorem essas competências ; não sabem ler nem escrever que aprendam e, portanto, há essa tentativa. A biblioteca também tem aqui um papel importante hum e também o técnico de animação social que é um bocadinho diferente...

Entrevistadora: Que é a Dra. [REDACTED] que já entrevistei também...

Entrevistada: E, portanto, que é também uma área profissional que se coaduna muito bem com a nossa intervenção e que seria importante os estabelecimentos prisionais também terem mais animadores sociais.

Entrevistadora: Esse é também um dos direitos que está descrito no artigo nono do RGEP na carta dos direitos e deveres dos reclusos que é o acederem à biblioteca. Não sei se o fazem com muita pouca frequência ?

Entrevistada: Exato! Nós temos uma pequenina biblioteca eh hum que é a biblioteca da escola hum e, portanto, a biblioteca que existia, que era uma biblioteca maior está atualmente localizada num pavilhão que está fechado. Portanto tivemos que abrir uma pequenina biblioteca hum no espaço escolar, mas já temos um projeto que irá ser proposto eh para até de financiamento através da inovação social para aumentar o nosso espaço da biblioteca e para fazer uma biblioteca moderna ,vamos lá!

Entrevistadora: Isso era fantástico!

Entrevistada: Exato!

Entrevistadora: Hum e a utilização destes documentos (voltando ainda aos documentos que são utilizados aqui internamente) hum será que eles conseguem garantir que todas as pessoas ,independentemente daquilo do que são capazes , que tenham o acesso igual à informação?

Entrevistada: Bem nós tentamos que isso aconteça! Era aquilo que lhe dizia há bocadinho . Evidentemente que ,se tivermos garantias através de outros meios que isso

acontece, tanto melhor, **mas a percepção que temos é que sim, mas que podemos melhorar ,evidente!** Mas pronto porque se não tivéssemos essa percepção também se calhar eh pronto já teríamos tomado outro tipo de medidas , não é? Mas a nossa percepção é que sim, mas de qualquer forma existem com certeza processos de melhoria que nós podemos fazer para garantir que isso aconteça.

Entrevistadora: E eu sei que um deles está a ser tomado neste momento que é no Serviço de Cantina ... eu sei que precisamente a técnica [REDACTED] está neste momento a trabalhar com os reclusos na parte das categorizações porque eu penso que em breve deixará de haver aquele modelo manuscrito ...

Entrevistada: Exatamente, é o projeto +Inclusão ! E, portanto, esse projeto que é ... prevê-se que os reclusos deixem de ter , portanto os pedidos deixam de ser de papel, portanto é uma plataforma onde fazem os seus próprios pedidos ; querem saber o saldo, pedem o saldo diretamente e é-lhes dada a resposta através da mesma plataforma ; pedidos para o diretor, pedidos para o técnico ou pedido para a cantina ,pronto, e então temos o primeiro polo de experimentação que é ,portanto nos reclusos que estão na Santa Bárbara. É um grupo reduzido , eles ainda estão a identificar-se com a plataforma em princípio a partir de janeiro deixam de poder usar papel para obrigar realmente o uso da plataforma e, portanto, aí realmente como diz garante maior confidencialidade e, portanto, os canais também são mais acessíveis ,vamos lá ,não é? O pedido não passa por mais lado nenhum ,não é? É feito pelo jovem e chega diretamente ao sítio onde ele quer .

Entrevistadora: E até chega mais rápido ... porque se calhar o fluxo que um papel levava...

Entrevistada: Claro!

Entrevistadora: Daria muito mais trabalho até no fundo aos funcionários e assim já não . Já é feito tudo de forma informática...

Entrevistada: Exato! Esta é uma primeira tentativa e depois a intenção é alargar aos outros pavilhões ,não é?

Entrevistadora: Sim! **A última pergunta que tenho para lhe fazer é sobre o folheto informativo . Ele é utilizado para prestar as informações gerais aos reclusos , tem lá**

informações tão importantes como o NIB para a família poder-lhes enviar o dinheiro para eles poderem fazer o pedido da cantina , tem os direitos e os deveres também tem os horários das visitas e foi recentemente alterado nesse sentido porque passou a haver às sextas-feiras e diz que é impresso em língua portuguesa e nos idiomas estrangeiros mais falados pela população prisional estrangeira. A Dra. [REDACTED] considera que a utilização do folheto traduzido para a língua materna do recluso é suficiente para que este consiga ter o acesso a toda a informação? Imaginemos uma situação assim : estamos perante alguém de língua estrangeira e é-lhe dado esse folheto de forma ... traduzida na sua língua (em inglês por exemplo), acha que é o suficiente?

Entrevistada: Ah, pois, quando é entregue é entregue pelo técnico de reeducação e, portanto, supostamente o técnico também dá explicações acerca daquilo ... do folheto do que é que consta no folheto, portanto, o folheto não é dado sem qualquer explicação ,é o técnico de reeducação que dá o folheto e que depois explica e que o recluso depois tem sempre possibilidade de ler melhor e depois voltar a esclarecer com o técnico as dúvidas que tem ,não é? Hum, portanto, tem sempre esta possibilidade de apoio no sentido de poder compreender melhor a dinâmica do próprio estabelecimento prisional.

Entrevistadora: Mas ele está afixado nos pavilhões ou ...

Entrevistada: Não, ele é entregue quando o recluso chega pelo técnico de reeducação.

Entrevistadora: Mas não é afixado?

Entrevistada: Não é afixado no pavilhão.

Entrevistadora: Isto porque um dos técnicos de reeducação sugeriu até que sim, devia haver uma compilação da informação ainda mais importante dessa informação como...

Entrevistada: Mas nós tudo o que é avisos , despachos pontuais , são colocados na zona prisional para conhecimento. O folheto não se vê muita necessidade disso que é uma coisa que é entregue individualmente e que depois que pode ser, portanto, aprofundado pelo técnico superior de reeducação ,não é? Os avisos não damos um a cada um . O folheto é dado um a cada um, portanto ...

Entrevistadora: Que é para consultarem regularmente a informação ...

Entrevistada: Pode ser pensado num folheto mais chamativo mais pronto ... com outra qualidade e tendo em conta pronto essa preocupação que é chegar aos jovens ,não é?

Entrevistadora: A Dra. considera que dentro desse folheto informativo, tendo os direitos e os deveres ,acha que é um dos pontos que eles ligam muito a essa informação ,ou se ligam mais um do que a outro (mais aos direitos ,menos aos deveres) ?

Entrevistada: Geralmente liga-se mais aos direitos ,não é? Pronto. Mas de qualquer forma eh pronto é importante alertar para os deveres ,não é? Porque isso é educação, não é? Todos nós temos direitos e deveres e, portanto, temos que os alertar para isso que é a nossa função ,não é? Que a vida não é só direitos.

Entrevistadora: Doutora eu tenho as perguntas todas formuladas não sei se tem alguma questão a fazer-me a mim?

Joana: Não, não tenho , desejo as maiores felicidades!

Entrevistadora: Muito obrigada!

Joana: De nada!

ANEXO 8 – TABELAS DE ANÁLISE DE CONTEÚDO DAS ENTREVISTAS AOS TRABALHADORES DO EP

Tabela 3 – Análise de conteúdo das entrevistas a trabalhadores do EP

3.1- Importância da Educação Especial em contexto prisional

Questão/questões	Entrevistados	Respostas
<p>Tem conhecimento de que forma pode uma pessoa formada em Educação Especial intervir positivamente no Estabelecimento Prisional de Leiria (Jovens)?</p>	<p>Diretora do EP</p>	<p>“um técnico formado nessa área pode ser uma mais-valia e ser complementar às outras intervenções que nós temos”;</p> <p>“a maior parte dos jovens estão integrados na escola e se tivessem algum apoio relativamente ... em termos de ensino especial, também era bom tanto para os professores como para os jovens que ajudaria com certeza também depois na facilidade de aprendizagem.”;</p> <p>“A maior parte dos jovens tem baixa escolaridade ah geralmente todos com insucesso escolar ah é um traço ah igual ah para a grande grande maioria e portanto aquilo que também que se pretende aqui no estabelecimento é que tenham um apoio diferente e que eh outro tipo de oportunidades e de aprendizagens não é?”.</p>

Questão/questões	Entrevistados	Respostas
	<p>TSR 1</p>	<p>“não tenho conhecimento que haja, ao nível nacional em estabelecimentos prisionais, pessoas formadas em Educação Especial. No entanto, parece-me bastante positivo e uma ideia até bastante interessante fazerem parte dos quadros do estabelecimento prisional” ;</p> <p>“é uma forma muito interessante de podermos, relativamente à multidisciplinaridade, fazerem parte desta área, na intervenção psicossocial dos jovens e dos reclusos”;</p> <p>“como orientadora dos estágios já fiz uma proposta de trabalhar em esta área para que os outros jovens comuniquem com pessoas com necessidades educativas especiais. Porque não só a surdez, mas outras áreas como o défice cognitivo, os problemas comportamentais, a noção da parentalidade, todas as áreas que nós percebemos que é uma lacuna em termos de impedir a comunicação uns com os outros, são exploradas por algumas estagiárias e propostas algumas intervenções por estagiárias que vêm. Só que depois é um trabalho que fica, não é? E que deixa de ser desenvolvido. Não há continuidade.”</p>

Questão/questões	Entrevistados	Respostas
	TSR 2	<p>“este estabelecimento prisional , atendendo também à faixa etária que é de jovens entre os dezasseis e vinte e um anos ,muitos deles, portanto vem com uma escolaridade muito baixa , (...) mas muitos deles ao integrarem essa formação realmente têm muitas dificuldades principalmente a nível da escrita e muitas vezes até da oralidade. Muitas vezes isso está associado também a problemas cognitivos, portanto recebemos jovens com essas características (...) portanto, acho que realmente um técnico vocacionado nesta área seria uma mais-valia para colaborar com estes jovens. “;</p> <p>“se houvesse a possibilidade de haver alguém dentro desta área que os pudesse ajudar e que eles tivessem aulas e que tivessem esse suporte , esse apoio , pois com certeza que seria uma mais-valia”;</p> <p>“se conseguisse vir para cá nesta área seria também uma mais-valia para o estabelecimento prisional e atendendo também à faixa etária ,às necessidades dos reclusos”</p>

Questão/questões	Entrevistados	Respostas
	TSR 3	<p>“como coordenador do ensino da formação profissional aqui no EP Leiria Jovens acho que uma pessoa com essa possibilidade seria muito útil para nós porque de facto recebemos muito jovens reclusos que têm grandes dificuldades a nível cognitivo. Muitos deles também já frequentaram o ensino especial no exterior e aqui dentro são integrados em turmas, digamos que normais, digamos ... onde de facto muitas vezes é a disparidade de conhecimentos entre uns e outros é muito grande , sobretudo desses jovens que já foram sinalizados no exterior e que aqui no meio prisional , não tem esse acompanhamento especial que deviam ter.” ;</p> <p>“há mais jovens nessas condições que temos que ser de facto essa essa informação para depois poder comunicar as professoras e muitas vezes não é fácil e havendo alguém que pudesse ajudar e ótimo.”;</p> <p>“Eu só acho que é muito importante ter alguém que nos possa ajudar nesta parte do ensino especial porque cada vez temos jovens com mais carências a esse nível e que precisam de um trabalho mais especializado junto deles.”</p>

Questão/questões	Entrevistados	Respostas
------------------	---------------	-----------

	<p style="text-align: center;">TS 1</p>	<p>“uma área de intervenção até importante... aqui especificamente no Estabelecimento Prisional de Leiria (Jovens) nós por vezes recebemos reclusos com dificuldades cognitivas, certo, temos alguns com dificuldades cognitivas; dificuldades motoras nem por isso, portanto é muito residual , estou-me a recordar de um ou dois elementos, depois ... necessidades também (mas aí já não são especiais) ... (...) são específicas, do contexto de onde vem, portanto estrangeiros, por exemplo.”;</p> <p>“ter se calhar , outra sensibilidade, outros conhecimentos mais específicos para lidar com isso, certo?”</p>
	<p style="text-align: center;">TS 2</p>	<p>“é muito importante ter um técnico nessa área principalmente na escola porque nós temos muitos jovens com necessidades educativas e seria muito importante termos esse apoio. Atualmente eu sou gestora também do voluntariado e é um dos projetos que tenho em mente”</p>

Questão/questões	Entrevistados	Respostas
------------------	---------------	-----------

	<p>Equipa Psicologia</p>	<p>A “a nível da Educação Especial apesar de nós não termos neste momento a população reclusa com necessidades físicas especiais (temos a nível mental), as respostas são sempre poucas portanto quanto mais pessoas tiverem a intervir ,quer que seja a nível de Educação Especial ,quer que seja a nível de saúde de terapia ocupacional são sempre bem-vindas portanto a Educação Especial tem sempre , poderá ter aqui uma função que que neste momento nós não estamos a explorar mas que poderá no futuro ser importante para este EP que é especial de jovens. “;</p> <p>“possa ter também um papel a nível da sociedade, um papel fundamental para o crescimento dos jovens, dos cidadãos, das crianças , para que não haja tanta discrepância , tantas desigualdades.”</p> <p>B “pessoas com características diferentes, não é? Pessoas também que saem um bocadinho da norma em alguns aspetos que é o que possam ter algumas dificuldades acho que pode ser... acho que pode ser muito útil no sentido de perceber essas necessidades e também de ... como é que eu hei de dizer? De ... alterar a forma como as coisas são feitas ou de poder se adaptar aqui até alguns</p>
--	---------------------------------	--

Questão/questões	Entrevistados	Respostas
-------------------------	----------------------	------------------

		<p>recursos ou a intervenção no sentido também de chegar e de também incluir essas pessoas. Acho que é mais a questão da inclusão.”;</p> <p>“Acho que alguém com formação em educação especial pode ajudar também na preparação para que depois a pessoa retome a sua vida lá fora.”</p> <p>C “tendo em conta a população alvo são jovens , como sabemos a maior parte deles tem pouca frequência escolar, pouca literacia (mal sabem escrever)” ;</p> <p>“acho que a educação especial pode dar um contributo importante - isso é um ponto ; assim como os métodos: os métodos de ensino os próprios métodos que ... os melhores ,mais adequados para esta população também acho que são ... acho que sim... e também a forma : a forma das aprendizagens, mas não só : mesmo nas atitudes.”</p>
	<p>Equipa Juristas</p>	<p>A “há um número considerável de reclusos que realmente carecem de necessidades especiais. Eu vejo e constato isso todos os dias. Eu dividiria isso em dois grandes grupos: há aqueles que têm uma escolaridade reduzidíssima (...) mas de facto tem dificuldades grandes em expressar-se, quer oralmente, quer por escrito.</p>

Questão/questões	Entrevistados	Respostas
------------------	---------------	-----------

		(...) e, por outro lado, há aqueles que têm dificuldades cognitivas e temos vários, assim, que não é só uma questão de, digamos assim, controle de impulsos, há ali mesmo algo na psiquiatria de psicopatológico”
		B “Bem, aqui há reclusos muito novos, depois também a escolaridade ... é baixa...”; “depois fui descobrindo que há muitos que nem ler e escrever sabem, não é? porque não são só os estrangeiros que têm aqui alguma dificuldade...há muitos que tem muitas dificuldades.”
	Equipa Secção Execução Penas	A (Sem resposta)
		B “Têm uma maior sensibilidade ou estão mais alerta para algum recluso que possa ter ... como é que hei-de dizer ... dificuldades a nível cognitivo”

3.2 – As acessibilidades

Questão/questões	Entrevistados	Respostas
<p>1ª QUESTÃO:</p> <p>Na comunicação escrita/verbal com os reclusos , considera que os documentos internos que utiliza são acessíveis , na medida em que podem ser compreendidos por todos, independentemente das suas capacidades?</p> <p>2ª QUESTÃO:</p> <p>Na comunicação de/com os jovens reclusos deste Estabelecimento Prisional , considera que os documentos internos utilizados para a comunicação são compreendidos por todos os reclusos e utilizam uma linguagem simples e clara?</p> <p>3ª QUESTÃO:</p> <p>Os documentos internos utilizados para a comunicação de/com reclusos, estão criados de forma a garantir que todas as pessoas , independentemente das suas capacidades , tenham acesso à informação?</p> <p>4ª QUESTÃO:</p> <p>Sei que o EP de Leiria (Jovens) dispõe de um folheto informativo ,</p>	<p>Diretora do EP</p>	<p>“eu acho que eles são compreendidos agora estamos sempre a tentar melhorar ,não é? Portanto se pudermos avançar nessa melhoria e termos mais cuidado com a comunicação tudo bem e será importante, mas penso que aquilo que é transmitido é percebido, mas a questão da comunicação é uma é uma questão muito fulcral na nossa atividade ,não é? Não só com os reclusos, mas até mesmo internamente em termos de colaboradores ,não é ? Diariamente temos que ir sempre a melhorar se tivéssemos um meio de melhor comunicar ou que propostas tinham que comunicar estamos sempre disponíveis para ter esse tipo de intervenção diferente.”;</p> <p>“(o folheto informativo) é entregue pelo técnico de reeducação e, portanto, supostamente o técnico também dá explicações acerca daquilo ... do folheto do que é que consta no folheto, portanto, o folheto não é dado sem qualquer explicação ,é o técnico de reeducação que dá o folheto e que depois explica e que o recluso depois tem sempre possibilidade de ler melhor</p>

Questão/questões	Entrevistados	Respostas
<p>impresso em língua portuguesa e nos idiomas estrangeiros mais falados pela população prisional estrangeira com estas e outras informações gerais e dispõe até de intervenção do consulado para traduzir e explicar, mas, será esta forma de comunicação escrita eficaz com todos os reclusos e será que dá respostas no momento certo?</p> <p>5ª QUESTÃO:</p> <p>De que forma é que o setor jurídico garante a compreensão de uma informação jurídica transmitida a um recluso estrangeiro ou com pouca escolaridade, tendo em conta que a legislação é uma linguagem técnica e pouco acessível?</p>	<p>TSR 1</p>	<p>e depois voltar a esclarecer com o técnico. “ ;</p> <p>“é uma coisa que é entregue individualmente e que depois que pode ser, portanto, aprofundado pelo técnico superior de reeducação”;</p> <p>“São todos manuscritos. (...) Porque eles não têm acesso a computadores, não é?” “Não é para todos porque nós temos muitos jovens que não sabem ler, não sabem ler e não sabem escrever. Por isso, há alguns formulários que podiam ser adaptados, mais adaptados e não serem todos iguais para todos. Podia haver formulários específicos para aqueles jovens que são detetados com necessidades especiais.”;</p>

<p>6ª QUESTÃO:</p> <p>De que forma é que a Secção de Execução de Penas garante a compreensão de uma informação jurídica transmitida a um recluso estrangeiro ou com pouca escolaridade, tendo em conta que a legislação é uma linguagem técnica e pouco acessível?</p>		<p>(sobre a tradução do folheto informativo para outras línguas) :</p> <p>“Mas não existe.(...) , a Direção- Geral devia implementar outro tipo de estratégias de intervenção que fosse mais direta aos reclusos.”;</p> <p>“nós muitas vezes não temos tempo, porque andam com papéis para trás e para a frente. Se nós tivéssemos esse trabalho facilitado, podíamos fazer outro tipo de intervenção e outro tipo de trabalho com o recluso” ;</p>
--	--	---

Questão/questões	Entrevistados	Respostas
		<p>“até agora maioritariamente eles (técnicos) conseguiram ,por assim dizer ,desenrascar com o inglês ,sempre com o inglês”.</p>
	<p>TSR 2</p>	<p>“poderia ser melhorada através de meios audiovisuais ,também a nível de manuais , portanto que estivessem mais acessíveis para eles poderem trabalhar , videojogos (...) porque realmente só a escrita e a leitura realmente são instrumentos importantes, mas teria que ter outros adaptados.”;</p>

		<p>“a nível da escrita e em preencher determinados formulários que eles têm que fazer , quanto ao pedido de atendimento como para outros documentos que eles têm que preencher (...) socorrem-se dos companheiros (...)” ;“São feitos de uma forma manuscrita”.</p>
	<p>TSR 3</p>	<p>“Manuscritos. E temos de ser nós a fazer ou a tradução ou a escrever de novo aquele documento para que ele possa perceber.” ;</p> <p>“devia haver algum documento mais sintético (...) Que nós possamos explicar ... termos informações úteis, mais básicas que eles possam no</p>

Questão/questões	Entrevistados	Respostas
------------------	---------------	-----------

		<p>fundo perceber e ter essa informação em inglês.” ;</p> <p>“Muitos deles têm alguma dificuldade em perceber algumas palavras em português, ou as palavras mais elaboradas (...)porque é uma linguagem muito técnica”;</p> <p>“regras, de rotinas que é importante , porque muitas vezes as coisas diferem ou de um pavilhão para o outro e é importante que essa informação também seja escrita”;</p> <p>“mesmo a diferença entre reclusos ativos e reclusos inativos , com alguma diferença nos horários porque vão à escola ,pelos que regressam durante algumas horas ... e essa diferença entre reclusos ativos e inativos também devia ser enunciada nesse boletim.” ;</p> <p>“Uma coisa que eles não costumam saber é os horários dos pátios por exemplo (...)como o horário das rotinas, do acordar ,o pequeno-almoço ,das regras ,todo o conjunto diário de rotinas devia ser mais bem explícito para eles.”</p>
--	--	--

		“quando por exemplo, a língua comum que é o inglês, quando não se sabe, certo, ou pelo menos quando a outra parte, o
--	--	--

Questão/questões	Entrevistados	Respostas
-------------------------	----------------------	------------------

	<p style="text-align: center;">TS 1</p>	<p>jovem, não sabe , fica difícil, fica difícil.” ;</p> <p>“a apresentarem muitas dificuldades na leitura, na escrita , na compreensão, por vezes (fazem perguntas três, quatro vezes) e por muito que a gente chegue a um entendimento, não é fácil, provavelmente do contexto de onde vem, certo? ... não foram expostos a esse nível de educação , de aprendizagem e acontece isso.”;</p> <p>” exige que seja manuscrito.”;</p> <p>” E ele (recluso) é que adaptou uma estratégia no fundo, porque é uma questão quase de sobrevivência... “;</p> <p>“É assim ... os documentos internos ... o folheto informativo tem lá informação q.b. ... e ..., portanto , acessível (...)Mas aí se não sabe ler, tem que ter alguém que... que lhe diga a ele.”;</p> <p>“Eu por acaso as versões que tenho lá é só a versão portuguesa” ;</p> <p>“um recluso estrangeiro que tenha com dificuldades de comunicação, que se envolve num registo disciplinar ... tem todo o direito, certo?”.</p>
--	--	--

Questão/questões	Entrevistados	Respostas
-------------------------	----------------------	------------------

	<p style="text-align: center;">TS 2</p>	<p>“temos jovens de várias nacionalidades e eu infelizmente não falo muito bem o inglês. Consigo mais perceber, mas depois para me exprimir é difícil e eles não falam português. Portanto temos que arranjar ali uma forma de comunicação que muitas vezes se for em gabinete conseguimos utilizar , portanto o computador, não é? através da tradução, não sendo possível , através de desenhos , através de gestos, mas ... não é fácil.” ;</p> <p>“acho que faz todo o sentido incluir um folheto, um pedido diferente, não é? Ter em consideração que temos os jovens estrangeiros temos jovens que não sabem ler e escrever, temos jovens que nos chegam com o nono ano da escola que tiveram em necessidade, tiveram naqueles programas de necessidades educativas , e nos chegam aqui (aquele nono ano não existe) porque eles não sabem ler e escrever e acho que sim , que o estabelecimento devia ter em atenção estes casos que são mais do que aqueles que nós esperávamos .” ;</p> <p>“para quem não sabe ler e escrever ou para quem tem dificuldades o folheto é lido pelo técnico. (...)Sendo português isso é transmitido. Nos</p>
--	--	--

Questão/questões	Entrevistados	Respostas
		<p>estrangeiros ,não sei como é que os colegas fazem.” ;</p> <p>“porque têm palavras que eles próprios não dominam e precisam de apoio, já chegaram ao pé de mim a pedirem esse apoio.” ;</p> <p>“Acho que estes documentos que nós temos deviam ser transformados em coisas mais simples”;</p> <p>“o facto de terem que pedir a terceiros muitas vezes isto também faz com que ... a pessoa que escreve depois vai pedir (...)é uma troca “eu escrevo e tu dá-me algo da tua cantina” ,pronto, daí a importância de ter um documento diferente mais acessível para todos ou acessível para todos, não é?” ;</p> <p>“Através das imagens. Sei que é um trabalho moroso , mas através das imagens já todos conseguiam identificar .”;</p> <p>(sobre a possível utilização de símbolos /imagens) :</p> <p>“ajudar , ajudar muito! (...)Sim, sim, claro que sim, tendo esse apoio seria importante.”</p>
		A

	Equipa Psicologia	“O que tem acontecido é que temos estado preparados porque a maioria deles quando não
--	--------------------------	---

Questão/questões	Entrevistados	Respostas
-------------------------	----------------------	------------------

		<p>falam (alguns estrangeiros que não falam português, falam inglês ou falam inglês ou falam francês) e temos tido sempre quer a nível da enfermagem quer a nível de medicina e psicologia pessoas que conseguem chegar até eles.” ;</p> <p>“existe o folheto informativo do EP que pelo que conhecimento está só em português no entanto (isso eu já não posso dizer como é que os colegas fazem) mas por aquilo que eu me apercebo eles traduzem portanto fazem a tradução para inglês para que os jovens que não são portugueses consigam perceber”;</p> <p>” eu acho que todos os documentos podem ser melhorados e que nós estamos aqui com o objetivo da melhoria contínua e de cada vez evoluímos e conseguimos ajudar de uma forma mais adequada à população com a qual trabalhamos.”;</p> <p>“Agora as estruturas físicas, tal como em muitos sítios a nível nacional não estão muito preparadas, portanto não há rampas de acesso (há escadas) que a nível de recursos humanos, portanto depois nós que trabalhamos cá podemos ajudar as pessoas , mas as estruturas não estão preparadas no meu ponto</p>
--	--	---

Questão/questões	Entrevistados	Respostas
		<p>de vista para tal , as acessibilidades não são muitas.”;</p> <p>“nessa fase inicial é sempre , é muita informação os jovens estão com maiores níveis de ansiedade portanto a informação que retêm pode não ser a suficiente , no entanto nós aqui também no Estabelecimento temos um programa de estabilização emocional e integração em meio institucional que nós vulgarmente chamamos como grupo de entrados onde uma ... uma dessas sessões tem a ver precisamente com a parte dos direitos e deveres do ... dos jovens e como é que funcionam ,como é que funciona a instituição.”</p> <p>B</p> <p>“algumas pessoas que não estejam à vontade com a leitura e com a escrita independentemente da língua ,podem de alguma maneira, perder a compreensão dessas regras e dessas normas podem ver isso comprometido , portanto acho que além do escrito não devia ser só assim , devia ser falado também...” ;</p>

		“Se calhar alguns sons associados a algumas coisas que é preciso fazer , do género” se ouvirem este
--	--	---

Questão/questões	Entrevistados	Respostas
		<p>som é porque é preciso fazer qualquer coisa” ;</p> <p>“acredito que havia muitas coisas que iam ser difíceis para essa pessoa ... talvez tenham algumas opções que se adaptassem, mas não faço ideia ... não sei se por exemplo se havia celas mais acessíveis...”</p> <p>C</p> <p>“a maior parte deles tem dificuldade em escrever e ler , usar um sistema de pictografias através de imagens acho que seria útil para eles um meio de comunicação e até para atingir outro objetivo de lhes ensinar a escrever e a ler seria ,por exemplo , seria uma boa forma de os ajudar.” ;</p> <p>“deveria ser possível, de facto , mas ... a verdade é que há problemas de comunicação tendo em conta as diversas etnias e origens geográficas , contactamos com problemas e há esse... de igualdade ... deveria ser, mas entre a realidade e a prática ...”;</p> <p>(sobre o folheto informativo):</p>

		<p>“ temos que adaptar sempre à pessoa que estamos ... a comunicação deve ser sempre direcionada à pessoa que estamos a atender” ;</p> <p>“sou clinicamente cego. (...) tenho bastante</p>
--	--	--

Questão/questões	Entrevistados	Respostas
------------------	---------------	-----------

		<p>dificuldade (...) tenho alguma dificuldade na leitura de documentos de terceiros, de outras pessoas, não é? E assim como ... pronto ... dos próprios processos, tenho alguma dificuldade em que aí há uma limitação, sim.”</p> <p>;</p> <p>“até ao momento sim, continuam a ser manuscritos.” ;</p> <p>“a utilização de pictogramas devia ser eficaz, que era quase uma sinalização a dizer : já pisaste o risco, atenção que ... !” ;</p> <p>“Eu utilizo sistemas informáticos que fazem a tradução... fazem ... os documentos passam no <i>scaner</i>... eu tenho programas que convertem para áudio, mas são muito...pronto e há outras tecnologias que poderiam ser utilizadas, mas que os estabelecimentos prisionais não permitem a utilização de telemóveis, não é permitido no local de trabalho...”</p>
--	--	---

	Equipa Juristas	A “Agora, na medida do possível tenta-se decifrar a linguagem jurídica que aqui temos (...) muito hermética , é muito fechada , não é? (...) até algo barroco”;
--	------------------------	---

Questão/questões	Entrevistados	Respostas
------------------	---------------	-----------

		<p>“obviamente um tribunal português vai decidir ...será sempre português. Aí não interessa a nacionalidade do arguido.” ;</p> <p>“era chinês e não havia maneira de dizer uma palavrinha. De facto, a dada altura suscitou-se a intervenção da Embaixada, não deu em nada, depois ele saiu daqui, depois insistiu-se para lá e o processo acabou por morrer por si, porque de facto, é que ele não percebia nada (...)E além de mais tinha problemas psíquicos, cognitivos”;</p> <p>(sobre se considera os documentos acessíveis) “Não.” ;</p> <p>“Pois a questão de se atualizar o folheto, agora com a alteração das visitas (ele vai ter de ser alterado), devia ser alterado novamente ...”;</p> <p>(sobre a questão de adaptar o folheto informativo para Escrita Fácil e utilizar pictogramas) :</p> <p>“Eu até ia mais longe. Esse tipo de, digamos assim, de meios ou documentos podia , devia ser pensado numa superestrutura. É uma necessidade transversal. (...)É uma necessidade comum, transversal a todos os EP’s , fazia-me sentido que fosse definido...” ;</p>
--	--	---

Questão/questões	Entrevistados	Respostas
		<p>“Pois há ali sempre uma entreajuda a uma carolice, para tentar decifrar aquilo e expressar, sem prejuízo de realmente depois poder ser ,entre aspas, acionada a Embaixada ou o Consulado. Agora o terem eles decisões judiciais, sejam elas quais forem, na língua materna, implica que a questão da não compreensão do português já tenha sido suscitada.”</p> <p>B</p> <p>(sobre a questão de tornar a linguagem mais simples) :</p> <p>“Sim, eu acho que sim! Eu tento fazer isso, eu tento explicar-lhes as coisas da forma mais simples que consigo.”</p> <p>(sobre a questão de adaptar o folheto informativo para Escrita Fácil e utilizar pictogramas) :</p> <p>“eu acho que faz sentido e para alguns reclusos ia ajudar imenso!”</p>
	<p>Equipa Secção Execução Penas</p>	<p>A “às vezes a linguagem ...”.</p>
		<p>B “É a linguagem do tribunal: é complexa e às vezes é difícil para nós também pôr de forma mais ... básica por assim dizer e apesar de eles dizerem que compreendem, vê-se perfeitamente na cara de alguns que eles não</p>

		perceberam nada do que
--	--	------------------------

Questão/questões	Entrevistados	Respostas
		<p>estávamos a dizer, é mais por aí.” ;</p> <p>“tentar simplificar os termos mais caros por assim dizer de direito” ;</p> <p>“O nosso caso também é um pouco dúbio porquê? Porque não estamos a falar dos formulários daqui estamos a falar do tribunal, portanto a linguagem é sempre mais complexa.” ;</p> <p>(sobre possíveis adaptações no folheto informativo) :</p> <p>“Eu acho que aqui era interessante pôr algumas imagens nem que fosse para tornar mais apelativo” ;</p> <p>“eles vêm assim se calhar muita informação e desligam logo entre aspas”.</p>

3.3- A inclusão , a autonomia e a independência na comunicação de e com reclusos

Questão/questões	Entrevistados	Respostas
<p>1ª QUESTÃO:</p> <p>E estão criados (os documentos internos)de forma que todas as pessoas consigam fazer pedidos, reclamações, queixas?</p> <p>2ª QUESTÃO</p> <p>Conseguem garantir o sigilo e o respeito pela privacidade do recluso? Promovem a sua autonomia?</p>	<p>Diretora do EP</p>	<p>“Pode ser pensado num folheto mais chamativo (...) com outra qualidade e tendo em conta pronto essa preocupação que é chegar aos jovens ,não é?”;</p> <p>“as parcerias que nós temos é com as escolas o modelo também é o mesmo que tinham no exterior e aquilo que se tem tentado fazer é intervir aqui de forma diferente e ter atividades com a escola que sejam motivadoras para que eles possam também aprender de uma forma diferente.”</p>
<p>3ª QUESTÃO</p> <p>E se o recluso tiver dificuldades intelectuais?</p> <p>4ª QUESTÃO</p> <p>Considera que a promoção de competências de comunicação pode ajudar o recluso a ser autónomo e a ter o direito à sua privacidade e identidade?</p> <p>5ª QUESTÃO</p>	<p>TSR 1</p>	<p>“Tive uma situação, por exemplo, de um jovem, na altura da pandemia, que era surdo.” ;</p> <p>“Cumprem as penas deles em estabelecimentos prisionais normais, sim, normais.”;</p> <p>“fiz dois anos de Língua Gestual Portuguesa e acho que me tem sido muito útil em termos do desempenho da minha área profissional.”;</p> <p>“alfabetização (...)Na leitura e na escrita, sim, sim, sim. É quase</p>

Questão/questões	Entrevistados	Respostas
<p>Na perspetiva de que a prisão é uma restrição de liberdades, de que forma a educação inclusiva pode contribuir para a autonomia destes jovens?</p>		<p>chegarmos ali à escola primária e saber escrever. É muito importante saber escutar e saber escrever porque sem escrever como é que comunicamos?";</p> <p>(sobre como explicar o folheto informativo a reclusos estrangeiros) :</p> <p>“Sim, é mais difícil, não é? A metodologia acaba por ser a mesma, praticamente, para todos. No entanto, encaminhamos, por exemplo, se for uma pessoa que saiba só falar francês... (investigadora: Encaminham para a Dra. ██████████ à partida ou para...) Para mim, para ela. (...) Se for inglês, para o ██████████”;</p> <p>“Os consulados são contactados (...)Nos estabelecimentos prisionais de adultos, eles são mais interventivos. Aqui, se eles não sabem, o consulado também não intervém. É muito raro, temos que ser nós a solicitar. Temos agora um marroquino que já pediu várias vezes para falar com o consulado. Já enviei e-mail, já liguei ... e não consigo falar com o consulado de Marrocos.”</p>

	TSR 2	“fazemos logo a avaliação e a triagem das situações quando os recebemos . É claro que se é um jovem que nós à partida ... se verifica que ele não sabe ler e escrever, somos nós
--	--------------	--

Questão/questões	Entrevistados	Respostas
		técnicos que também depois temos essa necessidade e essa preocupação de lhes dizer como é que as coisas funcionam.”.
	TSR 3	<p>“A nível de comunicação, portanto alguns jovens têm um discurso muito mais rígido muito mais tipificado (...)eles têm um discurso muito pobre” ;</p> <p>“É o resultado dos estilos de vidas que eles tiveram no exterior ,depois, claro que eles tiveram no exterior, da parte familiar , da parte escolar , de todo o não desenvolvimento escolar que deviam ter tido e que de facto nos chegam com dezassete/ dezoito anos ao EP com imensas dificuldades, sobretudo numa comunicação mais elaborada que é preciso ter e temos que perceber que é um discurso muito rígido e que houve ali falhas no seu desenvolvimento.”;</p>

		<p>“Ora outro nível de comunicação sendo jovens estrangeiros (pronto eu como não tenho muita dificuldade) tive alguns casos , mas sempre ter a língua como o inglês que é a base não é, para nos entendermos com reclusos estrangeiros e de facto também acontece, não é?”;</p>
--	--	--

Questão/questões	Entrevistados	Respostas
		<p>“Eu falo inglês também com ele faço a tradução de alguns documentos também para ele ... para que ele possa no fundo ser informado hum porque os documentos muitas vezes vêm em português. (...) Mas que eu tenha conhecimento que nós tenhamos um boletim para entregar ao recluso em inglês, não temos.”;</p> <p>(sobre a intervenção do Consulado) :</p> <p>“Deve vir porque isso está na sentença só que ainda não chegou. Portanto o recluso, o jovem recluso não sabe o que lá está escrito ainda.”</p>
		<p>“ele tem que pedir a um terceiro, neste caso a um recluso para fazer o pedido”;</p>

	TS 1	<p>“ou é com os reclusos colegas ou então é habitualmente com o senhor Guarda”;</p> <p>“Ou seja, esses de fora (estrangeiros) quando vêm querem o básico, seja a roupa, seja os produtos de higiene e pessoal, e o ter dinheiro aqui e falar com a família e falar com a família.”;</p> <p>“Teria que ser apelar ao inglês.”;</p> <p>“Ou é alguém que ... algum familiar que eles tenham ... algum primo , portanto ... irmão (sim, temos até um caso de</p>
--	------	--

Questão/questões	Entrevistados	Respostas
		<p>irmãos) mas muitos mais primos ou então lá está aquele amigo em que tem muita confiança ou aquele guarda em que ele tem muita confiança.”;</p> <p>“ou eles por eles conseguem fazer só o pedido para falar comigo, para falar com o técnico (...) tenho de falar com ele muito calmamente duas, três vezes , mesmo assim, se calhar passados dois, três minutos, tenho que estar outra vez a reforçar ... ou então ele coloca-me uma pergunta que eu sei que já falei sobre isto há trinta segundos atrás ...”;</p>

		<p>“Eu sei das dificuldades dele então não lhe pedia o papelzinho. “;</p> <p>“Eu noutra dia tive um caso de um jovem que queria fazer um pedido específico à Sra. Diretora e pediu-me para ajudá-lo a fazer o pedido , certo?”;</p> <p>“Manda escrever”;</p> <p>“Posso ajudá-los a fazer, agora fazer por eles, não. (...)Demoramos quinze minutos para fazer um parágrafo, mas conseguimos.”</p>
	<p>TS 2</p>	<p>“só faz sentido um trabalho individualizado com cada um deles”;</p> <p>(sobre se existe algum tipo de intervenção para</p>

Questão/questões	Entrevistados	Respostas
		<p>comunicar com reclusos estrangeiros):</p> <p>“Não, não existe, de todo.”</p> <p>;</p>

		<p>“O tal projeto de voluntariado é para trabalhar com estes jovens (...) para terem autonomia , pelo menos para serem eles a escrever aquilo que eles querem , que eles sentem , a exprimirem-se, a não ter que pedir a outro colega da cela ou ao Sr. guarda que escreva a carta para a família , portanto eles ... muitos pedem “ já que estamos aqui dentro há oportunidade de aprender? “; “Recorrem a terceiros...””.</p>
	Equipa Psicologia	<p>A</p> <p>“Será sempre necessário (...) formação pelo menos para terem conhecimento de como é que a pessoa que poderá vir a nível de Educação Especial irá intervir para as abordagens se interligarem ,se cruzarem.”;</p> <p>“a nível cognitivo ou emocional , (...) são sempre poucas as respostas é porque se for um trabalho articulado entre todos para o jovem é sempre muito mais produtivo, (...) para ele e para depois a sua integração na sociedade “;</p> <p>“é uma população jovem dos dezasseis aos vinte e um anos (...) a própria</p>

Questão/questões	Entrevistados	Respostas
		adolescência é uma fase de maior rebeldia ;

		<p>“ temos em conta que são jovens que estão privados da liberdade, portanto são mais desafiadores têm aqui outro tipo de problemáticas.” ;</p> <p>“mais do que contribuir para a autonomia destes jovens pode contribuir para a sensibilidade destes jovens para com outros jovens que possam ter necessidades especiais, (...) portanto a parte da empatia não está muito presente(...) portanto esta sensibilização, (...) para quando eles saírem também poderem dentro da sociedade , inseridos na sociedade ter aqui outra capacidade para ajudar, para intervir , para compreender pessoas que se calhar não são como eles porque têm outras necessidades.”;</p> <p>“tendo em conta a fase em que estão, poderão estar com outra sensibilidade deles próprios para adquirir mais informação (...) nós sabemos que também lá fora, nas escolas, isto não é uma temática que seja muito fornecida para eles.”</p> <p>B</p> <p>“Eu acho que pode contribuir não só para adaptação deles aqui , não é ? Ao avaliar necessidades especiais , necessidades diferentes não só em</p>
--	--	---

Questão/questões	Entrevistados	Respostas
		<p>termos de dificuldades motoras, mas também até ... estava aqui a pensar questões tipo o autismo ou coisas assim” ;</p> <p>“havendo essa sensibilidade também se pode adaptar um bocadinho melhor e sensibilizar até mesmo os próprios funcionários , toda a gente” ;</p> <p>“também podia ajudar a melhorar o sucesso escolar também e a adaptação à escola porque se calhar há pessoas que desistem não por não terem capacidades, mas porque se calhar se está a tentar que caibam todos dentro da mesma caixinha.” ;</p> <p>“pelo menos todos terem as mesmas oportunidades.”</p> <p>C</p> <p>“tentámos que essa comunicação ... que se faça essa transmissão, mas a verdade é que não é equitativa para todos” ;</p>

		<p>“a educação inclusiva pode contribuir (...) na própria questão do conhecimento para eles (...) vem de contextos difíceis e alguns com dificuldades ... a maior parte deles com dificuldades na escola e como falamos, como já foi referido, com ... lidando sempre com grandes problemas (...) essa palavra, fazer parte... eles sentirem-se incluídos , e</p>
--	--	---

Questão/questões	Entrevistados	Respostas
		<p>eles sentirem-se que fazem parte de todo o processo ... de quando saírem de cá , o rótulo do recluso que é apenas um mito.”</p>
	<p>Equipa Juristas</p>	<p>A “naquela questão da compreensão dos direitos, dos deveres que eles têm e na compreensão daquilo que realmente lhes é imputado quando têm um processo instaurado. (...) se realmente se constata que é alguém que não sabe ler e escrever de todo, ou que realmente tem competências ... pobres ,competências a esse nível, o preferível é que alguém... alguém lhe leia aquilo que declarou, para que ele depois possa (...) transmitir-lhe aquilo que está escrito e que ele declarou. Digamos assim: é uma garantia de que há um terceiro.”;</p>

	<p>“o indivíduo, ali não havia dúvidas nenhuma, ele não dominava a língua portuguesa (...) ele foi notificado, via embaixada houve um advogado, (...) esteve presente no interrogatório e colaborou ele próprio nas perguntas, nas respostas, ou seja, também se comprometeu e comprometeu o ... recluso.(...) . Mas de facto há situações que podem não correr assim tão bem!” ;</p> <p>“Em cada alínea decifrar isto com exemplos práticos.” ;</p>
--	--

Questão/questões	Entrevistados	Respostas
		<p>“quando já há uma decisão, de facto há (...) aquele <i>help desk</i> para decifrar aquilo que está escrito e depois aí o técnico também tem um papel importante.“.</p>
		<p>B (sobre este estudo ser transversal a todos os EP):</p> <p>“Devia começar por aí.”;</p> <p>“faz sentido esta troca de impressões”</p>
	<p>A (sobre o que fazem quando não dominam as línguas do que está escrito nos documentos do tribunal) :</p> <p>“Doutora Anabela! Em inglês!”</p>	

	<p>Equipa Secção Execução Penas</p>	<p>B (sobre o que fazem quando não dominam as línguas do que está escrito nos documentos do tribunal) :</p> <p>“Vamos pedir à doutora Anabela” ;</p> <p>“quando se manda assinar , eles... até a assinar nós vemos logo que eles têm dificuldade.” ;</p> <p>“Acho que é a única forma que dava para facilitar a vida deles ,não é?” (sobre simplificar a linguagem).</p>
--	--	---

ANEXO 9 – ADAPTAÇÃO DO FOLHETO INFORMATIVO PARA A CARTA DOS
DIREITOS E DEVERES DOS RECLUSOS

**Carta dos
direitos e
deveres dos
reclusos**

FICHA TÉCNICA

Título: Carta dos direitos e deveres dos reclusos

Texto adaptado da Lei n.º 115/2009 de 12 de outubro e do Regulamento Geral dos Estabelecimentos Prisionais (RGEP) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 51/2011 de 11 de abril e que enquadram a Execução das Penas e Medidas Privativas de Liberdade em Portugal.

Supervisão: Célia Sousa (ESECS/CRID®/CICS.NOVA.IPLeiria/ Politécnico de Leiria)

Adaptação do conteúdo para escrita fácil: Rute Pimenta (mestranda do Mestrado de Educação Especial ESECS/ Instituto Politécnico de Leiria)

Tradução e adaptação para pictogramas (SPC): Rute Pimenta (mestranda do Mestrado de Educação Especial ESECS/Instituto Politécnico de Leiria)

Edição e impressão em braille: Fernanda Inês (ESECS/CRID®/Politécnico de

Leiria) 1ª Edição Adaptada:
julho de 2024

Communication
Symbols,1981-2002,
Mayer-Johnson, Inc. All
rights reserved. Used
with permission. Mayer-
Johnson, Inc. PO Box
1579 Solana Beach, CA
92075 USA Ph: 858-550-
0084 Fax: 858-550-0449
www.mayer-
johnson.com
mayerj@johnson.com



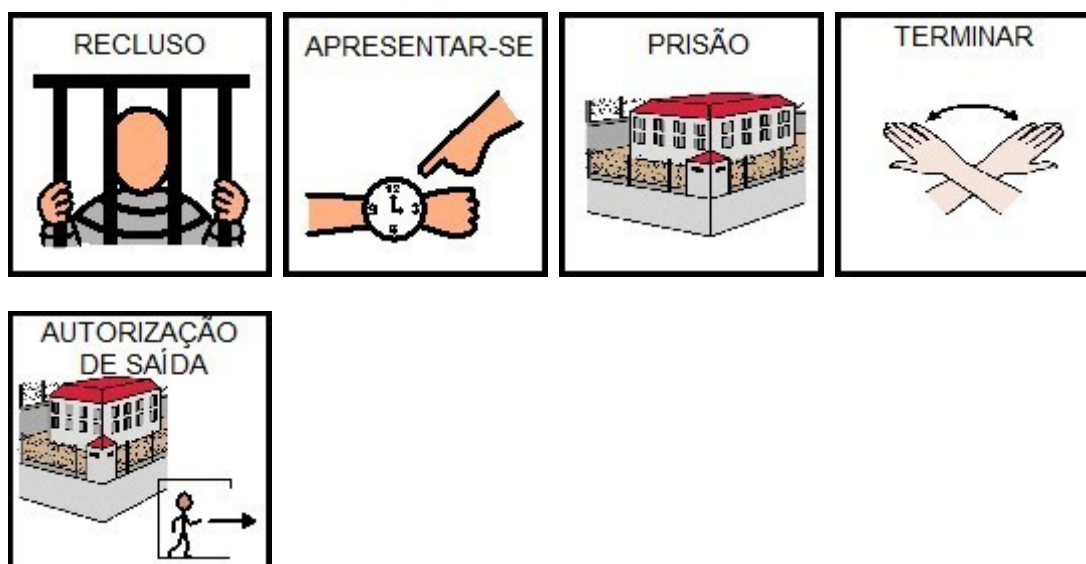
Carta dos direitos e deveres dos reclusos



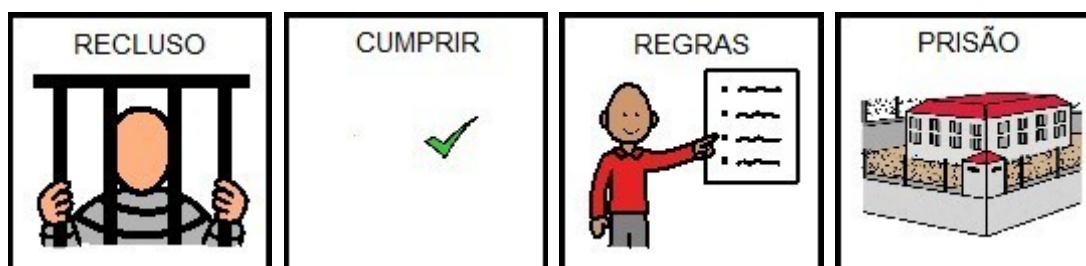
Os direitos e deveres dos reclusos estão na Lei n.º 115/2009 de 12 de outubro.



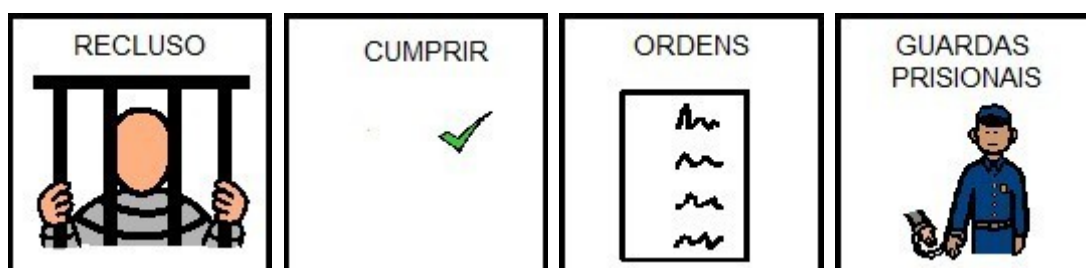
1-O recluso deve permanecer na prisão até ter autorização de saída em liberdade.



2- O recluso deve apresentar-se na prisão ao terminar a sua autorização de saída.



3- O recluso deve cumprir as regras da prisão.



4- O recluso deve cumprir as ordens dos guardas prisionais.



5- O recluso deve ter boas práticas com os guardas prisionais, com os trabalhadores da prisão, com as autoridades de justiça, com as forças policiais e com os visitantes da prisão.



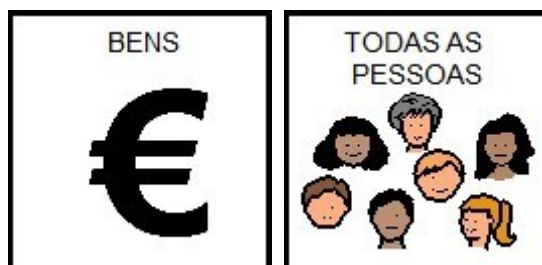
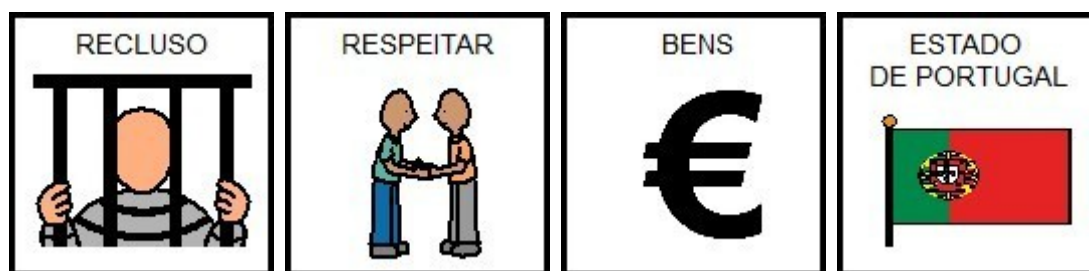
6- O recluso deve ter boas práticas com todos os reclusos.



7- O recluso deve pedir ajuda de imediato se a vida, a dignidade e a saúde estiverem em perigo.



8- O recluso deve aceitar fazer testes de deteção ao consumo de álcool e ao consumo de drogas e testes de deteção de doenças contagiosas.



9- O recluso deve respeitar os bens do Estado, os bens dos guardas prisionais, os bens de todos os reclusos e os bens de todas as pessoas.



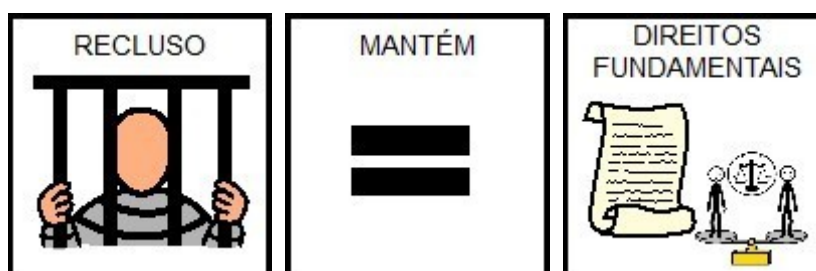
10- O recluso deve apresentar-se na prisão limpo e cuidado.



11- O recluso deve limpar e arrumar a sua cela e zelar pelos bens e equipamentos da prisão.



Direitos dos reclusos



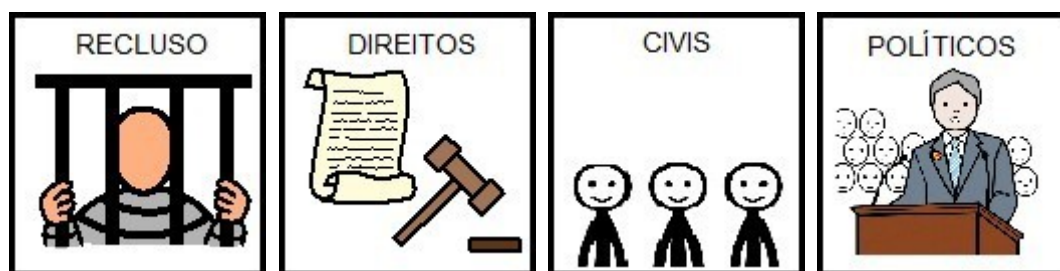
O recluso mantém os direitos fundamentais.



1-O recluso tem direito à proteção da vida , da saúde , ao respeito e à liberdade de consciência.



4- O recluso não pode ser maltratado nem perder a dignidade.



5- O recluso tem direitos civis, políticos, sociais, económicos e culturais e o direito de voto.



6- O recluso tem direito à liberdade de religião e ao culto religioso.



7- O recluso tem direito a ser tratado pelo nome e as pessoas não devem dizer que está preso.



8- O recluso tem direito a contactar com o exterior , tem direito a visitas, a videochamadas e a trocar correspondência.



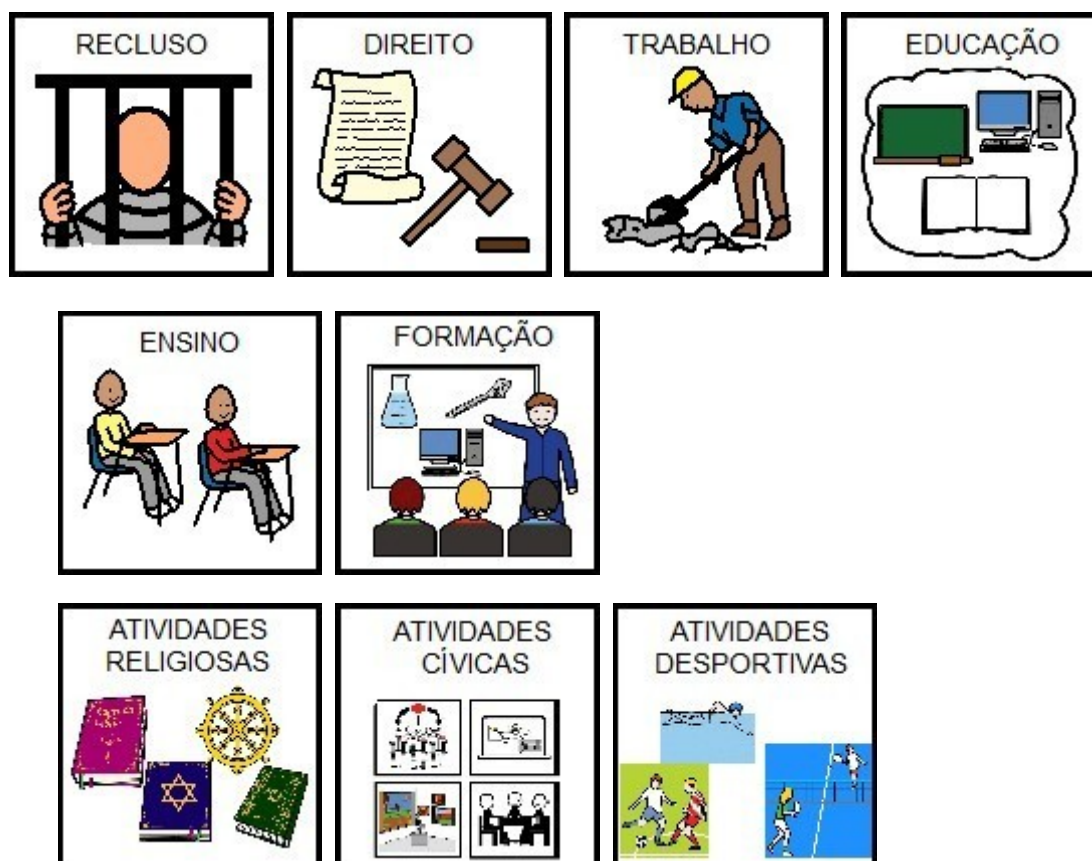
9- O recluso tem direito à proteção da vida em família e à proteção da vida privada.



10- O recluso tem direito ao sigilo da correspondência e a manter em privado diferentes meios de comunicação.



11- O recluso tem direito a estar na prisão com o filho, mediante autorização da progenitora ou cuidador e da prisão.



12- O recluso tem direito ao trabalho, à educação, ao ensino e formação, a atividades religiosas, atividades cívicas e atividades desportivas.



13- O recluso tem direito ao Serviço Nacional de Saúde.



12 – O recluso tem direito à informação dos seus direitos e deveres e à informação das regras da prisão.



13- O recluso tem direito a aceder ao seu processo individual e tem direito à informação sobre a sua evolução e avaliação.



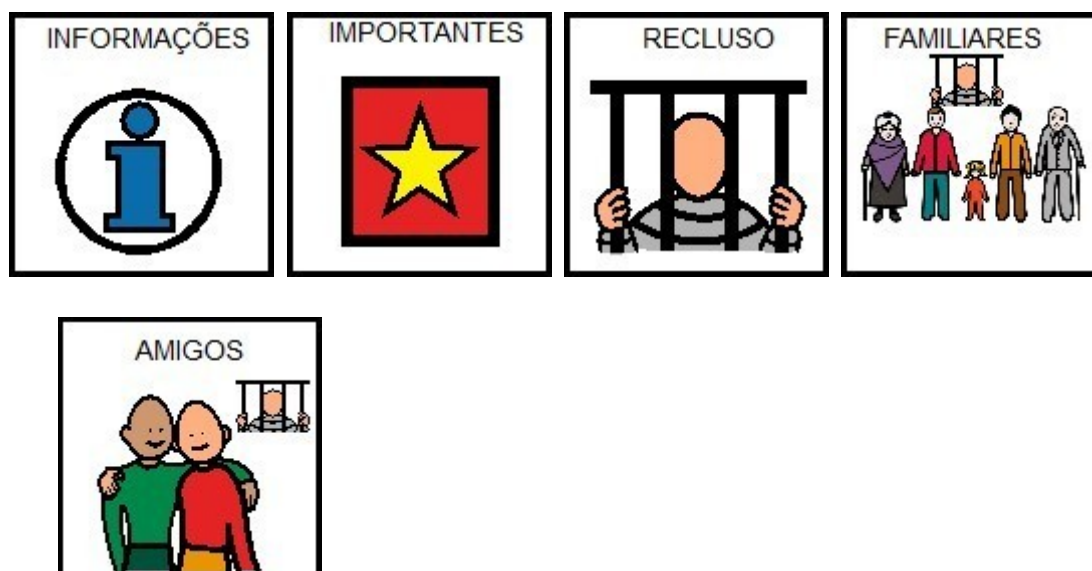
14- O recluso tem direito a fazer pedidos, reclamações, queixas e a pedir recurso.



15- O recluso tem direito a recusar em tribunal decisões da Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais.



16- O recluso tem direito a um advogado.



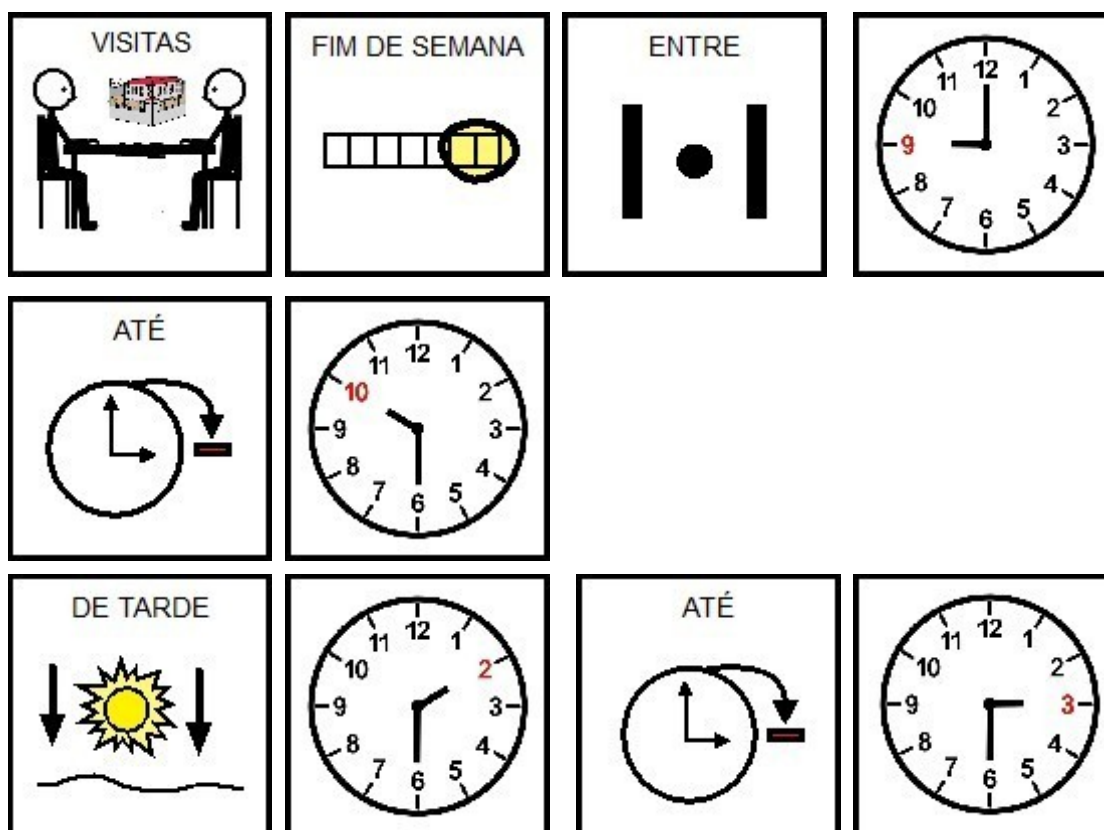
Informações importantes para o recluso, familiares e amigos:



O recluso tem direito ao acompanhamento individual de um Técnico Superior de Reeducação.



O recluso tem direito a requisitar livros da biblioteca da prisão.



As visitas decorrem aos fins de semana das 9h até às 10h30 e de tarde das 14h30 até às 15h30.



O recluso deve dar os seus dados pessoais de saúde: número de utente do SNS, boletim de vacinas e centro de saúde onde está inscrito.



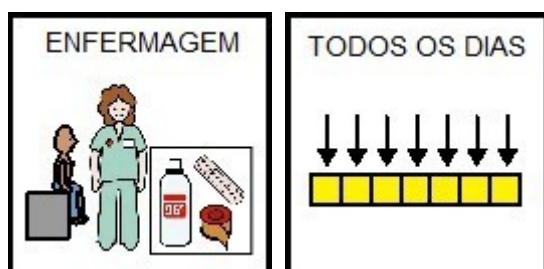
O recluso é avaliado por um profissional de saúde quando entra na prisão.



O recluso tem direito a um tratamento específico se tiver uma doença e tiver de ser medicado.



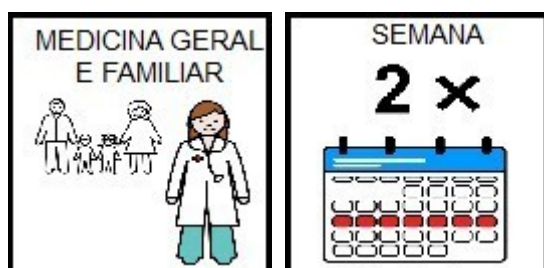
As consultas que o recluso tem direito são:



a. Consultas de enfermagem , todos os dias.



b. Consultas de medicina dentária , duas vezes por semana.



c. Consultas de medicina geral e familiar , duas vezes por semana.



d. Consultas de psicologia clínica , todos os dias.



e. Consultas de psiquiatria , duas vezes por semana.



f. Consultas de nutrição, todas as semanas.



Para aceder às consultas, o recluso deve fazer o pedido ao Serviço de Enfermagem.



O recluso participa em ações informativas de promoção da saúde.

ANEXO 10 – FORMAÇÃO EM COMUNICAÇÃO AOS TRABALHADORES DO EP



COMUNICAÇÃO

- Comunicar representa uma qualidade inata ao ser humano e que lhe permite inserir-se na sociedade e no mundo que o rodeia;
- A eficácia comunicativa encontra-se intimamente dependente da existência de algo passível de ser comunicado, da existência de algum interlocutor e de um meio de comunicação (Sim-Sim ,et al. ,2008);



- No processo comunicativo, o signo é a representação de um código ao qual atribuímos valor, sentido, representação; o significante é o elemento abstrato, a nossa representação mental (Saussure,1986) ;
- O código da comunicação é o conjunto de signos que requer a utilização de regras e para que haja comunicação é necessário que o emissor e o recetor conheçam esse código utilizado;
- Fatores físicos, psíquicos e fisiológicos , individuais ou sociais podem afetar a comunicação, sobretudo a comunicação verbal;

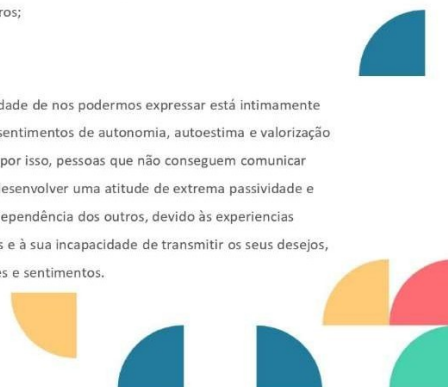
COMUNICAÇÃO AUMENTATIVA

A Comunicação Aumentativa é utilizada quando uma pessoa não consegue comunicar , ou seja, quando a sua comunicação “ não é suficiente para se fazer compreender” (Sousa, 2012, pp. 7-8);

Complementa e facilita de forma permanente ou temporária a comunicação de indivíduos com graves problemas na compreensão e comunicação expressiva: motora, gestual, falada ou escrita (Rosa, Silva & Aymone, 2018);

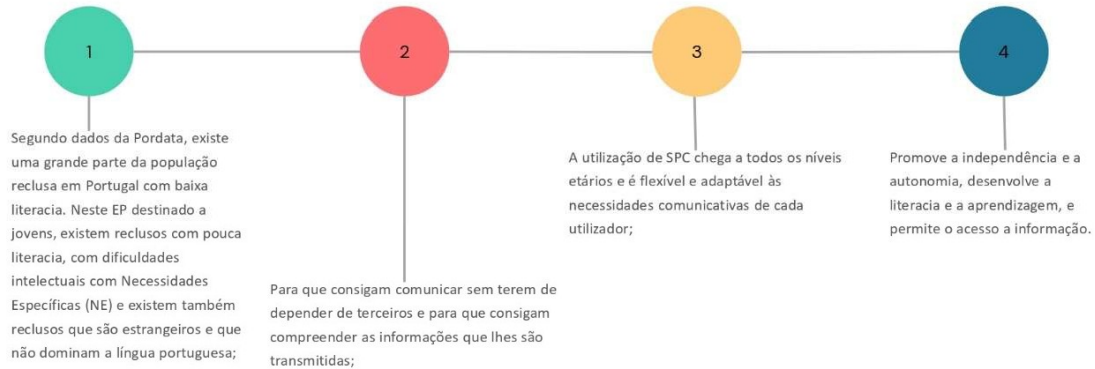
Esta dificuldade verifica-se em crianças, jovens e adultos durante uma fase transitória para alguns ou enquanto uma necessidade de um sistema de comunicação alternativo durante toda a vida para outros;

A capacidade de nos podermos expressar está intimamente ligada a sentimentos de autonomia, autoestima e valorização pessoal, por isso, pessoas que não conseguem comunicar podem desenvolver uma atitude de extrema passividade e grande dependência dos outros, devido às experiências negativas e à sua incapacidade de transmitir os seus desejos, interesses e sentimentos.





EM CONTEXTO PRISIONAL, PORQUÊ USAR SPC?



LITERACIA DA POPULAÇÃO RECLUSA EM PORTUGAL

Reclusos existentes em 31 de dezembro, segundo a instrução, sexo e nacionalidade

2023

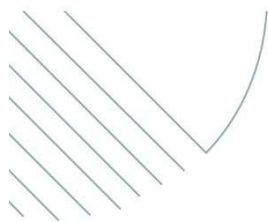
Instrução	Sexo/Nacionalidade		Homens		Mulheres	
	Portugueses	Estrangeiros	Portugueses	Estrangeiros	Portugueses	Estrangeiros
TOTAL (a)	9 479	1 868	678	228	54	9
Não sabendo ler nem escrever	270	29	54	9	43	9
Sabendo ler e escrever	321	74	43	9	9	9
Possuindo o ensino:	8 801	1 679	570	209	22	22
1º Básico (1ª, 2ª, 3ª e 4ª anos)	2 153	182	122	26	22	22
2º Básico (5ª e 6ª anos)	2 332	278	107	22	22	22
3º Básico (7ª, 8ª e 9ª anos)	2 923	544	166	53	22	22
Secundário (10ª, 11ª e 12ª anos)	1 182	535	142	89	15	15
Superior	202	131	32	4	4	4
Outros cursos	9	9	1	4	4	4
Ignorado ou não especificado	87	26	11	1	1	1

(a) Contabiliza 347 impunitivos (Mulheres e Homens) internados em hospitais e clínicas psiquiátricas prisionais e não prisionais

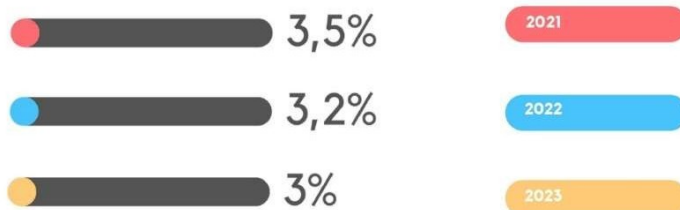


Fonte: PORDATA

14/05/2024

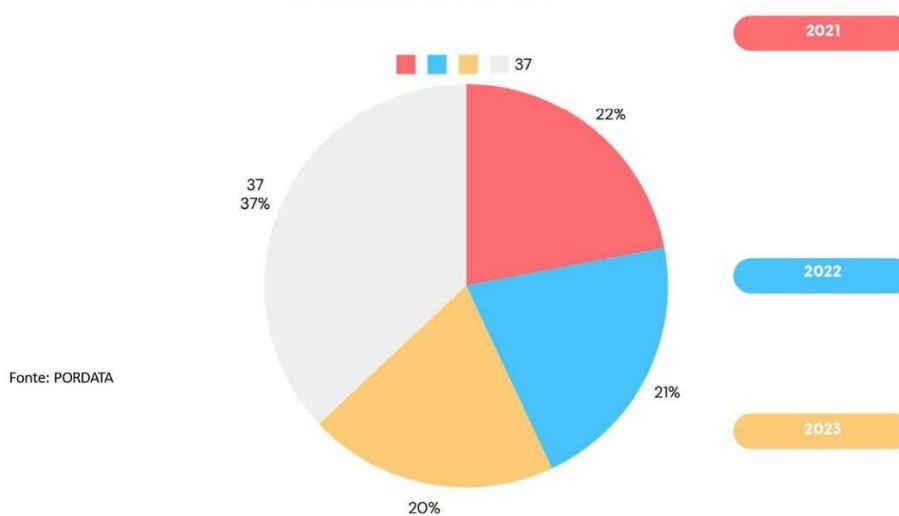


RECLUSOS EM PORTUGAL QUE NÃO SABEM LER NEM ESCREVER



Fonte: PORDATA

RECLUSOS EM PORTUGAL COM O ENSINO BÁSICO



Fonte: PORDATA

A ADAPTAÇÃO DO FOLHETO INFORMATIVO PARA O GUIA ACESSÍVEL

- Em resultado disso, dá-se início à criação do guia acessível , que apresenta a mesma informação do folheto informativo mas com recurso a :
- Escrita Simples;
- SPC.
- Com esta adaptação, o objetivo é avaliar o impacto nas competências de comunicação dos jovens reclusos e se promovem a inclusão e a autonomia.

PICTOGRAMAS DO GUIA ACESSÍVEL



Informações importantes para o recluso, familiares e amigos



1-O recluso tem direito à proteção da vida , da saúde , ao respeito e à liberdade de consciência.

Os pictogramas serão sempre acompanhados por uma frase curta em Escrita Simples, com letra acessível e aumentada;
A estrutura sintática das frases é simplificada e a ordenação das palavras na frase obedece, na sua maioria, à ordem Sujeito Verbo Objeto (SVO).

EXEMPLOS



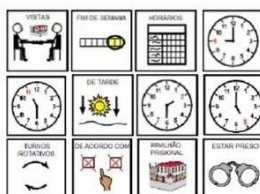
Informações importantes para o recluso, familiares e amigos:



O recluso tem direito ao acompanhamento individual de um Técnico Superior de Reeducação.



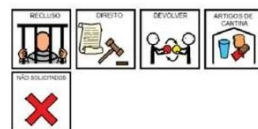
O recluso tem direito a requisitar livros da biblioteca da prisão.



As visitas decorrem aos fins de semana nos horários das 9h, 11h30, 14h30 e 17h em turnos rotativos de acordo com o pavilhão prisional onde estão presos.



O recluso tem direito a fazer pedidos ao Serviço de Cantina até ao limite de 180€ a cada 15 dias.



O recluso tem direito a devolver artigos de Cantina não solicitados.



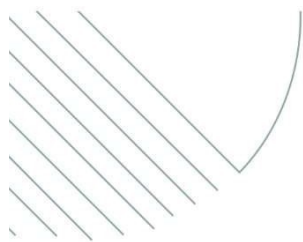
O recluso tem direito a receber transferências bancárias.



O recluso deve dar os seus dados pessoais de saúde: número de utente do SNS, boletim de vacinas e centro de saúde onde está inscrito.

O GUIA ACESSÍVEL

- Disponível em formato impresso em língua portuguesa;
- Utiliza a Escrita Simples e os Símbolos Pictográficos de Comunicação;
- Para utilização dos técnicos de acompanhamento individual a reclusos em sede de atendimento, de forma que a prestação de informações sobre os seus direitos e deveres (e outras informações importantes) sejam compreendidas por todos independentemente das suas características e que de igual forma sejam transmitidas de forma clara e objetiva;
- Será realizada uma observação não participante pela investigadora no atendimento dos técnicos de acompanhamento individual a reclusos;
- Duração da investigação: duas semanas.



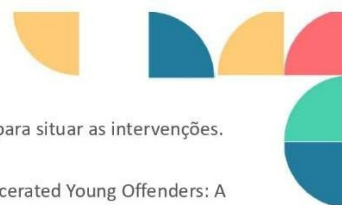
“NÃO HÁ COMUNICAÇÃO SEM ENVOLVIMENTO.”

Saint
Exupéry



BIBLIOGRAFIA

- Carvalho, M. J. L. (2016). Delinquência juvenil: conhecer os jovens e os territórios para situar as intervenções. Revista do Ministério Público, (148), 65-95. <https://novaresearch.unl.pt>
- Cesaroni, C., & Peterson-Badali, M. (2010). Understanding the Adjustment of Incarcerated Young Offenders: A Canadian Example. Youth Justice, 10(2), 107–125. <https://doi.org/10.1177/1473225410369290>
- Ferreira, M. (2020). Um olhar sobre a Delinquência Juvenil: O Sistema Prisional Português. Contradições da nossa Ordem Jurídica face a Compromissos Internacionais [Tese de mestrado em Direito, Faculdade de Direito da Universidade Católica do Porto]. <https://repositorio.ucp.pt/handle/10400.14/31692>
- Kellermann, C., Vicente, L., Heidrich, R. & Sousa, C. (2019). Pictogramas na literatura inclusiva. [Sessão em conferência]. V Conferência Internacional para a Inclusão, Leiria. <http://hdl.handle.net/10400.8/5382>
- Moreira, J. A., Silva, S., & Aberto, R. (2022). Sistemas prisionais e educação de jovens adultos em contexto de reclusão em Portugal. <https://doi.org/10.22481/aprender.i28.11565>
- Pordata.(2023, maio, 14). Reclusos existentes em 31 de dezembro, segundo a instrução, sexo e nacionalidade. Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais - Dados Estatísticos. Recuperado em 26 de novembro, 2024. <https://dgrsp.justica.gov.pt/Estat%C3%ADsticas-e-indicadores/Prisionais/2023>



BIBLIOGRAFIA

- Rebelo, J. A. S. (1993). Dificuldades da Leitura e da Escrita em alunos do ensino básico. ed 1. Rio Tinto: Edições Asa;
- Rockland, A. & Borba, J. (2006). Primeiros Passos na Fonoaudiologia . Conhecer para Intervir nas Patologias, Distúrbios e Exames Fonoaudiológicos. ed. 2. São Paulo: Pulso Editora.
- Rosa, I. V.; Silva, R. P.; Aymone, J. L. F. Processo de desenvolvimento de Prancha de Comunicação Alternativa e Aumentativa para crianças com Transtorno do Espectro do Autismo utilizando Realidade Aumentada. Revista Design e Tecnologia. Rio Grande do Sul, v. 8, n. 15, p. 51-67, 2018;
- Saussure, Ferdinand. Curso de Lingüística Geral. Tradução de Antônio Chelini, José Paulo Paes e Izidoro Blikstein. 3 ed. São Paulo: Cultrix, 1986;
- Sim-Sim, I., Silva, A. & Nunes, C. (2008). Linguagem e Comunicação no Jardimde-Infância, Textos de Apoio para Educadores de Infância. Ministério da Educação. Lisboa;
- Sousa, C. (2012) Comunicação aumentativa. Politécnico de Leiria.<http://hdl.handle.net/10400.8/534>
- Vieira, H. Prisões: da intervenção institucional à desinstitucionalização das intervenções. Temas Penitenciários, v. III n. 1 e 2, p. 35-41, 2005.<https://doi.org/10.22481/aprender.i28.11565>



ANEXO 11 – INQUÉRITOS DE SATISFAÇÃO DA FORMAÇÃO

INQUÉRITO DE SATISFAÇÃO FORMAÇÃO EM COMUNICAÇÃO

1- Assinale com X na opção correspondente ao seu nível de satisfação sobre:

Formação Comunicação	Muito insatisfeito	Insatisfeito	Satisfeito	Muito satisfeito
Objetivos da formação				X
Relevância de conteúdos				X
Utilidade dos conteúdos				X
Sequência dos conteúdos abordados				X
Aplicabilidade à sua área profissional				X
Prestação da dinamizadora da formação				
Domínio dos conteúdos				X
Clareza na apresentação dos conteúdos				X
Relacionamento interpessoal com os participantes				X
Capacidade para motivar os participantes				X
Métodos e técnicas utilizados na sessão				X
Material pedagógico e interativo utilizados				X
Organização da Formação				
Escolha dos temas abordados				X
Duração da formação				X
Instalações				X
Equipamentos				X

INQUÉRITO DE SATISFAÇÃO FORMAÇÃO EM COMUNICAÇÃO

1- Assinale com X na opção correspondente ao seu nível de satisfação sobre:

Formação Comunicação	Muito insatisfeito	Insatisfeito	Satisfeito	Muito satisfeito
Objetivos da formação			X	
Relevância de conteúdos			X	
Utilidade dos conteúdos				X
Sequência dos conteúdos abordados			X	
Aplicabilidade à sua área profissional				X
Prestação da dinamizadora da formação				
Domínio dos conteúdos			X	
Clareza na apresentação dos conteúdos				X
Relacionamento interpessoal com os participantes				X
Capacidade para motivar os participantes				X
Métodos e técnicas utilizados na sessão				X
Material pedagógico e interativo utilizados				X
Organização da Formação				
Escolha dos temas abordados			X	
Duração da formação			X	
Instalações			X	
Equipamentos				X

INQUÉRITO DE SATISFAÇÃO FORMAÇÃO EM COMUNICAÇÃO

1. Por favor, inclua os seus comentários em relação aos seguintes aspetos:

Comentário/Sugestões/Observações
<p>CONSIDERO MUITO IMPORTANTE, E ATÉ FUNDAMENTAL, O PROCESSO COMUNICATIVO, ASSIM COMO, A FORMA COMO É APRESENTADO AO RECLUSO A INFORMAÇÃO QUE SERÁ IMPORTANTÍSSIMA PARA O SEU DIA-A-DIA NA E.P. QUANDO MAIS CLARA E OBJETIVA, COMO SEM O EXEMPLO QUE ACABAMOS DE COMEÇAR, MELHOR.</p>

3. Tendo em conta a Formação, faça a sua avaliação no geral, assinalando com X na opção que considera ser a mais apropriada:

1- Muito fraco; 2- Fraco; 3- Suficiente; 4- Bom; 5- Muito bom.

Avaliação Global	1	2	3	4	5
Avaliação Global da Formação				X	

INQUÉRITO DE SATISFAÇÃO FORMAÇÃO EM COMUNICAÇÃO

1- Assinale com X na opção correspondente ao seu nível de satisfação sobre:

Formação Comunicação	Muito insatisfeito	Insatisfeito	Satisfeito	Muito satisfeito
Objetivos da formação				X
Relevância de conteúdos				X
Utilidade dos conteúdos				X
Sequência dos conteúdos abordados				X
Aplicabilidade à sua área profissional				X
Prestação da dinamizadora da formação				
Domínio dos conteúdos				X
Clareza na apresentação dos conteúdos				X
Relacionamento interpessoal com os participantes				X
Capacidade para motivar os participantes				X
Métodos e técnicas utilizados na sessão				X
Material pedagógico e interativo utilizados				X
Organização da Formação				
Escolha dos temas abordados			X	
Duração da formação			X	
Instalações			X	
Equipamentos			X	

INQUÉRITO DE SATISFAÇÃO FORMAÇÃO EM COMUNICAÇÃO

1- Assinale com X na opção correspondente ao seu nível de satisfação sobre:

Formação Comunicação	Muito insatisfeito	Insatisfeito	Satisfeito	Muito satisfeito
Objetivos da formação				X
Relevância de conteúdos				X
Utilidade dos conteúdos				X
Sequência dos conteúdos abordados				X
Aplicabilidade à sua área profissional			X	
Prestação da dinamizadora da formação				
Domínio dos conteúdos				X
Clareza na apresentação dos conteúdos				X
Relacionamento interpessoal com os participantes				X
Capacidade para motivar os participantes				X
Métodos e técnicas utilizados na sessão				X
Material pedagógico e interativo utilizados				X
Organização da Formação				
Escolha dos temas abordados				X
Duração da formação				X
Instalações				X
Equipamentos				X

INQUÉRITO DE SATISFAÇÃO FORMAÇÃO EM COMUNICAÇÃO

1- Assinale com X na opção correspondente ao seu nível de satisfação sobre:

Formação Comunicação	Muito insatisfeito	Insatisfeito	Satisfeito	Muito satisfeito
Objetivos da formação				X
Relevância de conteúdos				X
Utilidade dos conteúdos				X
Sequência dos conteúdos abordados				X
Aplicabilidade à sua área profissional				X
Prestação da dinamizadora da formação				
Domínio dos conteúdos				X
Clareza na apresentação dos conteúdos				X
Relacionamento interpessoal com os participantes				X
Capacidade para motivar os participantes				X
Métodos e técnicas utilizados na sessão				X
Material pedagógico e interativo utilizados				X
Organização da Formação				
Escolha dos temas abordados				X
Duração da formação				X
Instalações				X
Equipamentos				X

INQUÉRITO DE SATISFAÇÃO FORMAÇÃO EM COMUNICAÇÃO

1. Por favor, inclua os seus comentários em relação aos seguintes aspetos:

Comentário/Sugestões/Observações
<p>Formação pertinente e muito adequada ao contexto presencial e à realidade dos nossos utentes. Seria importante realçar esta formação a mais jovens, que sejam familiares e bons alunos.</p> <p>A ideia de poder implementar um regulamento intuitivo e intuitivo e em linhas de frente é muito importante.</p>

3. Tendo em conta a Formação, faça a sua avaliação no geral, assinalando com X na opção que considera ser a mais apropriada:

1- Muito fraco; 2- Fraco; 3- Suficiente; 4- Bom; 5- Muito bom.

Avaliação Global	1	2	3	4	5
Avaliação Global da Formação					X

INQUÉRITO DE SATISFAÇÃO FORMAÇÃO EM COMUNICAÇÃO

1- Assinale com X na opção correspondente ao seu nível de satisfação sobre:

Formação Comunicação	Muito insatisfeito	Insatisfeito	Satisfeito	Muito satisfeito
Objetivos da formação			X	
Relevância de conteúdos			X	
Utilidade dos conteúdos			X	
Sequência dos conteúdos abordados			X	
Aplicabilidade à sua área profissional			X	
Prestação da dinamizadora da formação				
Domínio dos conteúdos			X	
Clareza na apresentação dos conteúdos			X	
Relacionamento interpessoal com os participantes				X
Capacidade para motivar os participantes				X
Métodos e técnicas utilizados na sessão			X	
Material pedagógico e interativo utilizados			X	
Organização da Formação				
Escolha dos temas abordados			X	
Duração da formação			X	
Instalações			X	
Equipamentos			X	

INQUÉRITO DE SATISFAÇÃO FORMAÇÃO EM COMUNICAÇÃO

1. Por favor, inclua os seus comentários em relação aos seguintes aspetos:

Comentário/Sugestões/Observações
<p>A temática abordada assume particular e crescente relevância neste contexto laboral, para todos os envolvidos, alunos, trabalhadores e terceiros.</p> <p>Informação e comunicação acessíveis e fluidas nos requisitos imprescindíveis para a transmissão de direitos e deveres e um funcionamento eficaz da instituição.</p>

3. Tendo em conta a Formação, faça a sua avaliação no geral, assinalando com X na opção que considera ser a mais apropriada:

1- Muito fraco; 2- Fraco; 3- Suficiente; 4. Bom; 5- Muito bom.

Avaliação Global	1	2	3	4	5
Avaliação Global da Formação				X	

INQUÉRITO DE SATISFAÇÃO FORMAÇÃO EM COMUNICAÇÃO

1- Assinale com X na opção correspondente ao seu nível de satisfação sobre:

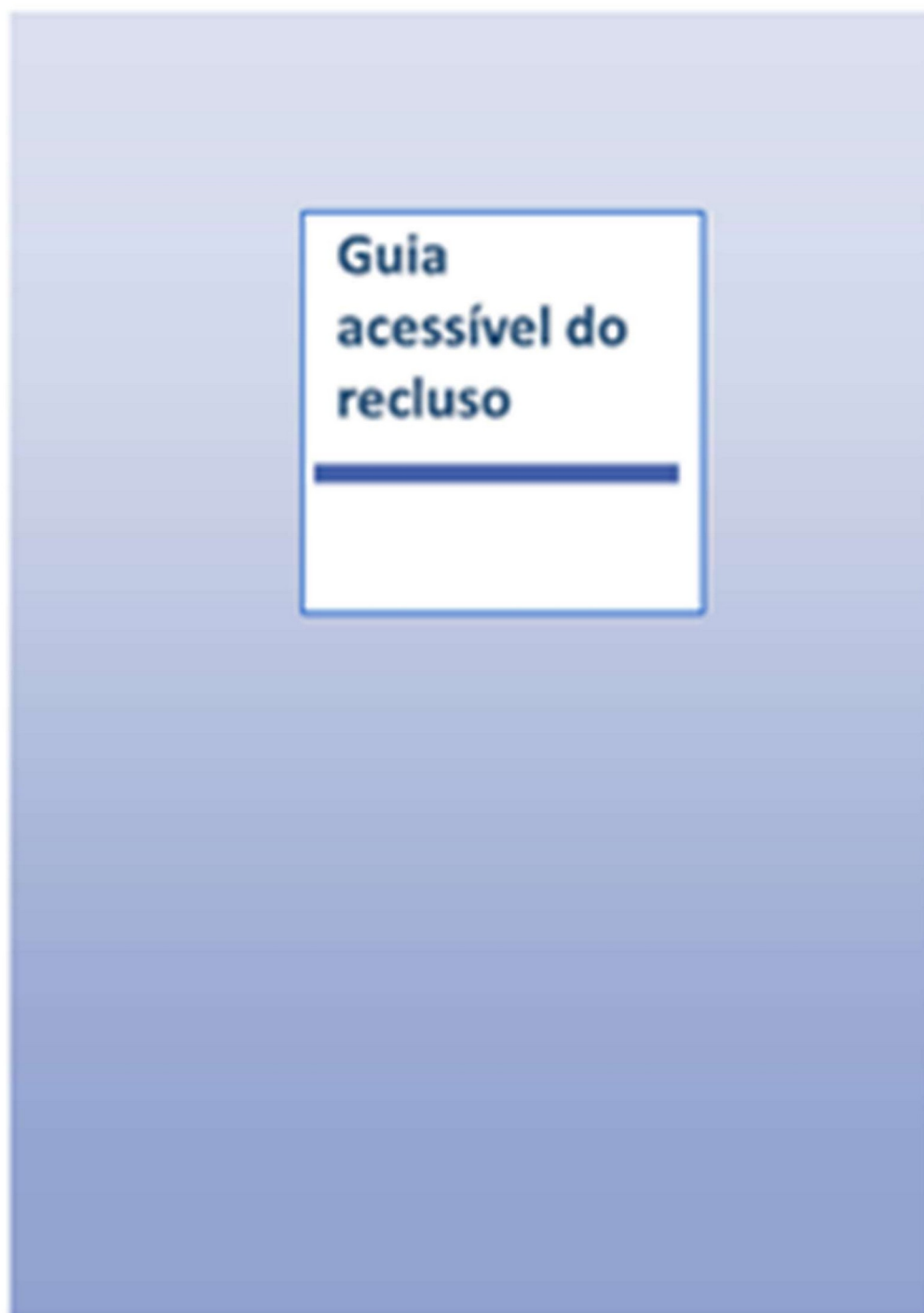
Formação Comunicação	Muito insatisfeito	Insatisfeito	Satisfeito	Muito satisfeito
Objetivos da formação				X
Relevância de conteúdos				X
Utilidade dos conteúdos				X
Sequência dos conteúdos abordados				X
Aplicabilidade à sua área profissional			X	
Prestação da dinamizadora da formação				
Domínio dos conteúdos				X
Clareza na apresentação dos conteúdos				X
Relacionamento interpessoal com os participantes				X
Capacidade para motivar os participantes				X
Métodos e técnicas utilizados na sessão				X
Material pedagógico e interativo utilizados				X
Organização da Formação				
Escolha dos temas abordados				X
Duração da formação				X
Instalações				X
Equipamentos				X

INQUÉRITO DE SATISFAÇÃO FORMAÇÃO EM COMUNICAÇÃO

1- Assinale com X na opção correspondente ao seu nível de satisfação sobre:

Formação Comunicação	Muito insatisfeito	Insatisfeito	Satisfeito	Muito satisfeito
Objetivos da formação				X
Relevância de conteúdos				X
Utilidade dos conteúdos				X
Sequência dos conteúdos abordados				X
Aplicabilidade à sua área profissional			X	
Prestação da dinamizadora da formação				
Domínio dos conteúdos				X
Clareza na apresentação dos conteúdos				X
Relacionamento interpessoal com os participantes				X
Capacidade para motivar os participantes				X
Métodos e técnicas utilizados na sessão				X
Material pedagógico e interativo utilizados				X
Organização da Formação				
Escolha dos temas abordados				X
Duração da formação				X
Instalações				X
Equipamentos				X

ANEXO 12 – GUIA ACESSÍVEL DO RECLUSO



FICHA TÉCNICA

Título: Guia acessível do reduso

Texto adaptado da Lei n.º 115/2009 de 12 de outubro e do Regulamento Geral dos Estabelecimentos Prisionais (RGEP) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 51/2011 de 11 de abril e que enquadram a Execução das Penas e Medidas Privativas de Liberdade em Portugal.

Supervisão: Célia Sousa (ESECS/CRID®/CICS.NOVA.IPLeiria/ Politécnico de Leiria)

Adaptação do conteúdo para escrita fácil: Rute Pimenta (mestranda do Mestrado de Educação Especial ESECS/ Instituto Politécnico de Leiria)

Tradução e adaptação para pictogramas (SPC): Rute Pimenta (mestranda do Mestrado de Educação Especial ESECS/Instituto Politécnico de Leiria)

Edição e impressão em braille: Fernanda Inês (ESECS/CRID®/Politécnico de Leiria)

1ª Edição Adaptada:
julho de 2024

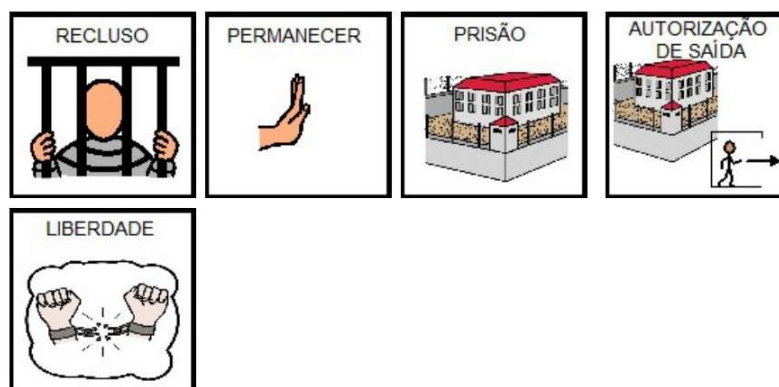
Communication
Symbols, 1981-2002,
Mayer-Johnson, Inc.
All rights reserved.
Used with permission.
Mayer-Johnson, Inc.
PO Box 1579 Solana
Beach, CA 92075 USA
Ph: 858-550-0084 Fax:
858-550-0449
www.mayer-
johnson.com
mayerj@johnson.com



Guia acessível do recluso



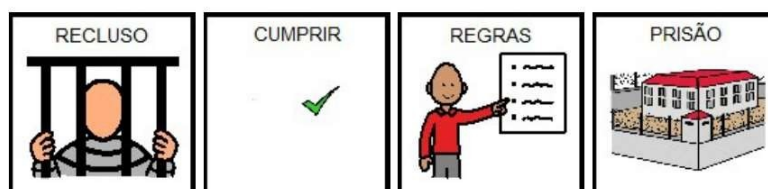
Os direitos e deveres dos reclusos estão na Lei n.º 115/2009 de 12 de outubro.



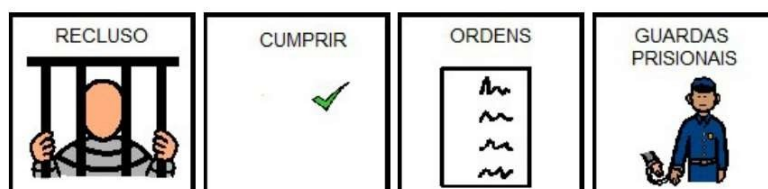
1-O recluso deve permanecer na prisão até ter autorização de saída em liberdade.



2- O recluso deve apresentar-se na prisão ao terminar a sua autorização de saída.



3- O recluso deve cumprir as regras da prisão.



4- O recluso deve cumprir as ordens dos guardas prisionais.



5- O recluso deve ter boas práticas com os guardas prisionais, com os trabalhadores da prisão, com as autoridades de justiça, com as forças policiais e com os visitantes da prisão.



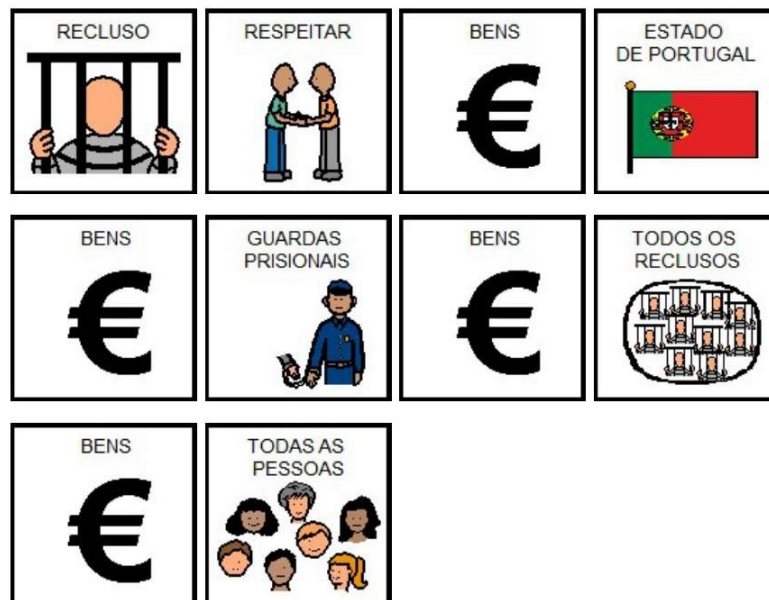
6- O recluso deve ter boas práticas com todos os reclusos.



7- O recluso deve pedir ajuda de imediato se a vida, a dignidade e a saúde estiverem em perigo.



8- O recluso deve aceitar fazer testes de detecção ao consumo de álcool e ao consumo de drogas e testes de detecção de doenças contagiosas.



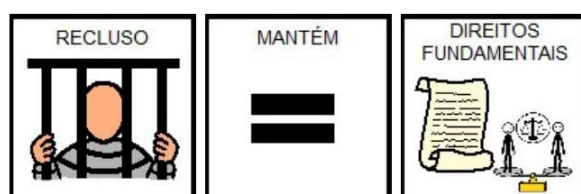
9- O recluso deve respeitar os bens do Estado, os bens dos guardas prisionais, os bens de todos os reclusos e os bens de todas as pessoas.



10- O recluso deve apresentar-se na prisão limpo e cuidado.



11- O recluso deve limpar e arrumar a sua cela e zelar pelos bens e equipamentos da prisão.



O recluso mantém os direitos fundamentais.



**1- O recluso tem direito à proteção da vida , da saúde ,
ao respeito e à liberdade de consciência.**



**2- O recluso não pode ser maltratado nem perder a
dignidade.**



3-O recluso tem direitos civis, políticos, sociais, económicos e culturais e o direito de voto.



4-O recluso tem direito à liberdade de religião e ao culto religioso.



5- O recluso tem direito a ser tratado pelo nome e as pessoas não devem dizer que está preso.



6- O recluso tem direito a contactar com o exterior , tem direito a visitas, a videochamadas e a trocar correspondência.



7- O recluso tem direito à proteção da vida em família e à proteção da vida privada.



8- O recluso tem direito ao sigilo da correspondência e a manter em privado diferentes meios de comunicação.



9- O recluso tem direito a estar na prisão com o filho, mediante autorização da progenitora ou cuidador e da prisão.



10- O recluso tem direito ao trabalho, à educação, ao ensino e formação, a atividades religiosas, atividades cívicas e atividades desportivas.



11- O recluso tem direito ao Serviço Nacional de Saúde.



12 – O recluso tem direito à informação dos seus direitos e deveres e à informação das regras da prisão.



13- O recluso tem direito a aceder ao seu processo individual e tem direito à informação sobre a sua evolução e avaliação.



14- O recluso tem direito a fazer pedidos, reclamações, queixas e a pedir recurso.



15- O recluso tem direito a recusar em tribunal decisões da Direção-Geral de Reinscrição e Serviços Prisionais.



16- O recluso tem direito a um advogado.



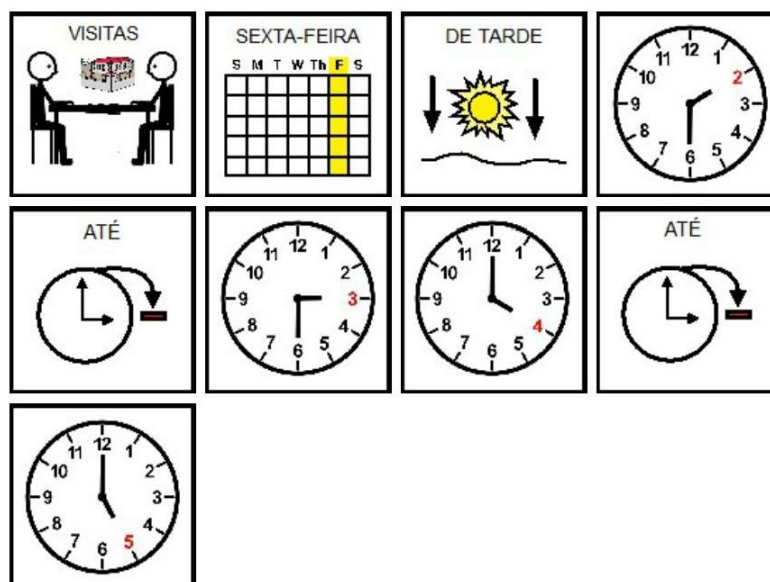
Informações importantes para o recluso, familiares e amigos:



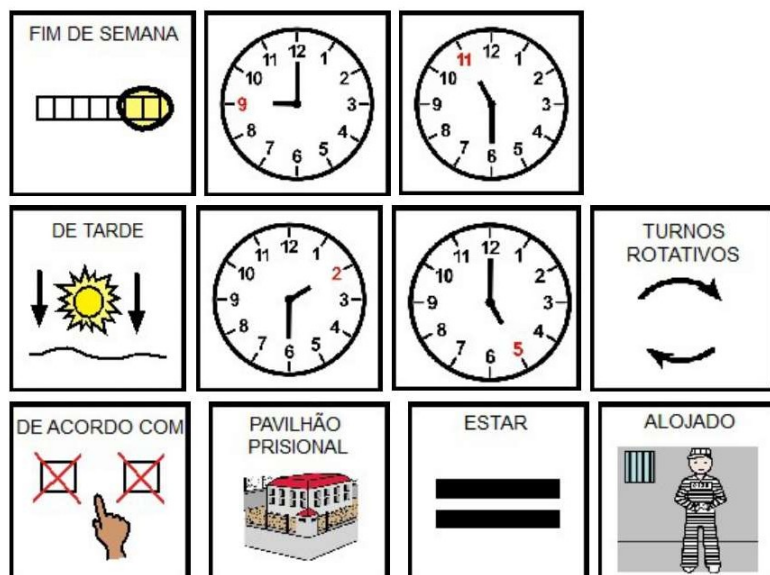
O recluso tem direito ao acompanhamento individual de um Técnico Superior de Reeducação.



O recluso tem direito a requisitar livros da biblioteca da prisão.



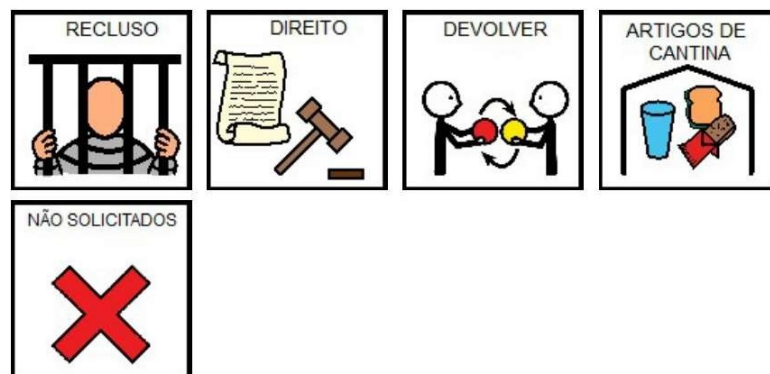
As visitas decorrem às sextas-feiras de tarde das 14h30 até às 15h30 e das 16h até às 17h.



Aos fins de semana decorrem às 9h, 11h30, 14h30 e 17h em turnos rotativos de acordo com o pavilhão prisional onde estão alojados.



O recluso tem direito a fazer pedidos ao Serviço de Cantina uma vez por semana e até ao limite de 180€ a cada 15 dias.



O recluso tem direito a devolver artigos de Cantina não solicitados.



O recluso tem direito a receber transferências bancárias para o IBAN PT50078101129112000029472, através de visitantes autorizados com confirmação para o e-mail do Serviço de Contabilidade ou por contacto telefónico para o 244 829 720 ou 244 829 729.



O recluso deve dar os seus dados pessoais de saúde: número de utente do SNS, boletim de vacinas e centro de saúde onde está inscrito.



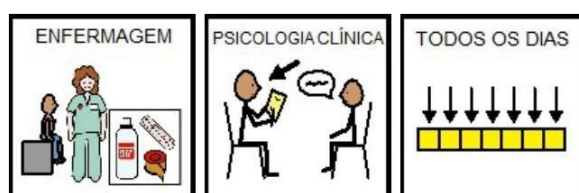
O recluso é avaliado por um profissional de saúde quando entra na prisão.



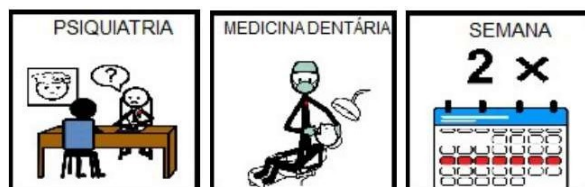
O recluso tem direito a um tratamento específico se tiver uma doença e tiver de ser medicado.



As consultas de especialidade a que o recluso tem direito são:



a. Enfermagem e Psicologia Clínica, todos os dias.



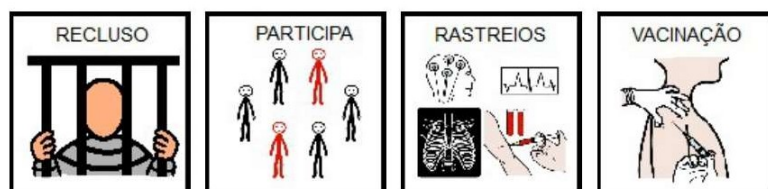
b. Psiquiatria e Medicina Dentária , duas vezes por semana.



c. Nutrição e Medicina Geral , duas a três vezes por semana.



O acesso às consultas é feito pelo Serviço de Enfermagem e através do preenchimento e entrega de formulário do estabelecimento prisional.



O recluso participa em rastreios e vacinações.



O recluso participa em ações informativas de promoção da saúde.

ANEXO 13 – INQUÉRITOS POR QUESTIONÁRIO A RECLUSOS

QUESTIONÁRIO

NOME : [REDACTED] IDADE : 18

GÉNERO : MASCULINO NÃO DEFINIDO

PAÍS : Portugal IDIOMA : Português

OBSERVAÇÕES _____

ASSINALAR com X a resposta correta

Muito Importante	Importante	Razoavelmente importante	Pouco importante	Sem importância
1	2	3	4	5
<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
1. Considera que é importante conhecer os seus direitos e deveres como recluso?				
<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
2. Considera importante sentir-se informado sobre o funcionamento das visitas, pedidos de Cantina, e como podem ser realizadas as transferências bancárias?				
<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
3. Qual a importância que dá em comunicar por escrito uma necessidade (exemplo: pedir Cantina, fazer um pedido para um cobertor, um extrato de conta, ir ao dentista, ir ao médico, etc.)?				
<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
4. Quando vai ao atendimento com o Técnico de acompanhamento individual, sente que é importante conseguir ter uma boa comunicação com ele?				
<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
5- Sente que é importante que o Técnico saiba as suas necessidades e capacidades comunicativas?				
<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
6. Na sua opinião ,quão importante é promover a independência e a participação de todos, desenvolver as aprendizagens e permitir o acesso à informação?				
<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

7. Como classifica o folheto informativo quanto ao texto (se é claro e simples)?



8. Como classifica o folheto informativo quanto ao design (ajudou a diminuir o esforço cognitivo e melhorou a compreensão do texto)?



9. Como classifica o Guia Acessível do Recluso quanto ao texto (se é claro e simples)?



10. Como classifica o Guia Acessível do Recluso quanto ao design (ajudou a diminuir o esforço cognitivo e melhorou a compreensão do texto)?



11. Como descreve a utilização de Símbolos Pictográficos de Comunicação na compreensão de palavras e de conceitos?



12. Como descreve a utilização da Escrita Simples na compreensão de palavras e de conceitos?



13. É um direito compreender aquilo que nos é comunicado.



14. Considera que os Símbolos Pictográficos de Comunicação são importantes para ajudar reclusos que não sabem ler ou que falam outra língua?



15. Considera que os Símbolos Pictográficos de Comunicação e a Escrita Simples ajudam a incluir todas as pessoas
- . com dificuldades;
 - . com pouca escolaridade;
 - . que não sabem ler;
 - . estrangeiros que não dominam a língua portuguesa;
 - . pessoas que não estão para perder tempo com um documento que não entendem?

X

RESPONDER

PERGUNTA 1. Que dificuldades de comunicação costuma sentir?

certos documentos de tribunal

PERGUNTA 2. Na sua opinião, onde poderiam ser usados os Símbolos Pictográficos de Comunicação na prisão?

Afixados na cela

PERGUNTA 3. Quais foram os aspetos positivos da sua participação neste Projeto?

Participar informar e esclarecer

PERGUNTA 4. O que considera que pode ser melhorado nesta investigação? Porquê?

uma formação e agradecer a participação

QUESTIONÁRIO

NOME : [REDACTED] _____

IDADE : 17

GÉNERO : MASCULINO NÃO DEFINIDO

PAÍS : Cabo Verde

IDIOMA : _____

OBSERVAÇÕES _____

ASSINALAR com X a resposta correta

Muito Importante	Importante	Razoavelmente importante	Pouco importante	Sem importância
<input type="radio"/> 1	<input type="radio"/> 2	<input type="radio"/> 3	<input type="radio"/> 4	<input type="radio"/> 5

1. Considera que é importante conhecer os seus direitos e deveres como recluso?

1
 2
 3
 4
 5

2. Considera importante sentir-se informado sobre o funcionamento das visitas, pedidos de Cantina, e como podem ser realizadas as transferências bancárias?

1
 2
 3
 4
 5

3. Qual a importância que dá em comunicar por escrito uma necessidade (exemplo: pedir Cantina, fazer um pedido para um cobertor, um extrato de conta, ir ao dentista, ir ao médico, etc.)?

1
 2
 3
 4
 5

4. Quando vai ao atendimento com o Técnico de acompanhamento individual, sente que é importante conseguir ter uma boa comunicação com ele?

1
 2
 3
 4
 5

5- Sente que é importante que o Técnico saiba as suas necessidades e capacidades comunicativas?

1
 2
 3
 4
 5

6. Na sua opinião, quão importante é promover a independência e a participação de todos, desenvolver as aprendizagens e permitir o acesso à informação?

1
 2
 3
 4
 5

7. Como classifica o folheto informativo quanto ao texto (se é claro e simples) ?



8. Como classifica o folheto informativo quanto ao design (ajudou a diminuir o esforço cognitivo e melhorou a compreensão do texto) ?



9. Como classifica o Guia Acessível do Recluso quanto ao texto (se é claro e simples)?



10. Como classifica o Guia Acessível do Recluso quanto ao design (ajudou a diminuir o esforço cognitivo e melhorou a compreensão do texto) ?



11. Como descreve a utilização de Símbolos Pictográficos de Comunicação na compreensão de palavras e de conceitos?



12. Como descreve a utilização da Escrita Simples na compreensão de palavras e de conceitos?



13. É um direito compreender aquilo que nos é comunicado.



14. Considera que os Símbolos Pictográficos de Comunicação são importantes para ajudar reclusos que não sabem ler ou que falam outra língua?



15. Considera que os Símbolos Pictográficos de Comunicação e a Escrita Simples ajudam a incluir todas as pessoas

- . com dificuldades;
- . com pouca escolaridade;
- . que não sabem ler;
- . estrangeiros que não dominam a língua portuguesa;
- . pessoas que não estão para perder tempo com um documento que não entendem?

X

RESPONDER

PERGUNTA 1. Que dificuldades de comunicação costuma sentir?

Nenhuma

PERGUNTA 2. Na sua opinião, onde poderiam ser usados os Símbolos Pictográficos de Comunicação na prisão?

Nas celas

PERGUNTA 3. Quais foram os aspetos positivos da sua participação neste Projeto?

foi importante

PERGUNTA 4. O que considera que pode ser melhorado nesta investigação? Porquê?

Vir mais vezes

QUESTIONÁRIO

NOME



IDADE:

19

GÉNERO: MASCULINO NÃO DEFINIDO

PAÍS:

PORTUGAL

IDIOMA:

PORTUGUES

OBSERVAÇÕES

ASSINALAR com X a resposta correta

Muito importante	Importante	Razoavelmente importante	Pouco importante	Sem importância
1	2	3	4	5

1. Considera que é importante conhecer os seus direitos e deveres como recluso?

<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
-------------------------------------	--------------------------	--------------------------	--------------------------	--------------------------

2. Considera importante sentir-se informado sobre o funcionamento das visitas, pedidos de Cantina, e como podem ser realizadas as transferências bancárias?

<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
-------------------------------------	--------------------------	--------------------------	--------------------------	--------------------------

3. Qual a importância que dá em comunicar por escrito uma necessidade (exemplo: pedir Cantina, fazer um pedido para um cobertor, um extrato de conta, ir ao dentista, ir ao médico, etc.)?

<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
-------------------------------------	--------------------------	-------------------------------------	--------------------------	--------------------------

4. Quando vai ao atendimento com o Técnico de acompanhamento individual, sente que é importante conseguir ter uma boa comunicação com ele?

<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
--------------------------	--------------------------	-------------------------------------	--------------------------	--------------------------

5- Sente que é importante que o Técnico saiba as suas necessidades e capacidades comunicativas?

<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
-------------------------------------	--------------------------	--------------------------	--------------------------	--------------------------

6. Na sua opinião, quão importante é promover a independência e a participação de todos, desenvolver as aprendizagens e permitir o acesso à informação?

<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
-------------------------------------	--------------------------	--------------------------	--------------------------	--------------------------

7. Como classifica o folheto informativo quanto ao texto (se é claro e simples)?



8. Como classifica o folheto informativo quanto ao design (ajudou a diminuir o esforço cognitivo e melhorou a compreensão do texto)?



9. Como classifica o Guia Acessível do Recluso quanto ao texto (se é claro e simples)?



10. Como classifica o Guia Acessível do Recluso quanto ao design (ajudou a diminuir o esforço cognitivo e melhorou a compreensão do texto)?



11. Como descreve a utilização de Símbolos Pictográficos de Comunicação na compreensão de palavras e de conceitos?



12. Como descreve a utilização da Escrita Simples na compreensão de palavras e de conceitos?



13. É um direito compreender aquilo que nos é comunicado.



14. Considera que os Símbolos Pictográficos de Comunicação são importantes para ajudar reclusos que não sabem ler ou que falam outra língua?



15. Considera que os Símbolos Pictográficos de Comunicação e a Escrita Simples ajudam a incluir todas as pessoas

- . com dificuldades;
- . com pouca escolaridade;
- . que não sabem ler;
- . estrangeiros que não dominam a língua portuguesa;
- . pessoas que não estão para perder tempo com um documento que não entendem?

X

RESPONDER

PERGUNTA 1. Que dificuldades de comunicação costuma sentir?

JÁ ME A CONTELEU NOS DECRETOS DO
TREBUNAL

PERGUNTA 2. Na sua opinião, onde poderiam ser usados os Símbolos Pictográficos de Comunicação na prisão?

A FIGUESADO NA PARENDE COM AS NOSAS
ROTINAS

PERGUNTA 3. Quais foram os aspetos positivos da sua participação neste Projeto?

ISSO IRÁ PERMITIR TRABALHAR OUTRAS
ARIAS NO FUTURO.. EMENTAS

PERGUNTA 4. O que considera que pode ser melhorado nesta investigação? Porquê?

DE TER UMA FORMAÇÃO

QUESTIONÁRIO

NOME : [REDACTED]

IDADE : 18

GÉNERO : MASCULINO NÃO DEFINIDO

PAÍS : Eslovénia

IDIOMA : esloveno

OBSERVAÇÕES _____

ASSINALAR com X a resposta correta

Muito importante	Importante	Razoavelmente importante	Pouco importante	Sem importância
1	2	3	4	5

1. Considera que é importante conhecer os seus direitos e deveres como recluso?

1
 2
 3
 4
 5

2. Considera importante sentir-se informado sobre o funcionamento das visitas, pedidos de Cantina, e como podem ser realizadas as transferências bancárias?

1
 2
 3
 4
 5

3. Qual a importância que dá em comunicar por escrito uma necessidade (exemplo: pedir Cantina, fazer um pedido para um cobertor, um extrato de conta, ir ao dentista, ir ao médico, etc.)?

1
 2
 3
 4
 5

4. Quando vai ao atendimento com o Técnico de acompanhamento individual, sente que é importante conseguir ter uma boa comunicação com ele?

1
 2
 3
 4
 5

5- Sente que é importante que o Técnico saiba as suas necessidades e capacidades comunicativas?

1
 2
 3
 4
 5

6. Na sua opinião, quão importante é promover a independência e a participação de todos, desenvolver as aprendizagens e permitir o acesso à informação?

1
 2
 3
 4
 5

7. Como classifica o folheto informativo quanto ao texto (se é claro e simples)?



8. Como classifica o folheto informativo quanto ao design (ajudou a diminuir o esforço cognitivo e melhorou a compreensão do texto)?



9. Como classifica o Guia Acessível do Recluso quanto ao texto (se é claro e simples)?



10. Como classifica o Guia Acessível do Recluso quanto ao design (ajudou a diminuir o esforço cognitivo e melhorou a compreensão do texto)?



11. Como descreve a utilização de Símbolos Pictográficos de Comunicação na compreensão de palavras e de conceitos?



12. Como descreve a utilização da Escrita Simples na compreensão de palavras e de conceitos?



13. É um direito compreender aquilo que nos é comunicado.



14. Considera que os Símbolos Pictográficos de Comunicação são importantes para ajudar reclusos que não sabem ler ou que falam outra língua?



15. Considera que os Símbolos Pictográficos de Comunicação e a Escrita Simples ajudam a incluir todas as pessoas
- . com dificuldades;
 - . com pouca escolaridade;
 - . que não sabem ler;
 - . estrangeiros que não dominam a língua portuguesa;
 - . pessoas que não estão para perder tempo com um documento que não entendem?

X

RESPONDER

PERGUNTA 1. Que dificuldades de comunicação costuma sentir?

diariamente que não sei ler

PERGUNTA 2. Na sua opinião, onde poderiam ser usados os Símbolos Pictográficos de Comunicação na prisão?

Nº Fuzilamento

PERGUNTA 3. Quais foram os aspetos positivos da sua participação neste Projeto?

que foi de aprender e melhorar a minha comunicação

PERGUNTA 4. O que considera que pode ser melhorado nesta investigação? Porquê?

Formação no area da comunicação

QUESTIONÁRIO

NOME : XXXXXXXXXX

IDADE : 20

GÉNERO : MASCULINO NÃO DEFINIDO

PAÍS : Brasil

IDIOMA : _____

OBSERVAÇÕES _____

ASSINALAR com X a resposta correta

Muito Importante	Importante	Razoavelmente importante	Pouco importante	Sem importância
1	2	3	4	5

1. Considera que é importante conhecer os seus direitos e deveres como recluso?

1 2 3 4 5

2. Considera importante sentir-se informado sobre o funcionamento das visitas, pedidos de Cantina, e como podem ser realizadas as transferências bancárias?

1 2 3 4 5

3. Qual a importância que dá em comunicar por escrito uma necessidade (exemplo: pedir Cantina, fazer um pedido para um cobertor, um extrato de conta, ir ao dentista, ir ao médico, etc.)?

1 2 3 4 5

4. Quando vai ao atendimento com o Técnico de acompanhamento individual, sente que é importante conseguir ter uma boa comunicação com ele?

1 2 3 4 5

5- Sente que é importante que o Técnico saiba as suas necessidades e capacidades comunicativas?

1 2 3 4 5

6. Na sua opinião ,quão importante é promover a independência e a participação de todos, desenvolver as aprendizagens e permitir o acesso à informação?

1 2 3 4 5

7. Como classifica o folheto informativo quanto ao texto (se é claro e simples)?



8. Como classifica o folheto informativo quanto ao design (ajudou a diminuir o esforço cognitivo e melhorou a compreensão do texto)?



9. Como classifica o Guia Acessível do Recluso quanto ao texto (se é claro e simples)?



10. Como classifica o Guia Acessível do Recluso quanto ao design (ajudou a diminuir o esforço cognitivo e melhorou a compreensão do texto)?



11. Como descreve a utilização de Símbolos Pictográficos de Comunicação na compreensão de palavras e de conceitos?



12. Como descreve a utilização da Escrita Simples na compreensão de palavras e de conceitos?



13. É um direito compreender aquilo que nos é comunicado.



14. Considera que os Símbolos Pictográficos de Comunicação são importantes para ajudar reclusos que não sabem ler ou que falam outra língua?



15. Considera que os Símbolos Pictográficos de Comunicação e a Escrita Simples ajudam a incluir todas as pessoas
- . com dificuldades;
 - . com pouca escolaridade;
 - . que não sabem ler;
 - . estrangeiros que não dominam a língua portuguesa;
 - . pessoas que não estão para perder tempo com um documento que não entendem?

X

RESPONDER

PERGUNTA 1. Que dificuldades de comunicação costuma sentir?

Entendem os documentos. (Jurídicos)

PERGUNTA 2. Na sua opinião, onde poderiam ser usados os Símbolos Pictográficos de Comunicação na prisão?

A Fixam nas Paredes, dos Pavilhões, para a compreenderem e ficam mais fácil a comunicações

PERGUNTA 3. Quais foram os aspetos positivos da sua participação neste Projeto?

Ajuda Bastante os Reclusos. Que não conseguem ou tem dificuldades de ler.

PERGUNTA 4. O que considera que pode ser melhorado nesta investigação? Porquê?

Ajudam os Reclusos. Que tem dificuldade em entender as ~~escritas~~ informações escritas.

QUESTIONÁRIO

NOME : [REDACTED]

IDADE : 22

GÉNERO :

MASCULINO

NÃO DEFINIDO

PAÍS : Moçambique

IDIOMA : moçambique

OBSERVAÇÕES _____

ASSINALAR com X a resposta correta

Muito Importante	Importante	Razoavelmente importante	Pouco importante	Sem importância
1.	2.	3.	4.	5.

1. Considera que é importante conhecer os seus direitos e deveres como recluso?

2. Considera importante sentir-se informado sobre o funcionamento das visitas, pedidos de Cantina, e como podem ser realizadas as transferências bancárias?

3. Qual a importância que dá em comunicar por escrito uma necessidade (exemplo: pedir Cantina, fazer um pedido para um cobertor, um extrato de conta, ir ao dentista, ir ao médico, etc.)?

4. Quando vai ao atendimento com o Técnico de acompanhamento individual, sente que é importante conseguir ter uma boa comunicação com ele ?

5- Sente que é importante que o Técnico saiba as suas necessidades e capacidades comunicativas?

6. Na sua opinião ,quão importante é promover a independência e a participação de todos, desenvolver as aprendizagens e permitir o acesso à informação?

7. Como classifica o folheto informativo quanto ao texto (se é claro e simples) ?

8. Como classifica o folheto informativo quanto ao design (ajudou a diminuir o esforço cognitivo e melhorou a compreensão do texto) ?

9. Como classifica o Guia Acessível do Recluso quanto ao texto (se é claro e simples)?

10. Como classifica o Guia Acessível do Recluso quanto ao design (ajudou a diminuir o esforço cognitivo e melhorou a compreensão do texto) ?

11. Como descreve a utilização de Símbolos Pictográficos de Comunicação na compreensão de palavras e de conceitos?

12. Como descreve a utilização da Escrita Simples na compreensão de palavras e de conceitos?

13. É um direito compreender aquilo que nos é comunicado.

14. Considera que os Símbolos Pictográficos de Comunicação são importantes para ajudar reclusos que não sabem ler ou que falam outra língua?

15. Considera que os Símbolos Pictográficos de Comunicação e a Escrita Simples ajudam a incluir todas as pessoas

- . com dificuldades;
- . com pouca escolaridade;
- . que não sabem ler;
- . estrangeiros que não dominam a língua portuguesa;
- . pessoas que não estão para perder tempo com um documento que não entendem?



RESPONDER

PERGUNTA 1. Que dificuldades de comunicação costuma sentir?

Porque só se usa no papel.

PERGUNTA 2. Na sua opinião, onde poderiam ser usados os Símbolos Pictográficos de Comunicação na prisão?

visitas, reuniões.

PERGUNTA 3. Quais foram os aspetos positivos da sua participação neste Projeto?

Sim. aprendi na comunicação.

PERGUNTA 4. O que considera que pode ser melhorado nesta investigação? Porquê?

Para ser permanentes de comunicação e ler
fanc.

QUESTIONÁRIO

NOME : [REDACTED]

IDADE : 20

GÉNERO : MASCULINO NÃO DEFINIDO

PAÍS : España

IDIOMA : Español

OBSERVAÇÕES _____

ASSINALAR com X a resposta correta

Muito Importante	Importante	Razoavelmente importante	Pouco importante	Sem importância
<input type="radio"/> 1	<input type="radio"/> 2	<input type="radio"/> 3	<input type="radio"/> 4	<input type="radio"/> 5

1. Considera que é importante conhecer os seus direitos e deveres como recluso?

1
 2
 3
 4
 5

2. Considera importante sentir-se informado sobre o funcionamento das visitas, pedidos de Cantina, e como podem ser realizadas as transferências bancárias?

1
 2
 3
 4
 5

3. Qual a importância que dá em comunicar por escrito uma necessidade (exemplo: pedir Cantina, fazer um pedido para um cobertor, um extrato de conta, ir ao dentista, ir ao médico, etc.)?

1
 2
 3
 4
 5

4. Quando vai ao atendimento com o Técnico de acompanhamento individual, sente que é importante conseguir ter uma boa comunicação com ele?

1
 2
 3
 4
 5

5- Sente que é importante que o Técnico saiba as suas necessidades e capacidades comunicativas?

1
 2
 3
 4
 5

6. Na sua opinião, quão importante é promover a independência e a participação de todos, desenvolver as aprendizagens e permitir o acesso à informação?

1
 2
 3
 4
 5

7. Como classifica o folheto informativo quanto ao texto (se é claro e simples)?



8. Como classifica o folheto informativo quanto ao design (ajudou a diminuir o esforço cognitivo e melhorou a compreensão do texto)?



9. Como classifica o Guia Acessível do Recluso quanto ao texto (se é claro e simples)?



10. Como classifica o Guia Acessível do Recluso quanto ao design (ajudou a diminuir o esforço cognitivo e melhorou a compreensão do texto)?



11. Como descreve a utilização de Símbolos Pictográficos de Comunicação na compreensão de palavras e de conceitos?



12. Como descreve a utilização da Escrita Simples na compreensão de palavras e de conceitos?



13. É um direito compreender aquilo que nos é comunicado.



14. Considera que os Símbolos Pictográficos de Comunicação são importantes para ajudar reclusos que não sabem ler ou que falam outra língua?



15. Considera que os Símbolos Pictográficos de Comunicação e a Escrita Simples ajudam a incluir todas as pessoas
- . com dificuldades;
 - . com pouca escolaridade;
 - . que não sabem ler;
 - . estrangeiros que não dominam a língua portuguesa;
 - . pessoas que não estão para perder tempo com um documento que não entendem?

X

RESPONDER

PERGUNTA 1. Que dificuldades de comunicação costuma sentir?

Barrera del lenguaje.

PERGUNTA 2. Na sua opinião, onde poderiam ser usados os Símbolos Pictográficos de Comunicação na prisão?

Dentro del modulo.

PERGUNTA 3. Quais foram os aspetos positivos da sua participação neste Projeto?

Aprendizaje.

PERGUNTA 4. O que considera que pode ser melhorado nesta investigação? Porquê?

Integración al recluso.

QUESTIONÁRIO

NOME :



IDADE : 20

GÉNERO :

MASCULINO

NÃO DEFINIDO

PAÍS : Guyane française

IDIOMA : _____

OBSERVAÇÕES _____

ASSINALAR com X a resposta correta

Muito importante	Importante	Razoavelmente importante	Pouco importante	Sem importância
1	2	3	4	5

1. Considera que é importante conhecer os seus direitos e deveres como recluso?

1 2 3 4 5

2. Considera importante sentir-se informado sobre o funcionamento das visitas, pedidos de Cantina, e como podem ser realizadas as transferências bancárias?

1 2 3 4 5

3. Qual a importância que dá em comunicar por escrito uma necessidade (exemplo: pedir Cantina, fazer um pedido para um cobertor, um extrato de conta, ir ao dentista, ir ao médico, etc.) ?

1 2 3 4 5

4. Quando vai ao atendimento com o Técnico de acompanhamento individual, sente que é importante conseguir ter uma boa comunicação com ele ?

1 2 3 4 5

5- Sente que é importante que o Técnico saiba as suas necessidades e capacidades comunicativas?

1 2 3 4 5

6. Na sua opinião ,quão importante é promover a independência e a participação de todos, desenvolver as aprendizagens e permitir o acesso à informação?

1 2 3 4 5

7. Como classifica o folheto informativo quanto ao texto (se é claro e simples)?

8. Como classifica o folheto informativo quanto ao design (ajudou a diminuir o esforço cognitivo e melhorou a compreensão do texto)?

9. Como classifica o Guia Acessível do Recluso quanto ao texto (se é claro e simples)?

10. Como classifica o Guia Acessível do Recluso quanto ao design (ajudou a diminuir o esforço cognitivo e melhorou a compreensão do texto)?

11. Como descreve a utilização de Símbolos Pictográficos de Comunicação na compreensão de palavras e de conceitos?

12. Como descreve a utilização da Escrita Simples na compreensão de palavras e de conceitos?

13. É um direito compreender aquilo que nos é comunicado.

14. Considera que os Símbolos Pictográficos de Comunicação são importantes para ajudar reclusos que não sabem ler ou que falam outra língua?

15. Considera que os Símbolos Pictográficos de Comunicação e a Escrita Simples ajudam a incluir todas as pessoas
- . com dificuldades;
 - . com pouca escolaridade;
 - . que não sabem ler;
 - . estrangeiros que não dominam a língua portuguesa;
 - . pessoas que não estão para perder tempo com um documento que não entendem?

X

RESPONDER

PERGUNTA 1. Que dificuldades de comunicação costuma sentir?

porque sou, estrangeiro!

PERGUNTA 2. Na sua opinião, onde poderiam ser usados os Símbolos Pictográficos de Comunicação na prisão?

direitos e deveres.

PERGUNTA 3. Quais foram os aspetos positivos da sua participação neste Projeto?

conhecer nos direitos e de ver.

PERGUNTA 4. O que considera que pode ser melhorado nesta investigação? Porquê?

contar uma história.

QUESTIONÁRIO

NOME : [REDACTED]

IDADE : 27

GÉNERO : MASCULINO NÃO DEFINIDO

PAÍS : PORTUGAL

IDIOMA : PORTUGUÊS

OBSERVAÇÕES _____

ASSINALAR com X a resposta correta

Muito importante	Importante	Razoavelmente importante	Pouco importante	Sem importância
<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
1	2	3	4	5

1. Considera que é importante conhecer os seus direitos e deveres como recluso?

2. Considera importante sentir-se informado sobre o funcionamento das visitas, pedidos de Cantina, e como podem ser realizadas as transferências bancárias?

3. Qual a importância que dá em comunicar por escrito uma necessidade (exemplo: pedir Cantina, fazer um pedido para um cobertor, um extrato de conta, ir ao dentista, ir ao médico, etc.)?

4. Quando vai ao atendimento com o Técnico de acompanhamento individual, sente que é importante conseguir ter uma boa comunicação com ele?

5- Sente que é importante que o Técnico saiba as suas necessidades e capacidades comunicativas?

6. Na sua opinião, quão importante é promover a independência e a participação de todos, desenvolver as aprendizagens e permitir o acesso à informação?

7. Como classifica o folheto informativo quanto ao texto (se é claro e simples)?



8. Como classifica o folheto informativo quanto ao design (ajudou a diminuir o esforço cognitivo e melhorou a compreensão do texto)?



9. Como classifica o Guia Acessível do Recluso quanto ao texto (se é claro e simples)?



10. Como classifica o Guia Acessível do Recluso quanto ao design (ajudou a diminuir o esforço cognitivo e melhorou a compreensão do texto)?



11. Como descreve a utilização de Símbolos Pictográficos de Comunicação na compreensão de palavras e de conceitos?



12. Como descreve a utilização da Escrita Simples na compreensão de palavras e de conceitos?



13. É um direito compreender aquilo que nos é comunicado.



14. Considera que os Símbolos Pictográficos de Comunicação são importantes para ajudar reclusos que não sabem ler ou que falam outra língua?



15. Considera que os Símbolos Pictográficos de Comunicação e a Escrita Simples ajudam a incluir todas as pessoas

- . com dificuldades;
- . com pouca escolaridade;
- . que não sabem ler;
- . estrangeiros que não dominam a língua portuguesa;
- . pessoas que não estão para perder tempo com um documento que não entendem?

X

RESPONDER

PERGUNTA 1. Que dificuldades de comunicação costuma sentir?

COMO NÃO SABE ESCRIVER PEDE AJUDA A
(NÃO) OUTROS.

PERGUNTA 2. Na sua opinião, onde poderiam ser usados os Símbolos Pictográficos de Comunicação na prisão?

FORMAÇÃO.

PERGUNTA 3. Quais foram os aspetos positivos da sua participação neste Projeto?

PORQUE ME PREPARA PARA O MUNDO
EXTERIOR.

PERGUNTA 4. O que considera que pode ser melhorado nesta investigação? Porquê?

CONTRUIR O MA MENSAGEM PARA FOSA.

QUESTIONÁRIO

NOME : [REDACTED]

IDADE : 20

GÉNERO :

MASCULINO

NÃO DEFINIDO

PAÍS : Portugal

IDIOMA : Portugues

OBSERVAÇÕES _____

ASSINALAR com X a resposta correta

Muito Importante	Importante	Razoavelmente importante	Pouco importante	Sem importância
<input type="radio"/> 1	<input type="radio"/> 2	<input type="radio"/> 3	<input type="radio"/> 4	<input type="radio"/> 5

1. Considera que é importante conhecer os seus direitos e deveres como recluso?

1 2 3 4 5

2. Considera importante sentir-se informado sobre o funcionamento das visitas, pedidos de Cantina, e como podem ser realizadas as transferências bancárias?

1 2 3 4 5

3. Qual a importância que dá em comunicar por escrito uma necessidade (exemplo: pedir Cantina, fazer um pedido para um cobertor, um extrato de conta, ir ao dentista, ir ao médico, etc.)?

1 2 3 4 5

4. Quando vai ao atendimento com o Técnico de acompanhamento individual, sente que é importante conseguir ter uma boa comunicação com ele?

1 2 3 4 5

5- Sente que é importante que o Técnico saiba as suas necessidades e capacidades comunicativas?

1 2 3 4 5

6. Na sua opinião ,quão importante é promover a independência e a participação de todos, desenvolver as aprendizagens e permitir o acesso à informação?

1 2 3 4 5

7. Como classifica o folheto informativo quanto ao texto (se é claro e simples)?

8. Como classifica o folheto informativo quanto ao design (ajudou a diminuir o esforço cognitivo e melhorou a compreensão do texto)?

9. Como classifica o Guia Acessível do Recluso quanto ao texto (se é claro e simples)?

10. Como classifica o Guia Acessível do Recluso quanto ao design (ajudou a diminuir o esforço cognitivo e melhorou a compreensão do texto)?

11. Como descreve a utilização de Símbolos Pictográficos de Comunicação na compreensão de palavras e de conceitos?

12. Como descreve a utilização da Escrita Simples na compreensão de palavras e de conceitos?

13. É um direito compreender aquilo que nos é comunicado.

14. Considera que os Símbolos Pictográficos de Comunicação são importantes para ajudar reclusos que não sabem ler ou que falam outra língua?

15. Considera que os Símbolos Pictográficos de Comunicação e a Escrita Simples ajudam a incluir todas as pessoas
- . com dificuldades;
 - . com pouca escolaridade;
 - . que não sabem ler;
 - . estrangeiros que não dominam a língua portuguesa;
 - . pessoas que não estão para perder tempo com um documento que não entendem?

X

RESPONDER

PERGUNTA 1. Que dificuldades de comunicação costuma sentir?

Sempre que fasso pedido ~~de~~ esquetes

PERGUNTA 2. Na sua opinião, onde poderiam ser usados os Símbolos Pictográficos de Comunicação na prisão?

Afixados na paredes dos parvillhois.. visitas e cantina

PERGUNTA 3. Quais foram os aspetos positivos da sua participação neste Projeto?

Ajuda a copiadas as coisas

PERGUNTA 4. O que considera que pode ser melhorado nesta investigação? Porquê?

Além do projeto local, deviam haver um projeto pa ajudar mais quem não sabe ler e escrever.

QUESTIONÁRIO

NOME : [REDACTED]

IDADE : 29

GÉNERO : MASCULINO NÃO DEFINIDO

PAÍS : Portugal

IDIOMA : Português

OBSERVAÇÕES _____

ASSINALAR com X a resposta correta

Muito importante	Importante	Razoavelmente importante	Pouco importante	Sem importância
<input type="radio"/> 1	<input type="radio"/> 2	<input type="radio"/> 3	<input type="radio"/> 4	<input type="radio"/> 5

1. Considera que é importante conhecer os seus direitos e deveres como recluso?

1 2 3 4 5

2. Considera importante sentir-se informado sobre o funcionamento das visitas, pedidos de Cantina, e como podem ser realizadas as transferências bancárias?

1 2 3 4 5

3. Qual a importância que dá em comunicar por escrito uma necessidade (exemplo: pedir Cantina, fazer um pedido para um cobertor, um extrato de conta, ir ao dentista, ir ao médico, etc.)?

1 2 3 4 5

4. Quando vai ao atendimento com o Técnico de acompanhamento individual, sente que é importante conseguir ter uma boa comunicação com ele?

1 2 3 4 5

5- Sente que é importante que o Técnico saiba as suas necessidades e capacidades comunicativas?

1 2 3 4 5

6. Na sua opinião ,quão importante é promover a independência e a participação de todos, desenvolver as aprendizagens e permitir o acesso à informação?

1 2 3 4 5

7. Como classifica o folheto informativo quanto ao texto (se é claro e simples) ?



8. Como classifica o folheto informativo quanto ao design (ajudou a diminuir o esforço cognitivo e melhorou a compreensão do texto) ?



9. Como classifica o Guia Acessível do Recluso quanto ao texto (se é claro e simples)?



10. Como classifica o Guia Acessível do Recluso quanto ao design (ajudou a diminuir o esforço cognitivo e melhorou a compreensão do texto) ?



11. Como descreve a utilização de Símbolos Pictográficos de Comunicação na compreensão de palavras e de conceitos?



12. Como descreve a utilização da Escrita Simples na compreensão de palavras e de conceitos?



13. É um direito compreender aquilo que nos é comunicado.



14. Considera que os Símbolos Pictográficos de Comunicação são importantes para ajudar reclusos que não sabem ler ou que falam outra língua?



15. Considera que os Símbolos Pictográficos de Comunicação e a Escrita Simples ajudam a incluir todas as pessoas
- . com dificuldades;
 - . com pouca escolaridade;
 - . que não sabem ler;
 - . estrangeiros que não dominam a língua portuguesa;
 - . pessoas que não estão para perder tempo com um documento que não entendem?

RESPONDER

PERGUNTA 1. Que dificuldades de comunicação costuma sentir?

Pessoas de outro país ou que não sabem ler

PERGUNTA 2. Na sua opinião, onde poderiam ser usados os Símbolos Pictográficos de Comunicação na prisão?

Pavilhão / escola
gostava de participar no projeto com pictogramas

PERGUNTA 3. Quais foram os aspetos positivos da sua participação neste Projeto?

gosto de desenhar
maior

PERGUNTA 4. O que considera que pode ser melhorado nesta investigação? Porquê?

não refletir antes imagens

QUESTIONÁRIO

NOME : XXXXXXXXXXIDADE : 18GÉNERO : MASCULINO NÃO DEFINIDOPAÍS : PortugalIDIOMA : Português

OBSERVAÇÕES _____

ASSINALAR com X a resposta correta

Muito importante Importante Razoavelmente importante Pouco importante Sem importância

1

2

3

4

5

1. Considera que é importante conhecer os seus direitos e deveres como recluso?

2. Considera importante sentir-se informado sobre o funcionamento das visitas, pedidos de Cantina, e como podem ser realizadas as transferências bancárias?

3. Qual a importância que dá em comunicar por escrito uma necessidade (exemplo: pedir Cantina, fazer um pedido para um cobertor, um extrato de conta, ir ao dentista, ir ao médico, etc.)?

4. Quando vai ao atendimento com o Técnico de acompanhamento individual, sente que é importante conseguir ter uma boa comunicação com ele ?

5- Sente que é importante que o Técnico saiba as suas necessidades e capacidades comunicativas?

6. Na sua opinião ,quão importante é promover a independência e a participação de todos, desenvolver as aprendizagens e permitir o acesso à informação?

7. Como classifica o folheto informativo quanto ao texto (se é claro e simples)?



8. Como classifica o folheto informativo quanto ao design (ajudou a diminuir o esforço cognitivo e melhorou a compreensão do texto)?



9. Como classifica o Guia Acessível do Recluso quanto ao texto (se é claro e simples)?



10. Como classifica o Guia Acessível do Recluso quanto ao design (ajudou a diminuir o esforço cognitivo e melhorou a compreensão do texto)?



11. Como descreve a utilização de Símbolos Pictográficos de Comunicação na compreensão de palavras e de conceitos?



12. Como descreve a utilização da Escrita Simples na compreensão de palavras e de conceitos?



13. É um direito compreender aquilo que nos é comunicado.



14. Considera que os Símbolos Pictográficos de Comunicação são importantes para ajudar reclusos que não sabem ler ou que falam outra língua?



15. Considera que os Símbolos Pictográficos de Comunicação e a Escrita Simples ajudam a incluir todas as pessoas

- . com dificuldades;
- . com pouca escolaridade;
- . que não sabem ler;
- . estrangeiros que não dominam a língua portuguesa;
- . pessoas que não estão para perder tempo com um documento que não entendem?

X

RESPONDER

PERGUNTA 1. Que dificuldades de comunicação costuma sentir?

Nunca senti dificuldade

PERGUNTA 2. Na sua opinião, onde poderiam ser usados os Símbolos Pictográficos de Comunicação na prisão?

Podiam ser usados na Escola

PERGUNTA 3. Quais foram os aspetos positivos da sua participação neste Projeto?

Foi bom gostei
Nunca tinha visto estes símbolos

PERGUNTA 4. O que considera que pode ser melhorado nesta investigação? Porquê?

Devíamos sair mais PARA atividades

QUESTIONÁRIO

NOME :



IDADE : 18

GÉNERO :

MASCULINO

NÃO DEFINIDO

PAÍS :

portugal

IDIOMA :

portugues

OBSERVAÇÕES _____

ASSINALAR com X a resposta correta

Muito importante	Importante	Razoavelmente importante	Pouco importante	Sem importância
<input checked="" type="radio"/> 1	<input type="radio"/> 2	<input type="radio"/> 3	<input type="radio"/> 4	<input type="radio"/> 5

1. Considera que é importante conhecer os seus direitos e deveres como recluso?

2. Considera importante sentir-se informado sobre o funcionamento das visitas, pedidos de Cantina, e como podem ser realizadas as transferências bancárias?

3. Qual a importância que dá em comunicar por escrito uma necessidade (exemplo: pedir Cantina, fazer um pedido para um cobertor, um extrato de conta, ir ao dentista, ir ao médico, etc.)?

4. Quando vai ao atendimento com o Técnico de acompanhamento individual, sente que é importante conseguir ter uma boa comunicação com ele?

5- Sente que é importante que o Técnico saiba as suas necessidades e capacidades comunicativas?

6. Na sua opinião ,quão importante é promover a independência e a participação de todos, desenvolver as aprendizagens e permitir o acesso à informação?

7. Como classifica o folheto informativo quanto ao texto (se é claro e simples)?



8. Como classifica o folheto informativo quanto ao design (ajudou a diminuir o esforço cognitivo e melhorou a compreensão do texto)?



9. Como classifica o Guia Acessível do Recluso quanto ao texto (se é claro e simples)?



10. Como classifica o Guia Acessível do Recluso quanto ao design (ajudou a diminuir o esforço cognitivo e melhorou a compreensão do texto)?



11. Como descreve a utilização de Símbolos Pictográficos de Comunicação na compreensão de palavras e de conceitos?



12. Como descreve a utilização da Escrita Simples na compreensão de palavras e de conceitos?



13. É um direito compreender aquilo que nos é comunicado.



14. Considera que os Símbolos Pictográficos de Comunicação são importantes para ajudar reclusos que não sabem ler ou que falam outra língua?



15. Considera que os Símbolos Pictográficos de Comunicação e a Escrita Simples ajudam a incluir todas as pessoas
- . com dificuldades;
 - . com pouca escolaridade;
 - . que não sabem ler;
 - . estrangeiros que não dominam a língua portuguesa;
 - . pessoas que não estão para perder tempo com um documento que não entendem?

X

RESPONDER

PERGUNTA 1. Que dificuldades de comunicação costuma sentir?

No meu caso sim

PERGUNTA 2. Na sua opinião, onde poderiam ser usados os Símbolos Pictográficos de Comunicação na prisão?

Em todo tipo um livro

PERGUNTA 3. Quais foram os aspetos positivos da sua participação neste Projeto?

boms gostei de saber que à atividades para fazer

PERGUNTA 4. O que considera que pode ser melhorado nesta investigação? Porquê?

Nada

QUESTIONÁRIO

NOME :



IDADE :

19

GÉNERO :

MASCULINO

NÃO DEFINIDO

PAÍS :

PAQUISTÃO

IDIOMA :

per hindi

OBSERVAÇÕES

NEE ENFOQUE

ASSINALAR com X a resposta correta

Muito importante	Importante	Razoavelmente importante	Pouco importante	Sem importância
<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
1	2	3	4	5

1. Considera que é importante conhecer os seus direitos e deveres como recluso?



2. Considera importante sentir-se informado sobre o funcionamento das visitas, pedidos de Cantina, e como podem ser realizadas as transferências bancárias?



3. Qual a importância que dá em comunicar por escrito uma necessidade (exemplo: pedir Cantina, fazer um pedido para um cobertor, um extrato de conta, ir ao dentista, ir ao médico, etc.)?



4. Quando vai ao atendimento com o Técnico de acompanhamento individual, sente que é importante conseguir ter uma boa comunicação com ele?



5- Sente que é importante que o Técnico saiba as suas necessidades e capacidades comunicativas?



6. Na sua opinião, quão importante é promover a independência e a participação de todos, desenvolver as aprendizagens e permitir o acesso à informação?



7. Como classifica o folheto informativo quanto ao texto (se é claro e simples)?



8. Como classifica o folheto informativo quanto ao design (ajudou a diminuir o esforço cognitivo e melhorou a compreensão do texto)?



9. Como classifica o Guia Acessível do Recluso quanto ao texto (se é claro e simples)?



10. Como classifica o Guia Acessível do Recluso quanto ao design (ajudou a diminuir o esforço cognitivo e melhorou a compreensão do texto)?



11. Como descreve a utilização de Símbolos Pictográficos de Comunicação na compreensão de palavras e de conceitos?



12. Como descreve a utilização da Escrita Simples na compreensão de palavras e de conceitos?



13. É um direito compreender aquilo que nos é comunicado.



14. Considera que os Símbolos Pictográficos de Comunicação são importantes para ajudar reclusos que não sabem ler ou que falam outra língua?



15. Considera que os Símbolos Pictográficos de Comunicação e a Escrita Simples ajudam a incluir todas as pessoas
- . com dificuldades;
 - . com pouca escolaridade;
 - . que não sabem ler;
 - . estrangeiros que não dominam a língua portuguesa;
 - . pessoas que não estão para perder tempo com um documento que não entendem?

RESPONDER

PERGUNTA 1. Que dificuldades de comunicação costuma sentir?

língua portuguesa.

PERGUNTA 2. Na sua opinião, onde poderiam ser usados os Símbolos Pictográficos de Comunicação na prisão?

Permissão afetados com os nativos e negros.

PERGUNTA 3. Quais foram os aspetos positivos da sua participação neste Projeto?

Projetos de escola para a futuro.

PERGUNTA 4. O que considera que pode ser melhorado nesta investigação? Porquê?

QUESTIONÁRIO

NOME :



IDADE :

19

GÉNERO :

MASCULINO

NÃO DEFINIDO

PAÍS :

S. Tomé e Príncipe

IDIOMA :

Português

OBSERVAÇÕES _____

ASSINALAR com X a resposta correta

Muito Importante Importante Razoavelmente importante Pouco importante Sem importância

1

2

3

4

5

1. Considera que é importante conhecer os seus direitos e deveres como recluso?

2. Considera importante sentir-se informado sobre o funcionamento das visitas, pedidos de Cantina, e como podem ser realizadas as transferências bancárias?

3. Qual a importância que dá em comunicar por escrito uma necessidade (exemplo: pedir Cantina, fazer um pedido para um cobertor, um extrato de conta, ir ao dentista, ir ao médico, etc.)?

4. Quando vai ao atendimento com o Técnico de acompanhamento individual, sente que é importante conseguir ter uma boa comunicação com ele?

5- Sente que é importante que o Técnico saiba as suas necessidades e capacidades comunicativas?

6. Na sua opinião, quão importante é promover a independência e a participação de todos, desenvolver as aprendizagens e permitir o acesso à informação?

7. Como classifica o folheto informativo quanto ao texto (se é claro e simples)?

8. Como classifica o folheto informativo quanto ao design (ajudou a diminuir o esforço cognitivo e melhorou a compreensão do texto)?

9. Como classifica o Guia Acessível do Recluso quanto ao texto (se é claro e simples)?

10. Como classifica o Guia Acessível do Recluso quanto ao design (ajudou a diminuir o esforço cognitivo e melhorou a compreensão do texto)?

11. Como descreve a utilização de Símbolos Pictográficos de Comunicação na compreensão de palavras e de conceitos?

12. Como descreve a utilização da Escrita Simples na compreensão de palavras e de conceitos?

13. É um direito compreender aquilo que nos é comunicado.

14. Considera que os Símbolos Pictográficos de Comunicação são importantes para ajudar reclusos que não sabem ler ou que falam outra língua?

15. Considera que os Símbolos Pictográficos de Comunicação e a Escrita Simples ajudam a incluir todas as pessoas
- . com dificuldades;
 - . com pouca escolaridade;
 - . que não sabem ler;
 - . estrangeiros que não dominam a língua portuguesa;
 - . pessoas que não estão para perder tempo com um documento que não entendem?

2

RESPONDER

PERGUNTA 1. Que dificuldades de comunicação costuma sentir?

Documentos de Tribunal

PERGUNTA 2. Na sua opinião, onde poderiam ser usados os Símbolos Pictográficos de Comunicação na prisão?

Por exemplo os avisos poderiam ter símbolos

PERGUNTA 3. Quais foram os aspetos positivos da sua participação neste Projeto?

Ajudar as pessoas que não falam muito bem o português

PERGUNTA 4. O que considera que pode ser melhorado nesta investigação? Porquê?

Costava de ajudar na criação

QUESTIONÁRIO

NOME :

IDADE : 20

GÉNERO :

 MASCULINO NÃO DEFINIDOPAÍS : Guiné-BissauIDIOMA : crioloOBSERVAÇÕES não se consegue ter dificuldades na escola

ASSINALAR com X a resposta correta

Muito Importante	Importante	Razoavelmente importante	Pouco importante	Sem importância
1	2	3	4	5

1. Considera que é importante conhecer os seus direitos e deveres como recluso?

<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
-----------------------	----------------------------------	-----------------------	-----------------------	-----------------------

2. Considera importante sentir-se informado sobre o funcionamento das visitas, pedidos de Cantina, e como podem ser realizadas as transferências bancárias?

<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
----------------------------------	-----------------------	-----------------------	-----------------------	-----------------------

3. Qual a importância que dá em comunicar por escrito uma necessidade (exemplo: pedir Cantina, fazer um pedido para um cobertor, um extrato de conta, ir ao dentista, ir ao médico, etc.)?

<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
----------------------------------	-----------------------	-----------------------	-----------------------	-----------------------

4. Quando vai ao atendimento com o Técnico de acompanhamento individual, sente que é importante conseguir ter uma boa comunicação com ele?

<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
-----------------------	-----------------------	----------------------------------	-----------------------	-----------------------

5- Sente que é importante que o Técnico saiba as suas necessidades e capacidades comunicativas?

<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
----------------------------------	-----------------------	-----------------------	-----------------------	-----------------------

6. Na sua opinião ,quão importante é promover a independência e a participação de todos, desenvolver as aprendizagens e permitir o acesso à informação?

<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
----------------------------------	-----------------------	-----------------------	-----------------------	-----------------------

7. Como classifica o folheto informativo quanto ao texto (se é claro e simples)?

8. Como classifica o folheto informativo quanto ao design (ajudou a diminuir o esforço cognitivo e melhorou a compreensão do texto)?

9. Como classifica o Guia Acessível do Recluso quanto ao texto (se é claro e simples)?

10. Como classifica o Guia Acessível do Recluso quanto ao design (ajudou a diminuir o esforço cognitivo e melhorou a compreensão do texto)?

11. Como descreve a utilização de Símbolos Pictográficos de Comunicação na compreensão de palavras e de conceitos?

12. Como descreve a utilização da Escrita Simples na compreensão de palavras e de conceitos?

13. É um direito compreender aquilo que nos é comunicado.

14. Considera que os Símbolos Pictográficos de Comunicação são importantes para ajudar reclusos que não sabem ler ou que falam outra língua?

15. Considera que os Símbolos Pictográficos de Comunicação e a Escrita Simples ajudam a incluir todas as pessoas

- . com dificuldades;
- . com pouca escolaridade;
- . que não sabem ler;
- . estrangeiros que não dominam a língua portuguesa;
- . pessoas que não estão para perder tempo com um documento que não entendem?

X

RESPONDER

PERGUNTA 1. Que dificuldades de comunicação costuma sentir?

ESCRITA

PERGUNTA 2. Na sua opinião, onde poderiam ser usados os Símbolos Pictográficos de Comunicação na prisão?

CELA

PERGUNTA 3. Quais foram os aspetos positivos da sua participação neste Projeto?

FORMAÇÃO

PERGUNTA 4. O que considera que pode ser melhorado nesta investigação? Porquê?

TPE
PARTICIPAÇÃO

QUESTIONÁRIO

NOME :



IDADE : 170

GÉNERO :

 MASCULINO NÃO DEFINIDO

PAÍS : Guiné Bissau

IDIOMA : Criolo

OBSERVAÇÕES _____

ASSINALAR com X a resposta correta

Muito Importante Importante Razoavelmente importante Pouco importante Sem importância

1

2

3

4

5

1. Considera que é importante conhecer os seus direitos e deveres como recluso?

X

2. Considera importante sentir-se informado sobre o funcionamento das visitas, pedidos de Cantina, e como podem ser realizadas as transferências bancárias?

X

3. Qual a importância que dá em comunicar por escrito uma necessidade (exemplo: pedir Cantina, fazer um pedido para um cobertor, um extrato de conta, ir ao dentista, ir ao médico, etc.)?

X

4. Quando vai ao atendimento com o Técnico de acompanhamento individual, sente que é importante conseguir ter uma boa comunicação com ele?

X

5- Sente que é importante que o Técnico saiba as suas necessidades e capacidades comunicativas?

X

6. Na sua opinião ,quão importante é promover a independência e a participação de todos, desenvolver as aprendizagens e permitir o acesso à informação?

X

7. Como classifica o folheto informativo quanto ao texto (se é claro e simples) ?

8. Como classifica o folheto informativo quanto ao design (ajudou a diminuir o esforço cognitivo e melhorou a compreensão do texto) ?

9. Como classifica o Guia Acessível do Recluso quanto ao texto (se é claro e simples)?

10. Como classifica o Guia Acessível do Recluso quanto ao design (ajudou a diminuir o esforço cognitivo e melhorou a compreensão do texto) ?

11. Como descreve a utilização de Símbolos Pictográficos de Comunicação na compreensão de palavras e de conceitos?

12. Como descreve a utilização da Escrita Simples na compreensão de palavras e de conceitos?

13. É um direito compreender aquilo que nos é comunicado.

14. Considera que os Símbolos Pictográficos de Comunicação são importantes para ajudar reclusos que não sabem ler ou que falam outra língua?

15. Considera que os Símbolos Pictográficos de Comunicação e a Escrita Simples ajudam a incluir todas as pessoas
- . com dificuldades;
 - . com pouca escolaridade;
 - . que não sabem ler;
 - . estrangeiros que não dominam a língua portuguesa;
 - . pessoas que não estão para perder tempo com um documento que não entendem?

X

RESPONDER

PERGUNTA 1. Que dificuldades de comunicação costuma sentir?

nunca sentime dificuldade

PERGUNTA 2. Na sua opinião, onde poderiam ser usados os Símbolos Pictográficos de Comunicação na prisão?

é dentro da cela e no pavilhão.

PERGUNTA 3. Quais foram os aspetos positivos da sua participação neste Projeto?

Acho que este símbolos vão ajudar a prender a ler.

PERGUNTA 4. O que considera que pode ser melhorado nesta investigação? Porquê?

Eu gostava de construir um futuro melhor com as colegas de E.P.C ...

QUESTIONÁRIO

NOME :



IDADE : 17

GÉNERO :

MASCULINO

NÃO DEFINIDO

PAÍS :

Roménia

IDIOMA :

Romeno

OBSERVAÇÕES _____

ASSINALAR com X a resposta correta

Muito Importante Importante Razoavelmente importante Pouco importante Sem importância

1

2

3

4

5

1. Considera que é importante conhecer os seus direitos e deveres como recluso?

2. Considera importante sentir-se informado sobre o funcionamento das visitas, pedidos de Cantina, e como podem ser realizadas as transferências bancárias?

3. Qual a importância que dá em comunicar por escrito uma necessidade (exemplo: pedir Cantina, fazer um pedido para um cobertor, um extrato de conta, ir ao dentista, ir ao médico, etc.)?

4. Quando vai ao atendimento com o Técnico de acompanhamento individual, sente que é importante conseguir ter uma boa comunicação com ele?

5- Sente que é importante que o Técnico saiba as suas necessidades e capacidades comunicativas?

6. Na sua opinião, quão importante é promover a independência e a participação de todos, desenvolver as aprendizagens e permitir o acesso à informação?

7. Como classifica o folheto informativo quanto ao texto (se é claro e simples)?



8. Como classifica o folheto informativo quanto ao design (ajudou a diminuir o esforço cognitivo e melhorou a compreensão do texto)?



9. Como classifica o Guia Acessível do Recluso quanto ao texto (se é claro e simples)?



10. Como classifica o Guia Acessível do Recluso quanto ao design (ajudou a diminuir o esforço cognitivo e melhorou a compreensão do texto)?



11. Como descreve a utilização de Símbolos Pictográficos de Comunicação na compreensão de palavras e de conceitos?



12. Como descreve a utilização da Escrita Simples na compreensão de palavras e de conceitos?



13. É um direito compreender aquilo que nos é comunicado.



14. Considera que os Símbolos Pictográficos de Comunicação são importantes para ajudar reclusos que não sabem ler ou que falam outra língua?



15. Considera que os Símbolos Pictográficos de Comunicação e a Escrita Simples ajudam a incluir todas as pessoas

- . com dificuldades;
- . com pouca escolaridade;
- . que não sabem ler;
- . estrangeiros que não dominam a língua portuguesa;
- . pessoas que não estão para perder tempo com um documento que não entendem?

X

RESPONDER

PERGUNTA 1. Que dificuldades de comunicação costuma sentir?

Lingua

PERGUNTA 2. Na sua opinião, onde poderiam ser usados os Símbolos Pictográficos de Comunicação na prisão?

Sela

PERGUNTA 3. Quais foram os aspetos positivos da sua participação neste Projeto?

Ajuda nam comunicos

PERGUNTA 4. O que considera que pode ser melhorado nesta investigação? Porquê?

formação

ANEXO 14 – GUIÃO DO INQUÉRITO POR QUESTIONÁRIO EM INGLÊS

Survey

- 1- How important is for you to know your rights and duties as a prisoner?
- 2- How important is to being informed about visits, Cantina requests, and how bank transfers can be made?
- 3- How important is to write something you need (example: asking for Cantina, an account statement, going to the doctor)
- 4- How important is to have good communication with Joel?
- 5- Do you think it's important for Joel to know your needs and your communication skills?
- 6- How important is to be an independent communicator and have access to information?
- 7- Is the text clear and simple in the Folheto Informativo?
- 8- And what about the design?
- 9- Is the text clear and simple in the Carta dos Direitos e Deveres dos Reclusos?
- 10- And what about the design?
- 11- Do Symbols help with understanding words?
- 12- And what about the simple text?
- 13- It is a right understanding what is communicated to us.
- 14- Do Symbols can help those who cannot read and those who speak another language?
- 15- And those with academic difficulties?
- 16- What communication difficulties do you usually experience?
- 17- Where could the Symbols be used in prison?
- 18- Positive points of your participation?
- 19- Things to improve?

- Study of communication
- To create something from something which is already important to you and the other prisoners: the Folheto Informativo - it is about your rights and duties and have special information to you, your family and friends like Cantina, bank transfers, visit hours, medical assistance.
- I used an accessible document for those who can't read, foreigners, who have memory difficulties, academic difficulties by using symbols (Pictograms) and Simple Writing.
- It can be adapted for the blind and deaf.

ANEXO 15 –INQUÉRITOS POR QUESTIONÁRIO FINAIS AOS TRABALHADORES DO EP

A Comunicação Aumentativa para o desenvolvimento de competências comunicativas em reclusos

O presente questionário tem como objetivo avaliar a percepção dos trabalhadores do Estabelecimento Prisional de Leiria (Jovens) que participam em processos comunicativos de e com jovens reclusos durante o cumprimento da sua pena. O estudo é comparativo e utiliza para isso o folheto informativo e a adaptação deste para o Guia Acessível do Recluso recorrendo aos Símbolos Pictográficos de Comunicação e à Escrita Simples. Tem como objetivo principal perceber o impacto no desenvolvimento de competências de comunicação, de autonomia e de práticas educativas e sociais inclusivas nos reclusos.

* Obrigatória

1. Este questionário surge no âmbito do Projeto de Mestrado em Educação Especial (ESECS, Politécnico de Leiria), intitulado "O Guia Acessível do Recluso para a comunicação de jovens em contexto prisional" de Rute Pimenta, sob orientação da Professora Dra. Célia Sousa. Os dados recolhidos neste questionário serão tratados de forma anónima e confidencial, única e exclusivamente para fins académicos referentes à investigação. A responsável pelo armazenamento dos dados recolhidos é a mestranda Rute Pimenta. Caso tenha alguma dúvida, por favor contacte: ruteppimenta@gmail.com ou celia.sousa@ipleiria.pt.
Concorda participar? Avance para responder ao questionário. *

Sim

Não

2. Qual o seu género? *

Masculino

Feminino

Não Definido

3. Qual é a sua habilitação académica? *

Licenciatura

Pós-graduação

Mestrado

Doutoramento

Outra

4. Qual a categoria que desempenha no Estabelecimento Prisional de Leiria (Jovens)? *

- Diretora
- Técnico Superior de Reeducação
- Técnico Superior
- Assistente Técnico (a)
- Outra

5. Se a sua resposta foi "Técnico Superior" , em que área específica? *

6. Qual é a sua experiência profissional nessa categoria? *

- Até 5 anos
- Entre 5 e 8 anos
- Mais de 8 e menos 14 anos
- Entre 14 e 20 anos
- Mais de 20 anos

7. Possui formação em alguma área dos direitos humanos e inclusão de pessoas com deficiência? *

- Sim
- Não

8. Se a sua resposta à pergunta 7 foi "Sim", indique em que área. *

9. Alguma vez sentiu dificuldades de comunicação com reclusos do Estabelecimento Prisional de Leiria (Jovens) no decorrer da sua atividade profissional? *

- Sim
- Não

10. Indique entre as seguintes opções como caracteriza a sua experiência no exercício da sua atividade, tendo em conta as dificuldades de comunicação sentidas: *

	Nunca	Raramente	Ocasionalmente	Frequentemente	Muito frequente
Recluso não sabe ler	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Recluso não sabe escrever	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Recluso com idioma diferente	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Recluso com dificuldades na produção da linguagem	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Recluso com dificuldades na leitura e na escrita	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
A linguagem utilizada nos documentos para reclusos é técnica (ex: legislação, siglas)	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Excesso de informação no folheto informativo	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Ausência de materiais impressos de apoio à comunicação dos reclusos (por exemplo: livros, folhetos, guias, brochuras, panfletos)	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Material impresso sem tradução	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Ausência de documentos adaptados com pictogramas de forma a ilustrar e a apoiar a compreensão da leitura	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Os documentos utilizados pelos reclusos são manuscritos e o recluso com dificuldades na escrita está dependente da ajuda de terceiros	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

11. Tendo em conta o seu conhecimento e a sua experiência, por favor, assinale a opção que melhor traduz o seu grau de concordância em relação às seguintes afirmações:

Em contexto prisional, a Comunicação ...

*

	Discordo totalmente	Discordo	Não concordo nem discordo	Concordo	Concordo totalmente
Engloba todas as áreas do desenvolvimento, combinando competências cognitivas, motoras, sensoriais e sociais.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Considera as diferenças culturais e linguísticas dos reclusos.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Ajuda a promover a inclusão de jovens com dificuldades.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Ajuda a que o recluso conheça os seus direitos e deveres.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Ajuda a promover autonomia em reclusos com baixa literacia.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Considera a informação tendo em conta a pessoa que a recebe, o contexto em que a recebe e o resultado da interação.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Ajuda na reinserção social dos reclusos por ter em conta a importância do desenvolvimento das competências em comunicação que os prepara para a vida no exterior.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

12. Entre as seguintes opções, por favor escolha a que para si define o conceito de "Necessidades Específicas" ? *

- Pessoas que sentem dificuldades no processo de aprendizagem e na participação no contexto académico; são decorrentes da interação dinâmica entre fatores ambientais (físicos, sociais e atitudinais) e/ou limitações auditivas, visuais, motoras e de saúde física e mental.
- Pessoas portadoras de deficiências : surdez-cegueira ou qualquer deficiência auditiva e/ou visual, pessoas no espectro do autismo, problemas motores graves, problemas de comunicação, dificuldades intelectuais, dificuldades de aprendizagem específicas, perturbações emocionais e do comportamento graves, multideficiência.
- São necessidades relacionadas a pessoas que apresentam elevada capacidade ou dificuldades de aprendizagem; essas pessoas não são, necessariamente, portadoras de deficiências, mas são aquelas que passam a ser especiais quando exigem respostas específicas adequadas.

13. O folheto informativo que é entregue aos reclusos do Estabelecimento Prisional de Leiria (Jovens) ... *

	Nunca	Raramente	Ocasionalmente	Frequentemente	Muito frequente
É um documento escrito em linguagem simples, utilizando frases curtas, parágrafos com um máximo de 10 linhas, espaçamento de 1,5 e letra de tamanho não inferior a 12.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Tem disponível a tradução para as línguas estrangeiras mais faladas pelos reclusos.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Utiliza símbolos (pictogramas) com o objetivo de clarificar e facilitar a compreensão das informações escritas.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
No folheto informativo as palavras utilizadas são simples e todas as pessoas conhecem bem o seu significado.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
O folheto informativo não contém siglas.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
No folheto informativo, a informação é resumida ao essencial.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
A linguagem utilizada é direcionada a reclusos.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

14. Em termos globais, para desenvolver competências de comunicação em jovens reclusos, posso implementar as seguintes estratégias: *

	Nunca	Raramente	Ocasionalmente	Frequentemente	Muito frequente
Avaliar e identificar qual a causa da dificuldade de comunicação.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Valorizar o que ele sabe fazer bem para que se sinta encorajado a enfrentar os desafios.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Identificar seus pontos fortes.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Identificar as áreas que precisam de ser mais trabalhadas.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Diversificar e diferenciar os conteúdos e formas de comunicação.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Trabalhar a partir do concreto e evitar conteúdos abstratos.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Apresentar o mesmo conteúdo de formas diferentes (ex: vídeos, resolução de problemas, e outros recursos que possibilitem a participação ativa dos jovens).	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Utilizar jogos e atividades lúdicas.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Dividir tarefas em pequenos blocos que se constroem uns sobre os outros; cada bloco deve referenciar material das partes anteriores para ligar conceitos e utilizar a repetição.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Usar rimas e jogos de linguagem.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Estimular a participação dos reclusos.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Escuta ativa:	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

ouvir o que eles têm a dizer.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Demonstrar empatia e entusiasmo.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Acompanhar as atividades dos jovens, mostrando-lhes a necessidade de cumprirem as suas obrigações e compromissos, de serem assíduos e pontuais.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

15. Em termos globais, que estratégias considera serem importantes aplicar na comunicação de jovens com baixa literacia e com dificuldades intelectuais? *

	Nunca	Raramente	Ocasionalmente	Frequentemente	Muito frequente
Tornar o material didático e a comunicação acessíveis com recurso a ilustrações.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Apoio na compreensão de enunciados a ler e, se necessário, o conteúdo deve ser-lhe lido.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Apoio na compreensão das perguntas formuladas.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Não penalização pelas faltas e erros ortográficos e de expressão escrita.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Usar perguntas claras e diretas.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Utilizar textos curtos.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Dar mais tempo para a realização das tarefas.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
"Desmontar" passo a passo as informações e organizá-las.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Atender mais à assimilação do processo que ao resultado.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Não lutar em demasia para que decore textos ou matérias; pode facultar um exemplar para diminuir a hipótese de erro e evitar a ansiedade por saber que pode não se lembrar.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Espaçamento de 1,5 ou duplo, entre as linhas, e letra com um tamanho mínimo de 12.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Textos com as linhas numeradas de 5 em 5, na margem esquerda.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

(números ligeiramente afastados do texto).					
Palavras-chave e/ou conceitos das questões ou do texto sublinhadas ou destacadas a negrito.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Texto em folha separada das perguntas de interpretação (não as colocar no verso).	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Linguagem dos enunciados constituída por frases diretas e de estrutura familiar.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Questões diretas e de baixa complexidade morfosintática, semântica e lexical.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Diversificação do tipo de questões: respostas do tipo V/F, preenchimento de lacunas, exercícios de correspondência...	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Referência, nas questões, ao(s) parágrafo(s) a reler para formular a resposta.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Fornecimento de um glossário com o vocabulário essencial.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Nas produções textuais, limite do número de linhas e/ou fornecimento de uma lista de palavras e/ou expressões de enriquecimento vocabular.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

16. E também estas estratégias ... *

	Nunca	Raramente	Ocasionalmente	Frequentemente	Muito frequente
Leitura de enunciados e supervisão na compreensão das questões.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Utilizar Sistemas Aumentativos de Comunicação : símbolos, produtos de apoio, técnicas e estratégias.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Criar situações que permitam a utilização da linguagem nas suas diversas funções: Comunicativa: através da exposição de ideias, expressão de sentimentos; Representativa: de ajuda à realização de tarefas e de organização das ações, de categorização e descrição da realidade, de análise e síntese, de opinião e argumentação; descrição de acontecimentos, questionamento, narração de histórias; Lúdica: de utilização criativa da linguagem.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Seleção de textos de acordo com o nível de leitura do jovem.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Estimular a autocorreção e dar um feedback imediato evitando tapar erros.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Associar imagens às palavras.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Estimular o uso de dicionários.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

17. Tendo por base o seu envolvimento no Projeto, por favor, assinale a opção que melhor traduz o seu grau de concordância... *

	Discordo totalmente	Discordo	Não concordo nem discordo	Concordo	Concordo totalmente
A adaptação para o Guia Acessível do Recluso ao utilizar Símbolos Pictográficos de Comunicação pode ajudar reclusos que estão a aprender uma segunda língua, ou que não dominam a Língua Portuguesa.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Os Sistemas de Símbolos podem ajudar na comunicação, a promover a independência e a participação, a desenvolver a literacia e a aprendizagem e a permitir o acesso à informação de reclusos.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Os Símbolos Pictográficos de Comunicação podem ajudar na comunicação de reclusos com dificuldades de memória.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Os Símbolos Pictográficos de Comunicação podem ajudar na comunicação de reclusos com dislexia.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Os Símbolos Pictográficos de Comunicação podem ajudar reclusos que não sabem ler.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
A utilização da Escrita Simples no Guia Acessível do Recluso ajuda a promover a literacia de reclusos.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
A utilização do Guia Acessível do Recluso facilita a autonomia na comunicação dos reclusos.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
A utilização do Guia Acessível do Recluso					

- ajuda a que os reclusos não dependam de terceiros para compreender o seu conteúdo.
18. Em que medida os seguintes itens traduzem o seu grau de concordância relativamente ao Projeto "O Guia Acessível do Recluso para a comunicação de jovens em contexto prisional" :

A utilização da Comunicação Aumentativa permite

Aumentativa, através da utilização de Símbolos Pictográficos de Comunicação e da Comunicação Aumentativa em contexto prisional permite... *

	Nada	Pouco	Nem muito nem pouco	Algum	Muito
A motivação dos reclusos.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Colmatar dificuldades comunicativas dos reclusos.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
O desenvolvimento de competências de comunicação em reclusos.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
A inclusão de todos em igualdade de participação na sociedade.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
A equidade: pessoas com necessidades e circunstâncias diferentes mas com as mesmas oportunidades de sucesso.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Ser utilizada por reclusos com necessidades comunicativas básicas ou com um nível de linguagem mais elaborado.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Facilitar a aquisição de capacidades linguísticas, promovendo os processos de leitura e escrita.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Desenvolvimento profissional de Técnicos e outros envolvidos.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Participação, cooperação e envolvimento de todos.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

19. Qual a sua opinião sobre a aplicabilidade da Comunicação Aumentativa na reeducação de jovens reclusos? *

20. Comente a seguinte afirmação: A educação e a formação em meio prisional devem ser capazes de responder às necessidades básicas de aprendizagem e a considerar a existência de Necessidades Específicas (NE). *

Este conteúdo não foi criado nem é aprovado pela Microsoft. Os dados que submeter serão enviados para o proprietário do formulário.

 Microsoft Forms

ANEXO 16 –TABELAS DE CARACTERÍSTICAS EDUCATIVAS, FORMATIVAS E COMUNICATIVAS DOS RECLUSOS PARTICIPANTES

Idade	País	Que língua fala?	Programa educativo/formativo em que se insere no EP + informações relevantes	Contexto comunicativo/para a comunicação	Identificação do Recluso (sequência numérica)
22	Marrocos	árabe	Não frequenta; sem documentos desde que fugiu da instituição da Segurança Social como refugiado.	Muitas dificuldades em comunicar devido à barreira linguística; contactou o Consulado para ajudar a encontrar os seus documentos para ser extraditado.	1
18	Cabo Verde	Língua portuguesa e crioulo cabo-verdiano	Freedom Crickets	Comunica de forma clara.	2
319	Portugal	Língua portuguesa	Transferido definitivamente para outro EP.	Muitas dificuldades na leitura e na escrita.	3
20	Portugal	Língua portuguesa	Transferido definitivamente para outro EP.	Muitas dificuldades na leitura e na escrita	4
18	Portugal	Língua portuguesa	Língua Estrangeira	Comunica de forma clara.	5
17	Cabo Verde	Língua portuguesa e crioulo cabo-verdiano	Projeto Local	Comunica de forma clara.	6

Idade	País	Que língua fala?	Programa educativo/formativo em que se insere no EP + informações relevantes	Contexto comunicativo/para a comunicação	Identificação do Recluso (sequência numérica)
19	Portugal	Língua portuguesa	Projeto Local para equivalência do 2.º ciclo	Quando deu entrada tinha o 1.º ciclo; tem muitos processos disciplinares.	7
19	Paquistão	Urdu e inglês	Não frequente; sem documentos.	Muitas dificuldades para comunicar devido à barreira linguística;	8
20	Brasil	Língua portuguesa	Freedom Crickets	Comunica de forma clara.	9
19	São Tomé e Príncipe	crioulo e língua portuguesa	Freedom Crickets; veio para Portugal há 3 anos com o 6.º ano; no EP foi para a Escola fazer o 7.º e 8.º ano.	Muitas dificuldades na adaptação à escola por causa da língua; não tem visitas, reservado.	10
20	Espanha	espanhol	Trabalha na cozinha do EP; aguarda extradição para Espanha	Apesar de compreender o português, por vezes é necessário falar devagar com ele, da mesma forma que por vezes ele não consegue dar significados a palavras.	11
20	Guiana Francesa	Francês e língua portuguesa	Não se aplica.	Comunica de forma clara.	12
21	Portugal	Língua portuguesa	Não se aplica	Muitas dificuldades na escrita.	13

20	Portugal	Língua portuguesa	Medo em ir à escola porque é ameaçado	Algumas dificuldades na leitura e muitas na	14
----	----------	-------------------	---------------------------------------	---	----

Idade	País	Que língua fala?	Programa educativo/formativo em que se insere no EP + informações relevantes	Contexto comunicativo/para a comunicação	Identificação do Recluso (sequência numérica)
			por outros. Nunca participou em nada.	escrita. Tem problemas em expressar-se com clareza ; ausência de comunicação não-verbal (autista).	
21	Portugal	Língua portuguesa	Projeto Local	Não tem qualquer vínculo afetivo com os pais. Comunica verbalmente de forma clara; ausência de comunicação não-verbal.	15
18	Portugal	Língua portuguesa	Não se aplica.	Dificuldades psico-emocionais que impedem a comunicação.	16
20	Guiné-Bissau	Crioulo e língua portuguesa	Freedom Crickets; fez o 2.º ciclo em Portugal; em Portugal há 4 anos.	Não sabe ler quase nada, nem escrever.	17
20	Guiné-Bissau	Crioulo e língua portuguesa	Freedom Crickets; veio para Portugal há 3 anos; tem o 2.º ciclo.	Muitas dificuldades na compreensão do português.	18

17	Roménia	Romeno e língua portuguesa	Recluso entrado; veio para Portugal há 2 anos; tem o 8.º ano.	Muitas dificuldades para comunicar devido à barreira linguística.	19
18	Portugal	Língua portuguesa	Institucionalizado aos 14 anos; consome	Dislexia; contexto familiar muito desestruturado,	20

Idade	País	Que língua fala?	Programa educativo/formativo em que se insere no EP + informações relevantes	Contexto comunicativo/para a comunicação	Identificação do Recluso (sequência numérica)
			estupefacientes desde os 14 anos.	muitos sentimentos de raiva que impedem a comunicação e eficaz.	

ANEXO 17 –QUADRO DOS OBJETIVOS E PERGUNTAS DO INQUÉRITO
POR QUESTIONÁRIO AOS RECLUSOS PARTICIPANTES

Objetivos específicos	Questões/afirmação do questionário
<p align="center">Averiguar qual a importância no acesso a informação</p>	<p>Considera que é importante conhecer os seus direitos e deveres como recluso?</p>
	<p>Considera importante sentir-se informado sobre o funcionamento das visitas, pedidos de Cantina, e como podem ser realizadas as transferências bancárias?</p>
	<p>Qual a importância que dá em comunicar por escrito uma necessidade (exemplo: pedir Cantina, fazer um pedido para um cobertor, um extrato de conta, ir ao dentista, ir ao médico, etc.)?</p>
	<p>Quando vai ao atendimento com o Técnico de acompanhamento individual, sente que é importante conseguir ter uma boa comunicação com ele?</p>
	<p>Sente que é importante que o Técnico saiba as suas necessidades e capacidades comunicativas?</p>
	<p>Na sua opinião ,quão importante é promover a independência e a participação de todos, desenvolver as aprendizagens e permitir o acesso à informação?</p>
	<p>É um direito compreender aquilo que nos é comunicado.</p>
<p align="center">Comparar o folheto informativo com o Guia Acessível do Recluso quanto à compreensão do texto</p>	<p>Como classifica o folheto informativo quanto ao texto (se é claro e simples)?</p>
	<p>Como classifica o Guia Acessível do Recluso quanto ao texto (se é claro e simples)?</p>
<p align="center">Comparar o folheto informativo com o Guia Acessível do Recluso quanto ao design</p>	<p>Como classifica o folheto informativo quanto ao design (ajudou a diminuir o esforço cognitivo e melhorou a compreensão do texto)?</p>
	<p>Como classifica o Guia Acessível do Recluso quanto ao design (ajudou a diminuir o esforço cognitivo e melhorou a compreensão do texto)?</p>

<p>Avaliar as dificuldades de comunicação que sente</p>	<p>Que dificuldades de comunicação costuma sentir?</p>
<p>Avaliar o uso de SPC na compreensão de palavras e conceitos e com pessoas que não sabem ler ou que falam outra língua</p>	<p>Como descreve a utilização de SPC na compreensão de palavras e de conceitos?</p> <p>Considera que os SPC são importantes para ajudar reclusos que não sabem ler ou que falam outra língua?</p>
<p>Avaliar o uso da Escrita Simples na compreensão de palavras e conceitos</p>	<p>Como descreve a utilização da Escrita Simples na compreensão de palavras e de conceitos?</p>
<p>Analisar os SPC e a Escrita Simples na inclusão de pessoas com dificuldades, com pouca escolaridade, que não sabem ler, estrangeiros que não dominam a língua portuguesa, pessoas que não estão para perder tempo com um documento que não entendem</p>	<p>Considera que os SPC e a Escrita Simples ajudam a incluir todas as pessoas</p> <ul style="list-style-type: none"> . com dificuldades; . com pouca escolaridade; . que não sabem ler; . estrangeiros que não dominam a língua portuguesa; . pessoas que não estão para perder tempo com um documento que não entendem?
<p>Analisar a percepção sobre o contributo da CA para a comunicação de reclusos com baixa literacia, com NE e estrangeiros</p>	<p>Na sua opinião, onde poderiam ser usados os Símbolos Pictográficos de Comunicação na prisão?</p> <p>Quais foram os aspetos positivos da sua participação neste Projeto?</p>

ANEXO 18 –QUADRO DOS OBJETIVOS E PERGUNTAS DO INQUÉRITO POR QUESTIONÁRIO FINAL A TRABALHADORES DO EP

Objetivos específicos	Questões/afirmações do questionário
Averiguar a experiência na área de inclusão de pessoas com deficiência	Possui formação em alguma área dos direitos humanos e inclusão de pessoas com deficiência?
Avaliar quais as dificuldades de comunicação sentidas na comunicação com reclusos	Alguma vez sentiu dificuldades de comunicação com reclusos do Estabelecimento Prisional de Leiria (Jovens) no decorrer da sua atividade profissional?
	Recluso não sabe ler;
	Recluso não sabe escrever;
	Recluso com idioma diferente;
	Recluso com dificuldades na produção da linguagem;
	Recluso com dificuldades na leitura e na escrita;
	A linguagem utilizada nos documentos para reclusos é técnica (ex: legislação, siglas);
	Excesso de informação no folheto informativo;
	Ausência de materiais impressos de apoio à comunicação dos reclusos (por exemplo: livros, folhetos, guias, brochuras, panfletos);
	Material impresso sem tradução;
Ausência de documentos adaptados com pictogramas de forma a ilustrar e a apoiar a compreensão da leitura;	

Objetivos específicos	Questões/afirmações do questionário
	Os documentos utilizados pelos reclusos são manuscritos e o recluso com dificuldades na escrita está dependente da ajuda de terceiros.
Definir a comunicação em contexto prisional	Engloba todas as áreas do desenvolvimento, combinando competências cognitivas, motoras, sensoriais e sociais;
	Considera as diferenças culturais e linguísticas dos reclusos;
	Ajuda a promover a inclusão de jovens com dificuldades;
	Ajuda a que o recluso conheça os seus direitos e deveres;
	Ajuda a promover autonomia em reclusos com baixa literacia;
	Considera a informação tendo em conta a pessoa que a recebe , o contexto em que a recebe e o resultado da interação;
Reconhecer as NE na educação e formação em meio prisional	A educação e a formação em meio prisional devem ser capazes de responder às necessidades básicas de aprendizagem e a considerar a existência de NE.
Definir o conceito de NE	Pessoas com dificuldades no processo de aprendizagem e na participação académica; decorrem de fatores ambientais (físicos, sociais e atitudinais) e/ou limitações auditivas, visuais, motoras e de saúde física e mental;

Objetivos específicos	Questões/afirmações do questionário
	<p>Portadores de deficiências : surdez-cegueira ou qualquer deficiência auditiva e/ou visual, pessoas no espectro do autismo, problemas motores graves, problemas de comunicação, dificuldades intelectuais, dificuldades de aprendizagem específicas, perturbações emocionais e do comportamento graves, multideficiência;</p> <p>Pessoas que apresentam elevada capacidade ou dificuldades de aprendizagem; não são, necessariamente, portadoras de deficiências, mas são aquelas que passam a ser especiais quando exigem respostas específicas adequadas.</p>
<p>Verificar se folheto informativo é um documento acessível</p>	<p>É um documento escrito em linguagem simples, utilizando frases curtas, parágrafos com um máximo de 10 linhas, espaçamento de 1,5 e letra de tamanho não inferior a 12;</p>
	<p>Tem disponível a tradução para as línguas estrangeiras mais faladas pelos reclusos;</p>
	<p>Utiliza símbolos (pictogramas) com o objetivo de clarificar e facilitar a compreensão das informações escritas;</p>
	<p>No folheto informativo as palavras utilizadas são simples e todas as pessoas conhecem bem o seu significado;</p>
	<p>O folheto informativo não contém siglas;</p>
	<p>No folheto informativo, a informação é resumida ao essencial;</p>
	<p>A linguagem utilizada é direcionada a reclusos.</p>
	<p>Avaliar e identificar qual a causa da dificuldade de comunicação;</p>

Identificar estratégias para o desenvolvimento de competências de comunicação em jovens reclusos	Valorizar o que ele sabe fazer bem para que se sinta encorajado a enfrentar os desafios;
---	--

Objetivos específicos	Questões/afirmações do questionário
	Identificar os seus pontos fortes;
	Identificar as áreas que precisam de ser mais trabalhadas;
	Diversificar e diferenciar os conteúdos e formas de comunicação;
	Trabalhar a partir do concreto e evitar conteúdos abstratos;
	Apresentar o mesmo conteúdo de formas diferentes (ex: vídeos, resolução de problemas, e outros recursos que possibilitem a participação ativa dos jovens);
	Utilizar jogos e atividades lúdicas;
	Dividir tarefas em pequenos blocos que se constroem uns sobre os outros; cada bloco deve referenciar material das partes anteriores para ligar conceitos e utilizar a repetição;
	Usar rimas e jogos de linguagem;
	Estimular a participação dos reclusos;
	Escuta ativa: ouvir o que eles têm a dizer;
	Demonstrar empatia e entusiasmo;
	Acompanhar as atividades dos jovens, mostrando-lhes a necessidade de cumprirem as suas obrigações e compromissos, de serem assíduos e pontuais.
	Tornar o material didático e a comunicação acessíveis com recurso a ilustrações;

Identificar estratégias para a comunicação de jovens com baixa literacia e com dificuldades intelectuais	Apoio na compreensão de enunciados a ler e ,se necessário, o conteúdo deve ser-lhe lido;
	Apoio na compreensão das perguntas formuladas;

Objetivos específicos	Questões/afirmações do questionário
	Não penalização pelas faltas e erros ortográficos e de expressão escrita;
	Usar perguntas claras e diretas;
	Utilizar textos curtos;
	Dar mais tempo para a realização das tarefas;
	“Desmontar” passo a passo as informações e organizá-las;
	Atender mais à assimilação do processo que ao resultado;
	Não lutar em demasia para que decore textos ou matérias; pode facultar um exemplar para diminuir a hipótese de erro e evitar a ansiedade por saber que pode não se lembrar;
	Espaçamento de 1,5 ou duplo, entre as linhas, e letra com um tamanho mínimo de 12;
	Textos com as linhas numeradas de 5 em 5, na margem esquerda (números ligeiramente afastados do texto);
	Palavras-chave e/ou conceitos das questões ou do texto sublinhadas ou destacadas a negrito;
	Texto em folha separada das perguntas de interpretação (não as colocar no verso);
Linguagem dos enunciados constituída por frases diretas e de estrutura familiar;	

	Questões diretas e de baixa complexidade morfosintática, semântica e lexical;
	Diversificação do tipo de questões: respostas do tipo V/F, preenchimento de lacunas, exercícios de correspondência;

Objetivos específicos	Questões/afirmações do questionário
	Referência, nas questões, ao(s) parágrafo(s) a reler para formular a resposta;
	Fornecimento de um glossário com o vocabulário essencial;
	Nas produções textuais, limite do número de linhas e/ou fornecimento de uma lista de palavras e/ou expressões de enriquecimento vocabular;
	Leitura de enunciados e supervisão na compreensão das questões;
	Utilizar SAC : símbolos, produtos de apoio, técnicas e estratégias;
	Criar situações que permitam a utilização da linguagem nas suas diversas funções: Comunicativa: através da exposição de ideias, expressão de sentimentos; Representativa: de ajuda à realização de tarefas e de organização das ações, de categorização e descrição da realidade, de análise e síntese, de opinião e argumentação; descrição de acontecimentos, questionamento, narração de histórias; Lúdica: de utilização criativa da linguagem;
	Seleção de textos de acordo com o nível de leitura do jovem;
	Estimular a autocorreção e dar <i>feedback</i> imediato evitando tapar erros;
	Associar imagens às palavras;

	Estimular o uso de dicionários.
Avaliar se a utilização de pictogramas e da Escrita Simples podem ajudar na comunicação de reclusos estrangeiros, de reclusos com pouca literacia, com dislexia e com problemas de memória	A adaptação para o Guia Acessível do Recluso ao utilizar SPC pode ajudar reclusos que estão a aprender uma segunda língua, ou que não dominam a língua portuguesa;

Objetivos específicos	Questões/afirmações do questionário
Verificar se a CA confere autonomia a reclusos com problemas de comunicação e se permite que tenham acesso a informação	Os Sistemas de Símbolos podem ajudar na comunicação, a promover a independência e a participação, a desenvolver a literacia e a aprendizagem e a permitir o acesso à informação de reclusos;
	Os SPC podem ajudar na comunicação de reclusos com dificuldades de memória;
Analisar se a CA permite que reclusos com problemas em comunicar-se participem na sociedade e que tenham oportunidades iguais	Os SPC podem ajudar na comunicação de reclusos com dislexia;
	Os SPC podem ajudar reclusos que não saibam ler;
	A utilização da Escrita Simples no Guia Acessível do Recluso ajuda a promover a literacia de reclusos;
	A utilização do Guia Acessível do Recluso facilita a autonomia na comunicação dos reclusos;
	A utilização do Guia Acessível do Recluso ajuda a que os reclusos não dependam de terceiros para compreender o seu conteúdo;
	A utilização da CA permite oportunidades menos desiguais;
	A utilização da CA incentiva a plena participação na sociedade;
	A motivação dos reclusos;

Identificar benefícios da utilização da CA em meio prisional	Colmatar dificuldades comunicativas dos reclusos;
	O desenvolvimento de competências de comunicação em reclusos;
	A inclusão de todos em igualdade de participação na sociedade;
	A equidade: pessoas com necessidades e circunstâncias diferentes, mas com as mesmas oportunidades de sucesso;

Objetivos específicos	Questões/afirmações do questionário
	Ser utilizada por reclusos com necessidades comunicativas básicas ou com um nível de linguagem mais elaborado;
	Facilitar a aquisição de capacidades linguísticas, promovendo os processos de leitura e escrita;
	Desenvolvimento profissional de Técnicos e outros envolvidos;
	Participação , cooperação e envolvimento de todos.

ANEXO 19 –TABELA RESPOSTAS ABERTAS AO INQUÉRITO POR
QUESTIONÁRIO A RECLUSOS

Questões abertas	Respostas
<p>1- Que dificuldades de comunicação costuma sentir?</p>	<p>. “Só falo marroquino”</p> <p>. “Documento que recibo “(tribunal)</p> <p>. “ Certos documentos de tribunal”</p> <p>. “Já . Me a conteceu nos decometos do trebunal”</p> <p>. “Linguagem”</p> <p>. “Entender os documentos (jurídicos)”</p> <p>. “Documentos de tribunal”</p> <p>. “Barrera del lenguaje”</p> <p>. “Porque sou , estrangeiro!”</p> <p>. “Como não sabe esçrrver pede ajuda a outros”</p> <p>. “Sempre que faso pedido esquetos”</p> <p>. “Pessoas de outro país ou que não saiba ler”</p> <p>. “Escrita”</p> <p>. “Nunca sentiu-me dificuldade”</p> <p>. “Língua”</p> <p>. “No meu caso sim”</p>
<p>2- Onde poderiam ser usados os SPC na prisão?</p>	<p>.” visitas, cantinas “</p> <p>. “rifiutorio”</p> <p>. “afixados na cela”</p> <p>. “Nas celas”</p> <p>. “ A fiquesado na parede com as nosas rotinas”</p>

Questões abertas	Respostas
	<ul style="list-style-type: none"> . “Pavilhões : afixados com as rotinas e regras.” . ”Afixar nas paredes, dos pavilhões, para compreender e ficar mais fácil à comunicações” . “Por exemplo os avisos poderiam ter símbolos” . “Dentro del modulo” . “Direitos e deveres” . “Formação” . “Afixados na paredes dos pavilhois, visitas e cantina” . “pavilhão/escola. Gostava de participar no projeto com pictogramas” . “Podiam ser usados na escola” . “Cela” . “é dentro da cela e no pavilhão” . “Sela” . “Em tudo tipo um livro”
<p>3- Aspetos positivos da sua participação neste projeto?</p>	<ul style="list-style-type: none"> . “Sim. Aprendo na comunicação” . “Gostei de aprender e conifar como tondira ruti” . “participar informar e esclarecer” . Foi importante” . “Isso irá permitir trabalhar outras árias no feturo...ementas” . “Projetos de escola para o futuro” . “Ajuda bastante os reclusos que não conseguem ou têm dificuldades de ler. “

Questões abertas	Respostas
------------------	-----------

	<ul style="list-style-type: none"> . “Ajudar as pessoas que não falam muito bem o português” . “Aprendizaje” . “Conhecer nos direitos e dever” . “Porke me prepara para o mundo exterior” . “Ajoda a copriader as coisas” . “Normal, gosto de desenhar” . “Foi bom gostei. Nunca tinha visto estes símbolos” . “Formação” . “Acho que este símbolos vão ajudar aprender a ler” . “ Ajuta nan comnicosão” . “bons gostei de saber que à atividades para fazer”
<p>4- O que pode ser melhorado nesta investigação? Porquê?</p>	<ul style="list-style-type: none"> . “Para ter ferramentas de comunicação lá fora” . “Formação na aria da comunicação” . “Uma formação e agradecer a participação” . “Vir mais vezes” . “ De ter uma formação” . “Ajudar os reclusos que tem dificuldade em entender as informações escritas.” . “Gostava de ajudar na criação” . “Integración al recluso” . “Contar uma hestoria” . “Çonstruir o ma mençagem para fosa”

Questões abertas	Respostas
-------------------------	------------------

	<ul style="list-style-type: none">. “Além do Projeto Local, devia haver um projeto pa ajodar mais quem não sebo ler e escrever.”. “Não repetir tantas imagens”. “Deviamos sair mais para atividades”. “Participação”. “Eu gostava de construir um futuro melhor com os colegas do EPL “ (IPL). “formosonão”. “Nada”.
--	--

ANEXO 20 – GRÁFICOS DE ANÁLISE DE DADOS SOBRE A FORMAÇÃO DADA A TRABALHADORES OBTIDOS ATRAVÉS DOS INQUÉRITOS DE SATISFAÇÃO

1ª Parte do Inquérito

Gráfico 1- Objetivos da Formação

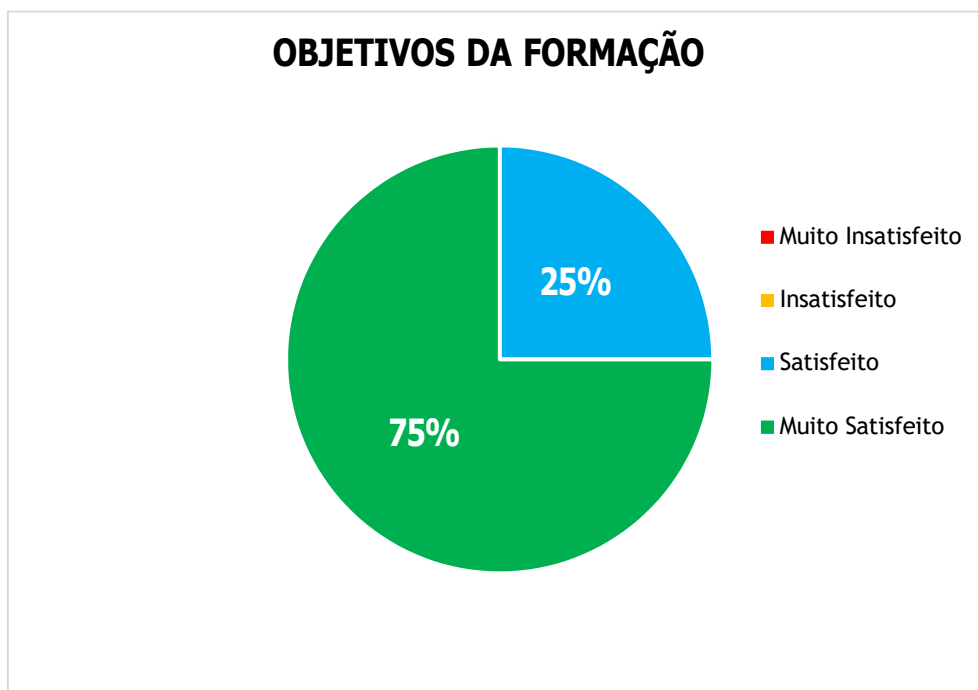


Gráfico 2- Relevância de conteúdos

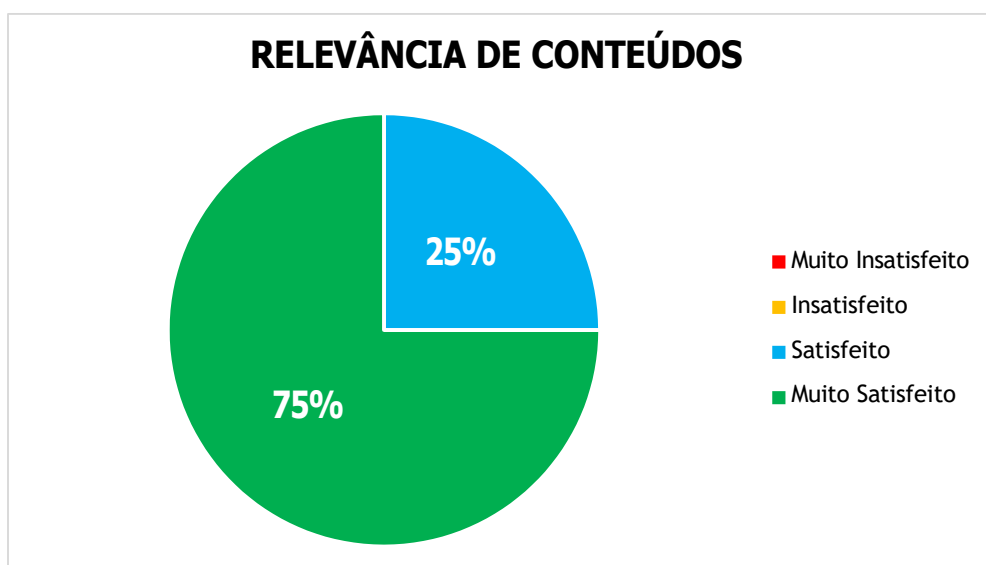


Gráfico 3- Utilidade dos conteúdos



Gráfico 4- Sequência dos conteúdos abordados

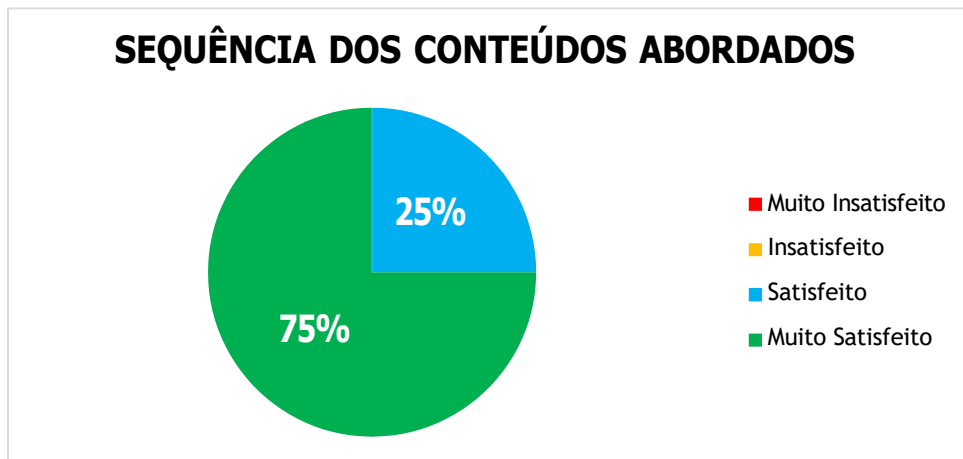
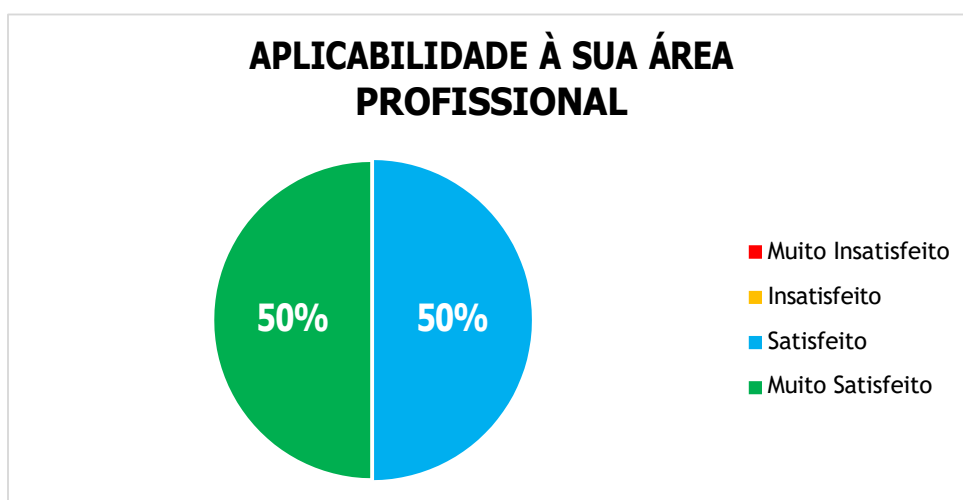


Gráfico 5- Aplicabilidade à sua área profissional



2ª Parte do Inquérito

Gráfico 6- Domínio de conteúdos

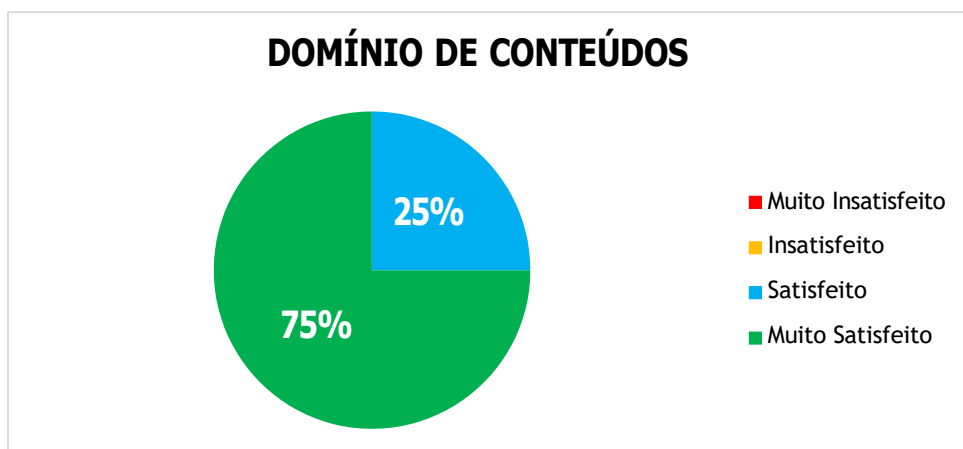


Gráfico 7- Clareza na apresentação de conteúdos



Gráfico 8- Relacionamento interpessoal com os participantes



Gráfico 9- Capacidade para motivar os participantes



Gráfico 10- Métodos e técnicas usados na sessão

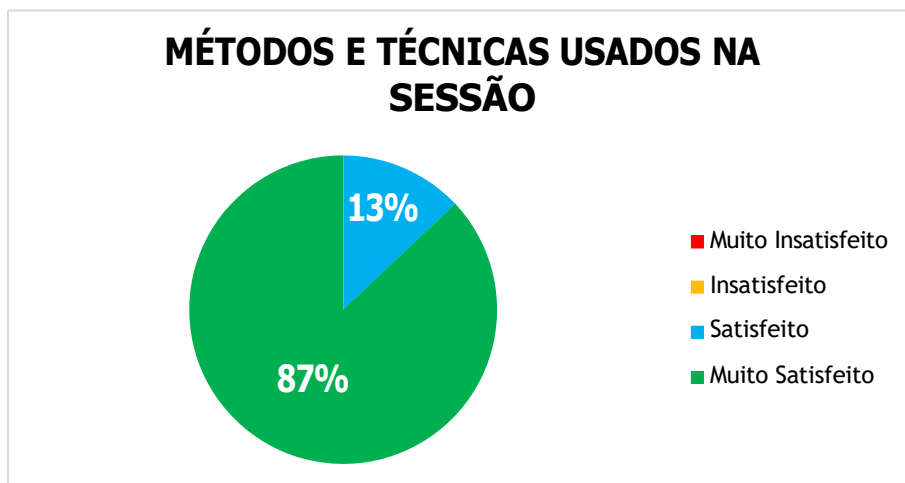


Gráfico 11- Material pedagógico e interativo usados na sessão

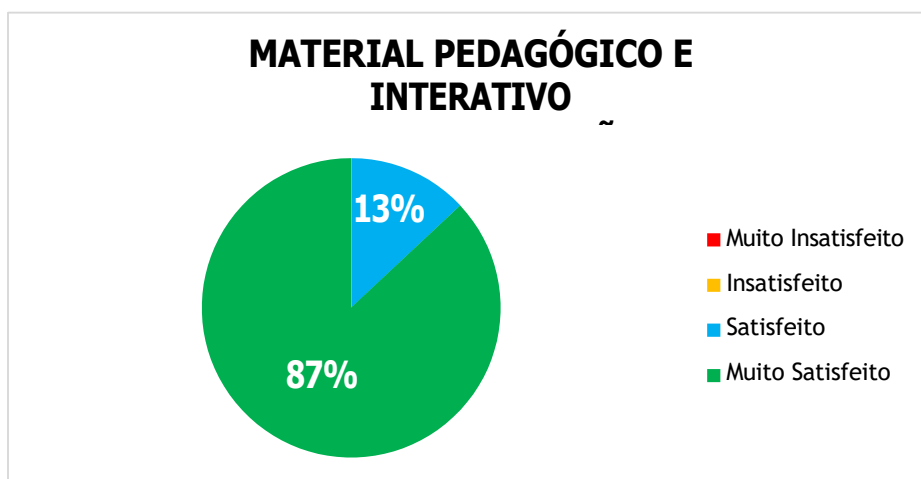


Gráfico 12- Escolha dos temas abordados

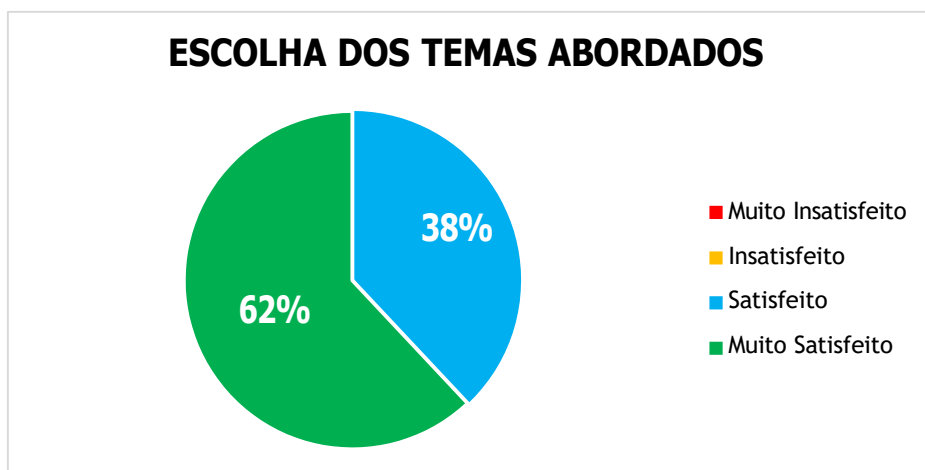


Gráfico 13- Duração da formação

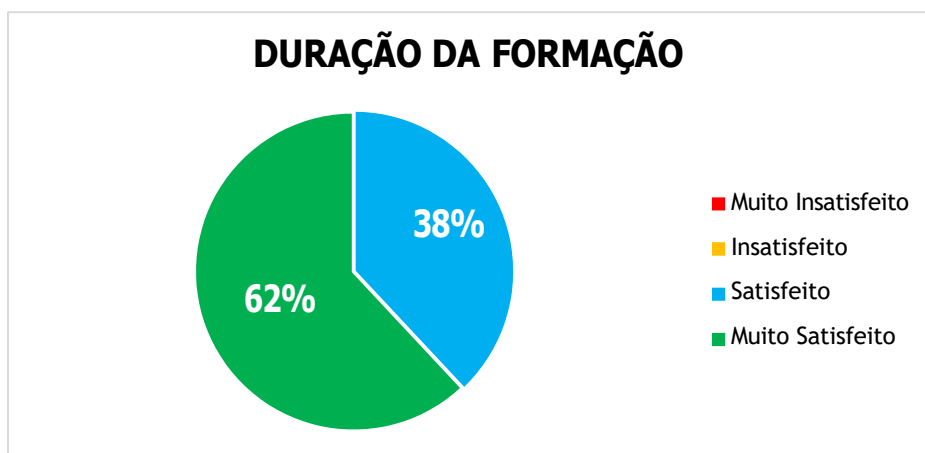


Gráfico 14- Instalações

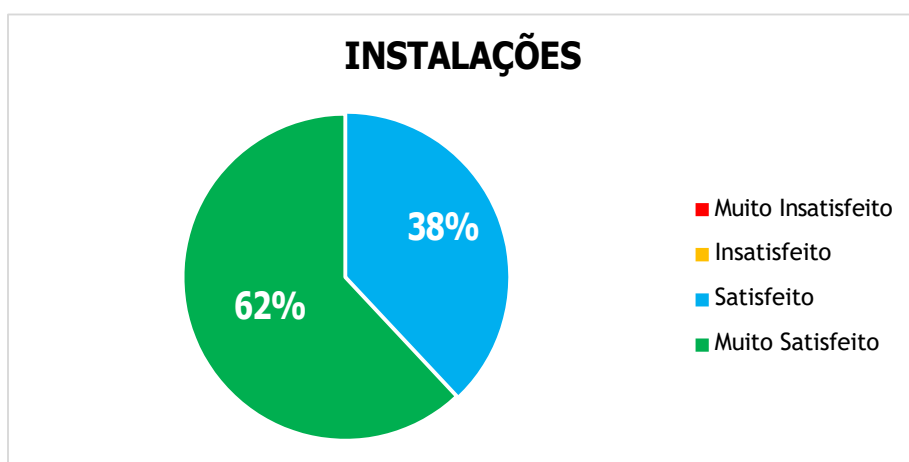
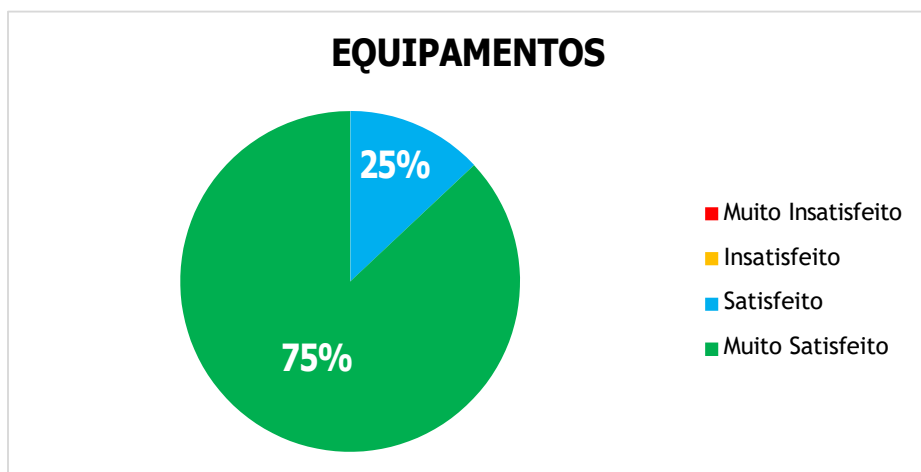


Gráfico 15- Equipamentos



ANEXO 21 – TABELA DOS OBJETIVOS DE INVESTIGAÇÃO E TÉCNICAS E INSTRUMENTOS DE RECOLHA DE DADOS

Objetivos de investigação	Técnicas de recolha de dados	Instrumentos de recolha de dados
Conhecer a perceção dos reclusos participantes sobre o impacto da implementação do Guia Acessível do Recluso na comunicação de jovens reclusos com NE, estrangeiros e com baixa literacia	Observação participante	Grelha de observação
	Inquérito por questionário	Questionário
Conhecer a perceção dos trabalhadores participantes sobre o impacto da implementação do Guia Acessível do Recluso na comunicação de reclusos com NE, estrangeiros e com baixa literacia	Observação participante	
	Inquérito por questionário	Questionário
Avaliar o contributo do Guia Acessível do Recluso para a inclusão de reclusos com baixa literacia , com NE e de reclusos estrangeiros	Observação	Grelha de observação
	Inquérito por questionário	Questionário
Avaliar a perceção dos reclusos participantes sobre a importância da CA na comunicação de reclusos com baixa literacia , com NE e reclusos estrangeiros	Observação	Grelha de observação
	Inquérito por questionário	Questionário

Objetivos de investigação	Técnicas de recolha de dados	Instrumentos de recolha de dados
Avaliar a perceção dos trabalhadores participantes sobre a importância da CA na comunicação de reclusos com baixa literacia , com NE e reclusos estrangeiros	Entrevistas semiestruturadas	Guião de entrevistas Análise de conteúdo
	Formação	Inquérito de satisfação
	Inquérito por questionário	Questionário

ANEXO 23 – TABELA NÍVEIS DE ESCALA DE LIKERT UTILIZADOS NO
INQUÉRITO POR QUESTIONÁRIO A TRABALHADORES

Escala de Likert		
Níveis de frequência	Níveis de concordância	Níveis de concordância
Nunca Raramente Ocasionalmente Frequentemente Muito frequente	Discordo totalmente Discordo Não concordo nem discordo Concordo Concordo totalmente	Nada Pouco Nem muito nem pouco Algum Muito

ANEXO 24 – TABELA DE CONTEÚDO À QUESTÃO E AFIRMAÇÃO DE
RESPOSTA ABERTA DO INQUÉRITO POR QUESTIONÁRIO A TRABALHADORES

Questão/Afirmação	Respostas
<p>Qual a sua opinião sobre a aplicabilidade da CA na reeducação de jovens reclusos?</p>	<ul style="list-style-type: none"> • “Inclusiva” • “Vai permitir que a informação chegue a todos de igual forma” • “Muito importante como um recurso facilitador para o desenvolvimento da comunicação” • “Tudo o que seja para facilitar o processo de comunicação é bem-vindo, porque ajuda no seu dia-a-dia” • “Muito útil” • “É importante para a compreensão dos direitos e deveres”
<p>Comente:</p> <p>A educação e a formação em meio prisional devem ser capazes de responder às necessidades básicas de aprendizagem e a considerar a existência de NE.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • “Concordo com a afirmação. A consciência que existem muitos reclusos com necessidades específicas é fulcral para que se avance no sentido de adoptar novas formas de os ajudar, o que é o caso deste novo guia.” • “Completamente de acordo” • “A educação /formação deve ser, simultaneamente, um meio que permita enfrentar os problemas e satisfazer as necessidades dos reclusos.” • “Se falamos de educação e de formação, estas deveriam ser capazes de ser e estar disponíveis a qualquer ser humano, com ou sem necessidades. Estando os reclusos sob alçada do Estado, o meio prisional tem de ter meios para responder a essas necessidades.” • “Concordo plenamente” • “Tendo em conta que se trata de uma população com características diversificadas e heterogénea, é importante conseguir-se algum resultado através da utilização das ferramentas que possam ser utilizadas por todos.”